



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH)

ARTHUR VICTOR GONÇALVES GOMES DE BARROS

**“Despertai com orações o avanço industrial vem trazer nossa redenção”: O Grupo de
Estudos do Açúcar e a modernização da agroindústria canavieira em Pernambuco
(1963-1966)**

Recife

2024

ARTHUR VICTOR GONÇALVES GOMES DE BARROS

“Despertai com orações o avanço industrial vem trazer nossa redenção”: O Grupo de Estudos do Açúcar e a modernização da agroindústria canavieira em Pernambuco (1963-1966)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título em doutor em História. Área de concentração: Relações de Poder, Sociedade e Ambiente.

Orientadora: Profa. Dra. Christine Rufino Dabat

Coorientador: Prof. Dr. Thomas Dyson Rogers

Recife

2024

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Barros, Arthur Victor Gonçalves Gomes de.

"Despertai com orações o avanço industrial vem trazer nossa redenção": O Grupo de Estudos do Açúcar e a modernização da agroindústria canavieira em Pernambuco (1963-1966) / Arthur Victor Gonçalves Gomes de Barros. - Recife, 2024.

235f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

Orientação: Christine Paulette Yves Rufino Dabat.

Coorientação: Thomas Dyson Rogers.

Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Modernização; 2. Grupo de Estudos do Açúcar; 3. Intelectuais. I. Dabat, Christine Paulette Yves Rufino. II. Rogers, Thomas Dyson. III. Título.

UFPE-Biblioteca Central

ARTHUR VICTOR GONÇALVES GOMES DE BARROS

**“Despertai com orações o avanço industrial vem trazer nossa redenção”: O Grupo de
Estudos do Açúcar e a modernização da agroindústria canavieira em Pernambuco
(1963-1966)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título em doutor em História. Área de concentração: Relações de Poder, Sociedade e Ambiente.

Aprovada em: 23 fev. 2024

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dr^a. Christine Paulette Yves Rufino Dabat (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. Thomas Dyson Rogers (Coorientador)
Emory University - EU

Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira (Examinador interno)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Profa. Dr^a. Roberta Barros Meira (Examinador externo)
Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE

Prof. Dr. Helder Remigio de Amorin (Examinador externo)
Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira (Examinador externo)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Para Riso, Nena e Ziza, minhas mães.

E para Cajuzinha, amor de séculos.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa não teria sido possível sem o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Quando fui contemplado com a bolsa de doutorado, enfrentava dificuldades financeiras por estar desempregado. A bolsa não apenas aliviou essa situação, como também permitiu que eu superasse os desafios impostos pela pandemia de COVID-19.

Expresso minha sincera gratidão aos meus orientadores, Christine e Thomas, pelo voto de confiança dado em 2019, quando esta pesquisa era apenas uma conversa informal nos corredores do CFCH, durante o 30º Simpósio Nacional de História, realizado em Recife/PE. Agradeço também aos professores membros da banca de qualificação e defesa, com um especial abraço aos professores Flávio Weinstein, Roberta Barros e Helder Remigio, cujas observações foram fundamentais para a escrita da tese. Sem dúvida, as arguições apresentadas pelas bancas foram essenciais para a qualidade desta pesquisa.

Um agradecimento especial a Sandra Regina, pelo imenso apoio ao longo desses quatro anos (sem contar os anos de mestrado!). Seu trabalho no serviço público é verdadeiramente admirável e deve ser tomado como exemplo. Agradeço também aos servidores do Arquivo Público Estadual: Hildo, Sr. Fred, Fabiola e Emerson, que generosamente compartilhou seu tempo para me apresentar as particularidades do acervo documental.

Sou grato aos amigos historiadores que contribuíram significativamente para o diálogo sobre os temas abordados nesta tese, incluindo Anderson Silva, Tales Pedrosa, Geraldo Lelis, Diego Andrev, Ademir Bezerra, David Conserva, Victor Lustosa, Edson Silva, Arthur Lira, Larissa Azevedo, Suzy de Sousa, Camila Araújo, Anna Maria, Maxuel França, Will Felix, Petros Brandão, Leonardo Betfuer e Josenildo Marques. Vocês são verdadeiramente maravilhosos!

Além dos amigos historiadores, expresso minha gratidão àqueles que compartilharam das minhas angústias e até mesmo das ausências nos momentos mais desafiadores da escrita deste trabalho. A lista é extensa: Bruno Anunciação, Cristiano Cardoso, Daise Vasconcelos, Erika Santos, Flávio Camarotte, Hans Targino, Iran Jorge, Jéssica Carvalho, João Victor, Lião Júnior, Luiz Fernando, Nayara Villas-Bôas, Petra Melo, Romário Lira, Sarah, Sidney, Rafael Santos, Wilson Maranhão e Zé Carlos Assis. Vocês também são incríveis!

Agradeço aos meus primos Nane, Lukas e Livia; ao meu tio Ronaldo; e ao meu pai, Marcos Antônio. Minha gratidão também à família do coração que me acolheu tão bem: Dona Mira, Sr. Roberto e Aninha.

Esta é a primeira vez que alguém da família Gonçalves Gomes alcança tal grau de estudos. Se cheguei até aqui, é graças à dedicação de Dona Risolene, Dona Rosineide e Dona Severina, minhas mães! Em quase dez anos de dedicação à academia, vocês compartilharam alegrias e tristezas (infelizmente, nossa rainha-mãe nos deixou durante a escrita). Vocês me lembram que a vida é muito mais do que qualquer trabalho acadêmico. Todo o esforço desses anos de estudo é dedicado a vocês. Amo vocês eternamente!

Julyana Barbosa, jamais imaginei que a vida acadêmica pudesse proporcionar o nosso encontro. Obrigado pelos nossos intermináveis diálogos sobre história e sobre a vida. Eles aprimoram cada vez mais meu ofício como historiador e professor. Você é uma inspiração, e por isso te admiro. Obrigado por ser uma luz nos momentos de medo ou quando sofremos pelas angústias causadas pela universidade; não é fácil, você sabe, mas a gente sempre consegue — somos nós contra todos! Obrigado pelo seu carinho e pelo seu amor. Amo e desejo você, sempre!

No clima de guerra permanente em que vivemos, é urgente imaginar instituições decoloniais, antirracistas, anticapitalistas e anti-imperialistas que não sejam baseadas no extrativismo, mas incentivem a curiosidade, o desejo de compreender e agir contra as injustiças, as desigualdades e o sexismo. Que nossas derrotas sejam o terreno onde construiremos novos sonhos. Que nossas práticas alimentem nossa imaginação.¹

¹ VERGÈS, Françoise. **Decolonizar o museu:** programa de desordem absoluta. São Paulo: Ubu Editora, 2023. p.243.

RESUMO

A pesquisa aborda o Grupo de Estudos de Açúcar (GEA), uma instituição estabelecida em 1963 pelos usineiros de Pernambuco, com foco na análise da produção e disseminação das ideias de seus membros no contexto do planejamento da modernização agrícola do complexo agroindustrial açucareiro durante a década de 1960. A investigação sobre a formação do grupo diante do fenômeno da modernização possibilita a construção de uma narrativa sobre a união da classe patronal em defesa da plantation canavieira. Essa defesa fundamenta-se em uma perspectiva que enaltece a importância desse modo de produção, ancorada numa visão edênica do passado, concebida sob a ótica da longa duração e exaltação dos colonizadores. Utilizando uma vasta e inédita documentação, a pesquisa insere-se no campo da história do açúcar e de uma historiografia que analisa as diversas fases da produção açucareira no Nordeste, com foco na zona canavieira de Pernambuco. O Fundo Grupo de Estudos do Açúcar, disponível no Arquivo Público Estadual, constitui a principal fonte documental, organizado por Jordão Emerenciano, coordenador-geral do GEA e patrono do arquivo público que leva o seu nome. As discussões apresentadas ao longo do trabalho abordam a imposição da plantation canavieira pelos colonizadores portugueses, seus impactos na formação socioeconômica do Brasil e o papel dos intelectuais da classe dominante na perpetuação de uma herança colonial que ainda hoje afeta tanto os sujeitos quanto a produção historiográfica. Além disso, busca-se construir uma história do Grupo de Estudos de Açúcar, de seus membros e das relações dessa instituição com órgãos da administração pública e agências internacionais. Trata-se de uma iniciativa de expansão sobre uma história antes contada apenas em notas explicativas, que agora recebe uma atenção mais aprofundada.

Palavras-chave: Modernização; Grupo de Estudos do Açúcar; Intelectuais.

RESUMEN

La investigación aborda el Grupo de Estudos do Açúcar (GEA), una institución establecida en 1963 por los ingenios azucareros de Pernambuco, con un enfoque en el análisis de la producción y difusión de las ideas de sus miembros en el contexto de la planificación de la modernización agrícola del complejo agroindustrial azucarero durante la década de 1960. La investigación sobre la formación del grupo frente al fenómeno de la modernización permite la construcción de una narrativa sobre la unión de la clase patronal en defensa de la *plantation* azucarera. Esta defensa se fundamenta en una perspectiva que ensalza la importancia de este modo de producción, anclada en una visión edénica del pasado, concebida desde la óptica de la larga duración y la exaltación de los colonizadores. Utilizando una vasta e inédita documentación, la investigación se inserta en el campo de la historia del azúcar y de una historiografía que analiza las diversas fases de la producción azucarera en el Nordeste, con foco en la zona cañera de Pernambuco. El Fondo Grupo de Estudos de Açúcar, disponible en el Archivo Público Estatal, constituye la principal fuente documental, organizado por Jordão Emerenciano, coordinador general del GEA y patrono del archivo público que lleva su nombre. Las discusiones presentadas a lo largo del trabajo abordan la imposición de la *plantation* azucarera por parte de los colonizadores portugueses, sus impactos en la formación socioeconómica de Brasil y el papel de los intelectuales de la clase dominante en la perpetuación de una herencia colonial que aún hoy afecta tanto a los sujetos como a la producción historiográfica. Además, se busca construir una historia del Grupo de Estudos do Açúcar, de sus miembros y de las relaciones de esta institución con organismos de la administración pública y agencias internacionales. Se trata de una iniciativa de expansión sobre una historia antes contada solo en notas explicativas, que ahora recibe una atención más profunda.

Palabras clave: Modernización; Grupo de Estudos del Açúcar; Intelectuales.

ABSTRACT

The research focuses on the Grupo de Estudos do Açúcar (GEA), an institution established in 1963 by sugar producers in Pernambuco, with a focus on analyzing the production and dissemination of its members' ideas within the context of planning the agricultural modernization of the sugar agro-industrial complex during the 1960s. The investigation into the formation of the group in the face of modernization allows for the construction of a narrative about the union of the employer class in defense of the sugarcane *plantation*. This defense is grounded in a perspective that exalts the importance of this mode of production, anchored in an edenic vision of the past, conceived from the perspective of *longue durée* and the glorification of the colonizers. Using extensive and previously unpublished documentation, the research is situated within the field of sugar history and a historiography that analyzes the various phases of sugar production in the Northeast, with a focus on the sugarcane zone of Pernambuco. The Grupo de Estudos do Açúcar Collection, available at the State Public Archive, constitutes the main documentary source, organized by Jordão Emerenciano, GEA's general coordinator and patron of the public archive that bears his name. The discussions presented throughout the work address the imposition of the sugarcane plantation by Portuguese colonizers, its impacts on the socioeconomic formation of Brazil, and the role of intellectuals from the dominant class in perpetuating a colonial legacy that still affects both individuals and historiographical production today. Additionally, the research aims to construct a history of the Sugar Study Group, its members, and the relationships of this institution with public administration bodies and international agencies. It is an initiative to expand on a history previously told only in explanatory notes, which now receives more in-depth attention.

Keywords: Modernization; Grupo de Estudos do Açúcar; Intellectuals.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ruínas do Engenho do Meio atualmente localizada no campus da Universidade Federal de Pernambuco (registro pessoal).....	46
Figura 2 - Planta da Cidade do Recife e seus arrabaldes, século XIX. A seta marca a localização do Engenho do Meio	47
Figura 3 - Capa da publicação <i>O Assucar e o algodão em Pernambuco</i>	52
Figura 4 - Companhia Coutinho & Primo de importação e exportação de máquinas e equipamentos para as usinas.....	53
Figura 5 - Produção Mundial de Açúcar entre 1929 e 1939 (medidas em mil toneladas)	55
Figura 6 - Companhia Machinismos Buffalo para a modernização dos engenhos e sua transformação em fábricas de açúcar.....	57
Figura 7 - Marcas da Tortura exibidas na primeira página do Última Hora.	105
Figura 8 - Ilustração da fotografia aérea de um terreno. As fotografias eram utilizadas na construção dos mosaicos e desenho dos mapas.....	141
Figura 9 - áreas de interesses destacadas por suas prioridades.	145

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Recursos do Acordo do Trigo destinado ao Brasil entre 1962 e 1963.	129
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEJE	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
ATMA	Assessoria Técnica aos Municípios do Açúcar
BID	Banco Interamericano do Desenvolvimento
BNDE	Banco Nacional do Desenvolvimento
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CNP	Conselho Nacional do Petróleo
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
COPERBO	Companhia Pernambucana de Borracha Sintética
DNC	Departamento Nacional do Café
FAN	Fundação Açucareira do Nordeste
FAP	Fundação Açucareira de Pernambuco
FIEPE	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
GEA	Grupo de Estudos do Açúcar
HSPA	Hawaian Sugar Planters Association
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IPA	Instituto de Pesquisas Agronômicas
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
SDDA	Serviço de Documentação e Divulgação do Açúcar
SGE	Serviço de Geografia do Exército
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

1 Introdução	17
1.1 A <i>Plantation</i> e o Complexo Agroindustrial Açucareiro	17
1.2 <i>Modernização conservadora e sem mudanças</i>	22
1.3 Um passado “edênico”: intelectuais romantizam a <i>plantation</i>	25
1.4 Intelectuais técnicos, o Estado e a modernização no século XX	27
1.5 O Grupo de Estudos do Açúcar (GEA)	32
1.6 Justificativa e metodologia	36
2 O açúcar, a modernização e o progresso na História	42
2.1 As ruínas do Engenho São João da Várzea	44
2.2 A modernização através da publicidade	51
2.3 Construindo uma imagem do passado	59
2.4 A escrita da história e o colonialismo	62
2.5 Considerações finais	66
3 O complexo agroindustrial açucareiro em Pernambuco	68
3.1 A empresa colonial	68
3.2 O colonialismo e os povos “sem história”	72
3.3 O engenho	76
3.4 O açúcar	81
3.5 A “modernização sem mudanças”	84
3.6 Engenhos Centrais e o processo de concentração fundiária	88
3.7 Considerações finais	91
4 O Grupo de Estudos do Açúcar e o “problema” do complexo agroindustrial açucareiro	95
4.1 Introdução	95
4.2 Intelectuais e a administração pública	96

4.3 O “jovem industrial”	100
4.4 Os “intelectuais técnicos”	110
4.5 Jordão Emerenciano: um intelectual a serviço dos usineiros	113
4.6 Usineiros interpretam o problema do complexo agroindustrial açucareiro.....	117
4.7 Considerações finais	124
5 O Plano de Levantamentos Básicos e a modernização da agroindústria açucareira ...	126
5.1 O Plano de Levantamentos Básicos.....	127
5.2 A Aliança para o Progresso em Pernambuco	131
5.3 A “ditadura dos técnicos no vice-reinado do Nordeste”.....	135
5.4 “Carta, ferramenta de ordem e progresso”	140
5.5 “Acertando os ponteiros”	148
5.6 Considerações finais	155
6 Considerações finais	157
7 Referências	161
8 Apêndice A – Estrutura do Grupo de Estudos do Açúcar/Fundação Açucareira	174
9. Anexos.....	175
a) O GEA em 1963	175
b) Plano de Levantamentos Básicos da Agroindústria Açucareira.....	195
c) Documento “SUDENE”	209
d) Acordo entre a SUDENE, USAID E GEA/FAP	224

1 Introdução

A citação que ilustra o título desta pesquisa foi retirada da música “Parque Industrial”, uma composição de Tom Zé, interpretada por Gilberto Gil, Caetano Veloso, Gal Costa e Os Mutantes no célebre álbum *Tropicália ou Panis et Circensis*. A canção faz uma crítica ao modelo de *modernização e industrialização* imposto durante a ditadura militar no Brasil, caracterizado pela superexploração do trabalho e pelo estímulo ao consumo excessivo de mercadorias. Ao mesmo tempo, ela provoca uma reflexão sobre a indústria açucareira em Pernambuco. Na década de 1960, o setor enfrentava uma crise de produção, e a busca por *redenção* estava atrelada à modernização agrícola, na esperança de resgatar o protagonismo econômico do açúcar *made in Brazil* desde o século XVI. Esse anseio era repetido nos discursos dos usineiros, numa espécie de oração que remetia a um passado em que a agroindústria açucareira desempenhava um papel historicamente significativo.

1.1 A *Plantation* e o Complexo Agroindustrial Açucareiro

Embora a Espanha tenha sido a primeira a estabelecer canaviais nas Américas, Portugal, desde 1526, já produzia e exportava açúcar para os mercados europeus, alcançando rapidamente o posto de maior produtor mundial. Os registros dessa produção remontam aos primeiros anos do século XVI, quando houve a consolidação do domínio português sobre os povos originários, paralelamente ao avanço da *plantation* canavieira. Um exemplo disso pode ser encontrado no documento *Carta a Dom João III informando sobre a construção de alguns engenhos de açúcar devido à grande soma de canas plantadas*, redigido por Duarte Coelho e remetido ao rei em 27 de abril de 1542.² A produção açucareira em Pernambuco, portanto, representa uma economia estabelecida há quase cinco séculos pela colonização portuguesa, caracterizada pela formação de um complexo agroindustrial que persiste ao longo dos séculos.³

A escolha do termo “complexo agroindustrial” fundamenta-se na convicção de que, desde os primórdios da *plantation*, a produção de açúcar no Brasil pode ser entendida como uma forma incipiente de capitalismo. Esse modo de produção estabeleceu um sistema centrado nas atividades econômicas dos engenhos, que mais tarde foram transformados em usinas,

² Documento consultado no arquivo digital da Biblioteca Nacional: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1428654/mss1428654.pdf]. Acesso: 24 jul. 2023.

³ Sobre o conceito de *Longa Duração* cf. BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. p.43.

voltados para a produção e o comércio internacional de açúcar. As interpretações de Tamás Szmrecsányi oferecem uma compreensão sobre o complexo. O historiador define o modelo como unidades de processamento de produtos agropecuários organizadas em diferentes escalas e com diversas técnicas de produção, as quais variam de acordo com o volume de capital investido na atividade:

[trata-se de] unidades de processamento dos produtos agropecuários. [...] Não se trata de um único ramo industrial, mas de um grupo muito variado de estabelecimentos, com as mais diversas escalas e técnicas de produção, e bastante heterogêneo quanto à densidade de uso do fator capital. Sua existência se deve à necessidade de submeter a maioria dos produtos agropecuários a determinadas transformações entre a colheita e o consumo final dos mesmos.⁴

A definição de Tamás Szmrecsányi sobre o complexo agroindustrial soma-se a outras interpretações que caracterizam a *plantation* canavieira. Essas interpretações, produzidas em diferentes contextos, abrangem tanto perspectivas liberais quanto críticas sobre o modo de produção. Autores como Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Manuel Correia de Andrade e Alice Canabrava abordaram esse modelo sob a ótica da história econômica, sendo considerados intérpretes clássicos.⁵ Uma definição dessas abordagens, fundamental para nossas observações, é oferecida pela historiadora Alice Canabrava no célebre artigo *A Grande Propriedade Rural*:

para compreendermos a organização e funcionamento da grande lavoura colonial é indispensável situá-la dentro das condições gerais do processo histórico de colonização, pois foi por intermédio da grande lavoura sobretudo, que se processou a ocupação e o povoamento definitivo da maior parte do território brasileiro. É necessário também caracterizar em suas linhas gerais a estrutura econômica geral da colônia, desde que a grande lavoura representa os próprios fundamentos da economia brasileira colonial.⁶

Considerando a importância da História Econômica e seguindo as orientações de Alice Canabrava para situar as condições gerais do processo histórico colonial, ampliamos as discussões ao incorporar também a perspectiva antropológica na interpretação do modo de produção e do papel da colonização europeia. Entre os contemporâneos das interpretações clássicas, destacam-se os antropólogos Sidney Mintz e Eric Wolf, cujas ideias foram apresentadas no artigo *Fazendas e Plantações na Mesoamérica e nas Antilhas*. Embora

⁴ SZMRECSÁNYI, Tamás. **O planejamento da agroindústria canavieira no Brasil (1930-1975)**. São Paulo: HUCITEC, Universidade Estadual de Campinas, 1979. p.27.

⁵ No percurso teórico e historiográfico, foram privilegiadas as seguintes obras: ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005; CANABRAVA, Alice. **A grande propriedade rural**. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**: A época colonial. Tomo I. Vol. 2. 11a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004; FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense, 2008.

⁶ CANABRAVA, Alice. **A grande propriedade rural**. *Op. Cit.* p.192.

baseadas no estudo da produção açucareira no Caribe, as reflexões desses autores, considerando as particularidades regionais de um continente multicultural como a América, podem servir como referência para os estudos sobre a *plantation* canavieira no Brasil. Segundo esses antropólogos, a *plantation* pode ser definida como:

[...] uma propriedade agrícola operada por proprietários dominantes (geralmente organizados numa empresa) e uma força de trabalho dependente, organizada para suprir um mercado em larga escala, com uso de capital abundante, onde os fatores de produção são empregados primeiramente para promover a acumulação de capital, sem relação com as necessidades de status dos proprietários.⁷

A monocultura da cana-de-açúcar se desenvolveu com base na disponibilidade de terras e no capital acumulado pela empresa colonial, organizada em torno da monarquia e de uma burguesia em ascensão. Esse capital foi essencial para a construção dos engenhos, a aquisição de mão de obra escravizada e a distribuição do açúcar em um mercado consumidor em expansão. Uma vez estabelecido o maquinário, o processo de produção foi organizado em uma cadeia sustentada pela exploração do trabalho escravizado nas lavouras e no engenho e a venda do açúcar para o mercado europeu, gerando mais capital, especialmente para os comerciantes do produto. Quanto aos trabalhadores, os povos indígenas foram subjugados e escravizados, enquanto milhares de africanos foram sequestrados de suas nações e, assim como os indígenas, forçados ao trabalho escravo nas colônias europeias nas Américas. Para viabilizar esse empreendimento em um vasto território habitado por civilizações multiétnicas, foi necessário impor uma administração colonial sustentada pela burocracia real, pelo racismo e pela violência das armas.

A *plantation* canavieira, no contexto do projeto colonial, refletia uma vontade imperiosa de destruição em busca de lucro, devastando florestas para impor culturas agrícolas exóticas voltadas ao comércio de commodities. Segundo o historiador Warren Dean, o intercâmbio de espécies vegetais durante o período colonial visava tanto à produção de excedentes quanto ao consumo interno. Esse processo envolveu a introdução de flora tropical afro-asiática no Brasil e a disseminação de recursos nativos para outras regiões sob domínio português.⁸ O intercâmbio de conhecimentos agrícolas e a assimilação de técnicas indígenas,

⁷ MINTZ, Sidney.; WOLF, Eric. Fazendas e plantações na Mesoamérica e nas Antilhas. In. MINTZ, Sidney. **O poder amargo do açúcar**: produtores escravizados, consumidores proletarizados. 2.ed. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010. p.169.

⁸ DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.73.

especialmente na lavoura canavieira, mostram que a colonização também envolveu a troca e a assimilação de práticas e saberes.

A partir dessas reflexões, compreendemos a *plantation* como uma das primeiras manifestações do capitalismo e um elemento constituinte da modernidade europeia.⁹ A *plantation*, portanto, configura-se como um modo de produção imposto pelo colonizador que abrange aspectos econômicos, políticos e culturais: a criação de um complexo agroindustrial, o comércio internacional de seres humanos e mercadorias, a exploração do trabalho escravo, o intercâmbio de espécies vegetais, a devastação ambiental, a instituição de uma burocracia real e a legitimação do racismo, fundamentada em uma perspectiva eurocêntrica que glorifica sua própria barbárie sob o nome de progresso. Com base nas reflexões proporcionada pelas leituras da historiadora Françoise Vergès, tal interpretação eurocêntrica sobre a *plantation* lança luz sobre a constituição da modernidade, frequentemente associada ao desenvolvimento e ao progresso da humanidade europeia, embora tal “sucesso” tenha como fonte os lucros derivados da exploração colonial.

Um dos seus princípios [a modernidade] é a promessa de progresso tecnológico e científico, seja qual for o seu custo. Um mundo da modernidade que se baseia na filosofia liberal dos direitos e acumulou bens e riquezas à custa do tráfico, da escravidão, da colonização e do capitalismo racial e patriarcal; um mundo que se sustenta em leis que se tornaram internacionais, criadas com base no direito do comércio marítimo colonial europeu, do direito da propriedade, das leis bancárias e securitárias e do sistema de plantation.¹⁰

Segundo Sidney Mintz, a *plantation*, mais do que um simples modo de produção, constitui uma *oikoumenê*, conferindo à produção de açúcar nas Américas, especialmente no Caribe – com reflexos também em nossa história – um papel central na formação da modernidade. O desenvolvimento da empresa colonial em torno de um capitalismo incipiente “representou uma forma de modernidade precoce, uma modernidade esperada (mas não

⁹ O arcabouço teórico que embasa nossas reflexões se fundamenta nas obras dos seguintes autores: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. DUSSEL, Enrique. **1492 - O encobrimento do outro: a origem do “mito da Modernidade”**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1993. MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. [s.l.]: Vozes, 2000. MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4a ed. Florianópolis: Insular, 2013. MINTZ, Sidney. **Dulzura y poder: el lugar del azúcar en la historia moderna**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1996. MINTZ, Sidney. **O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados**. 2ª Ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010. WOLF, Eric R. **A Europa e os povos sem história**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

¹⁰ VERGÈS, Françoise. **Decolonizar o museu: programa de desordem absoluta**. São Paulo: Ubu Editora, 2023. p.18.

reconhecida); talvez não percebida porque ocorria nas colônias antes de se manifestar nas metrópoles.”¹¹

Feitas tais considerações, no primeiro capítulo desta tese, estabeleceremos as bases teóricas que orientarão nossas interpretações acerca da *plantation* canavieira, da modernidade como produto desse modo de produção, e das noções de modernização e progresso na história da zona canavieira de Pernambuco. Nossa análise se baseia em uma perspectiva crítica que questiona uma narrativa histórica centrada nos sucessos dos colonizadores, revelando elementos nas fontes, na história e na historiografia que reforçam a dominação colonial por meio da construção de um passado satisfatório. Simultaneamente, questionaremos como a narrativa oficial contribui para legitimar a continuidade de um modo de produção iniciado há pelo menos cinco séculos.

Os debates abordados nos primeiros capítulos evidenciam as relações de longa duração estabelecidas pela violência colonial, ainda presentes nas dinâmicas de poder na zona canavieira de Pernambuco. A simples observação de disputas por terras, acidentes de trabalho com vítimas e o assassinato de sindicalistas rurais e seus familiares, ocorridos durante a redação deste trabalho, ilustra a persistência dessas dinâmicas.¹² Por outro lado, o leitor mais crítico pode considerar que essa perspectiva se limita aos acontecimentos locais, arriscando rotular esta tese como regionalista, característica comumente atribuída às pesquisas produzidas no Norte e Nordeste. No entanto, este não é o caso. Onde persiste a *plantation*, persiste a exploração do sistema colonial. Um exemplo elucidativo é o caso de Jay Asani, explorado por Françoise Vergès.

Quando Jay Asani, [...] declarou: “ainda vivemos na plantation”, ela trouxe à tona uma verdade impossível de compreender. A França precisa se agarrar à ideia de que a plantation não é mais uma realidade na República. No entanto, o regime de plantation ainda existe. Não há mais mercado de escravos/as nos territórios franceses, as crianças não nascem mais sob o status legal de escravos/as, mas não houve abolição do racismo e da exploração, a terra e o capital permaneceram nas mãos dos antigos escravagistas,

¹¹ MINTZ, Sidney. Aturando substâncias duradouras, testando teorias desafiadoras: a região do Caribe como *Oikoumenê*. In: MINTZ, Sidney. *Op. Cit.* p.87.

¹² **G1 Pernambuco**. Entenda o conflito agrário em área onde menino de 9 anos, filho de líder rural, foi executado: entidades cobram apuração rigorosa. *G1*, 13 de fevereiro de 2022. Disponível em: [https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/02/13/entenda-o-conflito-agrario-em-area-onde-menino-de-9-anos-filho-de-lider-rural-foi-executado-entidades-cobram-apuracao-rigorosa.ghtml]. Acesso em: 24 jan. 2024; **Repórter Brasil**. Transporte irregular dentro da usina União mata 2 trabalhadores e deixa 16 feridos. *Repórter Brasil*, 21 de janeiro de 2022. Disponível em: [https://reporterbrasil.org.br/2022/01/transporte-irregular-dentro-da-usina-uniao-mata-2-trabalhadores-e-deixa-16-feridos/]. Acesso em: 24 jan. 2024; **G1**. Integrantes do MST invadem área pertencente a usina de açúcar na Zona da Mata de Pernambuco. *Jornal Nacional*, 5 de abril de 2023. Disponível em: [https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/04/05/integrantes-do-mst-invadem-area-pertencente-a-usina-de-acucar-na-zona-da-mata-de-pernambuco.ghtml]. Acesso em: 24 jan. 2024.

o estatuto colonial perdura e o status de departamento apenas consolidou as desigualdades e as injustiças raciais - como as de classe - e a dependência em relação à França. A escravidão como sistema continua viva nesses territórios.¹³

No contexto das manifestações globais que questionavam os monumentos aos colonizadores e derrubavam estátuas, a ativista Jay Asani, da Martinica, um departamento ultramarino francês no Caribe, exclama que ainda vivemos na *plantation*! Para os povos do Sul Global, o grito de Asani evoca a lembrança de que o colonialismo ainda persiste. Meio milênio depois, a *plantation* existe nas diversas formas de violência e controle, na discriminação de classe e raça, na exploração do trabalho e da terra, e na tradição histórica que exalta os escravagistas, cujas famílias continuam a reprodução desse modo de produção.

1.2 Modernização conservadora e sem mudanças

Do século XVI até a primeira metade do XIX, os engenhos de açúcar seguiram um modelo fundamentado na exploração de grandes contingentes de trabalhadores escravizados, submetidos ao extenuante trabalho no corte da cana-de-açúcar sob a vigilância dos feitores e senhores. Durante esse período, a produção de açúcar ocorria sem incorporar melhorias significativas nas práticas agrícolas, como a adoção de arados e adubos, a introdução de novas espécies e outras inovações no cultivo e nos métodos mecânicos. Entretanto, no início do século XIX, a queda nos preços do açúcar no mercado internacional, o aumento da concorrência com os produtores sudestinos e a escassez de investimentos ampliaram a crise no setor açucareiro do Nordeste.

A partir de 1870, ocorreram mudanças no maquinário do engenho: as moendas de madeira movidas pela força humana e/ou animal foram substituídas pela força do vapor, o que aumentou a capacidade moagem da cana. Houve também tentativas de implementar os chamados engenhos centrais, mas a resistência dos produtores locais, as dificuldades de financiamento e a falta de interesse de investidores estrangeiros contribuíram para o fracasso dessa experiência. Uma das principais inovações do período foi a construção de ferrovias, o que reduziu o tempo de transporte entre o corte e a moenda, além de facilitar o escoamento do produto para o porto do Recife. No entanto, a exploração dos trabalhadores continuou, assim como a manutenção de grande parte das técnicas agrícolas utilizadas nos canaviais. Conforme Warren Dean, a demanda crescente também resultou na expansão das áreas plantadas,

¹³ VERGÈS, Françoise. **Decolonizar o museu: programa de desordem absoluta**. São Paulo: Ubu Editora, 2023. pp.181-182.

aumentando a degradação ambiental para ampliar os canaviais e abastecer as caldeiras com recursos energéticos.

Os plantadores de cana não viam na floresta nada além de um obstáculo à realização de suas ambições. Aqueles que cada vez mais vinham ocupar as margens da economia de plantação - posseiros do sertão - eram impelidos a exportar a floresta de maneira descuidada e imprevidente. A conservação dos recursos naturais iria mostrar-se irrelevante em uma sociedade na qual a conservação da vida humana era irrelevante.¹⁴

Apesar das dificuldades, alguns produtores possuíam recursos suficientes para modernizar suas estruturas produtivas, transformando os engenhos em poderosas usinas capazes de processar maiores quantidades de cana. Portanto, a modernização ocorrida no final do século XIX é um fenômeno restrito aos senhores de engenho que dispunham de capitais ou acesso a eles. Para reverter a economia em declínio, os produtores investiram no aumento da produção de açúcar, caindo em um problema que a historiadora Roberta Barros descreveu como um “círculo vicioso”: para compensar a queda dos preços, os produtores aumentam a produção, o que resulta em novas quedas de preços, agravando a crise de superprodução de açúcar no mercado mundial.¹⁵

Em relação ao processo de transformação dos engenhos em usinas, destaca-se o célebre trabalho de Peter Eisenberg como uma obra pioneira na pesquisa historiográfica dedicada à explicação desse fenômeno. Segundo esse historiador, o que ocorreu foi uma *modernização sem mudanças*, pois grande parte das mudanças se restringiu ao maquinário e à forma de exploração da força de trabalho, livre após a abolição em 1888, sem envolver inovações nas práticas agrícolas.

Tento que a modernização – no sentido de progresso e de reorganização da produção – e a conversão do trabalho escravo para o trabalho livre não restabeleceram a higidez da indústria do açúcar de Pernambuco. Além disto os agentes da modernização, os plantadores amparados pelos governos, aproveitaram o processo para consolidar a própria posição na economia e na sociedade local. Portanto não houve mudança, no sentido de uma nova distribuição de poder e de renda.¹⁶

A transformação dos engenhos em usinas, conforme compreendida por Peter Eisenberg, representou apenas o avanço tecnológico, centrado na reorganização da produção com foco no maquinário e na exploração da força de trabalho. Essa transformação teve um

¹⁴ DEAN, Waren. *Op. Cit.* p.74-75.

¹⁵ MEIRA, Roberta Barros. **Banguês, engenhos centrais e usinas: o desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e a sua correlação com as políticas estatais (1875-1941)**. Dissertação (mestrado em história – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. p. 307. 2007.

¹⁶ EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudanças: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977. p.17.

impacto limitado nas sólidas estruturas socioeconômicas da Zona Canavieira em Pernambuco. Esse processo fortaleceu uma estrutura de dominação, centrada em uma classe patronal de usineiros com capital econômico e político, que frequentemente recorriam aos benefícios e recursos estatais destinados ao socorro do setor. Nesse contexto, Roberta Barros, que estudou os engenhos centrais e o processo de modernização na região Sudeste, introduz a noção de *modernização conservadora*, desenvolvida pelo sociólogo Barrington Moore Jr., que descreve o fenômeno como uma forma de “explicar o limitado impulso à modernização em alguns países”, incluindo o Brasil.¹⁷

No que concerne à produção sacarina brasileira, a definição “modernização conservadora” pode ser utilizada, porque nesse setor a modernização foi feita pelo alto, pelas elites, sem mudanças nas suas bases estruturais provenientes do período colonial, apoiando-se na intervenção estatal como forma de se manter e se reproduzir.¹⁸

O fenômeno também é descrito pelo historiador Pedro Ramos em seu estudo sobre a concentração fundiária decorrente da modernização das usinas.¹⁹ Segundo Tamás Szmrecsányi, que também se baseia nas ideias de Barrington Moore Jr., essa abordagem reflete a dependência dos produtores em relação ao apoio estatal para financiar e sustentar a produção²⁰. Essas visões corroboram que a modernização das usinas no Nordeste foi impulsionada pela classe dominante com o substancial apoio do Estado, através de incentivos financeiros destinados a atender seus interesses econômicos. O investimento na modernização tecnológica e a expansão dos canaviais feito pelos senhores de engenho ampliou o monopólio da produção e concentrou ainda mais a renda e o poder nas mãos dos usineiros.

A modernização “sem mudanças e conservadora” envolve mudanças na produção açucareira por meio de vultuosos investimentos, mas não implica modificações substanciais na estrutura fundiária. Assim, o aprofundamento da desigualdade social no campo é fruto dessa “modernização”. No segundo capítulo, portanto, as discussões observam a implantação do engenho como o centro econômico da *plantation* durante o período colonial, perfazendo uma história da produção açucareira no Brasil vinculada a outras regiões da América do Sul e Caribe.

¹⁷ MEIRA, Roberta Barros. **A quimera da modernização: do terceiro distrito de engenhos centrais ao complexo agroindustrial sucroalcooleiro paulista, mineiro e fluminense, 1875-1926**. 2012. Tese (doutorado em história) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. pp.13-14.

¹⁸ Ibidem. p.14.

¹⁹ RAMOS, Pedro. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1999.

²⁰ SZMRECSÁNYI, Tamás. *Op. Cit.* p.163.

Assim como investiga a transição para as usinas e a ampliação do complexo agroindustrial açucareiro em Pernambuco durante o final do século XIX e início do XX.

1.3 Um passado “edênico”: intelectuais romantizam a *plantation*

Ao contrário do sucesso econômico da produção cafeeira, a idealização da retomada de um passado grandioso, transformou a defesa da modernização em uma saída obrigatória em vista da crise que assolava o setor e, em grande parte, direcionaria todas as ações dos principais atores nesse momento, seja através de pressão por políticas agrícolas de fomento da indústria açucareira ou fundação de associações e de instituições de pesquisa. Nessa ordem de ideias, as definições de progresso e modernização confundiram-se e passaram a significar a salvação da indústria açucareira.²¹

A modernização conservadora não deve ser compreendida apenas sob a ótica da economia. O fenômeno é sustentado por uma defesa histórica que se baseia na visão idealizada de um “passado grandioso”, marcado por uma economia de grande importância para a região e para o país. Modernização e progresso foram palavras de ordem exaltadas pela classe dominante em sua busca pela “redenção econômica” do setor açucareiro em Pernambuco. Essas palavras apontam para a prosperidade de uma classe, enquanto os trabalhadores – escravizados, libertos ou livres – permaneciam excluídos desses benefícios. Para alguns poucos, modernização e progresso significam vultuosos investimentos na preservação da agroindústria, enquanto para a maioria representam apenas a ruína e a miséria. Por fim, modernização e progresso também influenciaram a construção do discurso oficial por intelectuais, que idealizavam um *passado edênico* para sustentar a ideia de que o açúcar era essencial para a economia e a história de Pernambuco. Entre os intérpretes mais conhecidos, destacam-se Gilberto Freyre, José Lins do Rego, João Maranhão e José Américo de Almeida.

Gilberto Freyre é um exemplo proeminente da visão saudosista do passado colonial. Suas ideias idealizam a civilização do açúcar como parte da “civilização europeia, fonte de requintadas civilizações”, contrastando com a visão negativa dos nativos e africanos, descritos como “selvagens” e “primitivos em suas culturas”.²² Para Freyre, a *plantation* canavieira é a origem do “complexo nacionalmente brasileiro de cultura e civilização”.²³ Sua reverência aos colonizadores sugere uma imagem positiva e idealizada do passado, consolidando a visão deste autor e reforçando a importância histórica do produto para a classe dos produtores de açúcar.

²¹ MEIRA, Roberta Barros. *A quimera da modernização*. Op. Cit. p.13.

²² FREYRE, Gilberto. *A presença do açúcar na formação brasileira*. Rio de Janeiro: IAA, Serviço de Documentação, 1975. p.05-06. Ver também: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 36.ed. Rio de Janeiro: Record, 1999. FREYRE, Gilberto. *Nordeste*: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7. ed. rev. São Paulo: Global, 2004.

²³ Ibidem. p.52.

José Lins do Rego também contribui para essa visão idealizada com um saudosismo exacerbado sobre os tempos dos engenhos, que são retratados como um lugar de encantos e decadência. Obras como *Menino de Engenho*, *Banguê*, *Doidinho* e *Usina* destacam essa visão nostálgica do passado colonial. Em sua obra, Lins do Rego reflete:

minha mãe sempre me falava do engenho como de um recanto do céu. E uma negra, que ela trouxera para criada, contava tantas histórias de lá, das moagens, dos banhos de rio, das frutas e dos brinquedos, que me acostumei a imaginar o engenho como qualquer coisa de um conto de fadas, de um reino fabuloso.²⁴

João Maranhão, nascido no Engenho Estivas no Rio Grande do Norte, também compartilha desse saudosismo. Ao relembrar suas memórias de infância, ele expressa: “nascido e criado naquele doce ambiente, é natural que ainda hoje por vezes me sinta a pisar nas canas do picadeiro do Engenho Estivas e desperte ouvindo o saudoso canto dos velhos carros de boi.”²⁵ Tanto José Lins do Rego quanto João Maranhão compartilham *doces* lembranças, descrevendo o engenho como um lugar “fabuloso e encantado”. Para esses autores, há uma relação de afeto entre a infância e as memórias desse tempo, embaladas pelo saudosismo da monotonia dos canaviais. Contudo, o “reino fabuloso” é generoso para a casa grande, mas opressor aos moradores e trabalhadores dos engenhos.

No romance *A Bagaceira* de José Américo de Almeida, a modernização é representada nos anseios do personagem Lúcio, herdeiro do engenho Marzagão. O romance ilustra o contraste entre a riqueza natural da terra e a precariedade econômica provocada pela falta de métodos agrícolas adequados. A citação a seguir fornece subsídios para entender o conflito entre a inovação e a inércia, bem como a modernização como um aperfeiçoamento do modo de produção a partir de uma visão tecnicista orientada por estudos, gráficos e promessas de grandes lucros.

Lúcio não se dissociava do problema humano do Marzagão. Sua nova sensibilidade tinha uma direção mais útil e um ímpeto criador. Reconciliava-se com a terra feracíssima, isenta de todos os obstáculos do trabalho: de nuvens de gafanhotos, tufões, geadas, secas, terremotos... Mas só era rica a natureza. Ele calculava como essa vitalidade poderia ser produtiva. E via a índole de progresso do latifúndio coartada pelos vícios de seu aproveitamento. Quanta energia mal-empregada na desorientação dos processos agrícolas! A falta de método acarretava uma precariedade responsável pelos apertos da população misérrima. A gleba inesgotável era aviltada por essa prostração econômica. A mediania do senhor rural e a ralé faminta.²⁶

²⁴ REGO, José Lins. **Menino de engenho**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio Ltda, 2012. Formato Kindle.

²⁵ MARANHÃO, João de Albuquerque. **História da indústria açucareira no Nordeste**: o papel social de Catende. Rio de Janeiro: Briguier, 1949. p.42.

²⁶ ALMEIDA, José Américo. **A Bagaceira**. 37ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004. Edição Kindle.

Essas interpretações foram cruciais para perpetuar a concepção histórica centrada na importância econômica do açúcar para a região Nordeste. Elas também ajudaram a reforçar uma imagem do passado que justificava o investimento na modernização do setor. Segundo a historiadora Christine Dabat, a produção intelectual de Freyre e dos outros autores “serviu como balizas para qualquer análise subsequente sobre a gênese da sociedade nordestina contemporânea”²⁷, refletindo uma perspectiva que romantiza e idealiza o passado, perpetuando estereótipos e hierarquias culturais. Esses intelectuais, portanto, são representantes de uma interpretação amparada no saudosismo do passado colonial, construído conforme os interesses da classe dominante, e divulgada na memória coletiva como algo “grandioso”.²⁸

Para além das interpretações consagradas pelas ciências humanas e pela literatura, questionadas por Christine Dabat, existe um conjunto de intelectuais não canonizados que igualmente contribuiu para a reprodução dessa memória. Frequentemente, essas interpretações são categorizadas como técnicas, originadas por especialistas fora do âmbito das ciências humanas, tais como agrônomos, engenheiros, químicos ou botânicos, cujas ideias circulavam em espaços menos privilegiados. Nesta pesquisa, damos destaque a esses intelectuais, que atuam como porta-vozes de uma interpretação técnica da *plantation* canavieira, autoafirmando-se como neutros e apolíticos, preocupados apenas com o crescimento econômico, embora representantes dos interesses das classes patronais.

1.4 Intelectuais técnicos, o Estado e a modernização no século XX

Henri Auguste Millet, nascido na França em 1817, chegou ao Brasil em 1840 como parte da Missão Vauthier, liderada pelo engenheiro Louis Léger Vauthier e responsável pela modernização da infraestrutura em Pernambuco durante a administração do presidente de província Francisco Rêgo Barros.²⁹ Após a conclusão dos trabalhos da missão, Millet decidiu permanecer em Pernambuco e, em 1847, tornou-se proprietário do engenho São Estevão.³⁰ Millet relatou:

²⁷ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. 2ª ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p.146.

²⁸ Ibidem.

²⁹ DABAT, Christine Rufino. A produção de açúcar nas fronteiras da modernidade: o percurso de Henrique Augusto Millet (Pernambuco, século XIX). **CLIO-Revista De Pesquisa Histórica**, v. 2, n. 30, 2012. p.02.

³⁰ “Até sua morte, em 22.09.1894, vítima de um acidente com uma locomotiva desgovernada, num trecho da ferrovia em construção que inspectava, Millet permaneceu ativo em diversas frentes ligadas à produção açucareira e empenhado na busca de meios para promovê-la no sentido de sua modernização.” Ibidem. p.05.

eu, da minha parte, fui senhor de engenho; não tinha meios de ensaiar *in totum* os modernos melhoramentos; mas alguns que quis empregar não me deram bom resultado. Entretanto, eu tinha os conhecimentos agrônômicos que se pode tirar dos livros; sabia perfeitamente, por exemplo, o que se refere às qualidades da terra para apresentar boas condições à lavoura; mas, confesso que os matutos conheciam-nas melhor a olho, pela natureza dos produtos espontâneos do solo, do que eu com os meus ensaios e experimentações.³¹

O relato de Millet sobre a dificuldade de aplicação dos conhecimentos técnicos na lavoura canavieira é uma representação do contraste entre o saber técnico e o conhecimento dos “matutos” aplicados na lavoura canavieira. Ele foi registrado nos anais do Congresso Agrícola do Norte, realizado no Recife entre 6 e 13 de outubro de 1878. A motivação para a organização desse congresso foi impulsionada pelos produtores do Nordeste que se sentiram excluídos do Congresso Agrícola da Corte, realizado no mesmo ano pelo então ministro da Agricultura, o Visconde de Sinimbu, que restringiu os convites às províncias do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.³²

O Congresso do Norte não teve uma função legislativa; foi mais apropriado considerá-lo como um fórum de debates que reuniu produtores, incluindo Auguste Millet, para discutir propostas relacionadas aos problemas da lavoura canavieira. Foi uma iniciativa coletiva, embora tenha se destacado uma figura isolada, preocupada com os rumos da agroindústria. A defesa de Millet na implantação de melhorias, citando inclusive exemplos de unidades que já operavam com máquinas modernas, como o engenho São Francisco da Várzea, reflete a pouca iniciativa empenhada pelos produtores de cana em Pernambuco.

Na parte agrícola, os processos geralmente empregados são os que coadunam-se com as especiais circunstâncias da província, que não admitem ainda os processos aperfeiçoados da cultura intensiva, senão em diminuto número de propriedades. O grande atraso é na parte relativa ao fabrico do açúcar, que ainda é produzido pelos processos do Rvm. Padre Labat, com a defecação, evaporação e cozimento a fogo nu. Entretanto, alguns engenhos, S. Francisco da Várzea, S. João da mesma freguesia e Mameluco da Escada, já possuem aparelhos aperfeiçoados; defecam e evaporam com o vapor; cozem no vácuo e turbinam a massa cozida, com grande vantagem para os seus possuidores, que destarte lucram mais 30 ou 40% em cada safra.³³

O Congresso Agrícola do Norte serviu de modelo para a realização de outras reuniões cujo foco estava centrado no debate sobre os problemas que afetavam a produção de açúcar no Nordeste. Somente em 1910, após a delegação das resoluções elaboradas em conferências realizadas entre 1902 e 1905 na Bahia e no Recife, respectivamente, uma importante iniciativa foi concretizada: a criação de uma estação experimental voltada para

³¹ MILET, Henrique Augusto. **A lavoura da cana-de-açúcar**. Recife: Editora Massangana, 1989. p.85.

³² INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. **Congressos açucareiros no Brasil**. Rio de Janeiro, 1949. p.23.

³³ MILET, Henrique Augusto. *Op. Cit.* p.106.

estudos sobre a cana-de-açúcar e suas variedades no município de Escada³⁴. Posteriormente, a *Estação Experimental da Cana de Açúcar de Escada* foi transferida para a cidade de Barreiros e funcionou por cerca de dez anos, sem obter muitos resultados expressivos.

Até a década de 1930, poucas experiências conseguiram alcançar sucesso. Nesse período, os problemas que afetavam a produção açucareira desempenharam um papel fundamental no aumento do interesse pela “renovação técnica total da indústria” da cana no Brasil.³⁵ À medida que a crise no setor se aprofundava, os usineiros do Nordeste recorriam cada vez mais ao poder público em busca de soluções para suas dificuldades. Uma oportunidade para buscar auxílio surgiu com o golpe que levou Getúlio Vargas à presidência do Brasil, provocando modificações na organização administrativa do Estado, com impactos significativos nas relações políticas.³⁶

A União começou a concentrar os poderes que anteriormente eram delegados aos entes federados, processo que se acelerou com a instituição do Estado Novo em 1937. As medidas centralizadoras atuaram contra a Política dos Governadores, limitando a autonomia dos estados e, de certa forma, confrontando os interesses de uma burguesia regional, como os estados de São Paulo e Minas Gerais, que eram formuladores de políticas nacionais. No caso de São Paulo, as políticas de incentivo à produção de café passaram a ser controladas pela administração federal, exercida pelo Departamento Nacional do Café (DNC). Diante dessa transformação na política nacional, os impactos políticos são descritos da seguinte forma pelo historiador Thomas Skidmore:

o Executivo Federal ganhou enorme poder de patronagem, tanto no sentido de conceder empregos controlados federalmente como no sentido do favoritismo ou da discriminação inerentes ao exercício dos crescentes poderes administrativos. Isso incluía, por exemplo, o controle sobre os empréstimos a juros baixos do Banco do Brasil, projeto de obras públicas, câmbios diferenciados e importações.³⁷

Na economia, a intervenção estatal promovida por Vargas garantiu uma série de benefícios para determinados setores da classe dominante, incluindo a manipulação de incentivos que favoreceu significativamente os produtores de açúcar do Nordeste. O Estado

³⁴ Escada é um município de Pernambuco distante 63 quilômetros da capital do estado, Recife. ALBERT, Carlos Antônio. **Doenças e pragas da cana de açúcar**. Recife: Fundação Açucareira de Pernambuco (Grupo de Estudos do Açúcar), 1964. pp.05-06.

³⁵ ROGERS, Thomas D. **As Feridas mais Profundas**: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil. 1ª ed. São Paulo; Editora Unesp, 2017. p.153.

³⁶ Dentre as realizações ocorridas nesse período estão a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a organização de sindicatos, sob o controle estatal, e o aperfeiçoamento burocrático da máquina pública através do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP).

³⁷ SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Castello. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p.67.

assumiu um papel proativo, financiando onde a iniciativa privada era ineficiente. Dessa forma, o governo tornou-se o principal agente financiador das políticas voltadas para a produção de açúcar e álcool, oferecendo aos produtores nordestinos uma forma de enfrentar a concorrência dos produtores do Sudeste. Em dezembro de 1931, foi instituída a Comissão de Defesa da Produção Açucareira por meio de decreto, marcando uma das primeiras intervenções do novo governo para limitar a produção açucareira. Após a conclusão dos trabalhos da Comissão, um novo decreto foi publicado em 1933, dando origem ao Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA).

As funções do Instituto do Açúcar e do Álcool foram detalhadas por Gileno di Carli na coleção *História do Instituto do Açúcar e do Álcool*. Entre essas funções, destaca-se a garantia do equilíbrio interno entre as safras e o consumo de açúcar, alcançada por meio da imposição “obrigatória de uma quantidade específica de matéria-prima destinada à produção de açúcar”.³⁸ Di Carli também ressalta o fomento à fabricação de álcool anidro, que incluía “incentivar a instalação de destilarias centrais ou apoiar cooperativas e sindicatos de usineiros”.³⁹ Além dessas funções, o IAA tinha outras responsabilidades importantes, como determinar a quantidade de álcool a ser desnaturado em cada usina, estipular a proporção de álcool anidro a ser adquirido pelos importadores de gasolina e monopolizar a aquisição de álcool anidro destinado à mistura. O Instituto também era responsável por fixar os preços de venda do álcool anidro para misturas carburantes, bem como os preços dessas misturas para os consumidores.

A criação do IAA estabeleceu uma maior participação do Estado no socorro aos produtores de açúcar, possibilitando a formação de uma rede de centros e pesquisas coordenadas. O objetivo era implantar um planejamento central no setor açucareiro voltado para a “educação superior e profissionalização dos setores tecnocráticos”, com ênfase na formação profissional de agrônomos. A partir das autarquias e agências estatais, esses profissionais passaram a ter mais contato “com agentes de outras áreas que tentavam orientar o gerenciamento do campo”.⁴⁰

Desse modo, ao Estado caberia a função de estabelecer o equilíbrio entre a agricultura e o comércio, estimular a fundação ou a transformação de engenhos em usinas, criar institutos agrícolas, construir um bom sistema de transporte, fornecer crédito, reduzir

³⁸ DÉ CARLI, Gileno. **História do Instituto do Açúcar e do Álcool**. Vol. 01. Recife: Ed. do autor, 1996. p.37.

³⁹ Ibidem. pp.48-49.

⁴⁰ ROGERS, Thomas D. **As Feridas mais Profundas: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil**. 1ª ed. São Paulo; Editora Unesp, 2017. p.153.

os impostos e estabelecer isenções tarifárias, conceder prêmios, enfim, trazer novamente o progresso para a indústria sacarina.⁴¹

Em 1934, os financiamentos da autarquia e o apoio do Ministério da Agricultura garantiram recursos para a criação de um laboratório de pesquisas no bairro do Curado, no subúrbio de Recife. Um ano depois, foi criado o Instituto de Pesquisas Agronômicas (IPA), com o objetivo de realizar pesquisas e oferecer suporte às atividades da agroindústria açucareira. A criação desses centros de pesquisa foi motivada pela incidência de doenças e pragas que atingiam os canaviais.⁴² Nesse contexto, não apenas o IAA, mas também o crescimento da produção intelectual nos cursos superiores de agronomia, possibilitou a aplicação de técnicas modernas na monocultura da cana.

A historiadora Sônia Regina de Mendonça caracteriza essa produção como um conhecimento técnico aplicado, associado aos campos intelectual e político, e direcionado à construção de um discurso que enaltece a “cientificidade de sua atividade”, embora respaldada por uma compreensão histórica que prioriza o passado colonial. Para se destacarem como intelectuais, “os agrônomos se empenharam em constituir uma matriz discursiva que, exacerbando a cientificidade de sua atividade, lhes garantisse legitimidade e reconhecimento sociopolítico”.⁴³

Assim, apesar de inaugurado no país desde a segunda metade dos oitocentos, o ensino agronômico somente adquiriu destaque no decorrer da chamada República Velha, em decorrência das transformações ocorridas nas relações de trabalho no campo desde a abolição da escravidão e que sobredeterminaram uma dupla redefinição na ordem social vigente. Por um lado, a redefinição das formas de controle sobre o trabalhador rural de modo a impedir sua evasão do circuito do mercado. Por outro, a redefinição do projeto identificatório de segmentos de grandes proprietários rurais de extração regional diversa, buscando afirmar-se como “modernos” e “progressistas”, sobretudo aqueles ligados a complexos agrários menos dinâmicos da economia brasileira. Em ambos os casos, o papel do novo profissional seria chave.⁴⁴

Agrônomos brasileiros, como Apolônio Sales, participaram de intercâmbios com outros centros de produção para aprimorar suas técnicas. Sales, engenheiro agrônomo e secretário da agricultura em Pernambuco durante a administração de Agamenon Magalhães, foi

⁴¹ MEIRA, Roberta Barros. *Op. Cit.* p.173.

⁴² Embora outros estivessem voltados para o estudo sociológico do açúcar, como é o caso da Fundação Joaquim Nabuco, criada em 1949 por Gilberto Freyre.

⁴³ MENDONÇA, Sônia Regina. Agronomia, agrônomos e política no Brasil (1930-1961). *Revista Brasileira de Humanas e Ciências*, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.126-141, jul-dez. 2010. Disponível em: [https://rbhciencia.emnuvens.com.br/revista/article/view/359]. DOI: [https://doi.org/10.53727/rbhc.v3i2.359]

⁴⁴ *Ibidem*.

convidado em 1937 para trabalhar na Usina Catende. Lá, ele pôde aplicar as técnicas aprendidas durante seu período no Havaí, conforme documentado na obra *Hawaii Açucareiro*.⁴⁵

Seu trabalho em Catende visou aprimorar os recursos disponíveis na usina, incluindo a “fundação de instalações elétricas, construção de barragens e tanques nos altos dos morros, com o sulcamento técnico das terras para a distribuição das águas”.⁴⁶ Essas melhorias foram implementadas para aprimorar os sistemas de irrigação nos canaviais da usina. O general Newton Cavalcanti, então comandante da 7ª Região Militar, elogiou o trabalho de Sales, observando que ele havia transformado os canaviais de Catende, aumentando significativamente a produção: “quando o general se preparou para ver a obra ciclópica que Apolônio Sales realizou nos canaviais de Catende, irrigando-os e adubando-os para produzirem mais de cem, onde se produziam menos de vinte, se apresentou ao senhor Antonio da Costa Azevedo dizendo-lhe: estou às suas ordens, Tenente.”⁴⁷ Além de Sales, outras iniciativas foram empenhadas pelo cientista Adrião Caminha Filho e o agrônomo Bento Dantas, que em 1953 liderou a Comissão de Combate às Pragas de Cana-de-açúcar em Pernambuco.⁴⁸

Apesar desses esforços, muitos produtores ainda se apegavam às técnicas tradicionais utilizadas nos canaviais. Até pelo menos 1960, poucas usinas empregavam pessoal qualificado ou técnicas específicas para aprimorar o rendimento industrial da cana. Um exemplo é a introdução de novas variedades, como a CO 331, conhecida como 3X. Na segunda metade da década de 1940, pesquisadores da Estação Experimental de Curado conduziram estudos com essa variedade, e nos anos 1950, houve certo entusiasmo pela espécie. No entanto, entre o início da plantação em escala industrial da 3X, observou-se uma queda nas taxas de açúcar em Pernambuco, levando os produtores a culparem a variedade pela perda na produção. Essa queda não foi causada pela espécie em si, mas sim pela colheita prematura e pelo uso de técnicas consideradas antiquadas, demonstrando a persistência de métodos “matutos” de cultivo frente ao conhecimento técnico agrícola.⁴⁹

1.5 O Grupo de Estudos do Açúcar (GEA)

⁴⁵ SALES, Apolônio. **Hawaii açucareiro**. Brasil: Instituto de Pesquisas Agronomicas, Secretaria de Agricultura, Industria, e Comercio, 1937.

⁴⁶ MARANHÃO, João de Albuquerque. **História da indústria açucareira no Nordeste**: o papel social de Catende. Rio de Janeiro: Briguier, 1949. pp.87-88.

⁴⁷ Ibidem. p.115.

⁴⁸ ROGERS, Thomas D. *Op. Cit.* p.163.

⁴⁹ Ibidem. pp.164-170.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, surgiram grupos de pesquisa cuja proposta foi o desenvolvimento da ciência e da tecnologia enquanto uma política de Estado. A inovação, descrita na declaração inicial das Nações Unidas, deveria promover o desenvolvimento socioeconômico das regiões atrasadas. Contudo, segundo o historiador José Antonio Ramírez Díaz, o desenvolvimento da ciência e tecnologia na América Latina durante a Guerra Fria é parte de uma política de estado encabeçada pelos Estados Unidos cujo objetivo foi uma intervenção não militarizada “dentro de uma agenda particular em cada país e na identificação das características idiossincráticas dos governos locais que viveram em meio a lutas pelo poder”.⁵⁰ Assim, uma nova política externa possibilita um conjunto de novas estratégias “baseadas na diplomacia, comunicação de massa e assistência financeira para promover o intervencionismo das empresas norte-americanas”⁵¹. Um exemplo é o programa Aliança para o Progresso.

Na década de 1960, as noções de desenvolvimento e modernização estavam profundamente ligadas ao “progresso econômico e social”. Esse debate foi influenciado por duas correntes econômicas liberais que viam o desenvolvimento como uma forma de superar desigualdades. A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), sob a liderança dos economistas Raúl Prebisch e Celso Furtado, ofereceu uma análise crítica das desigualdades estruturais e propôs modelos de desenvolvimento voltados para a superação das disparidades econômicas. Paralelamente, as ideias de progresso social, representadas na Carta de Punta del Este e influenciadas pelos economistas Max Millikan e Walt W. Rostow, foram aplicadas no contexto da Aliança para o Progresso, buscando promover o desenvolvimento e a modernização na América por meio de programas de assistência e reformas estruturais.⁵²

A literatura acerca das mudanças sofridas pela sociedade brasileira no período que se abre com o segundo pós-guerra tem enfatizado bastante o fato de se estar diante de um momento de inflexão. Comumente, e não sem razão, atribui-se à vertiginosa industrialização e urbanização que se verifica nestes anos a responsabilidade por desencadear todo esse movimento, ao qual viriam atreladas as virtudes próprias de uma sociedade moderna não somente em suas estruturas, mas também nos estilos de vida presumidamente acessíveis a porções ampliadas da população. Recobrindo tudo isso, uma benfazeja sensação de que o futuro abria-se generosamente a expectativas

⁵⁰ RAMÍREZ DÍAZ, José Antonio. **Bases de la institucionalización de la ciencia em América Latina em la Guerra Fría**: entre la política y la cooperación internacional. Humanidades: revista de la Universidad de Montevideo, nº7, 2020. p. 67.

⁵¹ Ibidem.

⁵² BARROS, Arthur Victor G. Gomes. **“A pobreza como estopim da revolução”**: a Aliança para o Progresso em Pernambuco (1959-1964). 2017. Dissertação (mestrado em história) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p.145, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/28092].

mais positivas. Um país que, a despeito dos percalços, parecia estar seguro quanto à concretização de seu destino manifesto: ser grande.⁵³

O debate sobre desenvolvimento e progresso tornou-se, portanto, objeto de pesquisa para diversos grupos de intelectuais interessados em compreender os recentes acontecimentos na esfera político-econômica brasileira. Durante a presidência de Juscelino Kubitschek, foi criado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), um grupo de intelectuais organizado pelo Estado brasileiro, dedicado à formulação de pesquisas sociais com o propósito de promover o desenvolvimento nacional.⁵⁴ Em contraponto às ideias liberais, o chamado Grupo de Brasília, composto pelos economistas André Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra, formulou uma interpretação econômica que destaca a subordinação e a dependência dos países da América Latina em relação aos interesses do capital internacional, conhecida como Teoria Marxista da Dependência.⁵⁵ Além disso, o desenvolvimento e a modernização do país também despertou o interesse de setores vinculados às igrejas protestantes, como o Setor de Responsabilidade Social da Igreja, integrado à Confederação Evangélica do Brasil.⁵⁶

No Nordeste, um marco desse período foi a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, em 1958. O economista Celso Furtado, então diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), elaborou um projeto que se tornaria o embrião de uma autarquia federal, conhecido como Projeto Operação Nordeste. Juntamente com as reportagens e denúncias feitas por Antônio Callado para o Jornal Correio da Manhã (Rio de Janeiro), essas ações contribuíram significativamente para a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Embora as iniciativas e interpretações desses grupos intelectuais sejam divergentes, eles convergem por serem produtores de capital cultural e por se organizarem em torno de uma interpretação dos problemas socioeconômicos do país, em um cenário onde desenvolvimento e

⁵³ WEINSTEIN, Flávio. **O Movimento e a linha**: presença do Teatro do Estudante e do Gráfico Amador no Recife (1946-1964). Recife: Ed. Universitária, 2007. p.14.

⁵⁴ MENDONÇA, Sonia. **A industrialização brasileira**. São Paulo: Moderna, 1995. pp.59-60.

⁵⁵ WASSERMAN, C. **A teoria da dependência**: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

⁵⁶ Cf. VILELA, Márcio Ananias F.; BARROS, Arthur Victor. **Trabalhadores rurais e o “credo vermelho”**: experiências protestantes na Liga Camponesa em Goiana, Pernambuco. Revista Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 12, p. 1–18, 2020. DOI: 10.5007/1984-9222.2020.e72616. Disponível em: [https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2020.e72616]. Acesso em: 29 jul. 2023; SILVA, Elizete da. **Protestantismo ecumênico e realidade brasileira**: evangélicos progressistas em Feira de Santana. Feira de Santana: Editora da UEFS, 2010.

progresso são palavras de ordem.⁵⁷ Nesse sentido, a organização de grupos de pesquisa e o recrutamento de intelectuais mobilizou os usineiros em torno de uma causa que visava reafirmar sua posição frente às dinâmicas econômicas impostas pelo capitalismo, ao mesmo tempo em que perpetuava a compreensão da importância histórica da produção açucareira em Pernambuco.

No contexto da *plantation* açucareira, intelectuais foram organizados num grupo de estudos que buscava as bases para a modernização e o desenvolvimento econômico, visando aprimorar o rendimento agrícola na produção de açúcar. Embora esses estudos fossem classificados como técnicos, eles se baseavam na relevância histórica do açúcar para a economia do estado. Em março de 1963, os usineiros de Pernambuco, liderados por Renato Bezerra de Melo, organizaram o Grupo de Estudos do Açúcar (GEA). Esta entidade, uma instituição jurídica de direito privado, integrava o quadro burocrático da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE), estando alocada na pasta de Assessoria Técnica e subordinada diretamente ao presidente da Federação. Nos meses subsequentes à sua criação, foram realizadas reuniões de planejamento para desenvolver um programa de trabalho e selecionar os membros que comporiam seu corpo técnico.

Se para o historiador Ramírez Díaz as décadas de 1960 e 1970 apresentaram a ciência como uma poderosa ferramenta de transformação e desenvolvimento, é possível então incorporar o GEA numa perspectiva envolvendo a escala interamericana, uma vez que o desenvolvimento agrícola na zona canavieira de Pernambuco foi pauta de publicações patrocinadas por instituições governamentais e privadas.⁵⁸ O GEA, portanto, foi estabelecido como um organismo técnico com a finalidade de desenvolver um planejamento global e orgânico de soluções tanto a curto quanto a longo prazo, envolvendo a participação de instituições nacionais e internacionais, com o objetivo de aprimorar a produção açucareira em Pernambuco. Tal medida foi proposta em resposta aos declínios enfrentados pela agroindústria.

Esta pesquisa, portanto, se propõe a analisar o Grupo de Estudos do Açúcar, seus principais atores, suas relações com a administração pública e agências financeiras internacionais, bem como os planos relacionados à modernização do complexo agroindustrial açucareiro em Pernambuco e as associações fundamentadas em uma compreensão histórica que

⁵⁷ WEINSTEIN, Flávio. *Op. Cit.*

⁵⁸ *Ibidem*.p.81.

enaltece um passado colonial e os êxitos dos colonizadores europeus, no período de 1963 a 1966.

A constituição do Grupo de Estudos do Açúcar, assim como o seu funcionamento e principais debates foram descritos no terceiro e quarto capítulo da tese. Foram utilizados como documentos os boletins publicados pelo GEA, em formato de livretos, cujo propósito foi circular suas ideias entre os usineiros e demais interessados. Para compreender o papel dos intelectuais na produção do capital cultural do grupo e caracterizá-los, utilizaremos os conceitos de “pensadores autoritários”, elaborados pelo sociólogo Sérgio Miceli, e “intelectuais orgânicos”, de Antonio Gramsci. Também dialogaremos com os conceitos de *habitus* e *campo* elaborados pelo sociólogo Pierre Bourdieu para entender as relações que envolvem os usineiros e seus intelectuais.

Finalmente, o último capítulo envolve a análise de projetos de pesquisa voltados para a modernização do complexo agroindustrial açucareiro. Entre esses projetos, destaca-se o levantamento aerofotogramétrico iniciado em julho de 1963, que realizou um levantamento básico sobre as características do solo e os recursos hídricos da zona canavieira de Pernambuco. Outro projeto significativo é o acordo de cooperação técnica envolvendo agrônomos estadunidenses enviados a Pernambuco em 1965, com recursos da Aliança para o Progresso, para estudar as condições econômicas e agrícolas da agroindústria açucareira em Pernambuco.

Ressaltamos que a escolha de 1963 como marco inicial não exclui da nossa análise as tentativas anteriores realizadas por meio de iniciativas individuais de agrônomos ou promovidas por institutos de pesquisa. Compreender esses contextos é essencial para analisar o fracasso dessas experiências, que muitas vezes não tiveram sucesso devido à resistência dos próprios usineiros em adotar novos estudos e técnicas na produção canavieira. Nossa pesquisa se limita ao ano de 1966, que marca a incorporação do Grupo de Estudos do Açúcar à Fundação Açucareira do Nordeste (FAN).

1.6 Justificativa e metodologia

O interesse por essa temática surge de uma iniciativa inédita de construir uma narrativa histórica sobre o Grupo de Estudos do Açúcar (GEA). Até o momento, verifica-se uma lacuna significativa de estudos, dissertações ou teses dedicadas a esse grupo, conforme levantamento realizado no banco de dados da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações. Em geral, o GEA é apenas mencionado de maneira tangencial, com sua existência registrada em

poucas páginas. Isso é evidente, por exemplo, nas referências de Thomas Rogers, que cita o GEA no contexto das iniciativas de modernização do complexo agroindustrial açucareiro de Pernambuco diante da crise que afetava o setor no início dos anos 1960.⁵⁹ A partir desses indícios, identificou-se que as fontes relacionadas ao grupo patronal estão armazenadas em um fundo documental disponível no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

O arquivo do Grupo de Estudos do Açúcar (GEA) é composto por cento e cinquenta pastas, cuja documentação está organizada em um catálogo, o que facilitou nosso acesso ao conteúdo. Vale ressaltar o contexto no qual esta pesquisa in loco foi realizada, entre os meses de julho de 2021 e fevereiro de 2022. Durante esse período, o Brasil enfrentava uma grave crise sanitária, com uma média de seis mil mortes por semana devido à pandemia de Covid-19, enquanto o governo federal, sob a liderança de Jair Messias Bolsonaro, negligenciava a vacinação e demonstrava desinteresse pela calamidade enfrentada pelo sistema de saúde. Mesmo diante de todas as restrições, precauções e desafios impostos pelo cenário de caos, conseguimos fotografar todas as pastas disponíveis no acervo, resultando em aproximadamente 60 gigabytes de imagens, excluindo documentos duplicados. Ao final desse processo, pudemos avaliar tanto a magnitude do acervo quanto os desafios que ele nos impôs.⁶⁰

Esses documentos, até então pouco explorados, oferecem uma visão abrangente sobre a organização e o funcionamento do GEA. O extenso volume de material abarca não apenas o acervo do grupo, mas também o de instituições que o sucederam, como a Fundação Açucareira de Pernambuco (FAP) e a Fundação Açucareira do Nordeste (FAN). Apesar das mudanças nos nomes e nas estruturas institucionais, a essência e os objetivos centrais do grupo permaneceram até sua dissolução. O acervo inclui uma vasta gama de documentos, entre eles registros internos, publicações em boletins informativos, correspondências entre universidades, órgãos públicos, embaixadas e consulados, além de planos de modernização para o setor açucareiro. Uma análise preliminar do catálogo revela que as conexões do GEA eram amplas, envolvendo diversas instituições, tanto no Brasil quanto no exterior.

A organização e preservação desses documentos foram, em grande parte, resultado da atuação de Jordão Emerenciano, coordenador-geral do GEA. Devido à grande quantidade de

⁵⁹ ROGERS, Tom. *Op. Cit.* pp.240-41

⁶⁰ Assim, democratizar o acesso às fontes se tornou um dos compromissos éticos do historiador. Com essa perspectiva e com o intuito de fomentar novas pesquisas e ampliar as discussões sobre o Grupo de Estudos do Açúcar, decidimos disponibilizar o acervo fotográfico ao público: [https://1drv.ms/f/s!Aj--G1IQgPSzibx7YY3DZL1HylHk_g?e=xwQeFg].

material e à possibilidade de nos desviarmos do escopo principal deste trabalho, adotamos como metodologia a consulta direcionada por palavras-chave. Priorizamos documentos que incluíam a palavra “problema” em seus títulos e, à medida que avançávamos na busca, acrescentamos as palavras “agroindústria”, “açúcar” e “canavieiro”. Assim, a principal fonte para nossas análises é a publicação *O GEA em 1963*, escrita pelo próprio Jordão Emerenciano. Esse documento oferece uma avaliação das atividades do grupo desde sua fundação em junho de 1963 até o primeiro semestre de 1964.

A reflexão sobre o vasto conjunto de fontes disponíveis, sem um foco claro e uma orientação adequada, traz à tona questões cruciais. Como o Grupo de Estudos do Açúcar foi criado e gerido pela classe dominante, é necessário adotar uma postura crítica para evitar que a narrativa seja enviesada por uma perspectiva elitista e reduza-se a uma história oficial. Um olhar crítico é fundamental para que não sejamos influenciados por um discurso considerado modernizador, mas que, simultaneamente, esteve vinculado a práticas que reforçavam as desigualdades na Zona Canavieira de Pernambuco. Portanto, devemos sempre lembrar que as fontes refletem os interesses de uma classe específica. A análise da documentação precisa ser conduzida de forma a identificar e questionar os condicionamentos políticos e ideológicos presentes nos documentos.

Outro conjunto documental foi descoberto durante as pesquisas realizadas no período do mestrado, quando discuti o programa da Aliança para o Progresso em Pernambuco e seus respectivos impactos políticos nos governos de Cid Sampaio e Miguel Arraes.⁶¹ Durante uma visita ao arquivo da SUDENE, deparei-me com o acordo de cooperação internacional para o *Levantamento Básico da Zona Canavieira e das Bacias Hidrográficas do Agreste*, a ser conduzido por técnicos da USAID, conforme solicitado pelo GEA. Embora essa documentação inicialmente não estivesse dentro do escopo da pesquisa, optei por incluí-la neste trabalho, uma vez que a referência ao GEA já havia despertado meu interesse naquele momento.

Os periódicos constituem um corpo documental de extrema relevância para esta pesquisa. Seu uso como fonte busca complementar os demais documentos, sem, no entanto, cair na armadilha de utilizá-los de forma instrumental, ou seja, como meras fontes confirmadoras. Sem uma leitura crítica dos jornais, corremos o risco de construir uma narrativa

⁶¹ BARROS, Arthur Victor G. Gomes de. **“A pobreza como estopim da revolução”**: a Aliança para o Progresso em Pernambuco (1959-1964). Dissertação (mestrado em história) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p.145, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/28092>. Acesso em 04 jul. 2023.

que desconsidera os discursos que permeiam essas fontes. Os discursos presentes nos periódicos refletem interesses específicos, especialmente os da classe dominante. Segundo o historiador José Murilo de Carvalho, ao discorrer sobre a imprensa durante a Revolta da Vacina, é fundamental observar que os jornais não apenas descrevem, mas também formulam imagens sobre os grupos que cobrem. Eles adotam linhas editoriais claras e, em sua maioria, representam as correntes liberais e conservadoras que controlam a política nacional. “São fontes que exigem cuidado especial, pois podem traduzir antes uma imagem que se quer transmitir dos revoltosos do que descrição precisa deles. Mas esmo como imaginário elas são elementos importantes de entendimento e podem servir-nos de ponto de partida”.⁶²

Os jornais pesquisados oferecem um panorama das atividades realizadas pelo Grupo de Estudos do Açúcar (GEA) e orientam nossa pesquisa na consulta aos documentos do Fundo GEA. A ausência de um questionamento crítico pode resultar na falta de identificação dos interesses editoriais que moldaram o discurso sobre as atividades do GEA. Perguntas como: quais interesses estão por trás das reportagens sobre o GEA? quem se beneficiava com o entusiasmo em torno de suas atividades? ou qual o papel do jornal na reprodução de uma narrativa oficial sobre a *plantation* açucareira? devem guiar nossas análises. A historiadora Tânia Regina de Lucca ressalta a importância de tratar o jornal como uma fonte que não deve ser instrumentalizada, uma vez que suas publicações refletem os interesses específicos de suas redações e linhas editoriais. Como ela argumenta:

As considerações apontam, portanto, para um tipo de utilização da imprensa periódica que não se limita a extrair um ou outro texto de autores isolados, por mais representativos que sejam, mas antes prescreve a análise circunstanciada do seu lugar de inserção e delineia uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica, rigorosamente inseridos na crítica competente.⁶³

Uma leitura crítica permitirá identificar os interesses por trás da cobertura jornalística das atividades do GEA. Nesse sentido, as notícias sobre o grupo circulavam com maior ênfase no jornal *Diário de Pernambuco*, pois ele representava de forma clara os interesses dos usineiros, sendo o principal veículo de divulgação de suas ideias. O historiador Pablo Porfírio argumenta que a linha editorial desse tradicional jornal pernambucano estava diretamente vinculada aos interesses dos latifundiários.⁶⁴ Outro veículo que expressava os

⁶² CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.114.

⁶³ LUCA, Tania Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In. PINSKY, Carla. **Fontes Históricas**. 3. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015. p.141.

⁶⁴ PORFÍRIO, Pablo. **Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964)**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

interesses dessa classe era a publicação *Brasil Açucareiro*, do Instituto do Açúcar e do Alcool. No entanto, também consultamos outros jornais que apresentavam posicionamentos divergentes, como o *Última Hora*, que trazia perspectivas contrárias às da classe dominante. Essa diversidade de fontes é essencial para compreender os diferentes discursos em torno das atividades do GEA.

Eu gosto é do açúcar, né do café não!”

*Seu Waldir.*⁶⁵

⁶⁵ Numa manhã durante o feriado de Nossa Senhora da Conceição do Morro, em 8 de dezembro de 2022, Sr. Waldir, um trabalhador portuário e pai do historiador Maxuel França, meu amigo e companheiro de apartamento, estava ocupado pintando nossa casa quando questionou Maxuel sobre a ausência de açúcar para o café. A epígrafe que inicia este capítulo é não apenas uma fonte de inspiração, mas também uma homenagem a ele.

2 O açúcar, a modernização e o progresso na História

Coloquei três pedacinhos de casca de árvore sobre uma folha de papel. Olhei. Olhei, julgando que olhar talvez me ajudasse a ler algo jamais escrito. Olhei as três lascas como as três letras de uma escrita prévia a qualquer alfabeto. Ou, talvez, como o início de uma carta a ser escrita, mas para quem?⁶⁶

Na mesa da *O Melhor Cantinho da Cidade*, uma cafeteria localizada na Rua da Feira, no bairro da Várzea, encontra-se uma xícara de café e um pequeno açucareiro, objetos que provocam algumas reflexões. Para os trabalhadores, a “pausa do cafezinho” representa um breve alívio efêmero, gole após gole, das ansiedades cotidianas. Essa interrupção no ritmo diário torna-se um momento significativo, proporcionando um descanso mental e físico. Para o historiador, que não apenas pesquisa, mas também leciona no ensino básico, essa pausa assume quase um caráter litúrgico, sendo vital para recompor suas energias. Assim, mesmo que o hábito pareça trivial, é possível perceber sinais que conduzem a uma trilha de rastros, sugerindo que o ato de tomar café adoçado está entrelaçado a aspectos mais profundos da cultura e da história. Embora seja um hábito comum ao povo brasileiro, poucas pessoas questionam a sua origem: por que café com açúcar?

A sociabilidade das cafeterias remete aos salões ingleses e franceses do século XIX, destacando esses espaços como ambientes propícios para a troca de ideias políticas, realização de negócios e momentos de lazer.⁶⁷ Essa observação, muitas vezes incorporada ao senso comum como uma tradição europeia, é, no entanto, desafiada quando se explora outras origens dessa convivência em diferentes tempos e lugares. O historiador James Walvin, em *Sugar: The World Corrupted: From Slavery to Obesity*, remete a povos de cultura islâmica, dispersos pelo Norte da África e Península Arábica, como os pioneiros na prática de frequentar cafeterias como “locais de sociabilidade para discussão de negócios e relaxamento”.⁶⁸ A sociabilidade em torno das cafeterias revela-se como uma prática que transcende fronteiras culturais e temporais, proporcionando espaços de interação social que, apesar de suas variações contextuais, mantêm características essenciais. Mesmo com as distâncias temporais e geográficas, há semelhanças marcantes entre os exemplos mencionados: as cafeterias funcionavam como locais de convivência, com açucareiros decorando as mesas, e eram majoritariamente frequentadas por

⁶⁶ DIDI-HUBERMAN, Georges. *Cascas*. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2017. p.09.

⁶⁷ WALVIN, James. *Sugar: The World Corrupted, from Slavery to Obesity*. [s.l.]: Robinson, 2017. p.67.

⁶⁸ Ibidem. p.71.

homens, tanto em contextos islâmicos quanto europeus. Além disso, o prestígio social associado a esses estabelecimentos muitas vezes excluía a classe trabalhadora.

No prefácio da obra *O Poder Amargo do Açúcar*, uma coletânea de textos do antropólogo Sidney Mintz, a historiadora Christine Dabat ressalta que a consolidação do capitalismo industrial na Europa e nos Estados Unidos teve um impacto profundo no aumento do consumo da mistura entre os trabalhadores.⁶⁹ Distante das cafeterias, ambientes majoritariamente frequentados por uma elite intelectual masculina, os trabalhadores atribuíram à bebida um significado distinto: uma fonte calórica essencial para suportar as extenuantes jornadas de trabalho.

O açúcar havia sido associado às substâncias estimulantes, mas amargas, como o café, o chá e o cacau, cuja aceitação pelos paladares europeus era garantida graças ao seu poder adoçante. Rapidamente, transformou-se num alimento indispensável, pois fornecia uma efêmera sensação de saciedade e boa disposição física e psicológica frente às tarefas penosas, de duração e intensidade crescentes, impostas aos proletários da grande indústria nas metrópoles.⁷⁰

A mistura entre o doce e o amargo, que sociabiliza ideias e consola trabalhadores, é, por outro lado, o resultado de séculos de exploração desses produtos nas colônias. No Brasil, o açúcar e o café continuam sendo dois dos principais produtos de exportação, com significativa participação na economia. A venda de açúcar nos mercados estrangeiros ocorre pelo menos

⁶⁹ Destacamos a relevância das obras de Sidney Mintz como referências fundamentais para a compreensão da história e historiografia da *plantation*. No renomado artigo *Fazendas e Plantações na Mesoamérica e nas Antilhas*, escrito em colaboração com Eric Wolf, é desenvolvida uma interpretação do sistema de produção introduzido pela empresa colonial nas Américas. MINTZ, Sidney. WOLF, Eric. **Fazendas e plantações na Mesoamérica e nas Antilhas**. In. MINTZ, Sidney. **O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados**. 2ª Ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010. Contudo, a obra-prima de Sidney Mintz é o livro *Dulzura y Poder*, um notável trabalho sobre a produção e consumo global de açúcar. Destacamos a abordagem do autor ao escolher como objeto de análise os trabalhadores da Europa e dos Estados Unidos, embora sua investigação percorra toda a história do açúcar, explorando as ilhas do Pacífico, a Índia, o Oriente Médio, o Egito, a Europa e a América. MINTZ, Sidney. **Dulzura y poder: el lugar del azúcar en la historia moderna**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1996. Para outras interpretações clássicas sobre a *plantation*: ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.; FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.; JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, 2008. Para uma interpretação mais recente sobre o conceito, embasada na obra de Sidney Mintz: DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco. 2ª Ed. rev. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.; FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil**. Recife: Ed. UFPE, 2020.

⁷⁰ DABAT, Christine Rufino. **Introdução**. In. MINTZ, Sidney. **O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados**. Organização e tradução Christine Rufino Dabat. 2ª ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010. p.17.

desde o século XVI. No século XIX, a intensa produção de café consolidou as exportações brasileiras por muitos anos.⁷¹

Para atender às demandas comerciais de açúcar e café nos mercados da Europa e dos Estados Unidos, ocorreram invasões de territórios, assassinato e escravização de povos indígenas, destruição de florestas e matas, além do sequestro de africanos, que foram forçados ao trabalho escravo nas *plantations* de açúcar e café. Tais observações ampliam nossos questionamentos sobre a mistura, inserindo a bebida em uma rede mundial de produção e consumo. O açúcar e o café são mercadorias produzidas por trabalhadores nas colônias e consumidos por outros trabalhadores nos grandes centros do capitalismo. Esses indícios demonstram as dimensões intrínsecas à produção e ao consumo desses produtos. Mesmo sem nenhum contato direto, esses sujeitos compartilham uma relação em comum: estão submetidos à exploração do capital e, pelo menos um deles, costuma tomar café com açúcar.⁷²

2.1 As ruínas do Engenho São João da Várzea

Convém saber olhar como um arqueólogo. E é através de um olhar desse tipo – de uma interrogação desse tipo – que vemos que as coisas começam a nos olhar a partir de seus espaços soterrados e tempos esboroados.⁷³

O historiador é um observador. Nos lugares que percorre, indícios instigam reflexões: ruas, edifícios, praças, a paisagem natural; elementos do cotidiano que apresentam vestígios do passado. Em *Porcelanas da China*, Walter Benjamin nos brinda com uma alegoria que diferencia dois tipos de observadores: aquele que sobrevoa e aquele que percorre uma estrada. O historiador, enquanto observador, se depara com essas duas situações. Quem sobrevoa vê apenas uma linha cortando a geografia da paisagem, enquanto quem percorre o caminho contempla suas particularidades, atento aos perigos e detalhes ao seu redor. Assim, os vestígios do passado repousam em elementos cotidianos quase imperceptíveis, nas “pistas

⁷¹ Para obter mais detalhes sobre essas exportações, recomendamos a consulta à coleção de Anuários Estatísticos do IBGE disponível em: [<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>]. Acesso realizado em 08 dez. 2022.

⁷² Nas palavras de James Walvin, o “uma *commodity* produzida a 5.000 milhas de distância por africanos trabalhando em plantações nas Américas agora era um item básico nas prateleiras das lojas mais comuns nas comunidades mais remotas - um aspecto indispensável da dieta diária de todos [...]”. WALVIN, James. *Op. Cit.* p.62.

⁷³ DIDI-HUBERMAN, Georges. *Op. Cit.* p.61.

mudas” de Carlo Ginzburg, que oferecem informações e suscitam interpretações de fenômenos históricos.⁷⁴

Essa perspectiva reforça a importância da atenção aos detalhes muitas vezes ignorados, que podem ser centrais para a nossa compreensão. As reflexões deste capítulo, portanto, partem da nossa percepção sobre o lugar que inspirou e acolheu a escrita deste trabalho: o bairro da Várzea. Situado a aproximadamente 14 km do Centro, na Zona Oeste do Grande Recife, o bairro faz limite com os municípios de Camaragibe, Jaboatão dos Guararapes e São Lourenço da Mata. A paisagem do bairro é composta pela imponência dos antigos casarões do último século, pela grandiosidade dos resistentes baobás e pela presença intrusa de algumas mudas de cana. O cotidiano, com suas marcas e histórias, oferece um terreno fértil para a análise dos vestígios históricos presentes em seu espaço e na vida de seus moradores.

Os primeiros registros de ocupação da região conhecida como Várzea do Capibaribe remontam ao século XVI, com a fundação do Engenho Santo Antônio por Diogo Gonçalves.⁷⁵ De acordo com Pereira da Costa, na obra *Arredores do Recife*, no século XVII, João Fernandes Vieira, militar português considerado um dos principais líderes da resistência portuguesa aos holandeses, possuía três engenhos na região, sendo eles o São João, Santo Antônio e Engenho do Meio, este último a propriedade de maior rendimento. Os banguês foram administrados por Vieira e, posteriormente, pela sua viúva, Maria César.⁷⁶ Pelo menos até o ano de 1945, a Usina São João da Várzea, propriedade remanescente dos antigos engenhos mencionados, ainda operava nessas terras.

⁷⁴ BENJAMIN, Walter; BARBOSA, José Carlos Martins. **Rua de Mão única:** obras escolhidas volume II. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. GINZBURG, Carlo. **Sinais:** raízes de um paradigma indiciário. In. GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais:** morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

⁷⁵ SOUZA, L.; BONALD, L.; CHAGAS, J. N.; LIBERATO, D.; FERREIRA, C.; MUTZENBERG, D. **Análise espacial no sítio Engenho do Meio:** uma abordagem com base na cartografia histórica do bairro da Várzea, Recife-PE. Revista Noctua – Arqueologia e Patrimônio, v. 2, n. 4, p. 123-1392. Disponível em: [https://doi.org/10.26892/noctua.v2i4p123-139].

⁷⁶ LINS, Letícia. **Engenho do Meio: História e Arqueologia na UFPE.** OxeRecife. Disponível em: [https://oxerecife.com.br/arqueologos-revolvem-o-passado-no-antigo-engenho-do-meio/]. Acesso em: 25 out. 2024.



Figura 1 - Ruínas do Engenho do Meio atualmente localizada no campus da Universidade Federal de Pernambuco (registro pessoal)

A ocupação da região, portanto, ocorreu por meio do aproveitamento do Rio Capibaribe para a produção açucareira, com engenhos de tração hídrica e o escoamento do produto para o porto do Recife. Com o enfraquecimento da agroindústria, em meados do século XIX, a ocupação da região foi diversificada.⁷⁷ Às margens do rio, foram construídas casas de veraneio, destinadas às famílias abastadas, que acreditavam nas propriedades milagrosas de suas águas. Paralelamente, os engenhos começaram a arrendar terras, e, aos poucos, a paisagem foi se transformando. Sítios e chácaras passaram a dividir espaço com fábricas e outras construções. A expansão do transporte também permitiu uma conexão mais rápida entre o centro e o subúrbio, e a paisagem lentamente assumiu um novo contorno, em que o verde dos canaviais foi substituído por prédios de tijolos e concreto. “Silva Sobrinho explica que a partir da expansão populacional era mais lucrativo lotear e vender as terras dos antigos engenhos do que tentar aumentar a produção [de açúcar] nelas. Como consequência ocorrerá a diminuição das áreas de plantação do bairro”.⁷⁸

⁷⁷ As discussões sócio-históricas sobre o bairro da Várzea parte da seguinte leitura: MONTE, Camilla Aryana da Silva. As diversas faces de um subúrbio: o bairro da Várzea no século XX. In: ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de; GOMES, Edvânia Torres Aguiar (org.). **Fragmentos do Recife no século XX: paradoxos de uma cidade que queria ser moderna**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2024.

⁷⁸ Ibidem. p.129.



Figura 2 - Planta da Cidade do Recife e seus arrabaldes, século XIX. A seta marca a localização do Engenho do Meio⁷⁹

A partir desses indícios, deparamo-nos com a seguinte imagem: as ruínas de um passado marcado pela dominação colonial, representadas pelo antigo Engenho São Francisco da Várzea, posteriormente Usina São João da Várzea. Esta usina foi a última unidade de produção açucareira na região, apesar de ter sido uma iniciativa pioneira na modernização dos engenhos em Pernambuco. Em *Modernização sem Mudanças*, Peter Eisenberg oferece um quadro informativo sobre os engenhos centrais e usinas estabelecidos em Pernambuco até 1890. Segundo o historiador, o engenho São Francisco da Várzea foi fundado em 1874 pelos herdeiros de Joaquim Canuto de Figueiredo.⁸⁰ O geógrafo Manoel Correia de Andrade, no livro *História das Usinas de Açúcar de Pernambuco*, reitera as afirmações de Eisenberg e acrescenta que o

⁷⁹ **PLANTA da cidade do Recife e seus arrabaldes.** Recife, PE: a Repartição, 1875. 1 planta em 4 seções, col., 72 x 61cm. Escala 1:10.000. ((W34°54'47" / S8°10'52")). Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart529229/cart529229.pdf]. Acesso em: 21 out. 24.

⁸⁰ “Joaquim Canuto de Figueiredo foi um destacado senhor de engenho do século XIX, tendo herdado o que viria a ser o Engenho São Francisco da Várzea em 1822. Localizado no que hoje é o bairro do Curado, em Jaboatão dos Guararapes, esse engenho possui uma história significativa na produção de açúcar da região. Ao longo de sua trajetória como senhor de engenho, Figueiredo implementou melhorias que fizeram do seu engenho um dos primeiros a se transformar em usina. Sua atuação ilustra a transição das plantações tradicionais de açúcar para métodos mais modernos de produção agrícola”. Cf. IMACULADA PAUTAS. *História do Bairro do Curado – Jaboatão*. Disponível em: [https://imaculadapautas.home.blog/2019/06/19/historia-do-bairro-do-curado-jaboatao/]. Acesso em: 7 out. 2024.

Engenho São Francisco da Várzea, por possuir capitais próprios, foi uma pioneira experiência de modernização em Pernambuco, antecedendo até mesmo os engenhos centrais e tornando-se um exemplo das iniciativas do setor privado em direção à modernização dos engenhos.⁸¹

A iniciativa da modernização do parque açucareiro pernambucano coube à própria burguesia agrária, de vez que as primeiras unidades modernas de produção de açúcar foram usinas e não engenhos centrais. De 1874 a 1884 foram implantadas seis usinas na então província, todas propriedades de líderes do grupo açucareiro pernambucano. Só a partir de 1880 é que começaram a ser feitas concessões para a construção de engenhos centrais e de 1884 em diante é que foram implantados os primeiros engenhos.⁸²

Manuel Correia de Andrade afirma que as primeiras usinas em Pernambuco foram implantadas a partir dos investimentos feitos pelos próprios senhores de engenho, inicialmente sem subsídios públicos. No exemplo citado, apesar da modernização do maquinário ocorrida em 1874, a transformação do engenho em usina só ocorreu vinte anos depois. Embora esses dados possam parecer satisfatórios à primeira vista, as observações feitas por Peter Eisenberg e Manoel Correia de Andrade se apresentam como indícios que guiam nossa exploração pelas ruínas do Engenho São Francisco, afinal “quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava”.⁸³ Neste caso, as informações apresentadas pelos autores indicam que a modernização dos engenhos foi, inicialmente, uma iniciativa dos produtores que possuíam capitais suficientes para aprimorar as máquinas dos engenhos. Elas também apontam para a visão que considera a modernização como o progresso tecnológico e motor da história. Para os autores, portanto, a modernização dos engenhos e sua transformação em usinas inaugura uma fase industrial da produção açucareira. Por outro lado, se o papel do historiador é aprimorar constantemente seus questionamentos, não deve hesitar em revisar fontes utilizadas por esses autores em busca de elementos despercebidos.⁸⁴

O assucar e o algodão em Pernambuco é uma publicação expositiva que abrange as usinas em funcionamento no estado até o ano de 1929, data de sua publicação.⁸⁵ Entre as

⁸¹ ANDRADE, Manuel Correia de. **História das usinas de açúcar de Pernambuco**. Recife: Editora Massangana (FUNDAJ), 1989. p.24.

⁸² Ibidem. p.27.

⁸³ BENJAMIN, Walter; BARBOSA, José Carlos Martins. *Op. Cit.* p.239.

⁸⁴ “Mas, como é sabido, o arqueólogo defende outro discurso: os solos falam conosco precisamente na medida em que sobrevivem, e sobrevivem na medida em que os consideramos neutros, insignificantes, sem consequências. É justamente por isso que merecem nossa atenção. Eles são a casca da história”. Cf. DIDI-HUBERMAN, Georges. *Op. Cit.* p.65.

⁸⁵ Apesar da referência ao algodão no título, as informações sobre essa *commodity* contidas no documento destinam-se, em sua maioria, aos produtores de cana-de-açúcar. Para se ter uma noção da importância do açúcar em relação ao algodão, a publicação de 97 páginas reserva apenas duas páginas para o assunto algodão, restringindo-se a duas tabelas que informam o número de fábricas e suas exportações. Uma dessas tabelas, a de

informações apresentadas, é possível encontrar dados sobre os proprietários, capacidade ferroviária, taxas de produção, quantidade de propriedades adjacentes, maquinários, entre outros. O documento também fornece informações sobre os recebedores e exportadores de açúcar estabelecidos na Praça Comercial do Recife, além de dados sobre as exportações reproduzidos em tabelas ao final do documento. A autoria da fonte é atribuída a Gonçalves & Silva, possivelmente algum capitalista responsável pelo comércio de açúcar, infelizmente sem maiores informações disponíveis. O local de impressão está indicado ao final do documento como sendo a tipografia do jornal *Diario da Manhã*, propriedade de Carlos de Lima Cavalcanti.⁸⁶ Ampliamos as pesquisas a fim de encontrar outros elementos que possibilitassem a exploração da fonte. Foram consultados, por exemplo, os bancos de dados da Hemeroteca Digital⁸⁷ e do acervo do periódico *Diário da Manhã*, disponível no site da Companhia Editora Pernambucana (CEPE)⁸⁸. No entanto, nossas buscas retornaram poucos resultados. A pesquisa pelos metadados “assucar e algodão” ou “o assucar e o algodão” resultou em apenas uma correspondência no acervo do *Diário da Manhã*: trata-se de um *fac-símile* de uma das tabelas de exportação de algodão reproduzida no documento.⁸⁹

Numa primeira leitura, observa-se que as informações sobre os equipamentos predominam em relação ao quantitativo de trabalhadores empregados nas usinas e nos canaviais. De forma sucinta, o documento menciona a presença desses trabalhadores, registrando inclusive a presença de mulheres e “menores de idade”. Tomemos como exemplo o caso da Usina Santo Ignácio, situada no município do Cabo de Santo Agostinho e pertencente à Família Brennand.⁹⁰ O documento menciona a presença de 40 indivíduos empregados na

exportação, foi reproduzida no jornal *Diário da Manhã*, o que nos permitiu buscar outras fontes. O *Açúcar e o Algodão em Pernambuco*, 1929. Biblioteca Digital Brasileira. Disponível em: [\[http://memoria.bn.br/docreader/354813/1\]](http://memoria.bn.br/docreader/354813/1). Acesso em 12 de dez. de 2022.

⁸⁶ Carlos de Lima Cavalcanti ficou conhecido por ocupar o cargo de interventor federal nos primeiros anos do governo Getúlio Vargas. Além de político, foi proprietário dos jornais *Diário da Manhã* e *Jornal da Tarde*.

⁸⁷ Acesso em 12 dez. 2022.

⁸⁸ Acesso em 12 dez. 2022.

⁸⁹ A referência pode ser encontrada no exemplar de 22 de fevereiro de 1929 disponível em: [\[http://www.acervocepe.com.br/acervo/colecao-do-jornal-diario-da-manha--1927-1985--1\]](http://www.acervocepe.com.br/acervo/colecao-do-jornal-diario-da-manha--1927-1985--1). Acesso em 12 dez. 2022.

⁹⁰ *O Assucar e o algodão em Pernambuco*, 1929. Disponível em: [\[http://memoria.bn.br/docreader/354813/1\]](http://memoria.bn.br/docreader/354813/1). Acesso em 12 dez. 2022. Pesquisas feitas no periódico *Diario de Pernambuco*, entre os anos de 1920 e 1929, apresentaram algumas informações importantes: a usina em questão, além de empregar crianças e adolescentes, foi palco de alguns conflitos envolvendo trabalhadores e vigilantes. Em setembro de 1922, o trabalhador José Borges foi assassinado com um tiro de rifle pelo vigia Urbano Alves, este fugido com a conivência das autoridades. Cf. Factos diversos. **Diário de Pernambuco**. Recife, 26 de setembro de 1922, nº 224, p.04. Disponível em: [\[http://memoria.bn.br/DocReader/029033_10/7335\]](http://memoria.bn.br/DocReader/029033_10/7335). Acesso em 12 jun. 2023. Dois anos depois, em 1924, há uma denúncia de tortura aos trabalhadores José Bezerra de Oliveira, Pergentino de Lima e Pedro (a matéria não informa o nome completo deste último) por esses terem cortado cana sem autorização dos feitores. Cf. Factos diversos.

usina, “inclusive menores de idade”. Devido às limitações na documentação, não foi possível obter informações sobre o número exato de crianças e adolescentes trabalhadores, nem determinar a ocupação desses sujeitos na usina e/ou nos canaviais. Contudo, vale mencionar os casos envolvendo crianças e adolescentes trabalhadores dessa usina que merecem ser lembrados: em fevereiro de 1907, o menor José Alves da Silva Barbosa perdeu sua mão esquerda enquanto operava a limpeza do moinho⁹¹; e em 11 de junho de 1925, o adolescente de doze anos, Cláudio José de Sant’anna, sofreu queimaduras pelo corpo enquanto manuseava breu quente durante seu turno de trabalho.⁹²

Ao percorrer as páginas de nossa fonte, deparamo-nos com o verbete sobre a Usina São João da Várzea, antigo Engenho São Francisco. Estabelecida em 1894, como resultado dos investimentos de Francisco Rego Barros Lacerda, a Usina São João foi formada pela incorporação de três engenhos, a saber, “São Francisco, São Cosme e São João”, recebendo o nome do último devido à localização em suas terras onde foi erguida a fábrica de açúcar.⁹³ A descrição da usina prossegue com a apresentação de seu maquinário e a disponibilidade de uma estrada de ferro interligada com a *Great Western* e a *Pernambuco Tramways*. Quanto ao número de trabalhadores, a fonte oferece informações limitadas, mencionando apenas a quantidade de 50 empregados da usina, sem contemplar o contingente de trabalhadores nos canaviais. Por fim, destacamos a existência de uma vila operária composta por 70 casas, embora não tenha sido possível localizar atualmente essas residências.⁹⁴

A fonte fornece informações valiosas que podem auxiliar os historiadores no estudo dos equipamentos que compunham o maquinário das usinas. Por outro lado, a descrição de uma infraestrutura de ponta sugere, à primeira vista, que a modernização dos engenhos está diretamente relacionada à adoção do progresso tecnológico nessas usinas, como parte de seus processos de aprimoramento. Nossa investigação é motivada por uma desconfiança em relação aos dados apresentados pela fonte sob a denominação de “dados históricos”. Insistir em uma

Diário de Pernambuco. Recife, 15 de abril de 1924, n° 89, p.02. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/029033_10/11719]. Acesso em 12 jun. 2023.

⁹¹ **Jornal Pequeno.** Recife, 07 de fevereiro de 1907, n° 31, capa. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/800643/9028]. Acesso em 12 jun. 2023.

⁹² Factos diversos. **Diário de Pernambuco.** 12 de junho de 1925, n° 134, p.04. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/029033_10/15016]. Acesso em 12 jun. 2023.

⁹³ Num momento apropriado será discutida a expropriação de terras feita pelos usineiros a fim de aumentar a plantação de cana e a produção de açúcar. Ibidem. *O Assucar e o algodão em Pernambuco*, 1929. Biblioteca Digital Brasileira. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/354813/1]. Acesso em 12 dez. 2022. p.70.

⁹⁴ *O Assucar e o algodão em Pernambuco*, 1929. Biblioteca Digital Brasileira. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/354813/1]. Acesso em 12 dez. 2022.

visão que associa exclusivamente o progresso tecnológico como impulsionador da modernização pode levar a uma concepção histórica que pressupõe uma linearidade perfeita das realizações, um progresso cumulativo que, para o historiador atento, suscita dúvidas. O resultado dessa acumulação tecnológica levanta a questão de se essa abordagem não seria uma maneira de construir uma interpretação do passado orientada pelos interesses da classe dominante, visando legitimar suas necessidades econômicas ou sociais no presente, enquanto omite a barbárie decorrente de um determinado modo de produção, neste caso, a *plantation* açucareira.⁹⁵ Embora a documentação seja rica na apresentação de dados que enaltecem o avanço tecnológico, ela também proporciona a oportunidade de explorar perspectivas questionando a modernização como um elemento do progresso.

2.2 A modernização através da publicidade

Elementos antes despercebidos emergem ao longo da análise da fonte. Neste caso, as publicidades são uma oportunidade de desvelar a associação entre a modernização e o progresso tecnológico. Para explicar essa associação, recorreremos à historiadora Beatriz Sarlo, que em *Modernidade Periférica* descreve os impactos da modernização ocorridos na cidade de Buenos Aires entre os anos de 1920 e 1930, especialmente sobre a produção de intelectuais e artistas argentinos.⁹⁶ Em uma de suas observações, Sarlo destaca a publicidade como uma fonte rica em elementos que auxiliam na análise das mudanças socioculturais de um determinado local.⁹⁷ As ideias da autora, portanto, auxiliam na compreensão das peças publicitárias contidas na fonte *O assucar e o algodão em Pernambuco*.

As publicidades estão dispostas em uma diagramação que ocupa metade ou uma página inteira. Devido à variedade de anúncios, os recursos para a produção e circulação da fonte provavelmente foram obtidos por meio da venda do espaço publicitário. Os anúncios abrangem temas como bancos, casas de câmbio, móveis sob medida e serviços odontológicos. Dada a natureza da publicação, que provavelmente se destinava a uma circulação limitada entre usineiros, técnicos e alguns outros poucos interessados, os temas relacionados à modernização

⁹⁵ FILHO, Michel Zaidan. **Razão e História**. Brasília: Editora Pindorama/Universidade de Brasília, 1988. p.42.

⁹⁶ SARLO, Beatriz. **Modernidade periférica**: Buenos Aires 1920 e 1930. São Paulo: Cosacnaify, 2010.

⁹⁷ Ibidem. p.45.

tecnológica prevalecem sobre os demais. Diante de tal diversidade, escolhemos três exemplos, dispostos em sequência, para ilustrar nossos argumentos.⁹⁸

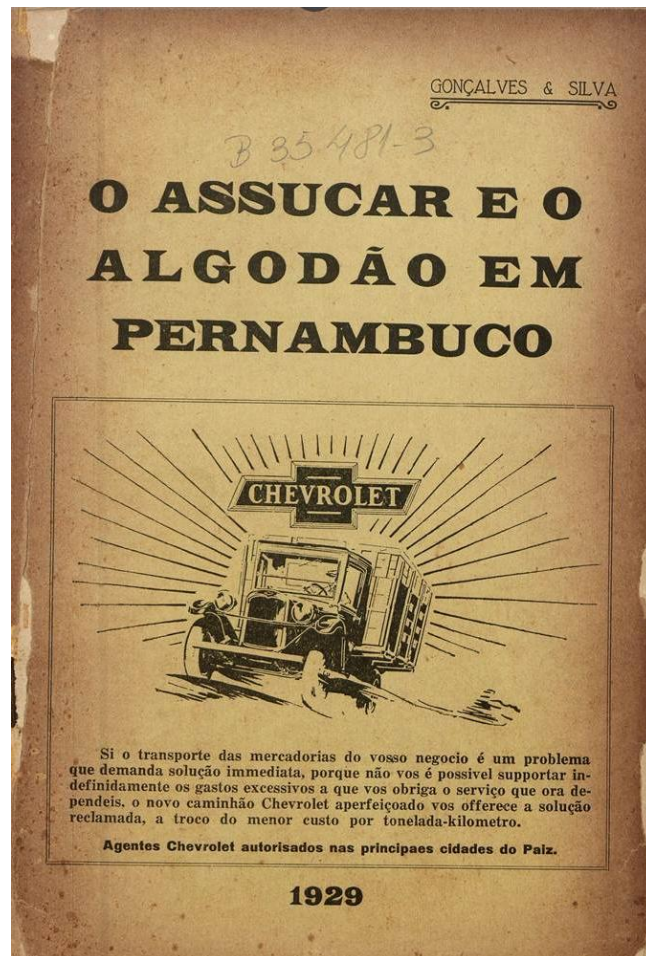


Figura 3 - Capa da publicação *O Assucar e o algodão em Pernambuco*⁹⁹

A primeira peça está estampada na capa. O capital simbólico da marca automotiva Chevrolet anuncia o substituto dos carros de bois utilizados há séculos na acidentada geografia da zona canavieira, embora a tração motora e os pneus não façam grande diferença nos atoleiros das estradas de barro que cortam os canaviais. Note que nem mesmo as estradas de ferro, investimento consideravelmente viável para a logística açucareira, são anunciadas com tanta

⁹⁸ Os anúncios dos bancos, que também eram os mais frequentes em nossa fonte, ofertavam créditos agrícolas, um meio fundamental para os senhores de engenho e usineiros obterem os recursos necessários para a modernização de suas instalações.

⁹⁹ O ano de 1929 estampado na capa principal pode parecer apenas um marco referencial. No entanto, é também o ano conhecido pelo *crash* da economia estadunidense. Refletindo a partir desse ponto, a vinculação da campanha publicitária pode parecer uma estratégia para esvaziar os estoques de mercadorias disponíveis naquele momento. Porém, isso é apenas uma possibilidade que depende de fontes às quais não tivemos acesso. Cf. *O Assucar e o algodão em Pernambuco*, 1929. Biblioteca Digital Brasileira. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/354813/1]. Acesso em 12 dez. 2022.

ênfase quanto nesse anúncio.¹⁰⁰ A apresentação do caminhão, sob a legitimidade da montadora estadunidense pioneira no desenvolvimento de automóveis, é feita com destaque. Os traços ao redor do caminhão sugerem uma grande novidade. O olhar em perspectiva indica que o automóvel se move numa direção, de forma acelerada, como sugerem as linhas cortando o ar, apontando rumo a um “futuro redentor”, uma solução, de acordo com a fonte, de “demanda imediata”. A incorporação dos carros tracionados por motores, portanto corrobora a noção da modernização como um progresso tecnológico, um momento em que potentes motores colaborariam para aumentar o rendimento industrial da agroindústria açucareira, transportando rapidamente a cana cortada para as moendas e o açúcar para o Porto do Recife. Mas para adquirir esses equipamentos foi preciso recorrer às importações.

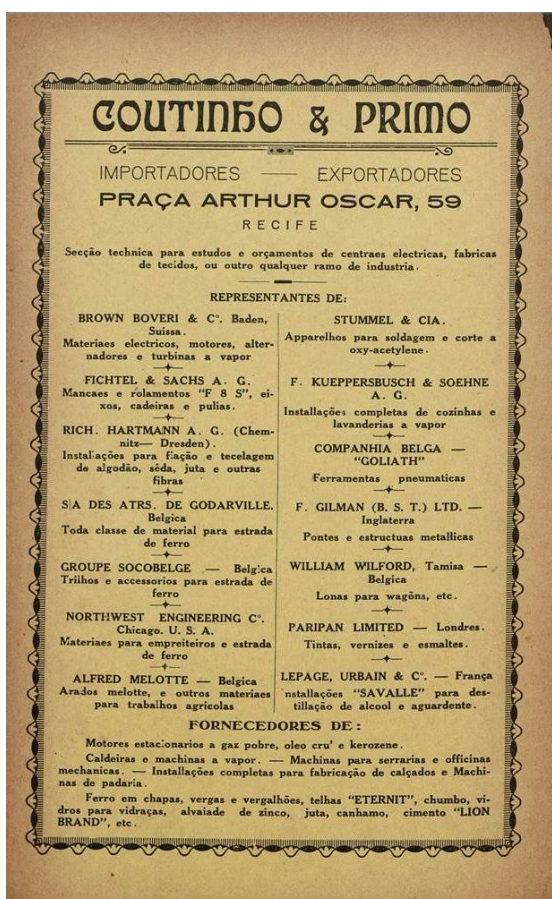


Figura 4 - Companhia Coutinho & Primo de importação e exportação de máquinas e equipamentos para as usinas¹⁰¹

¹⁰⁰ Essa afirmação é feita tendo como exemplo Cuba. Dentre os fatores que contribuíram para o aumento da produção na ilha caribenha, ressaltamos os investimentos na ampliação de uma malha ferroviária, cobrindo os canaviais, diminuindo o tempo do corte e da moagem da cana. Cf. GARCÍA, Antonio Santamaría. **La industria azucareira y la economía cubana durante los años veinte y treinta**. Tese - Universidad Complutense de Madrid, Instituto Universitario Ortega y Gasset. Madrid, 1995.

¹⁰¹ *O Assucar e o algodão em Pernambuco*, 1929. Biblioteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/354813/1>. Acesso em 12 dez. 2022.

Na página seguinte, é reproduzido o anúncio da companhia Coutinho & Primo. A representação comercial brasileira, de empresas sediadas nos Estados Unidos e na Europa, importava motores e peças de reposição, além de peças e maquinários para as ferrovias. Ao longo de nossa fonte, notamos que a quantidade de anúncios de importadoras sobrepõe os demais e logo nos questionamos sobre a dependência do Brasil em relação às máquinas e aos equipamentos importados: se estamos falando de progresso tecnológico, por que um dos grandes produtores mundiais de açúcar não foi uma vanguarda de inovação na economia açucareira?

Na primeira metade do século XIX, Pernambuco possuía uma fundição responsável pela fabricação de peças de reposição para os engenhos, “tendo chegado a montar em 1836 uma máquina a vapor completa”.¹⁰² O desaparecimento desse tipo de atividade industrial ocorreu “ainda na primeira metade daquele século, asfixiada pelas facilidades concedidas à importação das máquinas e peças, especialmente inglesas, e pelas dificuldades criadas à exportação das peças fabricadas em Pernambuco”.¹⁰³ Segundo o historiador Pedro Ramos, a dificuldade de manter uma indústria de reposição está associada à disponibilidade de recursos utilizados na importação de máquinas estrangeiras, ao mesmo tempo que essa medida desestimulava o interesse na formação de uma indústria nacional voltada para o mercado interno. Por outro lado, outros países aumentaram a produção de açúcar privilegiando as inovações locais, mesmo recorrendo às importações. Para pensar tal questão, vejamos os exemplos de Cuba, Estados Unidos (Havaí) e Java em comparação com o Brasil.

¹⁰² RAMOS, Pedro. *Op. Cit.* pp.42-43.

¹⁰³ *Ibidem.*

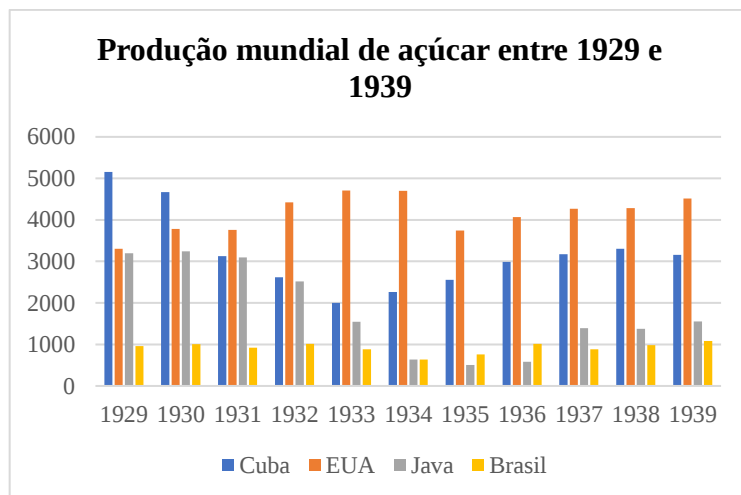


Figura 5 - Produção Mundial de Açúcar entre 1929 e 1939 (medidas em mil toneladas)¹⁰⁴

No ano de publicação da fonte, 1929, Cuba liderou a produção de açúcar, seguido pelos Estados Unidos e Java. A liderança da ilha caribenha manteve-se até 1931, quando foi ultrapassada pelos Estados Unidos (produção concentrada no Havaí), que também se tornaram o principal importador do açúcar cubano. Durante esse decênio, o Brasil não figurava entre os principais produtores. É fundamental lembrar que esse período coincide com o governo Getúlio Vargas, durante o qual a produção de açúcar foi controlada pelos Planos de Defesa de Safra, elaborados pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Diante desse contexto, surge a indagação sobre as características distintivas de nossa produção em relação aos demais países.

De maneira geral, notamos que a produção de açúcar pelos concorrentes ocorreu de maneira semelhante à nossa, no entanto, há uma diferença: enquanto no Brasil perdura a exploração do latifúndio, em Cuba, no Havaí e em Java os desafios impostos pela geografia limitada e acidentada exigiram soluções específicas da agroindústria, à medida que a demanda por açúcar aumentava no mercado internacional. Para enfrentar as adversidades impostas pela geografia, as inovações tecnológicas, ocorridas nas usinas e nos canaviais, foram mais significativas nesses lugares em comparação com a abundante disponibilidade de terras no Brasil.

O historiador Antonio Santamaría García destaca que essas inovações ocorreram principalmente no que diz respeito à produtividade. Houve melhorias no rendimento industrial, diminuindo o tempo entre o corte e a extração do açúcar, investimentos em novas variedades

¹⁰⁴ Sobre os Estados Unidos consideramos a produção ocorrida no continente e nas ilhas, assim como a produção de açúcar de cana e de beterraba. Os dados foram extraídos de GARCÍA, Antonio Santamaría. *Op. Cit.* p.170.

genéticas de cana, assim como na infraestrutura logística, com a ampliação da malha ferroviária para facilitar o transporte da cana cortada para os engenhos.¹⁰⁵ Ao descrever os processos de modernização nessas ilhas, especialmente em Cuba, o historiador ainda aponta a inovação tecnológica como resultado das dificuldades enfrentadas pelos produtores e da associação de suas demandas econômicas com os grandes centros do capitalismo.

El cambio tecnológico no fue en este caso fruto de una transferencia desde los EE.UU. o Europa hacia los trópicos, sino el resultado de un flujo de ideas e innovaciones en ambos sentidos. Por esa razón, junto con Java y Hawaii, Cuba fue uno de los líderes tecnológicos mundiales de la fabricación de azúcar crudo.¹⁰⁶

Nas ilhas produtoras de açúcar, a modernização do setor é caracterizada pela atenção à saúde dos canaviais, introdução de máquinas mais potentes e melhoria logística no transporte da cana e distribuição do açúcar, resultando no aumento da produção. No entanto, no Brasil, especialmente no Nordeste, a modernização ocorreu de forma incompleta. Limitou-se à introdução de máquinas nos engenhos e à ampliação, ainda que incipiente, das estradas de ferro, sem impacto significativo no aumento da produção. Os melhoramentos na saúde dos canaviais não causaram impactos significativos no rendimento e aproveitamento da cana. Para os trabalhadores, o estatuto da liberdade estava contingenciado ao espaço da plantation, oferecendo poucas chances de sair dessa condição.¹⁰⁷ A exploração de contingentes de trabalhadores, inclusive de trabalhadores migrantes, conhecidos como corubás, compostos por sertanejos e povos indígenas como os Funiô e Xucurú, as condições precárias de moradia e trabalho, a concentração fundiária e a violência como instrumento de controle e coerção são, portanto, marcas de uma “modernização sem mudanças” e limitada ao aperfeiçoamento tecnológico.

Diante da concorrência nacional e internacional no mercado do açúcar, inclusive com os produtores de açúcar de beterraba, poucos interesses surgiram para o desenvolvimento de uma indústria nacional dedicada à inovação do setor. Apenas alguns poucos produtores possuíam recursos para importar equipamentos, enquanto aqueles desprovidos de capitais recorriam aos recursos públicos, fundamentando suas súplicas na importância histórica do açúcar para a economia brasileira. Por fim, é importante ressaltar que, entre os serviços oferecidos pela representação comercial Coutinho & Primo, acentuando ainda mais a

¹⁰⁵ GARCÍA, Antonio Santamaría. *Op. Cit.* p.12.

¹⁰⁶ Ibidem. p.11.

¹⁰⁷ FILHO, José Marcelo Marques Ferreira. **Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2020.

dependência do Brasil aos grandes centros do capitalismo, consta a instalação de pequenas fábricas, padarias e oficinas mecânicas, além do fornecimento de mercadorias como chapas de ferro, cimento, vidro e cânhamo.

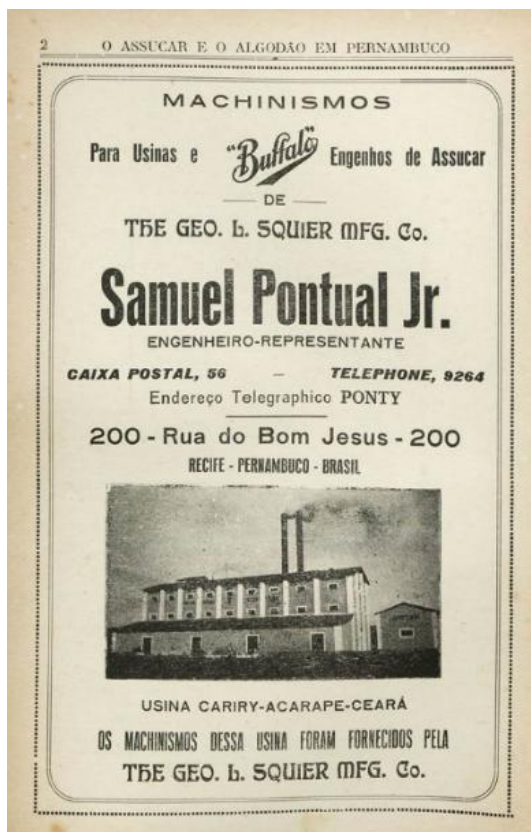


Figura 6 - Companhia Machinismos Buffalo para a modernização dos engenhos e sua transformação em fábricas de açúcar¹⁰⁸

No último exemplo, a modernização surge como uma construção estética. Na publicidade, temos a fotografia da fábrica que apresenta uma extensa estrutura de chaminés poluentes. A construção representa, portanto, a transformação estética dos engenhos em poderosas fábricas de açúcar, embora, como demonstra a historiadora Roberta Barros, o apelo à estética nem sempre esteja relacionado ao aumento da produção.

Apesar da arquitetura da fábrica possuir uma função de impressionar aos olhos dos homens ao seu redor, o custo extremamente alto destas máquinas supera em muito o preço do edifício destinado a abrigá-la. Este edifício deveria ser suficientemente espaçoso, mas compacto. Cada vez mais bem digno era o princípio da racionalidade que subordinava normalmente edifícios e trabalhadores num quadro de busca incansável do aumento da produção e melhora da qualidade do produto.¹⁰⁹

¹⁰⁸ *O Assucar e o algodão em Pernambuco*, 1929. Biblioteca Digital Brasileira. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/354813/1]. Acesso em 12 dez. 2022.

¹⁰⁹ MEIRA, Roberta Barros. *Op. Cit.* p.89.

Conforme Roberta Barros, é possível construir uma fábrica moderna, mas, em seu interior, as máquinas que a compõem não foram suficientes para enfrentar a queda da produção. Em outras palavras, os equipamentos instalados eram defasados, causando mais prejuízos do que benefícios aos produtores.¹¹⁰ Por outro lado, a fotografia da Usina Cariry representa a transformação estética dos velhos engenhos. Estabelece-se, portando, uma oposição entre as estruturas de madeira, tanto dos engenhos quanto de suas máquinas, e as estruturas de tijolo, ferro e aço das usinas. Mesmo que as máquinas superem os custos com a infraestrutura das construções, a transformação estética, em nossa interpretação, buscou uma associação da agroindústria com as fábricas, exaltadas como representações do progresso.

Partindo do tempo presente, as publicidades são observadas como anúncios de uma etapa do capitalismo já superada. Contudo, o olhar atencioso sobre o conjunto que elas representam, isto é, publicidades e as descrições detalhadas das usinas, revela elementos que caracterizam a *modernização sem mudanças*: a dependência das inovações ocorridas nos grandes centros do capitalismo, noção compartilhada com as visões de Peter Eisenberg e Manuel Correia de Andrade; o apelo estético para poderosas estruturas de concreto; a permanência da monocultura e da exploração do trabalho na *plantation* açucareira. Porém, interromper nossas observações por agora significa afundar nos pântanos do progresso sem apontar para o juízo dos vencedores.

Até agora, demonstramos como as informações contidas na fonte reproduzem a noção que a redenção da agroindústria viria por meio da modernização das máquinas e do aperfeiçoamento agrícola nos canaviais. Por outro lado, essas informações são apenas uma parte dos indícios. Nesse caso, a modernização e o progresso são partes da construção de um discurso que valoriza um determinado saber histórico.¹¹¹ Para explicar essa associação, recorreremos à epígrafe reproduzida nas primeiras páginas da fonte:

A indústria agrícola do assucar (sic.), principalmente, que *há mais de 400 annos (sic.)*, faz o nosso progresso e dirige os nossos destinos econômicos, apresentando actualmente (sic.), novos aspectos, desafiando a nossa capacidade de trabalho, a nossa

¹¹⁰ EISENBERG, Peter. *Op. Cit.* p.116.

¹¹¹ Para Michel Foucault, o saber histórico é uma tática discursiva que opera na escrita da história a partir da produção de um discurso que visa a manutenção do poder por determinadas classes. “Quanto mais regularmente formado e o saber, mais e possível, para os sujeitos que nele falam, distribuir-se segundo linhas rigorosas de afrontamento, e mais e possível! fazer esses discursos, assim afrontados, funcionarem como conjuntos táticos diferentes em estratégias globais (em que não se trata simplesmente de discurso e de verdade, mas igualmente de poder, de status, de interesses econômicos)”. FOUCAULT, Michel. Aula de 03 de março de 1976. In. FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: cursos no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005. p.250.

inteligência (sic.) e o nosso esforço, merece um constante desvelo dos estudiosos dos nossos problemas.¹¹²

O texto em destaque contém indícios que merecem a nossa atenção. Como já afirmamos anteriormente, o documento explorado é uma exposição da infraestrutura das usinas em funcionamento até o ano de 1929, em Pernambuco. Ele não fornece dados sobre dificuldades enfrentadas pelos usineiros na aquisição de novas máquinas. A publicação, portanto, pode ter circulado como um portfólio favorável à agroindústria açucareira carente de atenção e de recursos públicos, pois havia o interesse de adquirir novas máquinas e, para isso, precisavam de capitais para realizá-lo. Por outro lado, identificamos a presença de um discurso, pelo menos na epígrafe, de uma valorização exacerbada sobre os “êxitos” da *plantation* açucareira. Perceba que, para justificar determinados interesses, a fonte evoca um passado que remonta a quatrocentos anos de “progressos sobre os nossos destinos econômicos”. Não parece estranho ao historiador esse apelo, considerando os números que não conferem ao Brasil, pelo menos no contexto da fonte, o patamar dos grandes produtores de açúcar? Retomando Gilberto Freyre, não existe um interesse em evocar o passado de uma “era dourada” do açúcar brasileiro no mercado internacional?¹¹³ Estaríamos diante de uma situação em que é possível identificar a construção de um passado que satisfaz os interesses de uma classe? Aqui, o apelo ao passado é um alerta, pois a invocação desse passado é também uma forma de perpetuar determinados interesses através da reprodução de um determinado saber histórico.¹¹⁴

2.3 Construindo uma imagem do passado

Até agora, demonstramos como a modernização está associada ao progresso tecnológico, evidenciando a narrativa que atribui a sobrevivência do complexo agroindustrial açucareiro aos investimentos em máquinas modernas. Apesar da fonte mencionar a necessidade de levantar “novos aspectos” que desafiam “a capacidade de trabalho, a nossa inteligência e o nosso esforço” e “merece um constante desvelo dos estudiosos”, não há uma apresentação dos gargalos que causavam a estagnação do setor, como o baixo rendimento industrial, a pouca inovação na parte agrícola e a limitação de recursos financeiros. Contudo, há um elemento que merece destaque. Eric Hobsbawm desenvolve uma interpretação sobre a instrumentalização do

¹¹² *O Assucar e o algodão em Pernambuco*, 1929. Biblioteca Digital Brasileira. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/354813/1]. Acesso em 12 dez. 2022.

¹¹³ FREYRE, Gilberto. **A presença do açúcar na formação brasileira**. *Op. Cit.*

¹¹⁴ FOUCALT, Michel. Aula de 03 de março de 1976. *Op. Cit.*

passado como fonte de legitimidade para a classe dominante. Essa interpretação ajuda a moldar nossa compreensão.

De acordo com o historiador, no momento em que a fonte reivindica a importância secular da produção açucareira, ela reproduz uma “seleção particular da infinidade daquilo que é lembrado ou capaz de ser lembrado”.¹¹⁵ Quem recorre ao passado para legitimar seus interesses busca apresentar um “pano de fundo glorioso para um presente que não tem muito o que comemorar”.¹¹⁶ Para explicar essa discussão, vamos recorrer ao seguinte exemplo: a pedido de um comprador, um artista pinta um quadro conforme orientações previamente estabelecidas. O resultado é admirado por quem observa sem muita crítica, embora um observador mais atento não se deslumbre facilmente com a arte. Quem ilustra nosso raciocínio é o historiador Benedict Anderson, que em *Comunidades Imaginadas* descreve os vitrais e as pinturas pré-renascentistas cuja característica é a reprodução dos interesses daqueles que encomendavam as artes.

[...] Os pastores que seguiram a estrela até a manjedoura onde Cristo nasceu apresentam os traços dos camponeses da Burgúndia. A Virgem Maria é pintada como a filha de um mercador toscano. Em muitos quadros, o patrono comitente, em traje completo de nobre ou de burguês, está ali ajoelhado, em adoração junto com os pastores.¹¹⁷

Nos deparamos, portanto, com uma imagem do passado construída a partir da reprodução de um conhecimento histórico orientado pelos interesses da classe dominante. Esse grupo, representado por usineiros e produtores de cana, buscou manter seus privilégios perpetuando uma imagem do passado que destaca a importância histórica do açúcar para a economia de Pernambuco, justificando assim a persistência desse modo de produção estabelecido durante a invasão portuguesa. Estamos diante da construção de um passado que exalta a necessidade permanente do progresso tecnológico e o instrumentaliza para legitimar as aspirações econômicas da classe dominante. Segundo Hobsbawm, essa seleção particular das mudanças tecnológicas atua como “uma máscara para a inovação”, sendo uma “substituição de uma forma de domínio por outra, cada vez mais aperfeiçoada em termos de exploração do trabalho”.¹¹⁸

¹¹⁵ HOBSEBAWN, Eric. **Dentro e fora da história.** In. HOBSEBAWN, Eric. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p.26.

¹¹⁶ Ibidem. p.18.

¹¹⁷ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p.52.

¹¹⁸ HOBSEBAWN, Eric. **O sentido do passado.** Op. Cit. p.25.

Na epígrafe de *O açúcar e o algodão em Pernambuco*, a relevância histórica do setor açucareiro, responsável pelo “progresso econômico do Brasil e de Pernambuco por pelo menos quatrocentos anos”, é estabelecida sobre uma contradição: a exploração das *plantations*, o sequestro e tráfico de africanos, e a imposição do trabalho escravo nas colônias. Esse fenômeno, conhecido como colonialismo, estabeleceu as bases do capitalismo na Europa e, posteriormente, nos Estados Unidos. Consideramos, portanto, uma interpretação que “escove a contrapelo” a concepção sobre o conhecimento histórico que fundamenta os interesses da classe dominante.¹¹⁹ Observar o fenômeno da modernização como um aperfeiçoamento do complexo agroindustrial açucareiro, apenas como um câmbio tecnológico impulsionado pela reprodução do passado que exalta os êxitos econômicos, é insistir numa interpretação que exclui a função do colonialismo na construção e reprodução desse conhecimento histórico.

Nesse sentido, reivindicamos o pensamento de Walter Benjamin a respeito da noção de tempo vazio e homogêneo para ampliar nosso debate.¹²⁰ O avanço científico e tecnológico, conduzido pela classe dominante, apela para uma história oficial que apresenta o passado enquanto uma perfeita cadeia de acontecimentos que resulta na prosperidade da classe dominante, embora, como já demonstramos, obtida às custas da exploração colonial. Essa interpretação teleológica da história é construída com base no tempo vazio e homogêneo, noção que exalta a prosperidade de um determinado grupo em detrimento de outro, geralmente silenciado e colocado às margens do progresso, como aponta o historiador Márcio Seligmann-Silva:

na modernidade, essa identificação (a empatia com o vencedor) foi reforçada pela associação da história a um único modelo de processo histórico: se a saga de todas as sociedades deve ser a do progresso em direção à era industrial, ou, agora, à era pós-industrial, no sentido da revolução cibernética, tudo o que não se coaduna com essa linearidade seria “desvio”, “atraso”, “falta de desenvolvimento” etc.¹²¹

Não podemos apontar as contradições que envolvem a noção de progresso sem mencionar o colonialismo. Nas teses sobre o conceito de História, por exemplo, a crítica de Benjamin ao historicismo é também, segundo Márcio Seligmann-Silva, uma crítica ao

¹¹⁹ Nesse sentido, o historiador Antonio Torres Montenegro aponta que “a análise histórica deve focar nas relações, nos percursos e nas práticas para construir formas de compreensão que desnaturalizem a relação ou a representação que associa de forma unívoca o objeto ou a coisa à palavra”. MONTENEGRO, Antonio Torres. **Rachar as palavras: uma história a contrapelo**. *Op. Cit.* p.31.

¹²⁰ “A ideia de um progresso da humanidade na história inseparável da ideia de sua marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo”. BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de História**. In. BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.229.

¹²¹ SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. Campinas: Editora da Unicamp, 2022. p.89.

colonialismo. Afinal, a história que exalta os feitos do progresso é reproduzida a partir de um ponto de vista “teleológico das grandes histórias das civilizações, pensada a partir do modelo europeu, universalizado de modo violento, e que provoca apagamentos de todas as outras histórias que não fluíram para esse veio do que foi batizado como progresso”.¹²²

Em nosso entendimento, a *plantation* canavieira e sua história de “sucesso econômico” devem ser entendidas como fruto da exploração perpetrada pelos grandes centros do capitalismo, movidos por um sentimento de superioridade – intelectual, racial e religioso – cujo fim foi subjugar e explorar populações através da violência exercida pela empresa colonial. No caso do Brasil, a campanha portuguesa no início do século XVI pode ser distinguida a partir dos seguintes elementos: invasão, destruição e ocupação do nosso território, cuja finalidade se fundamentava na produção de capital através do sistema de plantações. Esses valores são exaltados por uma concepção de passado construída para glorificar os feitos do progresso alcançado pelo colonizador e gozado pelos seus descendentes.

2.4 A escrita da história e o colonialismo

A introdução da *plantation* como um modo de produção do colonialismo é um bom exemplo para entender as bases que fundamentam o conhecimento histórico, no qual o açúcar é apresentado como um importante produto para o desenvolvimento econômico do Brasil. Essa visão reproduz uma concepção de história que privilegia os feitos realizados pelas civilizações ocidentais. De acordo com Eric Wolf, essa história é construída de forma que há sempre o vencedor, o virtuoso, que se impõe sobre o outro, o marginalizado. É uma “história do sucesso e do progresso”, na qual apenas os “grandes feitos” e os seus “heróis” são lembrados.

A história converte-se, assim, em um conto sobre como a virtude se amplia, como o virtuoso vence os maldosos. Frequentemente ela se transforma, passando a ser uma história de como os vencedores provam que são virtuosos e bons ao ganharem. Se a história é a realização de um objetivo moral no tempo, então os que reivindicam tal propósito são, devido a esse fato, os agentes prediletos dessa mesma história.¹²³

Com base em Eric Wolf, acreditamos que a história oficial é escrita de forma que valoriza as “virtudes” do colonizador contra o “outro”, o ser “maldoso”. Na nossa história, a invasão portuguesa e a introdução da *plantation* são eventos importantes que marcam o início da História Oficial do Brasil, ou o nosso primeiro ato histórico. Portanto, podemos supor que

¹²² Ibidem.

¹²³ WOLF, Eric R. **A Europa e os povos sem história**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. p.27. Grifos nosso.

há uma relação associando a produção de açúcar com o estabelecimento de uma história oficial.¹²⁴ Para compreender esse processo, recorreremos às discussões apresentadas por Karl Marx e Friedrich Engels. Em *A Ideologia Alemã*, os autores apresentam o conceito de história enquanto uma ciência que estuda os seres humanos ao longo do tempo, e também o resultado das ações desses seres humanos no meio em que vivem. Para escrever sobre a história, é preciso primeiro garantir a sobrevivência. O primeiro ato histórico é crucial, e neste contexto, a colonização e exploração da *plantation* são partes fundamentais no processo de construção e reprodução do conhecimento histórico.¹²⁵

Uma vez estabelecidas suas bases, o próximo passo foi impor a dominação não apenas através das armas, mas também pelo discurso oficial. Ao considerar a modernidade europeia como consequência da imposição colonial nesses territórios, implementando um modo de produção que garantiu sua sobrevivência e obtendo lucros por meio do comércio de açúcar e do tráfico de escravizados, podemos inferir que houve uma acumulação de recursos necessários para a produção de uma história oficial, já que os controladores dos meios de produção também possuem a “consciência e, por isso, pensam” e elaboram formas de demonstrar suas “virtudes”, isto é, a exploração do trabalho, como legítimas. Para Marx & Engels,

na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época.¹²⁶

A produção da história oficial, portanto, é orientada pela história eurocêntrica. Uma história que estabelece uma relação de imposição e dependência, pois, não existe história fora do chamado mundo ocidental. Civilizações inteiras são colocadas às margens da Europa resumindo sua participação como coadjuvantes da chamada “história universal”. No nosso caso,

¹²⁴ Sobre a *plantation* açucareira ser o epicentro do capitalismo, Márcio Seligmann-Silva apresenta as ideias de Paul Gilroy reproduzidas a seguir: “a história da plantation surge como um mote central nessa contra-história, na medida em que se percebe a plantation como núcleo inconsciente da Modernidade: recalcado em sua história e em seu significado. O trabalho de escavar essa história é realizado no sentido também de recuperar a seiva da luta antiescravocrata”. Cf. GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*. Modernidade e dupla consciência. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora 34/Universidade Cândido Mendes - Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001. SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Op. Cit. p.99.

¹²⁵ “[...] a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos”. MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2017. p.33.

¹²⁶ Ibidem. p.47

por exemplo, as populações indígenas que habitam o território brasileiro desde “o botocudo da Lagoa Santa”¹²⁷ têm suas histórias silenciadas intencionalmente, inclusive com reverberações no tempo presente, ao retirar do indígena seu protagonismo como sujeito histórico e de direitos.

O eurocentrismo, portanto, estabelece uma relação hierárquica que submete os povos colonizados ao “desenvolvimento” europeu através de uma interpretação da história fundamentada em uma perspectiva racista. Para o filósofo Leopoldo Zea, em *Filosofia da História Americana*, a história dos povos não-europeus é vista como resultado do “acidente histórico da empresa colonial”. Ou seja, o surgimento das sociedades asiáticas, africanas e americanas é apresentado como uma consequência das “virtudes” dos europeus, em vez de ser reconhecido como mérito dessas próprias sociedades.

As entidades com as quais o europeu tropeçou em sua fantástica aventura, terão que se justificar diante dele, sua humanidade, ou pelo menos, serem dignos de merecê-la. Da mesma forma, a história, a verdadeira história dessas entidades, tem início a partir da incorporação, pelo descobrimento, pela conquista e da colonização realizada pelo homem ocidental para a história destes.¹²⁸

A violência da imposição submete a história dos povos colonizados ao mundo ocidental, estabelecendo uma divisão entre povos “civilizados” e “não-civilizados”, ou *insiders* e *outsiders*, segundo James Blaut.¹²⁹ Em *The Colonizer's Model of the World: Geographical Diffusionism and Eurocentric History*, Blaut discute essa interpretação da história que privilegia os *insiders* – o colonizador europeu – enquanto qualquer outra experiência é considerada irrelevante, *outsiders*.¹³⁰ Essa imposição fundamenta-se no difusionismo eurocêntrico, uma visão de mundo que intencionalmente esquece a história produzida fora da Europa. A ilustração do “túnel do tempo histórico”, construída por Blaut, oferece uma perspectiva para pensar outra interpretação sobre a relação entre os povos colonizados e seus

¹²⁷ Lima Barreto, na crônica Nacionalização Intensiva, faz uma menção aos fósseis de Lagoa Santa, região de Minas Gerais onde foram encontrados, pelo naturalista dinamarquês Peter Wilhelm em 1840, alguns dos registros humanos mais antigos do Brasil, com cerca de 14 mil anos. BARRETO, Lima. Nacionalização Intensiva. In: CORRÊA. Felipe Botelho (org.). **Lima Barreto: sátiras e outras subversões**. São Paulo: Penguin Classic & Companhia das Letras, 2016. p.83.

¹²⁸ ZEA, Leopoldo. **Filosofía de la historia americana**. México: Fondo de Cultura Económica, 1978. p. 50.

¹²⁹ É importante mencionar que Eric Hobsbawm possui uma discussão sobre o tema. No artigo *Dentro e Fora da História*, o historiador inglês apresenta uma concepção associada às noções de desenvolvimento e subdesenvolvimento, classificações – imaginadas – de modelos econômicos estabelecidos pela nova ordem econômica mundial após a Segunda Guerra Mundial. Cf. HOBBSAWM, Eric. **Dentro e fora da História**. In: HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

¹³⁰ BLAUT, James M., **The colonizer's model of the world: geographical diffusionism and Eurocentric history**, New York: Guilford Press, 1993. p.05.

algozes, especialmente sobre sua representação na história, submetidos como apêndices do *desenvolvimento e progresso* ocidental.

As paredes deste túnel são, figurativamente, os limites espaciais da Grande Europa. A história é uma questão de olhar para trás ou para baixo deste túnel do tempo europeu e tentar decidir o que aconteceu, onde, quando e por quê. “Por quê”, é claro, exige conexões entre eventos históricos, mas apenas entre os eventos que ocorrem no túnel europeu. Fora de suas paredes, tudo parece ser uma tradição atemporal e imutável.¹³¹

As ideias apresentadas até agora possibilitam compreender como o controle sobre os meios de produção foi fundamental para o difusionismo eurocêntrico, manifestado através da produção e reprodução de uma narrativa oficial. Essa história é baseada na dicotomia entre povos civilizados e não-civilizados. No caso do Brasil, o desenvolvimento da *plantation* açucareira pode ser entendido como um progresso que não só inaugura a história oficial do país, como também elevou o país ao rol das “nações civilizadas”, embora não no mesmo patamar que a Europa.¹³² Por fim, antes de concluirmos o capítulo, é preciso levantar um último questionamento: como a reprodução da história oficial afeta o sujeito histórico?

Sabemos que a *plantation* canavieira foi instituída a partir da exploração do trabalho do africano escravizado. Nesse sentido, a visão eurocêntrica da história afetou diretamente a condição humana, estabelecendo uma divisão hierárquica baseada em critérios raciais. Se os povos colonizados são povos sem história, logo, sua existência deve ser submetida aos “métodos mais bestiais e tormentos mais sofisticados para sufocar qualquer sinal de revolta e toda a aspiração à liberdade”.¹³³ A visão de um corpo torturado pelo chicote da “civilização” reproduz a repressão, o racismo e o poder absoluto do colonialismo sobre o corpo, e toda essa manifestação da violência é chamada de progresso. Frantz Fanon, no célebre livro *Pele Negra, Máscaras Brancas*, descreve como os representantes mais qualificados da história transformaram o sujeito colonizado em sub-humanos.

Começo a sofrer por não ser branco, na medida que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que é preciso que eu acompanhe o mais rapidamente possível o mundo branco; [...] então tentarei simplesmente fazer-me branco, isto é, obrigarei o branco a reconhecer minha humanidade.¹³⁴

¹³¹ BLAUT, James M. *Op. Cit.* p. 05.

¹³² “O colonialismo construiu um quadro normativo: os povos colonizados eram atrasados, apresentavam uma falta, mas podiam preencher essa falta seguindo o caminho dos povos civilizados [...]”. VERGÈS, Françoise. *Op. Cit.* Pp.226-227.

¹³³ LOSURDO, Domenico. **Contra-História do Liberalismo**. 2a ed. Aparecida, São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2015. p. 166.

¹³⁴ FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008. p.94.

O racismo desumaniza os povos e transforma o outro em animais. É a marca da verdadeira face do colonialismo.¹³⁵ Não basta apenas submeter os povos colonizados ao modelo de história universal; é preciso desumanizá-los, retirando toda e qualquer dignidade, pois o colonizado é considerado um ser exótico e o “processo civilizatório” pressupõe uma relação desumana. O progresso é, portanto, a marca da dominação, observada não somente pelo seu resultado, mas também pelo seu processo e pelas consequências que provocou ao longo do caminho. Para Walter Benjamin, uma “catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína”.¹³⁶ Para toda conquista alcançada pelo Ocidente, “sociedades foram esvaziadas, culturas pisoteadas, instituições minadas, terras confiscadas, religiões assassinadas, magnificências artísticas aniquiladas, extraordinárias possibilidades suprimidas”.¹³⁷ Ao estabelecer a *plantation* canavieira e rotular isso como progresso, através da reprodução de uma narrativa oficial, o colonizador procura omitir sua participação em um crime contra a humanidade, caracterizado pela submissão completa de populações autóctones, pelo racismo como forma de dominação e controle e pela migração compulsória de africanos a fim de produzir capital para a empresa colonial.

2.5 Considerações finais

Ao longo deste capítulo, destacamos como as tradições desempenham um papel significativo na perpetuação de um conhecimento histórico orientado pelas aspirações da classe dominante. Esse exemplo envolvendo a sociabilidade em torno do café com açúcar não apenas revelou as contradições inerentes ao hábito, mas também apontou para uma forma diferente de observar indícios pouco explorados. Ao considerarmos uma tarde despreocupada em uma cafeteria construída sobre as ruínas do antigo engenho São Francisco da Várzea, surgem reflexões sobre a representação da modernização dos engenhos como avanço tecnológico, limitado e dependente dos grandes centros do capitalismo.

Por outro lado, o progresso oculta a defesa da tradição colonial subjacente a um modo de produção que, por sua vez, está vinculado à exploração do trabalho, ao racismo e à perpetuação de práticas violentas e dominantes presentes na zona canavieira ainda hoje! Essa perspectiva é importante para compreender a construção de uma imagem do passado que orienta o progresso da agroindústria através do fenômeno da modernização, buscando legitimar-se em

¹³⁵ CÉSAIRE, Aimé. *Op. Cit.* p.05.

¹³⁶ BENJAMIN, Walter, **Sobre o conceito de História**. *Op. Cit.* p.226.

¹³⁷ CÉSAIRE, Aimé. *Op. Cit.* p.28.

diferentes contextos históricos. Visão esta, compartilhada pelos intelectuais que formavam o Grupo de Estudos do Açúcar e reproduzida nos seus estudos técnicos sobre a modernização agrícola da *plantation* açucareira. Acreditamos que a interpretação sobre os fatos muda de acordo com os interesses. Nesse sentido, Eric Hobsbawm forneceu subsídios que possibilitaram enxergar a construção de um passado. No caso da *plantation* canavieira, as interpretações estão orientadas para os feitos dos colonizadores, protagonistas de uma história, em oposição aos povos originários e os africanos. Buscando uma compreensão sobre a importância histórica do açúcar, crença que orienta os interesses dos produtores, discutiremos a implantação da *plantation* questionando as ausências que compõem essa importância.

No próximo capítulo, analisaremos o complexo agroindustrial açucareiro no Brasil em dois momentos distintos. O primeiro abordará a implantação dos engenhos e dos canaviais na colônia, explorando as contradições próprias desse processo. O percurso da análise toma como ponto de partida a formação do reino de Portugal e a sua organização em torno de uma Coroa e de uma crescente burguesia comercial. As discussões perpassam pela implantação dos primeiros engenhos, observando as consequências provocadas pela instalação da *plantation* açucareira. No segundo momento, investigaremos a transformação desses engenhos em usinas, percorrendo a experiência dos engenhos centrais e a mobilização da classe dominante na defesa de uma agroindústria secular. Nesse ponto, exploramos o fenômeno da modernização como o responsável pela concentração de renda e poder dos antigos senhores de engenho, transformados em poderosos usineiros.

3 O complexo agroindustrial açucareiro em Pernambuco

3.1 A empresa colonial

Propomos iniciar nossa análise com a formação de Portugal como um Estado, no século XII, fruto da convergência entre uma classe de nobres e uma de comerciantes. Os interesses desses agentes convergiram na centralização do poder em torno da Coroa, estruturada da seguinte maneira: uma classe comercial, composta por mercadores oriundos de diversas partes da Europa, e uma classe política, cujo anseio pela centralização visava assegurar a acumulação de riquezas através da institucionalização de uma burocracia. Essa concepção é delineada por Raymundo Faoro, historiador que categoriza a formação do Estado moderno como uma consagração da “supremacia do príncipe, a unidade do reino e a submissão dos súditos a um poder superior, governador das vontades”.¹³⁸

Devido aos interesses mútuos, a Coroa e os comerciantes estabeleceram uma relação visando expandir seus lucros. Isso é evidente no caso dos comerciantes de Gênova, oriundos de uma cidade costeira ao Mar Mediterrâneo, que transformaram Lisboa em um importante centro comercial. Esses comerciantes desempenharam um papel fundamental como os principais financiadores do colonialismo em Portugal. Determinados a superar as adversidades que poderiam obstruir seu crescimento econômico, escolheram Portugal como um local de oportunidade para maximizar seus lucros. Entre o final do século XIII e o início do XIV, realizaram investimentos financeiros nas cidades de Porto e Lisboa, transformando esta última em um proeminente centro mercantil.¹³⁹ Destaca-se, ainda, que a geografia favorável da região impulsionou o comércio marítimo, tornando-se uma fonte de acumulação de riquezas, graças à produção de excedentes obtidos pela pesca litorânea e pelo comércio.

As regiões favorecidas, de elevada produtividade, eram os Países Baixos, a bacia do Sena, a região drenada do médio Reno, o vale do Tâmesa na Inglaterra, o vale do Tejo em Portugal, e o vale do Pó na Itália. Os excedentes agrícolas daquelas regiões sustentaram o crescimento do poder político, tornando-se bases estratégicas de aprovisionamento para Estados que se desenvolviam.¹⁴⁰

¹³⁸ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 5.ed. Porto Alegre: Globo, 1979. p.11. Contrapondo a visão de Faoro, o historiador Luiz Felipe de Alencastro, em *O Trato dos Viventes*, aponta para uma interpretação que questiona o papel da Coroa na centralização do poder absolutista. Para este, a “expansão mercantil não conduzia necessariamente ao reforço do poder monárquico”. Cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹³⁹ WOLF, Eric R. *Op. Cit.* p.149.

¹⁴⁰ Ibidem. p.55.

Os lucros oriundos dessas atividades eram reinvestidos em mercadorias obtidas por meio das relações comerciais entre África e Ásia. Todavia, as dificuldades emergentes com a queda de Constantinopla impuseram alterações nas rotas de transporte, considerando que os itens de maior valor negociados eram os de luxo. Devido às condições onerosas de acesso a tais bens, os comerciantes europeus alocaram recursos substanciais para o desenvolvimento da navegação, impelidos pela promessa de obter lucros mais significativos à medida que avançavam na exploração naval. Segundo Eric Wolf, “o transporte aquático não implicava apenas custos mais baixos de energia do que o transporte terrestre; permitia também uma integração maior entre o comércio local e translocal e evitava os elevados custos de proteção que sobrecarregava o comércio transcontinental realizado pelas caravanas”.¹⁴¹ O avanço na navegação aumentou significativamente os lucros dos comerciantes ao permitir o acesso, produção e comércio das especiarias de diversas regiões. Um dos princípios fundamentais da expansão colonial, portanto, foi a produção em larga escala dessas especiarias nos territórios invadidos.

Em relação ao açúcar, ao longo do século XV, poucos comerciantes conheciam as técnicas para sua fabricação, e a disponibilidade insuficiente de terras e um clima propício para o cultivo de cana-de-açúcar na Europa eram obstáculos significativos. Segundo a historiadora Alice Canabrava, as primeiras plantações de cana na América foram realizadas pelos espanhóis no Caribe, na Ilha de São Domingos. No entanto, diferentemente dos portugueses, os espanhóis, assim como os franceses e ingleses, não possuíam o conhecimento especializado sobre a produção de açúcar, interferindo diretamente na qualidade do produto, considerado inferior. Somente no século XVII é que o açúcar produzido nas Antilhas e no Caribe começou a representar uma concorrência direta com o açúcar produzido no Brasil.¹⁴²

Conforme a demanda por açúcar crescia no mercado europeu, Portugal adquiriu gradualmente experiência na produção e comércio da especiaria. Segundo a historiadora Vera Ferlini, a burguesia comercial em Portugal teve acesso a empréstimos, empregados na construção de engenhos, nas plantações de cana e no tráfico de africanos escravizados. Como

¹⁴¹ Ibidem. p. 117.

¹⁴² CANABRAVA, Alice Piffer. **O açúcar nas Antilhas (1697-1755)**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981. p.33.

garantia, os empréstimos foram concedidos sob a promessa de lucros oriundos da venda de açúcar nos principais mercados da Europa.¹⁴³

Os comerciantes de Gênova estavam também ligados ao estabelecimento do cultivo de cana no Algarve e à produção de açúcar nas Canárias e na Madeira. Ao mesmo tempo, a necessidade de carrear grandes quantidades de produtos como o açúcar, a dominação da produção pelos interesses comerciais e a abertura de novas fontes de escravos na África Ocidental concorreram para a criação dessa moderna forma de trabalho. Surgia, associada ao açúcar, uma estrutura de produção comercial, exigindo largos recursos e com base no trabalho escravo, cristalizadora do complexo latifundiário monocultor.¹⁴⁴

Para atender às demandas comerciais, Portugal expandiu seu território, inicialmente ocupando as ilhas da Madeira e São Tomé, situadas no Oceano Atlântico. Nessas localidades, foi implementado o sistema de divisão territorial baseado em capitanias e sesmarias, visando impulsionar a exploração da cana-de-açúcar. No início do século XVI, uma nova etapa de expansão teve lugar. Após consolidar as técnicas de produção e aprimorar o maquinário, garantir o controle do comércio e do tráfico de africanos, e dispor de vastos e férteis territórios, ocorreu a grande invasão do colonizador europeu e o estabelecimento da produção açucareira em escala industrial no Brasil.

Enquanto expedições exploravam, sem sucesso, o território em busca de ouro, o pau-brasil tornou-se um item comercial, embora proporcionasse lucros modestos. A madeira era armazenada nas feitorias, entrepostos comerciais situados no litoral, com o objetivo de abastecer os navios portugueses com provisões e mercadorias destinadas à Europa. Nestes locais, o intercâmbio possibilitou ao colonizador obter informações sobre os hábitos alimentares, cartografia, cultura e costumes dos povos. À medida que a extração de madeira avançava e o conhecimento sobre a geografia do território aumentava, os invasores efetivamente ocuparam as áreas exploradas. Dessa forma, é possível inferir que os primeiros três séculos da invasão foram caracterizados pela intenção da empresa colonial de acumular capital proveniente da exploração de uma força de trabalho escravizada, seja ela composta por nativos ou africanos, na produção e no comércio de açúcar.

¹⁴³ Outros fatores que contribuíram para o protagonismo do país ibérico foram, de acordo com o economista Celso Furtado, o desenvolvimento e o controle de uma incipiente manufatura de peças para a fabricação e manutenção dos engenhos: “essa experiência resultou ser de enorme importância, pois, além de permitir a solução dos problemas técnicos relacionados à produção do açúcar, fomentou o desenvolvimento em Portugal da indústria de equipamentos para os engenhos açucareiros”. FURTADO, Celso. *Op. Cit.* p.31.

¹⁴⁴ FERLINI, Vera. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003. p.25.

Em Pernambuco, as primeiras plantações de cana foram estabelecidas na Ilha de Itamaracá.¹⁴⁵ O estabelecimento da monocultura no continente ocorreu quando Duarte Coelho recebeu do rei D. João III a permissão para explorar a capitania de Pernambuco, cujo clima tropical e o solo de massapê favoreciam a atividade agrícola. Conforme Manuel Correia de Andrade,

achou Duarte Coelho que sua fortuna só seria conseguida através da agricultura da cana-de-açúcar, uma vez que este produto tinha grande procura no mercado europeu. O clima quente, com uma estação seca e outra chuvosa, dominante em sua Capitania, ao lado de um solo argiloso de massapê, favoreciam consideravelmente essa atividade agrícola; por isso, tratou de apossar-se das terras férteis e úmidas das várzeas. Tratou de doar terras a pessoas que o acompanhavam, escravizar índios e conseguir, no Reino, os créditos necessários à instalação de engenhos e à cultura da cana.¹⁴⁶

Sob os auspícios de Duarte Coelho, foram estabelecidas as vilas de Olinda e Igarassu. Além disso, foram construídos cinco engenhos, e até o final do século XVI, esse número atingiu 66 unidades construídas ou encomendadas.¹⁴⁷ Além da utilização de mão de obra indígena, em 1542, foi autorizado ao donatário o transporte de africanos, que passaram a ser empregados exaustivamente nos canaviais.¹⁴⁸ Após a morte de Duarte Coelho, a responsabilidade pela expansão dos canaviais para outras regiões recaiu sobre seus herdeiros, Jorge e Duarte Coelho de Albuquerque, e Jerônimo de Albuquerque. Esse processo, segundo Manuel Diégues Júnior, caracterizou a expansão colonial, consolidando uma monocultura predatória.

Aonde chegava o elemento colonizador lançava logo as sementes da cana. Era como que o grude para fixá-lo, e aos que o acompanhavam, na terra a ser conquistada. A expansão da colonização se fez acompanhada pelo plantio da cana a que se sucedia a construção do engenho. Foi assim na conquista do Cabo de Santo Agostinho, na das Alagoas, na da Paraíba, na do Rio Grande do Norte. Essa *marcha* (grifos nossos) se fez pelo litoral, à margem dos rios, sem penetração ocidental; este litoral, cuja monotonia de terras era quebrada pelas águas de rios ou riachos, era o *habitat propício* ao desenvolvimento da economia açucareira. Nele assentou suas raízes a *tarefa*

¹⁴⁵ “Dentre as feitorias fundadas na costa nordestina e que certamente tinham caráter temporário, destacou-se a de Itamaracá, de onde, segundo Varnhagen, foi remetido açúcar para Portugal em 1526 e para onde teriam sido levados naquele ano, por Diogo Leite, dez escravos a fim de se dedicarem a trabalhos agrícolas”. ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005. p.72.

¹⁴⁶ ANDRADE, Manuel Correia. *Op. Cit.* pp.72-73.

¹⁴⁷ “Em 1550 contava o donatário cinco engenhos moentes e correntes; outros estavam acertados, embora Duarte Coelho julgasse duvidosa a construção. O fato é que se construíram, estes ou outros, crescendo o número deles em pouco tempo. Chegavam a 23 só em Pernambuco, em 1570; a 66, também só em Pernambuco, quase ao findar o século XVI.”. JÚNIOR, Manuel Diégues. **População e açúcar no Nordeste do Brasil**. Comissão Nacional de Alimentação: Rio de Janeiro, 1954. p.22.

¹⁴⁸ Sobre o tráfico de africanos escravizados entre os séculos XV e XIX, recomendamos as seguintes leituras: ALENCASTRO, L.F. de., **O Trato dos Viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; JAMES, C. R. L. **Os Jacobinos Negros**. Toussaint L'ouverture e a revolução de São Domingo. São Paulo: Boitempo, 2000.

colonizadora do português. Porque nele, na fertilidade de sua terra massapé, estava a riqueza cobiçada: o açúcar.¹⁴⁹

Nos trechos mencionados, tanto Correia de Andrade quanto Diégues Júnior mencionam a geografia e o clima de Pernambuco como fatores primordiais para a produção de cana. Contudo, o leitor desatento percorre as reflexões dos autores sem perceber as sutilezas do discurso. Veja o exemplo de Diégues Júnior exposto na citação. Quando o autor menciona a missão colonizadora dos portugueses, poderia essa estar associada ao termo “marcha”, usado para descrever um avanço coordenado, impulsionado pela determinação do colonizador? A referência à monotonia das terras como um habitat propício não seria uma justificativa premeditada para a implantação das plantações pelos colonizadores? Seriam essas discussões a reprodução do passado embasado numa perspectiva que valoriza uma tradição colonial?

Em nossa visão, há a reprodução do conhecimento histórico que destaca a importância do açúcar para a nossa história frente à violência colonial empregada no Brasil, que reverbera no tempo presente. Tal perspectiva da história reflete a imagem do passado instrumentalizada pela classe dominante ao se reivindicar herdeiros dessa tradição. Fora desse modelo, povos de culturas antigas e diversas são despojados de suas histórias, subjugados e transformados em povos sem passado. Essa é, segundo Aimé Césaire, uma concepção sobre história que se fundamenta na exploração desenfreada do capital, no racismo, no medo e na imposição da violência.¹⁵⁰

3.2 O colonialismo e os povos “sem história”

Discutir os impactos da introdução da *plantation* sem mencionar os rastros de destruição deixados pelo colonizador, especialmente as consequências para os sujeitos frequentemente negligenciados, é inviável. Estamos cientes da dizimação silenciosa dos indígenas, provocada pela disseminação de vírus e bactérias até então desconhecidos por essas populações. Os sobreviventes dessas epidemias foram frequentemente escravizados e utilizados como mão de obra na extração de madeira e, posteriormente, nos canaviais. Para atingir esses objetivos, o colonizador empregou todo o seu poder militar.

Essa arremetida pelo território indígena era feita com grande energia; ao mesmo tempo em que lhes tomavam as terras e os aprisionavam como escravos, destruíam

¹⁴⁹ JÚNIOR, Manuel Diégues. *Op. Cit.* p.23. Grifos nossos.

¹⁵⁰ “A ação colonial, a empreitada colonial, a conquista colonial, fundada sobre o desprezo do homem nativo e justificada por esse desprezo, tende inevitavelmente a modificar aquele que a empreende; que o colonizador, ao habituar-se a ver no outro a besta, ao exercitar-se em tratá-lo como besta, para acalmar sua consciência, tende objetivamente em transformar-se ele próprio em besta”. CÉSAIRE, Aimé. *Op. Cit.* p.25.

suas tabas e cercas defensivas e passavam a consumir os mantimentos encontrados e a realizar novas culturas, muitas vezes, até, usando as mesmas covas dos roçados indígenas.¹⁵¹

Outra face da empresa colonial foi a tentativa de destruição das culturas indígenas por meio da imposição do cristianismo católico apostólico romano, realizada principalmente pela Companhia de Jesus. Conforme Correia de Andrade, a Igreja Católica, por meio dos padres jesuítas, converteu um número significativo de indígenas sem a necessidade do uso de armas, utilizando artifícios e métodos condenados pelo próprio clero.

Nesta época, tornou-se o ex-jesuíta padre Antônio de Gouveia, que, sabendo fazer mágicas, penetrou para o interior com alguns companheiros e, convencendo os índios do seu poder, por processos de magia, trazia-os a Olinda a fim de vendê-los aos proprietários sempre sequiosos de escravos.¹⁵²

Essas informações foram extraídas da obra *A Terra e o Homem no Nordeste*. Reconhecemos que as obras de Manuel Correia de Andrade continuam a ser referências para o estudo da zona canavieira de Pernambuco até hoje. No entanto, é crucial abordá-las como fontes, buscando vestígios que dialoguem com as críticas ao colonialismo, especialmente se estamos propondo uma ampliação do horizonte que reconheça os povos indígenas enquanto sujeitos históricos. Ao discutir a questão indígena, Correia de Andrade apresenta alguns pontos que merecem nossa atenção. Em primeiro lugar, o autor afirma que as dificuldades na exploração da força de trabalho indígena não decorreram apenas do contingente insuficiente, mas também de uma limitação em seu “desenvolvimento cultural”:

Os índios não satisfaziam a essa necessidade de mão-de-obra; inicialmente eram pouco numerosos e as guerras e a migração para o interior contribuíram seriamente para diminuí-los. Além disso, o seu desenvolvimento cultural não havia atingido ainda a fase da agricultura secundária, de vez que na época do descobrimento ainda se alimentavam, sobretudo, dos produtos da coleta, da caça e da pesca.¹⁵³

Caio Prado Júnior, outro historiador que compartilha dessa perspectiva, expressa em *História Econômica do Brasil* uma visão semelhante ao se referir aos povos originários, descrevendo-os como possuidores de um “nível cultural muito baixo”.¹⁵⁴ Segundo Caio Prado, os indígenas eram considerados povos distantes do “progresso”, desprovidos de qualquer tecnologia ou conhecimento capaz de rivalizar com o colonizador. Em virtude dessa condição, segundo o autor, a dominação e a imposição do trabalho forçado eram justificadas como formas

¹⁵¹ ANDRADE, Manuel Correia. *Op. Cit.* p.73.

¹⁵² Ibidem. p.74.

¹⁵³ Ibidem. p.76.

¹⁵⁴ JÚNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2011. *E-book*.

de “progresso da colonização nascente, que, em muitos lugares e durante longo tempo, teve de avançar lutando e defendendo-se contra uma persistente e ativa agressividade dos gentio”.¹⁵⁵

Para nós, a resistência dos indígenas ao trabalho na *plantation* açucareira não decorre de supostos atrasos culturais. Aceitar tal perspectiva seria ignorar a riqueza étnico-cultural da história da América pré-colombiana e sua complexa relação com o trabalho. Pierre Clastres, antropólogo, esclarece essa questão em *A Sociedade Contra o Estado*, descrevendo como fútil o esforço de alienar o trabalho indígena como fonte de acumulação. Para esses povos, os interesses comerciais lhes são desconhecidos.

Para o homem das sociedades primitivas, a atividade de produção é exatamente medida, delimitada pelas necessidades que têm de ser satisfeitas, estando implícito que se trata essencialmente das necessidades energéticas: a produção é projetada sobre a reconstituição do estoque de energia gasto. Em outros termos, é a vida como natureza que – com exceção dos bens consumidos socialmente por ocasião das festas – fundamenta e determina a quantidade de tempo dedicado a reproduzi-la. Isso equivale a dizer que, uma vez assegurada a satisfação global das necessidades energéticas, nada poderia estimular a sociedade primitiva a desejar produzir mais, isto é, alienar o seu tempo num trabalho sem finalidade, enquanto esse tempo é disponível para a ociosidade, o jogo, a guerra ou a festa.¹⁵⁶

Diante do “progresso” representado pelo capitalismo comercial, reproduzindo a noção que prosperidade está intimamente ligado ao sucesso material, seria correto considerar as relações de trabalho entre os indígenas como um modelo inferior? Seria o avanço de uma monocultura predatória, como a cana-de-açúcar, que destrói matas e escraviza corpos, o verdadeiro progresso? Se sim, em relação a quê?

Em Correia de Andrade, os indígenas são apresentados como povos exóticos e mitológicos, e sua história só faz sentido quando vista como uma continuidade da história europeia. “Os portugueses, porém, defrontaram-se com uma terra desconhecida, inculta e habitada por indígenas que se achavam em plena idade da pedra [...]”.¹⁵⁷ O exemplo mencionado parece indicar uma abordagem que subestima as culturas indígenas, retratando-as como menos desenvolvidas em comparação com a perspectiva europeia. Para nós, as discussões apresentadas por Correia de Andrade remontam às reflexões sobre o “túnel do tempo histórico” de Blaut. Essas discussões reforçam o ponto de vista do colonizador, que raramente é responsabilizado pela invasão, pelo assassinato, pela destruição da fauna e flora, pela imposição do trabalho escravo aos africanos, e por outros crimes cometidos durante a colonização. Essa

¹⁵⁵ Ibidem.

¹⁵⁶ CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o estado*: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Ubu Editora, 2017. p.173.

¹⁵⁷ Ibidem. p.79.

perspectiva muitas vezes perpetua a narrativa que isenta o colonizador de suas responsabilidades e contribui para a manutenção de estruturas de poder desiguais.

A insistência nessa perspectiva reflete a necessidade de um exame crítico, especialmente em relação aos sujeitos silenciados, como as populações indígenas e africanas, reconhecendo seu protagonismo enquanto agentes sociopolíticos na história.¹⁵⁸ Discutir a empresa colonial observando seus rastros é crucial, pois negligenciar esse problema significa contribuir para o silenciamento de tradições e diversidades étnico-culturais presentes no Brasil antes da chegada dos invasores, bem como seus reflexos nas políticas públicas voltadas para os povos indígenas no tempo presente.¹⁵⁹ A negação desse passado, a falta de espaços para questionar o poder político e as limitadas condições de respeito, igualdade e equidade, princípios fundamentais para uma interculturalidade, têm impactos diretos sobre os direitos indígenas à memória e à história, ao reconhecimento de suas múltiplas identidades e, principalmente, sobre a demarcação de seus territórios.¹⁶⁰

Retornando às discussões de Diégues Júnior, notamos também como há uma construção do passado voltada para a imagem do Brasil como território predestinado a ser um grande produtor mundial de açúcar. O autor, por exemplo, exalta a fertilidade da terra como uma forma de justificar a presença dos canaviais. A descrição do solo de massapé atribui a essa característica pedológica uma predestinação para o plantio da cana-de-açúcar, sem levar em consideração que a fertilidade só foi alcançada às custas da destruição da Mata Atlântica.

O açúcar produzido de terras de massapé é muito mais precioso pelo seu peso, consistência e grã. [...] Nas terras de massapé é que floresciam os engenhos, cresciam os canaviais; com aquelas substâncias argiláceas é que se produziam as melhores canas. Havia como que uma acomodação do produto às qualidades da terra: pegajenta, untosa, viscosa.¹⁶¹

Por fim, não é possível discutir os impactos do colonialismo sem mencionar a destruição provocada por suas ações no meio natural. De acordo com o historiador Thomas

¹⁵⁸ SILVA, Edson Hely.; SILVA, Maria da Penha da. **A temática indígena em sala de aula:** reflexões sobre o ensino a partir da Lei 11.645/2008. 3ª ed. Recife: Ed. UFPE, 2020.

¹⁵⁹ Quando esta tese foi escrita, a discussão sobre o Marco Temporal estava aquecendo os debates políticos em Brasília. De acordo com essa lei, os territórios indígenas só seriam reconhecidos se estivessem ocupados por essas comunidades até a promulgação da Constituição Federal de 1988. Todas as demarcações anteriores a essa data seriam desconsideradas, abrindo espaço para a atuação de mineradores ilegais, o avanço predatório do agronegócio e, conseqüentemente, para o risco de massacres das populações indígenas que ainda resistem ao que é chamado de "progresso brasileiro".

¹⁶⁰ SILVA, Maria da Penha da.; SILVA, Edson Hely. **As diversidades étnicas no Brasil:** desafios às práticas escolares. In: SILVA, Edson Hely.; SILVA, Maria da Penha da. *Op. Cit.* p.165.

¹⁶¹ JÚNIOR, Diegues. *Op. Cit.* p.26.

Rogers, há uma relação direta entre a destruição do ambiente natural e o avanço dos canaviais, já que a produção de açúcar exige recursos e espaços cada vez maiores. O litoral brasileiro era coberto por uma extensa vegetação chamada Mata Atlântica, de onde eram extraídos combustível para as máquinas, materiais para a construção de instalações e caixas de madeira para a distribuição do açúcar.¹⁶² Das inúmeras espécies encontradas na região, destaca-se, nos primeiros anos da invasão, a extração do pau-brasil, cuja madeira avermelhada era utilizada para tingir tecidos. Em pouco tempo, a Mata Atlântica foi parcialmente destruída para a construção de vilas e, sobretudo, para fornecer recursos necessários à instalação dos engenhos, os quais constituíam os centros econômicos do complexo agroindustrial açucareiro.

3.3 O engenho

A invasão do colonizador teve um impacto direto na paisagem natural da Mata Atlântica, que foi devastada e substituída pela monótona extensão verde da cana-de-açúcar, a qual ainda predomina na zona canavieira de Pernambuco. Os engenhos, poderosas fábricas de açúcar, ocupam o centro da atividade canavieira, sendo responsáveis pela produção de uma mercadoria destinada ao comércio internacional. Junto aos canaviais e engenhos, a casa-grande emerge como uma estrutura de poder liderada por homens brancos. No livro *História das Usinas de Açúcar de Pernambuco*, Manuel Correia de Andrade oferece uma definição abrangente dessa organização social centrada na produção açucareira.

A sociedade açucareira era, na verdade, muito elitista e concentradora de renda nas mãos de uma oligarquia que se autointitulava de “nobreza da terra”, formada por pessoas ligadas a algumas famílias entre si, em contraste com uma grande massa de escravos e de libertos, completamente expropriados de bens, e um pequeno grupo intermediário.¹⁶³

Para a concretização desse processo, foi necessário assegurar o sucesso da empresa colonial através de sua permanência no território, enfrentando a resistência dos indígenas e repelindo incursões de outras potências coloniais. Isso visava criar as “condições indispensáveis para o estabelecimento de engenhos de açúcar como grandes unidades produtoras de feição capitalista”.¹⁶⁴ Além do açúcar, outras atividades foram desenvolvidas, a maioria interligadas à fabricação desse produto: a cachaça e o tabaco foram utilizados no tráfico de africanos; a pecuária, além de servir como fonte de alimento para a população, era empregada como força

¹⁶² ROGERS, Thomas D. **As Feridas mais Profundas**: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil. 1ª ed. São Paulo; Editora Unesp, 2017. p.59.

¹⁶³ ANDRADE, Manuel Correia de. **História das usinas de açúcar de Pernambuco**. Op. Cit. p.13.

¹⁶⁴ CANABRAVA, Alice P. Op. Cit. p. 71.

motriz nos engenhos; as matas forneciam lenha para a construção de instalações e, simultaneamente, combustível para as fornalhas do engenho.

Os custos para a instalação e manutenção de um engenho eram elevados, sendo muitas vezes obtidos por meio de empréstimos concedidos por comerciantes. Os donatários que possuíam recursos próprios, como Duarte Coelho, rapidamente estabeleceram engenhos em suas capitanias. Por outro lado, aqueles interessados que não dispunham de recursos dependiam das concessões feitas pela Coroa. Desde os primeiros tempos da colônia, portanto, foi estabelecido um cenário entre os produtores que possuíam recursos, capazes de empreender a construção de seus engenhos, e aqueles desprovidos de meios. Estes últimos buscavam junto à metrópole recursos para iniciar ou manter suas produções e engenhos, demandando “isenções de tributos, garantias contra a penhora dos instrumentos de produção, honrarias e títulos”.¹⁶⁵

Não obstante a falta de capitais e a decadência da manufatura do açúcar, a classe dos senhores de engenho subsistiu, no Brasil, graças às medidas tomadas oficialmente para garanti-la contra os negociantes credores. Ela atravessou a grande crise da primeira metade do século XVIII à sombra das provisões reais, que a protegeram da penhora de suas manufaturas de açúcar, lavouras de cana e escravos, fazendo-o recair apenas nos rendimentos dos engenhos. [...] Estas provisões, emanadas desde o século XVII, renovaram-se continuamente durante a primeira metade do XVIII, permitindo aos senhores de engenho do Brasil vegetarem num regime de moratórias, que os preservou para a nova ascensão da manufatura açucareira na segunda metade do século.¹⁶⁶

Obtidos os recursos, a estrutura canavial-engenho-casa-grande assemelha-se à formação de um complexo industrial, como descrito na introdução deste trabalho tomando como base as noções apresentadas por Tamás Szmerecsányi.¹⁶⁷ Sob essa perspectiva, os engenhos de açúcar podem ser observados como centros produtores dotados de funções econômicas, sociais e administrativas bem delimitadas.¹⁶⁸ Nas palavras da historiadora Alice Canabrava, esse complexo pode ser apresentado como uma estrutura do incipiente capitalismo:

O caráter fundamental da manufatura açucareira nas Antilhas, como no Brasil, é o da produção extensiva para os mercados do exterior, subordinada estreitamente à economia europeia, donde resulta sua extrema debilidade. Em ambas as áreas, o engenho se revela como empresa de exploração de um produto tropical de grande valor comercial, graças ao trabalho dos escravos africanos. [...] O fato evidente, no meio da estabilidade geral dos processos produtivos, é o engenho tornar-se instrumento de difusão crescente do capitalismo.¹⁶⁹

¹⁶⁵ FURTADO, Celso. *Op. Cit.* p.75.

¹⁶⁶ CANABRAVA, Alice P. *Op. Cit.* p.213.

¹⁶⁷ SZMRECSÁNYI, Tamás. *Op. Cit.*

¹⁶⁸ FERLINI, Vera. *Op. Cit.* p.137.

¹⁶⁹ CANABRAVA, Alice P. *Op. Cit.* p.245.

O engenho desempenha um papel crucial como centro de uma economia mercantil, com sua produção subordinada às necessidades comerciais dos mercados europeus, integrando-se a outras redes e conexões estabelecidas ao longo desse processo. Porém, contrapondo as interpretações sobre o controle absoluto do comércio do açúcar pela metrópole, Luiz Felipe de Alencastro apresenta um ponto de vista diferente sobre a participação econômica das colônias no mercado internacional, utilizando o Brasil como exemplo. Nos primeiros anos da invasão, a Coroa portuguesa permitiu aos donatários providos de recursos explorarem os territórios sem interferência direta em suas atividades. Uma classe de proprietários se formou, despertando o interesse da Coroa, que precisou intervir instituindo uma colonização sobre os próprios colonos. Retomando o exemplo de Duarte Coelho, mesmo após a instituição do Governo-Geral, o donatário e seus descendentes permaneceram avessos ao controle burocrático da metrópole.¹⁷⁰

De início, a Coroa concede amplos poderes a seus súditos que dispõem de capital e também aos estrangeiros católicos ativos no além-mar. Algumas décadas mais tarde, a monarquia volta atrás e inicia um movimento de “restauração metropolitana”, restringindo a autonomia dos principais atores da conquista. Por um lado, se estabelece o monopólio metropolitano no ultramar – o “exclusivo” –, em prejuízo dos estrangeiros. Por outro lado, editam-se leis tolhendo liberdades dos colonos e submetendo-os a governadores encarregados de lembrar *urbi et orbi* o sentido da colonização. É o processo de colonização dos colonos: a Coroa aprende a fazer os rios coloniais correrem para o mar metropolitano; os colonos compreendem que o aprendizado da colonização deve coincidir com o aprendizado do mercado, o qual será – primeiro e sobretudo – o mercado reinol.¹⁷¹

Assim, os lucros provenientes do comércio do açúcar e a resistência do donatário ao processo de (re)colonização pela Coroa nos auxiliam a conceber a estrutura canaviais-engenho-casa-grande como um complexo agroindustrial de dimensão global, cujos proprietários mais abastados não estavam dispostos a se submeter à burocracia estatal – ou pelo menos a tirar algum proveito dela. Para isso, recorremos às ideias do economista André Gunder Frank, que, por meio da tese do *desenvolvimento do subdesenvolvimento*, apresentou uma visão heterodoxa sobre o surgimento do capitalismo. Sob essa perspectiva, é possível observar o complexo agroindustrial da colônia como um incipiente capitalismo global.

Frank articulou com toda clareza a proposta herética segundo a qual o desenvolvimento e o subdesenvolvimento não eram fenômenos separados, mas estreitamente ligados. Ao longo dos séculos passados, o capitalismo havia-se expandido, a partir de seu centro original, para todas as regiões do globo. Ele penetrou em todos os lugares e transformou outras áreas em satélites dependentes do centro metropolitano. Ao extrair os excedentes produzidos nos satélites para satisfazer às

¹⁷⁰ FAORO, Raymundo. *Op. Cit.* pp.143-144.

¹⁷¹ ALENCASTRO, Luiz Felipe. *Op. Cit.* p.22.

exigências da metrópole, o capitalismo distorceu e impediu o desenvolvimento desses satélites em benefício próprio.¹⁷²

Partindo dessa visão, ao considerarmos a estrutura dos engenhos como um complexo agroindustrial, podemos observar que já no século XVI foi estabelecida uma relação de dependência entre as colônias, produtoras de *commodities* e fornecedoras da força de trabalho escravizada, e as metrópoles, futuros centros do capitalismo industrial. Contudo, questionamos se o desenvolvimento do capitalismo industrial na Europa no século XVIII poderia ser considerado uma especialização dos modos de produção desenvolvidos a partir do complexo agroindustrial canavieiro. Na construção de uma história vazia e homogênea, a madeira e o trabalho escravizado nas colônias cedem espaço ao aço e ao proletariado das grandes metrópoles. A noção de “progresso” na história estabelece uma divisão entre um capitalismo desenvolvido nas colônias em oposição ao capitalismo industrial das grandes metrópoles.

Refletindo a partir da Teoria Marxista da Dependência, desenvolvida por Ruy Mauro Marini¹⁷³, surge o questionamento: se a dependência é entendida como uma relação de subordinação que assegura os meios para que a periferia não alcance independência econômica em relação aos centros do capitalismo, poderíamos pensar no processo descrito como a formação do capitalismo de dimensões globais a partir da periferia? Talvez as observações de Eric Wolf sobre as ideias de Immanuel Wallerstein e Gunder Frank para explicar a expansão do colonialismo no século XVI possam contribuir para a reflexão: “um segundo processo em funcionamento foi o crescimento do comércio a longa distância, o qual, em todos os lugares, ligou zonas de fornecimento a centros de demanda concentrada e possibilitou papéis especializados para os povos estabelecidos ao longo das rotas de comércio”.¹⁷⁴

Para aprofundar nosso entendimento dessa complexa rede e identificar elementos que aproximem a relação entre os diversos centros de produção, investigamos outros complexos agroindustriais nas Américas, estabelecendo conexões entre o Brasil e o Caribe a partir das trocas de experiências sobre a produção açucareira. Buscando vestígios que possam oferecer pistas sobre a ligação entre essas regiões, ampliamos a perspectiva que as considera apenas como concorrentes no mercado internacional do açúcar. Recorremos às pesquisas de Alice Canabrava, que apresenta o depoimento de Richard Ligon, um produtor de açúcar inglês que

¹⁷² WOLF, Eric. *Op. Cit.* p.46.

¹⁷³ Cf. MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4a ed. Florianópolis: Insular, 2013. MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. [s.l.]: Vozes, 2000.

¹⁷⁴ WOLF, Eric. *Op. Cit.* pp.46-48.

residiu na ilha de Barbados entre 1647 e 1650. Seu relato, publicado em 1657 como *A True and Exact History of the Island of Barbados*, oferece informações sobre a transferência de técnicas de cultivo de cana e produção de açúcar entre o Brasil e Barbados.¹⁷⁵

Quando Ligon chegou à ilha por volta de 1647, encontrou uma produção em estágios iniciais que não atendia aos padrões de qualidade exigidos pelo mercado europeu: “em 1647, o grande trabalho do preparo do açúcar, recente na ilha, limitava-se apenas à produção do açúcar mascavo. Este, imperfeitamente preparado, constituía ainda artigo pouco comerciável: mal purificado, muito úmido, os primeiros mascavos de Barbados encontravam mercado apenas na Inglaterra”.¹⁷⁶ Consequentemente, o estágio inicial da produção era resultado da falta de conhecimentos técnicos necessários para a produção do açúcar:

entre as principais deficiências a oprimirem a produção açucareira em Barbados, aponta Ligon a falta de conhecimentos quanto ao cultivo da cana, à época do corte, ao modo de colocar as tachas sobre as fornalhas, de revestir os tambores das moendas com placas de ferro e o completo desconhecimento do processo de branquear o açúcar.¹⁷⁷

De acordo com o depoimento, grande parte do aumento da produção resultou das trocas de conhecimento entre os produtores do Brasil e os produtores da ilha. A confirmação dessa informação foi feita por Canabrava ao consultar os manuscritos do *Colonial Officer*: “seriam alguns dos mais industriais (habitantes) que havia encontrado o meio de fazer vir a planta de Pernambuco. A cana-de-açúcar teria sido trazida do Brasil para Barbados por certo Peeter Brower do norte da Holanda, mas até 1645 não se conhecia perfeitamente seu cultivo.”¹⁷⁸ Atenção para a seguinte informação: a troca de conhecimentos foi realizada antes mesmo da saída dos holandeses do Brasil.

Assim, observamos a quebra do monopólio sobre a produção de açúcar quando notamos sujeitos transitando entre o Brasil e Barbados, por intermédio de comerciantes da Holanda, em busca de conhecimentos sobre a técnica e a produção de açúcar. Apesar da distância, o processo de produção se assemelha em alguns pontos, e o que une essas duas regiões é a dependência imposta pelo colonizador como centros produtores de açúcar. É possível apontar, portanto, para uma relação interdependente entre esses lugares que amplia nossa visão sobre um comércio global de *commodities*? Outro aspecto que aproxima essas duas regiões

¹⁷⁵ CANABRAVA, Alice P. *Op. Cit.* p.37.

¹⁷⁶ Ibidem. p.38.

¹⁷⁷ Ibidem. p.38.

¹⁷⁸ Ibidem. p.37.

refere-se a alguns processos utilizados na agricultura, influenciados por técnicas empregadas por populações indígenas, o que questiona a visão de que as populações indígenas seriam, afinal, tão “atrasadas”.¹⁷⁹

3.4 O açúcar

Seguindo os debates apresentados por Alice Canabrava, buscamos compreender como ocorre a fabricação do açúcar a partir do emprego de técnicas e tecnologias disponíveis nos engenhos. Destacamos as pequenas modificações ao longo dos anos, embora a escassez de fontes nos impeça de observar como essas alterações impactaram significativamente na produção. A existência dessas modificações suscita o seguinte questionamento: não poderíamos considerar essas inovações como avanços tecnológicos, contrapondo a crença de que não houve mudanças no emprego de outras técnicas e novas tecnologias?

As primeiras moendas foram construídas seguindo um padrão de disposição horizontal, com dois rolos de madeira de lei (escolhidos com base em sua dureza e resistência à umidade), revestidos em chapa de metal, sobrepostos um ao outro. Embora tenham sido utilizadas por pelo menos um século, a extração do caldo de cana era insuficiente. No início do século XVIII, essas antigas moendas horizontais foram substituídas por moendas dispostas verticalmente em três cilindros de madeira, melhorando o rendimento na produção de açúcar. Vale destacar que a introdução dessa técnica ocorreu por meio das conexões entre os complexos agroindustriais espalhados nas Américas; o Brasil importou a técnica do Peru, e do Brasil, a técnica foi transmitida aos franceses e ingleses das Antilhas.¹⁸⁰

A disposição relativamente simples do maquinário contribuiu para a permanência da técnica de moendas verticais até o início do século XIX, quando os cilindros de madeira foram substituídos por cilindros de ferro fundido. Por muitos anos, a mecânica empregada na moagem permaneceu inalterada, variando apenas a disposição dos rolos e seus revestimentos. A escassa inovação tecnológica estava relacionada ao baixo conhecimento sobre engenharia mecânica e à atividade siderúrgica voltada para a produção de máquinas destinadas ao complexo agroindustrial. O avanço técnico sobre a mecânica da moenda ocorreu somente nas

¹⁷⁹ “A queimada, o processo primitivo de plantio em covas à moda indígena, a falta quase total de utensílios agrícolas adequados, a ausência de qualquer preocupação para a escolha de mudas destinadas ao plantio, o desenvolvimento apenas espacial da lavoura canavieira antilhana, fazem dela o tipo de lavoura extensiva característica das colônias tropicais. Nesses aspectos, encontra sua equivalente na lavoura canavieira do Brasil”. Ibidem. p.80.

¹⁸⁰ Ibidem. p.116-117.

últimas décadas do século XVIII, com o retorno de uma moenda horizontal, desta vez construída com ferro. A substituição das moendas foi acompanhada pela substituição da força motriz.

No Brasil, os engenhos eram movidos por três tipos de força: humana, animal e hidráulica. Os senhores de engenho preferiam moendas tracionadas por animais, conferindo um “ínfimo grau de habilidade técnica necessária para sua construção e seu manejo”.¹⁸¹ A predileção pelos animais se justificava pela vantagem relacionada ao custo de instalação relativamente baixo. Já as moendas hidráulicas tinham que ser instaladas próximas a rios, revelando desde já sua condição geográfica, ou seja, a necessidade de transporte d'água e queda artificial. Outro fator que influenciava nos custos finais de instalação da maquinaria era seu preço, que girava em torno de mil libras, cerca de 3.500\$000 no Brasil (dados do início do século XVIII).¹⁸² É relevante sublinhar também a utilização de engenhos movidos pela força eólica. Este tipo de dispositivo era empregado em regiões onde a limitação geográfica impedia a construção de engenhos hidráulicos e havia restrições de recursos para a instalação de engenhos movidos por humanos e/ou animais. No Brasil, essa tecnologia não foi utilizada. Nas Antilhas, no século XVIII, os engenhos movidos pela energia eólica asseguraram o aumento da produção de açúcar e, se associado ao deslocamento de escravizados para a exploração de jazidas de ouro em Minas Gerais e à baixa inovação tecnológica, contribuíram para o declínio da hegemonia portuguesa no mercado internacional de açúcar.

A maior parte do açúcar produzido derivava do mascavo, cujo preparo estava condicionado a uma produção incipiente. Para descrever esse processo, privilegamos às memórias de um ex-escravizado cubano, Esteban Montejo. Suas memórias foram registradas no livro *Memórias de um Cimarron*, organizadas por Miguel Barnet como parte de um projeto de memória sobre as religiões de matriz africana em Cuba. Nascido em 1860, Montejo foi testemunha das transformações no processo de produção de açúcar em Cuba. É importante ressaltar que suas memórias não são imagens cristalizadas e fidedignas dos eventos, mas auxiliam na compreensão dos processos de produção e das modificações ocorridas nos engenhos da ilha. A partir desse fragmento, podemos refletir sobre como esse processo se deu no Brasil. Segue o relato:

todas as partes de dentro do engenho eram primitivas. [...] Eram chamados de *cachimbos* porque essa palavra quer dizer engenho pequeno. Nesses *cachimbos* era

¹⁸¹ Ibidem. p. 123.

¹⁸² Ibidem. p.128.

feito só açúcar mascavo. Tinha alguns que nem faziam açúcar, só melaço e rapadura. [...] Nos cachimbos havia três tachas. As tachas eram grandes, de cobre e de boca larga. Numa se cozinhava a garapa, na outra se batia a borra do melaço e na terceira, o melaço tomava seu ponto. Nós chamávamos de borra o que sobrava da garapa. Era uma espécie de crosta dura, boa comida pros (sic.) porcos. Depois que o melaço estava no ponto, a gente pegava um cocho, e com um colherão grande enfiado numa vara, despejada no cocho, e do cocho pra (sic.) gaveta que estava perto das tachas. Ali endurecia o mascavo que era o açúcar sem purgar. Ai ficava o melhor do melaço. Nesse tempo não existia isso que chamam de centrífuga.¹⁸³

O relato prossegue com uma descrição sobre como ocorria o processo de refino do açúcar bruto:

quando o açúcar já tinha esfriado na gaveta, a gente tinha que entrar ali, descalço, com pá e picareta e uma espécie de maca. Ia sempre um negro na frente, outro atrás. Essa tal de maca era pra levar as caçambas pro tablado: um depósito comprido, com dois paus onde eram fincadas as caçambas para que o açúcar purgasse. [...] Para fazer açúcar turbinado, havia uns funis grandes onde se punha o mascavo para que purgasse fino. Esse açúcar era parecido com o de agora, o açúcar branco. Os funis eram conhecidos como formas.¹⁸⁴

O processo de fabricação do açúcar, conforme recordado pela testemunha, está intrinsecamente associado ao sofrimento decorrente da exploração colonial. Ao rememorar esse processo, Esteban Montejo evidencia as dificuldades enfrentadas por uma criança submetida à opressão da escravidão:

Eu entendo desse negócio de açúcar melhor que muita gente que só conheceu a cana lá fora, no campo. E pra dizer a verdade, eu prefiro a parte de dentro; é mais cômoda. [...] Eu devia ter uns dez anos e por isso não tinham me mandado pro campo. Mas, dez anos naquele tempo era como ter trinta agora, porque as crianças trabalhavam como burros de carga.¹⁸⁵

A produção no complexo agroindustrial açucareiro sobreviveu com poucas mudanças ao longo dos primeiros 300 anos de imposição colonial, seja na introdução de novas técnicas, tecnologias e variações de cana, seja na exploração da força de trabalho. Embora algumas mudanças técnicas tenham ocorrido, elas são ínfimas e, devido à limitação das fontes, impedem de emitir algum julgamento sobre se foram ou não suficientes para a ampliação da produção de açúcar. A maior parte das inovações ocorreu na moenda, o principal instrumento para a extração do caldo da cana.

Nos primeiros anos dos engenhos no Brasil, a extração do caldo de cana era obtida através de um processo que exigia a passagem das canas pela prensa mais de uma vez, pois uma única passagem não era suficiente para espremer a cana. É importante ressaltar que esse

¹⁸³ BARNET, Miguel. Memórias de um Cimarron: testemunhos. São Paulo: Editora Marco Zero, 1986. p.21.

¹⁸⁴ Ibidem.

¹⁸⁵ Ibidem. p.22.

problema afetou os engenhos de dois eixos movidos pela tração hidráulica.¹⁸⁶ A primeira melhoria ocorreu com a introdução da moenda chamada “palito”, utilizada nos engenhos de tração animal e hidráulica. Com este tipo de moenda, a passagem da cana ocorria apenas uma vez, resultando em uma maior quantidade de caldo extraído. Consequentemente, o aperfeiçoamento da máquina implicou na diminuição do número de trabalhadores envolvidos nessa etapa da produção.

Por fim, a modificação da prensa não eliminou o surgimento de novos problemas. O aumento da produção exigiu modificações nos sistemas de transporte e armazenamento do caldo, pois a demora no seu tratamento poderia comprometer a produção. Segundo Vera Ferlini, grande inovação no mundo dos engenhos foi, portanto, a adoção do sistema de entrosas: “os cilindros ou prensas, nessa moenda, eram verticais, e a cana passava entre os cilindros rotativos, podendo ser repassada pelo outro lado. O engenho de entrosas tornou-se o mecanismo usual da moagem na América”.¹⁸⁷ Ao considerar o setor da moagem como uma das principais atividades dentro da cadeia produtiva do açúcar, observamos que as inovações desempenharam uma função na produção “ao atingirem um certo nível ótimo de produtividade e continuidade”, ao mesmo tempo que “as inovações tenderam a se cristalizar e a perdurar”.¹⁸⁸ Somente no século XIX ocorreram mudanças significativas que impactaram o complexo agroindustrial açucareiro.

3.5 A “modernização sem mudanças”

Até meados do século XIX, poucas foram as transformações tecnológicas ocorridas na produção de açúcar, embora a matriz do complexo agroindustrial açucareiro, voltado para a exportação, tenha permanecido inalterada.¹⁸⁹ Em Pernambuco, a disponibilidade de terras e escravizados contribuiu para que os produtores demonstrassem pouco interesse em novas técnicas, acentuando a morosidade do processo de modernização tecnológica nos engenhos e canaviais. A mudança dessa mentalidade ocorreu quando o açúcar sofreu diretamente as consequências da baixa procura do produto brasileiro frente à concorrência internacional e à crescente concorrência com os produtores do Sudeste.

¹⁸⁶ FERLINI, Vera. Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003. p.148.

¹⁸⁷ Ibidem. p.154.

¹⁸⁸ Ibidem.

¹⁸⁹ PERRUCCI, Gadiel. **A República das usinas**: um estudo de história social e econômica do Nordeste, 1889-1930. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. p.117.

Tanto o açúcar produzido nas Antilhas quanto o extraído da beterraba, este produzido em solo europeu, contribuíram para acentuar as dificuldades enfrentadas pelo complexo agroindustrial açucareiro em Pernambuco.¹⁹⁰ A concorrência internacional obrigou investimentos na melhoria da qualidade, e para tanto, foram feitas modificações que envolveram os centros de processamento da cana e a estrutura logística do complexo. As melhorias foram realizadas graças à disponibilidade de capitais, embora apenas uma pequena parcela dos produtores possuísse recursos suficientes para empreender a modernização de suas instalações, a exemplo do Engenho São Francisco da Várzea citado no capítulo anterior. Ressalte que os proprietários que dispunham de recursos dependiam das importações para concretizá-las.¹⁹¹

As primeiras mudanças incluem a implantação do vapor como matriz energética. As moendas passaram a ser instaladas em formato horizontal, tracionadas pela força do vapor e construídas com aço fundido. As caldeiras foram adaptadas para funcionar com o bagaço da cana, e no processo de purgar o açúcar, as centrífugas passaram a produzir o açúcar branco.¹⁹² Apesar dos esforços, a introdução dessas melhorias técnicas foi lenta, e somente poucos produtores foram capazes de empreender as modificações com recursos próprios. Se for possível apontar algum “progresso”, este ocorreu com o avanço da destruição das matas, uma vez que o aumento da capacidade de processamento de cana exigiu maiores áreas plantadas, assim como o vapor do diabo tinha como combustível a lenha extraída das matas e do bagaço.

O aumento da produção de açúcar, em grande parte, está relacionado ao aumento da quantidade de cana processada pelas moendas. Isso significa que uma produção recorde de açúcar estava condicionada a uma maior área de cana plantada. Vinculado a esse processo, portanto, estava uma maior concentração de terras por parte dos senhores de engenho. Esse processo predatório atingiu áreas de Mata Atlântica, destruindo a vegetação natural para ampliar a área de cultivo. O processo quantitativo, portanto, não levou em consideração a exploração de novas variedades de cana ou o aperfeiçoamento técnico da produção.

A melhoria dos equipamentos foi acompanhada da introdução de novas variedades de cana. Ao longo de três séculos, predominou no Brasil a variação de cana crioula, e sua substituição só ocorreu nos primeiros anos do século XIX, com a ocupação das tropas do Brasil

¹⁹⁰ ANDRADE, Manuel Correia. **História das usinas de açúcar de Pernambuco.** *Op. Cit.* p.15.

¹⁹¹ EISENBERG, Peter. *Op. Cit.* p. 45.

¹⁹² PERRUCI, Gadiel. *Op. Cit.* p.117.

à Guiana Francesa e a introdução da cana caiana.¹⁹³ Ressalte que a baixa variação de espécies é reflexo da pouca interferência de doenças e pragas nos canaviais. Poucos eram os problemas enfrentados pelos produtores de cana relacionados às pragas que afetavam a produção. Segundo Warren Deam,

ao longo da costa, em Recife, Salvador, Espírito Santo e Rio de Janeiro, a cana-de-açúcar, introduzida quase um século antes, ainda não havia sofrido a ação de nenhum dos parasitas ou pestes que co-evoluíram com ela no Velho Mundo, exceto por umas poucas ervas daninhas, ratos e outros animais domésticos - bovinos, caprinos e suínos.¹⁹⁴

A introdução de outras variações de cana, no entanto, não foi acompanhada por uma política agrícola de melhoria permanente das variedades. Pelo contrário, faltaram investimentos para a pesquisa e reprodução de outras espécies, limitando as experiências a poucos engenhos e centros de pesquisa. Além disso, não havia uma política de proteção aos canaviais contra doenças e pragas e ao uso exaustivo do solo.¹⁹⁵ Sobre este último ponto, o uso de adubos e fertilizantes era quase inexpressivo, mesmo diante da disponibilidade abundante de esterco de animais e do próprio bagaço.¹⁹⁶

Outro fator que caracteriza esse período foi a introdução e ampliação das ferrovias. Os primeiros engenhos da capitania foram estabelecidos no litoral, preferencialmente próximos à foz dos rios para facilitar o escoamento do açúcar para a Europa. Outros engenhos foram instalados com o avanço da invasão colonial e, à medida que adentravam o território, aumentava

¹⁹³ “Tomando conhecimento da existência de outras terras onde havia produção de açúcar, os senhores de engenhos, sobretudo aqueles que frequentavam os grandes centros regionais, o Recife e Salvador, passaram a preocupar-se com a introdução de novas técnicas e de novas variedades de cana, ao notarem que, com o tempo, a caiana, como acontecera antes à crioula, também degenerava e decaía de produção. Por isso, ainda no século passado, passou-se a cultivar novas variedades surgidas de variações espontâneas de cana caiana – a imperial e a cristalina – que só seriam suplantadas no período republicano, pela cana manteiga ou flor de Cuba, obtida graças a seleções e cruzamentos feitos no engenho Cachoeirinha, situado no município de Vitória, em Pernambuco, pelo seu proprietário, Manuel Cavalcanti de Albuquerque”. ANDRADE, Manuel Correia. **A terra e o homem no Nordeste**. *Op. Cit.* pp.100-101.

¹⁹⁴ DEAN, Warren. *Op. Cit.* p.96.

¹⁹⁵ ANDRADE, Manuel Correia. **História das usinas de açúcar de Pernambuco**. *Op. Cit.* p.14. Cf. ROGERS, Thomas D. *Op. Cit.*

¹⁹⁶ O historiador Antonio Santamaría García tem uma opinião diferente quanto ao uso de adubos e fertilizantes nos canaviais. Ao estudar sobre o processo de modernização do complexo agroindustrial cubano, nos anos iniciais do século XX, o historiador afirma que muitos produtores não utilizavam esses recursos por temerem prejudicar toda a safra, embora seu uso possa aumentar o rendimento industrial da cana: “Lo que si se consigue abonando adecuadamente el campo es mejorar el rendimiento industrial. Teniendo en cuenta esas premisas, la evidencia no permite afirmar que los cultivadores cubanos no utilizaron fertilizantes para mejorar la calidad de la caña”. Cf. GARCÍA, Antonio Santamaría. *Op. Cit.* p.14.

a necessidade de transporte para os pontos de escoamento. Essas dificuldades logísticas só foram parcialmente resolvidas com a construção das ferrovias ao longo do século XIX.¹⁹⁷

Para o historiador Evaldo Cabral de Melo, mesmo com as limitações, a ampliação da malha ferroviária contribuiu para a melhoria do escoamento do açúcar, possibilitando uma aproximação entre os mercados exportadores de matérias-primas e os grandes centros do capitalismo.¹⁹⁸ A ampliação pode ser observada, também, como uma forma dos grandes centros do capitalismo manterem seus interesses comerciais e financeiros: a disponibilidade de capitais estrangeiros estava voltada para as obras de infraestrutura a fim de escoar rapidamente as commodities, assim como proporcionar lucros sobre as garantias de juros ofertadas pelos governos através das concessões.¹⁹⁹

Até agora, tecemos nossos comentários sobre os processos técnicos de modernização, abrangendo as transformações nos engenhos, nos canaviais e na logística de escoamento da produção. Antes de adentrarmos nos engenhos centrais e nas consequências dessa política de investimentos, faremos algumas considerações. Em primeiro lugar, é evidente que as transformações aperfeiçoaram o modo de produção: o vapor substituiu a tração humana/animal; o aço substituiu a madeira das moendas; e o ex-escravizado passou a vender sua força de trabalho após a abolição em 1888. Por outro lado, a produção do complexo agroindustrial açucareiro permaneceu voltada para o mercado externo. Mudanças tecnológicas significativas ocorreram na produção e interferiram diretamente na paisagem natural, mas não impactaram de maneira substancial as relações de exploração do trabalho.

O que propomos a diante é observar o processo de modernização ocorrido em Pernambuco sob outra perspectiva, isto é, o aperfeiçoamento de uma classe dominante por meio da eliminação da concorrência na província e, conseqüentemente, maior concentração de poder. Ressaltamos que o debate é fruto das leituras sobre a historiografia que trata o período, pois há uma limitação no acesso às fontes, imposta pela própria classe dominante. A análise propõe avançar sobre a modernização enquanto um aprofundamento da concentração de terras decorrente do aperfeiçoamento tecnológico. À medida que novas tecnologias foram empregadas nas usinas, os produtores que possuíam capitais foram expandindo seus domínios, ao passo que os produtores desprovidos de recursos foram eliminados ou transformados em

¹⁹⁷ ANDRADE, Manuel Correia. *A terra e o homem no Nordeste*. Op. Cit. pp.103-104.

¹⁹⁸ MELO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império (1871-1889)*. 2ª Ed. Revista. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. p.115.

¹⁹⁹ PERRUCI, Gadiel. Op. Cit. p.74.

meros fornecedores de cana. Para não perderem suas propriedades, os produtores descapitalizados reclamavam ajuda ao Estado que, mesmo assim, orientava-se posteriormente para a consolidação do poder dos grandes usineiros.

3.6 Engenhos Centrais e o processo de concentração fundiária

A transição entre os engenhos e as usinas não é apenas um processo de industrialização, mas sim um aperfeiçoamento de um modo de produção conduzido por uma classe dominante que observou a interferência do capital internacional como uma ameaça aos seus interesses, agindo para impedi-la e assim consolidar seu poder. Basta olhar para o exemplo de Cuba, que no seu processo de modernização no início do século XX entregou grande parte de sua produção para o capital estadunidense. Conforme Antonio Santamaría, em Cuba, “las nuevas empresas fueron fundadas por los comercializadores y refinadores. Rionda fue el mentor y el presidente de la Cuban Cane, en la que participaron, entre otros, Morgan & Co., Seligman, Sullivan & Cromwell, Havemeyer y el City Bank. Atkins creó la Punta Alegre Sugar (1915)”.²⁰⁰

No caso do Brasil, a tentativa desse movimento ocorreu com a abertura aos capitais estrangeiros para a construção dos engenhos centrais. Em 1875, o Gabinete Sinimbu editou uma lei de garantias sobre juros que possibilitou a entrada de capitais estrangeiros no país, garantindo a conservação do capital aplicado mais uma taxa de juros de 7% ao ano. Esse momento ocorreu com a publicação da Lei Imperial nº 2687 de 1875, responsável pela abertura ao capital internacional, através da garantia de juros, para o financiamento dos engenhos centrais e obras de infraestrutura ligadas à agroindústria açucareira. Para a historiadora Roberta Barros, essa legislação pode ser considerada como marco central do desenvolvimento industrial da agroindústria açucareira na instalação dos engenhos centrais no Brasil. O diploma legal, portanto, permitiu o “proteccionismo agrícola, a intervenção estatal e a modernização do setor açucareiro”.²⁰¹

Anos depois, houve uma ampliação dessa abertura com o Decreto 8.357, de 24 de dezembro de 1881, possibilitando investimentos estrangeiros na construção dos engenhos centrais. Para autores como Peter Eisenberg, Evaldo Cabral de Melo e Gardiel Perruci, a legislação e a abertura de capital destinadas à construção dos engenhos centrais representaram uma alternativa para os senhores de engenho em dificuldades, que não possuíam recursos para

²⁰⁰ GARCÍA, Antonio Santamaría. *Op. Cit.* p.99.

²⁰¹ MEIRA, Roberta Barros. **Banguês, engenhos centrais e usinas.** *Op. Cit.* p.20.

financiar sua modernização, transformando-os em fornecedores de cana.²⁰² O princípio dos engenhos centrais era separar a produção agrícola da atividade industrial. Assim, os produtores que não possuíam recursos para modernizar suas instalações poderiam dedicar-se à melhoria da atividade agrícola, enquanto os investidores estrangeiros interessados na produção de açúcar concentrariam seus esforços na instalação e manutenção das máquinas.

Por um lado, a separação da atividade agrícola da industrial marcou uma possível entrada de investimentos estrangeiros em Pernambuco. Por outro, os senhores de engenho que possuíam recursos para modernizar suas instalações, bem como o acesso ao crédito concedido pelo governo imperial através de subsídios, empréstimos e garantias de juros, observaram a entrada do capital internacional como uma ameaça ao seu poder político e econômico. Portanto, identificamos uma antecipação da classe dominante, aquela que possuía recursos, frente à possibilidade de enfraquecimento do seu poder.²⁰³

Para o historiador Evaldo Cabral, os engenhos centrais e o capital estrangeiro, enquanto ameaça ao poder dos senhores de engenho abastados, podem ser observados como uma imposição do governo imperial aos produtores de cana em Pernambuco numa tentativa de limitar seus poderes. Acontece que, para o benefício desses senhores de engenho, os investimentos estrangeiros foram limitados e os engenhos centrais construídos em Pernambuco foram ineficientes. Dentre os motivos que contribuíram para o fracasso dos engenhos centrais, podemos citar: os capitais estrangeiros foram investidos com fins meramente especulativos e não necessariamente significavam que máquinas modernas ou ferrovias seriam instaladas em Pernambuco; e, de acordo com o historiador Pedro Ramos, o poder econômico e político dos usineiros impediu a abertura para a separação entre a atividade agrícola e industrial.²⁰⁴

²⁰² Pela lei, os engenhos centrais deveriam produzir açúcar a partir da cana enviada por fornecedores e contava com uma série de restrições: não poderiam possuir escravos, não poderiam plantar cana, deveriam construir linhas férreas para facilitar o transporte da cana para as moendas e os engenhos deveriam ser construídos em locais previamente designados pelo governo imperial. PERRUCI, Gadiel. *Op. Cit.* p.120.

²⁰³ “A política de engenhos centrais do Governo Imperial não foi promovida pela açucarocracia nortista e nem mesmo pelos interesses comerciais ligados à exportação do açúcar, mas imposto autoritariamente ao norte agrário em benefício de capitais estrangeiros e do ativo lobby de ‘melhoramentos materiais’ que vicejava no Rio à sombra dos lucros fáceis de intermediação que proporcionavam a obtenção e a venda de concessões governamentais. Na realidade, a açucarocracia nortista encarou, primeiro com reserva, e depois com hostilidade, a implantação de engenhos centrais, especialmente quando se tornou evidente, desde o começo da experiência, que, na distribuição dos favores, o Estado tencionava preterir-la em favor daqueles interesses”. MELO, Evaldo Cabral. *Op. Cit.* p.162.

²⁰⁴ “Pode-se afirmar que a percepção dessa realidade foi imediata por parte dos senhores de engenho, que preferiram continuar moendo suas canas nos seus velhos engenhos banguês. Os engenhos centrais montados com os capitais estrangeiros não poderiam sobreviver com um insuficiente e irregular fornecimento de matéria-prima. De acordo com os senhores de engenho, haveria que modernizar, mas sem mudar o que estava dando certo havia séculos”. RAMOS, Pedro. *Op. Cit.* p.57.

Houve um fracasso dos engenhos centrais, mas não para uma nova configuração de classe que surgiu, os usineiros, uma vez que a política de investimentos adotada pelo governo imperial consolidou seu poder. A aposta nos engenhos centrais como redenção dos senhores de engenho colaborou para o declínio dos engenhos banguês e, conseqüentemente, para o enfraquecimento do poder de alguns senhores de engenho. Aqueles que conseguiram modernizar suas máquinas e fazer frente ao capital internacional aumentaram a concentração de terras e poder, além de garantir o protagonismo enquanto classe dominante em Pernambuco. Os antigos engenhos que não se modernizaram foram, portanto, expropriados pelas poderosas usinas.

A tendência das grandes usinas é cultivar terras próprias, eliminando os fornecedores. Querem, além do lucro industrial, o agrícola; por isso adquirem grande número de engenhos, ligam-nos por estadas de ferro e de rodagem à usina, dividem o total das terras que possuem em zonas e estas em capitâneas que, por sua vez, se dividem em administrações que correspondem quase sempre a um primitivo engenho de 400 ou 500 hectares.²⁰⁵

Com a concentração de terras em mãos cada vez mais restritas, os usineiros pleitearam maiores subsídios estatais, o que ocorreu no final do século XIX, com a transição para a República. Os empréstimos e benefícios foram concedidos pelos governos de Barão de Lucena, Correia da Silva e Barbosa Lima, que desenvolveram uma política de concessão de empréstimos para a implantação de novas usinas, aquisição de terras, construção de estradas de ferro, entre outros benefícios que consolidaram ainda mais o poder dos usineiros.²⁰⁶ Nas palavras de Manuel Correia de Andrade:

a organização social da área canavieira estruturou-se em uma pirâmide em que no ápice se encontra o usineiro, quase sempre uma pessoa não individualizada, mas o acionista que detém um grande percentual de ações da empresa, e que tem grande influência nas decisões. Passou-se, assim, da sociedade patriarcal, bem caracterizada por Gilberto Freyre, para uma sociedade capitalista em que o controle da empresa é feito por um grupo de pessoas, no caso em estudo, de uma mesma família, em que a administração se concentra na mão de um líder familiar, auxiliando e assessorado por uma equipe de técnicos, ora acionistas, ora assalariados.²⁰⁷

Uma vez consolidado o seu poder enquanto classe dominante, os usineiros interessados passaram a discutir os “problemas do complexo agroindustrial”, especialmente os gargalos relacionados à parte agrícola. Embora a modernização tecnológica tenha trazido algumas melhorias ao setor, a persistência de problemas de produção foi utilizada para pleitear maiores investimentos. Para fundamentar essa demanda, era necessário recorrer a uma

²⁰⁵ ANDRADE, Manuel Correia. *A terra e o homem no Nordeste*. Op. Cit. p.124.

²⁰⁶ ANDRADE, Manuel Correia. *História das usinas de açúcar de Pernambuco*. Op. Cit. p.37.

²⁰⁷ Ibidem. p.97.

representação do passado que retratasse a agroindústria açucareira como um elemento essencial para a história e economia de Pernambuco.

3.7 Considerações finais

Comumente, nos deparamos com interpretações que reproduzem uma concepção de história glorificando os feitos do colonizador: a história da América surge em 1492 quando seus povos foram subjugados e transformados em apêndice da história europeia. Todo um passado, formado por uma diversidade étnico-cultural, é condenado ao apagamento histórico. Em nosso caso, a história do Brasil é tida como um grande êxito do empreendimento náutico realizado por Portugal. Essas interpretações privilegiam o colonizador enquanto protagonista de uma determinada concepção sobre o progresso. As abordagens feitas aos autores clássicos demonstraram que, em face da organização dos povos originários, os feitos da Coroa portuguesa e da burguesia comercial refletem uma concepção histórica que destaca a importância do açúcar para a economia do Brasil. O êxito colonial, portanto, é caracterizado pela imposição da violência em nome do progresso econômico.

Sobre o processo de consolidação dos invasores portugueses, concordamos que este ocorre com a possibilidade de exploração do território, inclusive dos seus recursos naturais, em benefício do capital mercantil europeu. A *plantation* canavieira, enquanto um modo de produção, tem como característica o uso da propriedade extensa, a predileção pela monocultura e a superexploração de uma força de trabalho. O seu centro econômico foi o engenho e a produção de açúcar destinava-se ao abastecimento do mercado europeu. Nossas observações sobre esse centro econômico possibilitaram a exploração sobre as redes que interligavam as diferentes formas de organização do modo de produção e suas inovações. As trocas sobre o domínio da técnica feitas por comerciantes na América permitiram a inovação sobre a produção de açúcar, mesmo que os resultados tenham sido ínfimos.

As discussões sobre a transição dos engenhos para as usinas resultaram em uma outra compreensão do fenômeno da modernização. Neste caso, a modernização também se manifesta através da concentração de terras nas mãos dos usineiros, ampliando seu capital político e econômico. No início do século XX, a oscilação dos preços do açúcar no mercado internacional provocou instabilidade no setor, especialmente entre os produtores de Pernambuco. Nesse estado, a situação foi mais complexa, pois, além de perderem espaço no mercado internacional, os produtores tiveram que disputar o mercado interno com os produtores

de São Paulo. O conflito entre classes, conforme mencionado por Pedro Ramos, envolve a disputa entre usineiros, senhores de engenho e produtores de cana pelo controle da produção. Esse processo teve início com a modernização tecnológica em meados do século XIX e foi consolidado com o surgimento das usinas. Além disso, há disputas pelo mercado interno entre os produtores das regiões Nordeste e Sudeste, representando outra face desse conflito.²⁰⁸

Segundo Manuel Correia de Andrade²⁰⁹, as usinas integravam as atividades agrícola e industrial dentro da mesma propriedade, o que provocou uma maior concentração de terras e poder nas mãos dos usineiros, garantindo seu protagonismo como classe dominante no estado, mesmo com a volatilidade dos preços do açúcar no mercado interno e externo. Pedro Ramos destaca que houve um processo de expropriação de terras pelos usineiros contra os senhores de engenho, aumentando a desigualdade no campo e levando os trabalhadores a se submeterem cada vez mais à exploração do complexo agroindustrial.²¹⁰ O aperfeiçoamento das máquinas exigiu um saber especializado desses trabalhadores proletarizados.²¹¹

A transição para a República não garantiu mudanças significativas para a população do campo. Embora o trabalho do escravizado tenha sido substituído pelo trabalho livre, as relações de exploração na zona canavieira permaneceram inalteradas. Os trabalhadores continuavam a enfrentar carestia, baixos salários e incertezas sobre suas vidas, enquanto os usineiros se fortaleciam com a reorganização da produção proporcionada pelas usinas, ampliando seu controle sobre a vida e a morte dos trabalhadores rurais. Até pelo menos 1950,

²⁰⁸ “Como vimos anteriormente, a agroindústria canavieira do Brasil chegara a uma situação conflituosa no final dos anos vinte. De um lado porque, havendo perdido mercado externo, teve sua expansão dependente do mercado interno em ampliação e assim, as produções regionais passaram a disputar uma mesma possibilidade de colocação de seus produtos – ou seja – um mesmo espaço de realização. De outro lado, as transformações na estrutura produtiva que haviam sido viabilizadas pelo Estado e que resultaram no surgimento das usinas, acabaram por levar a um conflito entre as classes sociais envolvidas no complexo agroindustrial canavieiro”. RAMOS, Pedro. *Op. Cit.* p.89.

²⁰⁹ “As usinas, ao serem instaladas, dispunham de máquinas com capacidade de esmagamento superior à capacidade de produção - dentro das condições técnicas então dominantes – dos engenhos a ela vinculados, e tratavam de adquirir mais terras para atender a fome de canas de suas moendas. Adquiridas as terras sem certo planejamento, o desequilíbrio passava a proceder de forma contrária, ficando as máquinas com capacidade inferior à produção agrícola, e tratavam os usineiros de adquirir novas máquinas. Assim, ampliando as terras e as máquinas ela ia acentuar cada vez mais a concentração fundiária”. ANDRADE, Manuel Correia. **A terra e o homem no Nordeste.** *Op. Cit.* p.113.

²¹⁰ “A luta pela matéria-prima por sua vez era, antes de mais nada, uma luta pela propriedade da terra, porque esta, de um lado, assegurava o abastecimento das usinas e, do outro, levava ao desaparecimento dos engenhos. Além disso, ainda garantia reservas de terras para futuras ampliações das usinas e obstaculizava a instalação de novos concorrentes nas proximidades”. RAMOS, Pedro. *Op. Cit.* p.93.

²¹¹ *Ibidem.* p.94.

os trabalhadores se organizavam de forma ínfima frente ao poder patronal, muitas vezes respaldado pelo poder policial do estado.

Além da violência e das relações de poder no campo, a permanência do passado colonial se manifesta em outros aspectos, como na reprodução da história que valoriza os feitos do colonizador. Isso é evidente nas obras de autores como Gilberto Freyre, José Lins do Rego e Manuel Diégues Júnior. Observando elementos do tempo presente, um exemplo que persiste mesmo após a Proclamação da República é o brasão do estado de Pernambuco, instituído em 1895. Embasado no historiador José Murilo de Carvalho²¹², em sua obra *A formação das almas*, podemos pensar como o brasão, com os ramos de cana e algodão representando as duas principais economias do estado, perpetua os símbolos da dominação colonial dentro de uma nova ordem sociopolítica. Embora a República tenha sido instituída em 1889, a dominação colonial resiste há séculos, ilustrando como a história colonial, apesar de ser questionada, ainda permanece viva em nosso cotidiano.²¹³ Afinal, a *plantation* ainda existe!

A ampliação dos canaviais e o aumento da produção açucareira não foram suficientes para dinamizar o setor. Para socorrer os usineiros do Nordeste, no início da década de 1930, foi criada a Comissão de Defesa da Produção de Açúcar e, posteriormente, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).²¹⁴ A criação desses organismos possibilitou maior intervenção do Estado brasileiro no controle da produção açucareira e no tabelamento dos preços do açúcar no mercado interno, além de promover o incremento da produção de álcool como forma de conter os problemas causados pelo excesso na produção de açúcar.²¹⁵ A intervenção estatal sobre o complexo agroindustrial eliminou os riscos da produção açucareira, beneficiando os produtores do Nordeste em detrimento dos produtores de São Paulo e retardando o avanço dos usineiros sobre a expropriação das terras dos produtores de cana e antigos senhores de engenho.²¹⁶

²¹² “A grande reflexão sobre o texto é a legitimação da nova ordem por meio de símbolos, símbolos que evocam elementos da antiga ordem, mantendo os privilégios das classes, assim como seus laços de cultura nas disputas ideológicas”. CARVALHO, José Murilo. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

²¹³ Quem observa a construção heráldica dos símbolos oficiais de Pernambuco vai notar que a cana-de-açúcar está presente na grande maioria dos brasões oficiais. Um estudo sobre essas representações será de grande contribuição

²¹⁴ DI CARLI, Gileno. *Op. Cit.*

²¹⁵ *Ibidem*. p.91.

²¹⁶ “É interessante chamar a atenção para o fato de que a intervenção estatal fora concebida para controlar a oferta, mas que reconhecia a necessidade de ampliação da produção e, por isso, quis disciplinar tal ampliação. Por outro lado, ela procurou impedir o avanço do processo usineiro, mas abriu brechas para cristalizar aquelas situações em que ele já se fizera mais forte”. *Ibidem*. p.95.

A estratégia adotada pelo IAA garantiu que os produtores do Nordeste tivessem uma participação no mercado interno, ameaçada pela expansão dos canaviais em São Paulo. Entre as décadas de 1940 e 1950, o controle sobre a produção de máquinas e peças de reposição para as usinas contribuiu para a rápida expansão do setor em São Paulo, enquanto em Pernambuco os produtores enfrentavam dificuldades para manter seus equipamentos, muitos dos quais eram importados e dependiam de peças de reposição vindas do exterior. O protagonismo de São Paulo nessas indústrias foi alcançado graças à capacidade de retificar as peças e, assim, adquirir o conhecimento sobre a produção de novas peças.

Até o início da década de 1960, poucas iniciativas por parte da classe patronal visavam o aprimoramento da produção. Em contrapartida, os usineiros frequentemente discutiam o problema econômico que envolvia a produção açucareira em Pernambuco, buscando recursos para superar a crise no setor. Com o objetivo de legitimar suas aspirações fundamentadas na construção de um passado “glorioso” e pleitear recursos para a modernização agrícola, foi criado o Grupo de Estudos do Açúcar. Esta iniciativa, liderada pela classe patronal, reuniu intelectuais em defesa da *plantation* açucareira.

No próximo capítulo, abordaremos a formação do grupo, destacando seus principais atores, sua recepção pela imprensa e a discussão sobre o problema que causava o gargalo na agroindústria. Na formulação de planos para a modernização agrícola, intelectuais reivindicavam a autoridade sobre o uso do passado, muitas vezes se opondo a outras figuras intelectuais que também interpretavam a zona canavieira. Nesse contexto, as discussões se concentram na figura do intelectual do açúcar, representantes dos usineiros e de uma narrativa oficial, buscando identificar os membros mais notáveis e seus simpatizantes, como Jordão Emerenciano, Renato Bezerra de Melo e Cid Sampaio.

4 O Grupo de Estudos do Açúcar e o “problema” do complexo agroindustrial açucareiro

4.1 Introdução

Nos capítulos anteriores, foi discutida a implementação da *plantation* canavieira e seu processo de modernização ocorrido em meados do século XIX. A transformação dos engenhos de açúcar em usinas provocou alterações na paisagem e na produção de açúcar, permitindo que a classe de produtores, os usineiros, ampliasse seu poder político e econômico. No entanto, ao longo do século XX, apesar do contínuo processo de modernização, a agroindústria em Pernambuco enfrentava desafios significativos em sua reestruturação. O protagonismo econômico de épocas anteriores disputava espaço com a crescente concorrência dos produtores do Sudeste, especialmente de São Paulo. Simultaneamente, a modernização agrícola dos canaviais ocorria de forma lenta. Além disso, era escasso o interesse dos usineiros na aplicação de técnicas agrícolas capazes de impulsionar os índices de produção.

Um caso emblemático é o da Usina Catende, que, em 1937, contratou os serviços de Apolônio Sales, engenheiro agrônomo e secretário de Agricultura em Pernambuco durante a administração Agamenon Magalhães. Em 1935, Sales realizou estudos que foram publicados no célebre livro *Hawaii Açucareiro*.²¹⁷ Nesse ano, o agrônomo foi designado pelo governo de Pernambuco, por meio de despacho emitido pelo Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, Paulo Carneiro, para uma missão técnica no estado do Havaí, Estados Unidos, com o objetivo de estudar a agroindústria canavieira daquele local.

De acordo com o agrônomo, a modernização nas relações de produção da *plantation* açucareira transformou o Havaí em um dos grandes produtores mundiais de açúcar, ultrapassando Cuba e Brasil.²¹⁸ A dicotomia entre usineiros e fornecedores de cana, que tanto prejudicava as políticas de preço, foi superada graças à organização dos produtores em torno de uma sociedade de defesa mútua do açúcar, a *Hawaiian Sugar Planters Association* (HSPA). Fundada em 1882, a associação disponibilizou recursos para a estação experimental *HSPA Experiment Station*.²¹⁹ Consequentemente, as pesquisas desenvolvidas nesse laboratório resultaram na melhoria do rendimento agrícola dos canaviais e no aumento da produção

²¹⁷ SALES, Apolonio. **Hawaii Açucareiro**. Pernambuco: Instituto de Pesquisas Agronômicas, 1937.

²¹⁸ A época da pesquisa e publicação do livro de Apolonio Sales coincide com o gráfico do decênio 1929-39 já mencionado nesta tese. Vide a figura 02 no capítulo I para maiores detalhes.

²¹⁹ Ibidem. pp.36-39.

açucareira. Em outras palavras, a modernização da *plantation* consolidou o monopólio da produção açucareira em torno de uma associação de classe. Nas palavras do agrônomo: “em Hawaii não há o industrial do açúcar nem o plantador de cana; há o plantador de açúcar – *sugar planter* – expressão feliz com que o espírito organizado do americano fixa em todos os documentos da vida açucareira do arquipélago a noção exata que tem das relações entre o campo e a fábrica”.²²⁰

As palavras de Apolônio Sales indicam várias soluções úteis para a agroindústria canavieira em Pernambuco.²²¹ Para recuperar o protagonismo econômico, os usineiros deveriam seguir o exemplo da indústria açucareira do Haváí: organizar uma associação de classe, financiar pesquisas em estações experimentais e investir no desenvolvimento da agricultura. “A Associação dos plantadores de açúcar do Hawaii é de fato uma associação acarinhada por todos, respeitada por todos e para qual todos levam o seu melhor, na certeza dos benefícios espalháveis quais dividendos imensuráveis em uma sociedade puramente monetária”.²²²

Como será visto mais adiante, algumas ideias de Apolônio Sales foram incorporadas pelo Grupo de Estudos do Açúcar. Por enquanto, vamos continuar analisando seu exemplo, observando sua atuação como um intelectual e funcionário da administração pública que prestou serviços ao capital privado. Nesse contexto, o funcionalismo público pode ser considerado um espaço de circulação e cooptação para atuar em defesa do capital. É também um ambiente onde industriais atuaram como intelectuais, formulando políticas de desenvolvimento para o país.

4.2 Intelectuais e a administração pública

Na década de 1930, Getúlio Vargas reformulou a administração pública visando o fortalecimento e centralização do Estado. Foram criados órgãos e autarquias para organizar a

²²⁰ Ibidem. pp.34-35.

²²¹ O exemplo de Catende é uma das muitas iniciativas isoladas realizadas na história da Zona Canavieira. Apolônio Sales foi convidado para trabalhar na usina a fim de aprimorar os recursos disponíveis na usina através da “fundação de instalações elétricas, construção de barragens e tanques nos altos dos morros, com o sulcamento técnico das terras para a distribuição das águas.”. Essas melhorias foram instaladas para suprir os sistemas de irrigação utilizados nos canaviais da usina, admirados por um certo general Newton Cavalcanti, então comandante da 7ª Região Militar: “quando o general se preparou para ver a obra ciclópica que Apolônio Sales realizou nos canaviais de Catende, irrigando-os e adubando-os para produzirem mas de cem, onde se produziam menos de vinte, se apresentou ao senhor Antonio da Costa Azevedo dizendo-lhe: “estou às suas ordens, Tenente”. Cf. MARANHÃO, João de Albuquerque. **História da indústria açucareira no Nordeste: o papel social de Catende**. Rio de Janeiro: Briguiet, 1949. p.115.

²²² Ibidem. p.43.

produção e promover o desenvolvimento nacional.²²³ Nesse contexto, Tamás Szmrecsányi descreve o planejamento governamental da economia como um elemento importante para a construção soberana de uma nação, devendo ser conduzido com autonomia e levando em consideração as necessidades específicas do país.²²⁴

Na elaboração dessas políticas econômicas, estavam funcionários representantes da classe patronal, intelectuais das correntes econômicas neoliberais e/ou desenvolvimentistas de inspiração liberal. Organizados em associações de classe como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e a Confederação Nacional da Indústria, seus representantes ocupavam cargos públicos, atuando enquanto intelectuais produtores de uma diretriz desenvolvimentista. Um exemplo é o industrial Roberto Simonsen.

Simonsen foi um engenheiro, economista e empresário brasileiro que ocupou diversos cargos de liderança em entidades representativas da classe patronal. Foi presidente da Confederação Industrial do Brasil, posteriormente Confederação Nacional da Indústria, e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Além de sua atuação como industrial, Simonsen foi eleito deputado constituinte em 1934 e 1946, e senador em 1945. Intelectualmente, teve uma circulação considerável: foi eleito membro das Academias de Letras de São Paulo e do Brasil, bem como dos Institutos Histórico e Geográfico de São Paulo, Santos e do Brasil. Outras participações incluíram os clubes de engenharia de São Paulo e Rio de Janeiro. De acordo com Ricardo Bielschowsky, Simonsen “criou entidades de estudos e de discussão em diferentes organismos, organizou e participou de inúmeros encontros nacionais, escreveu um sem-número de artigos e pronunciou incontáveis conferências, destacando, de forma pioneira, a ideia da necessidade da industrialização como via de superação do atraso brasileiro”.²²⁵

Ao descrever o pensamento econômico do intelectual tecnocrata, Ricardo Bielschowsky observa que o industrial promoveu suas ideias por meio de sua participação em órgãos de conselhos das indústrias e comércio. Em tais posições, Simonsen propagou uma interpretação do desenvolvimento sob a perspectiva do empresariado, destacando a harmonia

²²³ Citamos o Departamento Nacional do Café (DNC), criado em 1931; o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), criado em 1933; o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, reformulado em 1932 (DNOCS); o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), estabelecido em 1938; o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), criado em 1942; e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), fundado em 1934. Outras instituições foram o Departamento Nacional do Trigo (DNT) e o Instituto Nacional do Café (INCA).

²²⁴ SZMRECSÁNYI, Tamás. *Op. Cit.* p.05.

²²⁵ BIELSCHOWSKY, Biel. **Pensamento econômico brasileiro**. 3.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p.82.

entre a industrialização planejada e os interesses do capital privado.²²⁶ Os empresários buscavam o respaldo financeiro do Estado para modernizar suas indústrias em um momento em que o Estado Novo fortalecia o autoritarismo por meio da repressão e censura, justificados em nome de uma campanha ideológica sobre o *desenvolvimento e progresso* nacional.

Essa pequena elite empresarial vivenciava o que se pode denominar, sem risco, de experiência pioneira em planejamento econômico. No esquema corporativo do Estado Novo, os líderes empresariais tiveram participação em várias das muitas agências econômicas governamentais que se criaram. Estabeleceu-se, dessa forma, um fértil cruzamento ideológico entre sua visão de mundo e as ideias e conceitos desenvolvimentistas que se formavam nos novos órgãos federais nos quais se discutia e se decidia a respeito de comércio exterior, energia, transportes, indústria siderúrgica e tantos outros temas de âmbito nacional.²²⁷

Outra questão abordada por Roberto Simonsen foi a participação do capital estrangeiro no desenvolvimento econômico. Contemporâneo ao Plano Marshall, Simonsen acreditou que os dólares seriam fontes de investimentos para a indústria nacional.²²⁸ Por outro lado, a política de contenção à ameaça soviética, inaugurada pela Doutrina Truman, destinou bilhões de dólares em ajuda militar. Na prática, essa política direcionou um grande volume de recursos para o fornecimento de treinamento, armas e munições a militares anticomunistas, agentes da repressão que atuavam em nome da “liberdade do ocidente”.²²⁹

Se esperava que o alinhamento político aos interesses do Departamento de Estado garantisse recursos para o desenvolvimento industrial. Vale ressaltar que esses dólares também seriam aplicados na modernização agrícola, conforme será explorado mais adiante nas discussões sobre o *Plano de Levantamentos Básicos da Agroindústria Açucareira*. Por outro lado, as considerações sobre os recursos financeiros internacionais nos colocam em situações

²²⁶ Idibem. p.79.

²²⁷ Ibidem.

²²⁸ Como parte da reestruturação econômica da Europa, os Estados Unidos destinaram bilhões de dólares em ajuda econômica através do Plano Marshall. Porém, Roberto Simonsen não acompanhou os desdobramentos do Plano Marshall pois faleceu pouco tempo depois, em 25 de maio de 1948. Em 1947, o presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, destinou cerca de US\$ 19 bilhões para a reconstrução das economias dos seus aliados europeus. O Plano Marshall, como ficou conhecido, ao mesmo tempo que firmava o capital estadunidense no continente, estacionava tropas e foguetes para conter a chamada “ameaça” soviética²²⁸. Cf. BARROS, Arthur Victor G. Gomes. **“A pobreza como estopim da revolução”**: a Aliança para o Progresso em Pernambuco (1959-1964). 2017. Dissertação (mestrado em história) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p.145, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/28092]. pp.26-27.

²²⁹ Figuras como o senador Joseph McCarthy e o vitalício diretor da polícia federal dos Estados Unidos, J. Edgar Hoover, reproduziam um discurso que classificava qualquer reivindicação por direitos básicos e fundamentais, garantidos até mesmo nos Estados Unidos, como a reforma agrária, como uma ameaça comunista aos interesses estadunidenses.

em que a organização do planejamento econômico é, em parte, uma imposição dos grandes centros do capitalismo.

Muitas vezes, porém, o planejamento é imposto de fora para dentro aos países subdesenvolvidos, como condição para a concessão de auxílio econômico pelas organizações financeiras internacionais e/ou pelos países desenvolvidos. Há casos, inclusive, em que os próprios planos e programas são inteiramente elaborados por equipes de técnicos estrangeiros, contratados ou recomendados pelas entidades financiadoras.²³⁰

Um bom exemplo é a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), um centro de divulgação do pensamento desenvolvimentista orientado pelo debate sobre o papel financeiro do Estado. O expoente dessa corrente de pensamento foi o economista Raúl Prebisch, e no Brasil, seu representante foi o economista Celso Furtado.²³¹ Ambos acreditavam que as relações capitalistas estabelecidas entre o centro e a periferia contribuíram para o desenvolvimento do subdesenvolvimento. Por essa ótica, o subdesenvolvimento é produto do avanço tecnológico obtido com a Revolução Industrial, que causou uma ruptura na economia mundial, agora dividida entre os países industrializados e os periféricos.²³² Segundo esses economistas, para superar o subdesenvolvimento, o Estado deveria planejar sua economia, garantir os meios para a modernização dos parques industriais e dos latifúndios, e executar sua política de desenvolvimento.²³³

Ao retomar os exemplos de Roberto Simonsen e Celso Furtado²³⁴, observamos neles intelectuais que ocuparam cargos na administração pública e contribuíram para a formulação de um pensamento que perpassa por três correntes desenvolvimentistas distintas: que o desenvolvimento seria alcançado através de investimentos estatais na iniciativa privada; que o Estado deveria fomentar uma indústria nacional para superar o subdesenvolvimento; e que os Estados Unidos seriam um dos investidores. Em certa medida, essas orientações perpassam as ideias de Apolônio Sales, pois acreditava que a organização da classe patronal deveria seguir o modelo estadunidense de produção. Para nós, o *desenvolvimento* também pode

²³⁰ SZMRECSÁNYI, Tamás. *Op. Cit.* p.05.

²³¹ As obras *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*, escrita por Prebisch em 1949, e *Dialética do desenvolvimento*, escrita por Celso Furtado em 1964, são fundamentais para a compreensão sobre o desenvolvimento da América Latina por uma perspectiva da Cepal.

²³² Mas se considerarmos as ideias do economista Ruy Mauro Marini, a relação entre periferia e centro não ocorre apenas com o advento das fábricas europeias, trata-se de um aperfeiçoamento das relações, modernizando os meios de produção e submetendo os países periféricos à dependência econômica do capital internacional. Cf. MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução. Op. Cit.*. MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência. Op. Cit.*

²³³ BIELSCHOWSKY, Biel. **Pensamento econômico brasileiro. Op. Cit.** p.07.

²³⁴ Antes de ocupar os cargos de ministro durante os anos 1950 e 1960, Celso Furtado serviu como expedicionário no Teatro de Operações na Itália, foi funcionário do Departamento de Administração do Setor Público (DASP) e da Fundação Getúlio Vargas.

significar a aplicação de recursos voltados para a modernização de um determinado meio de produção; em nosso caso, a modernização da agroindústria também seria uma forma de desenvolvimento.

Em Pernambuco, a agroindústria açucareira dependia de capitais, sejam nacionais ou internacionais, para se modernizar. Nesse sentido, o Grupo de Estudos do Açúcar pode ser visto como um organismo formulador de planos para o desenvolvimento, sendo documentos orientadores na captação desses recursos que se fundamentam na concepção de *importância histórica do açúcar para a economia do estado*. Assim, apontamos como um dos objetivos deste capítulo a observação sobre a constituição do Grupo de Estudos do Açúcar enquanto uma associação patronal estabelecida por usineiros e composta por intelectuais formuladores de um pensamento desenvolvimentista, interessados nos recursos que pudessem financiar suas políticas de recuperação econômica por meio da modernização agrícola. O grupo é uma reação dos usineiros aos problemas enfrentados pela agroindústria, um modelo das recomendações elaboradas por Apolônio Sales.

Nosso ponto de partida é a documentação “O GEA em 1963”, um boletim produzido pelo coordenador-geral do grupo, Jordão Emerenciano. Tanto este quanto os outros boletins analisados ao longo desta pesquisa foram elaborados com base em estudos e relatórios apresentados pelos diretores do grupo em reuniões e sessões extraordinárias. Optamos por usar esses documentos como ponto de partida, pois acreditamos que oferecem informações mais gerais sobre a atividade do grupo, servindo como guia na exploração do acervo documental do Fundo GEA e na busca por outros indícios mencionados em matérias de jornal.

4.3 O “jovem industrial”

Como mencionado anteriormente, a estruturação do Grupo de Estudos do Açúcar lembra as propostas de Apolônio Sales apresentadas no livro *Hawaii Açucareiro*: a organização da classe dominante em torno de uma associação capaz de financiar e promover pesquisas orientadas para a modernização da agroindústria. O grupo foi formado em 1963 por iniciativa do usineiro Renato Bezerra de Melo e concebido como um organismo de natureza técnica, instituído dentro do quadro burocrático da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE).²³⁵ A chefia do Grupo foi exercida pelo próprio Renato, junto a uma diretoria composta

²³⁵ No momento que o GEA foi instituído, Renato Bezerra de Melo também era presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar.

por outros membros da FIEPE, também usineiros.²³⁶ A coordenação-geral das atividades ficou a cargo do advogado Jordão Emerenciano.²³⁷ Vale ressaltar que os cargos de diretoria, da coordenação-geral e das pastas de assuntos técnicos eram ocupados por homens.

Dentro da estrutura do GEA, os técnicos de diversas áreas promoviam estudos e os submetiam aos crivos de Jordão Emerenciano. Por sua vez, o coordenador-geral apresentava cópias ao Conselho Diretor, principal instância dentro da administração do GEA e responsável pela aprovação das comissões de trabalho, orçamento e análise de relatórios.²³⁸ Uma vez aprovados, os estudos eram debatidos em reuniões amplamente noticiadas pela imprensa.²³⁹

Quanto o relator informa que o seu estudo está pronto, a Coordenação providencia uma edição mimeografada, provisória, para debate. Isto posto, a matéria é incluída na ordem do dia, quando então, em um ou mais plenários, é lida e sustentada pelo relator. A seguir, o relatório é distribuído para debate e crítica. Nessa segunda etapa o relator tem um prazo para defender a sua orientação e responder às críticas. Finalmente, o relatório lido, debatido, criticado e, às vezes emendado, é encaminhado ao Conselho de Diretores, que se prepara para levar as sugestões práticas e as conclusões a toda a classe dos industriais do açúcar e aos organismos interessados nesse gênero de estudos.²⁴⁰

Consultando os periódicos, a leitura das matérias aponta que cópias dos documentos do GEA eram distribuídas para a imprensa, que resumia os assuntos e reproduzia integralmente através de matérias e editoriais. Em comparação com outros periódicos consultados, o *Diário de Pernambuco* foi o jornal com maior número de ocorrências no acervo da Hemeroteca Digital.²⁴¹ A respeito da repercussão dos trabalhos do GEA, destaca-se um editorial publicado em 02 de outubro de 1963. O autor da fonte, Marco Aurélio de Alcântara, retrata o Grupo de Estudos do Açúcar como um movimento organizado por “jovens líderes da agroindústria”, centrado em um organismo capaz de estabelecer conexões entre o usineiro e o intelectual. Esse

²³⁶ Segue a lista dos diretores do GEA até o ano de 1964: Renato Bezerra de Melo, Alfredo Maurício Fernandes, Gustavo Colaço Dias, Marcelo Cabral da Costa e Ricardo Pessoa de Queiroz. Chama a atenção que todos os membros da diretoria eram usineiros: Renato de Melo era proprietário da Usina Central de Barreiros, Santo André, Rio Una e Santana; Alfredo Fernandes, Usina Mussurupe; Gustavo Colaço, Usina Nossa Senhora do Carmo; Marcelo da Costa, Usina Pumaty; Ricardo Pessoa, Usina Santa Terezinha. Cf. EMERENCIANO, Jordão. **O GEA em 1963**. Fundação Açucareira de Pernambuco, Grupo de Estudos do Açúcar. Recife, 1963. p.25. Disponível em Fundo Grupo de Estudos do Açúcar, pasta 147, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

²³⁷ No apêndice deste trabalho há um organograma que descreve visualmente a estrutura do GEA.

²³⁸ Ibidem. p.53.

²³⁹ Ibidem.

²⁴⁰ EMERENCIANO, Jordão. **O GEA em 1963**. Op. Cit. p.31.

²⁴¹ As matérias encontradas no *Última Hora* reproduziram resumos das reuniões e anúncios de encontros, ambos explicados em poucos detalhes. Cf. GEA EMPENHADO EM SOLUCIONAR PROBLEMAS DO AÇÚCAR NO ESTADO. *Última Hora*. Recife, 22 set. 1963, nº 425, p.05; CONVÊNIO GEA-DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA UR. *Última Hora*. Recife, 10 nov. 1963, nº 481, p.03; COMEÇA HOJE EM BARREIROS REUNIÃO DA CANA. *Última Hora*. Recife, 22 jan. 1964, nº 539, p.05. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/765147/1]. Acesso em 28 jun. 2023.

seria um “contato direto entre os industriais e os técnicos de diferentes setores sobre questões agrícolas, econômicas e sociais do sistema de plantação da cana-de-açúcar em Pernambuco.”²⁴²

Chama atenção a classificação desses usineiros como “jovens líderes” industriais, empresários do açúcar interessados no progresso técnico e no desenvolvimento científico. Contrastando com essa perspectiva, estava o usineiro tradicional que minimizava esses recursos. Percebe-se que o editorial estabelece uma distinção²⁴³ entre o usineiro associado ao GEA e os demais usineiros e produtores de cana. Outro exemplo da distinção entre o *antigo* e o *moderno* é uma pesquisa encomendada pelo grupo ao IBOPE²⁴⁴. Realizada entre os meses de abril e maio de 1965, a pesquisa ouviu aproximadamente 1211 homens e mulheres distribuídos na região metropolitana, Zona da Mata, Agreste e Sertão de Pernambuco.²⁴⁵ As perguntas abordavam as condições de vida e trabalho na capital, a situação da zona canavieira, a avaliação do governo estadual e a percepção do usineiro em relação às responsabilidades sobre a estagnação do setor. Uma das questões buscava a opinião sobre a figura do usineiro, explorando as imagens do “homem progressista interessado em melhorar a indústria do açúcar” e do “homem atrasado que continua a produzir açúcar como se fazia há 100 anos atrás”.²⁴⁶

A distinção pode ser parte de uma construção narrativa que buscou desassociar o usineiro das imagens de violência no campo e da responsabilidade sobre os problemas da agroindústria, procurando transformá-lo em um homem “amigo do progresso”. Por outro lado, essa distinção, que buscava construir uma imagem sobre o “jovem empresário do açúcar”, tem seus limites. Para isso, recorremos ao anúncio do levantamento aerofotogramétrico sobre a zona canavieira de Pernambuco, realizado por Júlio Maranhão, proprietário da Usina Caxangá.²⁴⁷ A presença do usineiro em uma reunião do GEA associa sua figura a um sujeito interessado na

²⁴² INFORMATIVO ECONÔMICO. *Diário de Pernambuco*. Recife, 02 out. 1963, nº 209, p.04. Essa referência está disponível no acervo eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 04 mar. 2021.

²⁴³ Termo aqui empregado enquanto particularidades que criam separações entre os indivíduos. Amparado em Pierre Bourdieu, o sociólogo Nick Crossley nos apresenta uma definição para o termo: “Em algumas ocasiões, Bourdieu afirma que o que ele quer dizer com “distinção” é simplesmente que cada aglomerado de indivíduos no espaço social desenvolve peculiaridades culturais que os separam uns dos outros. Eles têm culturas distintas – daí “distinção”. Entretanto, essas diferenças podem se tornar um foco de lutas simbólicas (lutas por distinção), onde membros desses aglomerados buscam estabelecer tanto a superioridade de suas peculiaridades quanto uma sanção oficial para elas”. Cf. CROSSELY, Nick. *Classe social*. In: GRENFELL, Michael (org.). **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2018. p.130.

²⁴⁴ Pesquisa de Opinião pública – IBOPE. 22 de fev. 1965. Pasta GEA 28. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar/APEJE.

²⁴⁵ Pesquisa do IBOPE junto ao eleitorado de Pernambuco junto às classes conservadoras. Abril-maio de 1965. Fundação Açucareira de Pernambuco, Grupo de Estudos do Açúcar. Coordenação: Recife, julho de 1965. Disponível em: Pasta GEA 142. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar/APEJE.

²⁴⁶ Ibidem. p.02.

²⁴⁷ O serviço de aerofotogrametria encomendado pelo GEA será debatido com maior propriedade no capítulo seguinte.

modernização da agroindústria, ao mesmo tempo em que se torna um exemplo revelador das contradições envolvendo os empresários do açúcar. Por um lado, a modernização prometia uma reestruturação econômica geradora de lucros para os usineiros; por outro, para o trabalhador rural, a modernização significava a intensificação das relações de violência e exploração do trabalho, especialmente em um momento de avanço significativo da legislação trabalhista no Brasil.²⁴⁸

O final da década de 1950 e o início da década de 1960 foram marcados por intensa mobilização dos trabalhadores em torno da efetivação de duas leis: a nº 4.090/1962, que instituiu a gratificação natalina (13º salário), e a nº 4.214/1963, que estabeleceu o Estatuto do Trabalhador Rural. Na zona canavieira de Pernambuco, as mobilizações por melhores condições de vida e trabalho, seja nas Ligas ou nos Sindicatos Rurais, também visavam à aplicação dessas leis. É na contradição entre o desenvolvimento agrícola e o avanço da legislação trabalhista que observamos o “jovem industrial” Júlio Maranhão como um usineiro que utiliza a violência para coagir seus empregados.²⁴⁹

Em junho de 1962, o trabalhador rural Valdomiro Cecílio dos Santos relatou ao jornal *Última Hora* uma agressão que teria sofrido por reivindicar o aumento do seu pagamento mensal.²⁵⁰ Segundo Valdomiro, Júlio Maranhão, seu pai Constâncio Maranhão e policiais militares participaram da agressão.²⁵¹ Como consequência, os trabalhadores que possuíam terras arrendadas nas propriedades da Usina Caxangá foram expulsos.²⁵² Em abril de 1963, mais arrendados foram expulsos das terras sem direito à indenização pelo tempo de serviço.²⁵³ A negativa foi dada pelo diretor da Usina, Rui Maranhão, que alegava não haver saldo suficiente

²⁴⁸ Para a antropóloga Lygia Sigaud, a modernização das relações de trabalho no campo, através da mecanização do trabalho, se apresenta como uma forma de diminuição dos encargos trabalhistas, ao mesmo tempo que permite o estabelecimento de uma grande massa de desempregados acentuado as desigualdades no campo. Cf. SIGAUD, Lygia. **Direito e coerção moral no mundo dos engenhos**. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.9, n.18, p. 361-388. Disponível em: [http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2030]. Acesso: 26 mar. 2021.

²⁴⁹ Por coerção entendemos o estabelecimento de relações impostas pelos usineiros e senhores de engenho que dificultam a capacidade de denúncia e organização dos trabalhadores rurais. Cf. SIGAUD, Lygia. *Op. Cit.*

²⁵⁰ DEPUTADO CONSTÂNCIO MARANHÃO ACUSADO DE ESPANCAR CAMPONESES. *Última Hora*. 26 jun. 1962. Ed. 09. p.10. Disponível no Acervo Digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Acesso em: 22 mar. 2021.

²⁵¹ Ibidem.

²⁵² Ibidem.

²⁵³ CAMPONESES EXPULSOS DA “CAXANGÁ” EXIGEM INDENIZAÇÃO DA USINA. *Última Hora*, 28 abr. 1963. Ed.286. p.02. Disponível no Acervo Digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Acesso em: 22 mar. 2021.

para o pagamento dos direitos. O caso foi relatado pelos trabalhadores Arlindo Firmino dos Santos e Antonio Vicente Teixeira ao jornal *Última Hora*:

Segundo Antonio Vicente, que trabalhava na Usina Caxangá há quatro anos, ele e seus nove companheiros foram demitidos dos serviços sem nenhum aviso prévio ou indenização. O motivo alegado para a dispensa foi a falta de trabalho, com a paralização da moagem determinada pelo término da safra.²⁵⁴

Quando a gratificação natalina foi instituída para todos os trabalhadores brasileiros em junho de 1962, os trabalhadores da Usina Caxangá exigiram o pagamento da gratificação e um aumento de 50% no salário.²⁵⁵ O movimento foi articulado pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar em Pernambuco, Diógenes Wanderley. O usineiro recusou-se a pagar os direitos, resultando em uma paralisação de advertência em janeiro de 1963, na qual cerca de 500 trabalhadores cruzaram os braços. Para mediar o conflito, foi marcada uma audiência com o representante da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), Enoch Mendes Saraiva.²⁵⁶ O então delegado do trabalho, com a anuência dos representantes da Usina, propôs ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar um acordo que interrompeu a paralisação: “pagamento do 13º mês em duas etapas e pagamento do reajustamento, também por etapas semanais, junto com o salário de cada semana”.²⁵⁷

Os dias se passaram, mas o pagamento do acordo não foi realizado, e novamente houve ameaça de paralisação das atividades. Uma nova rodada de negociações foi marcada entre os representantes da classe patronal e dos trabalhadores, porém, durante essas negociações, Marcos Martins da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Escada, Amaraji e Ipojuca, foi sequestrado por policiais militares a serviço do usineiro Rui Carneiro da Cunha, outro empresário do açúcar.²⁵⁸ A notícia do seu paradeiro foi informada por um morador de Caxangá que denunciou o caso ao jornal *Última Hora*.²⁵⁹ Segundo o relato, Marcos Martins da Silva foi mantido em cativeiro nas dependências da usina por três dias, onde foi torturado por policiais militares. Após ser liberado, o sindicalista prestou depoimento ao

²⁵⁴ Ibidem.

²⁵⁵ QUEIXA SINDICAL. **Diário de Pernambuco**. 27 dez. 1962. Ed. 293. p.05. Disponível no Acervo Digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Acesso em: 22 mar. 2021.

²⁵⁶ CESSOU GREVE. **Diário de Pernambuco**. 03 jan. 1963. Ed. 02. p.14. Disponível no Acervo Digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Acesso em: 22 mar. 2021.

²⁵⁷ Ibidem.

²⁵⁸ LÍDER CAMPONÊS SEQUESTRADO: SINDICATO RURAL MOBILIZADO PARA SUA LIBERTAÇÃO. **Última Hora**. 19 jan. 1963. Ed. 210. p.02. Disponível no Acervo Digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Acesso em: 22 mar. 2021.

²⁵⁹ Ibidem.

mesmo jornal, e as marcas das torturas foram estampadas na capa do *Última Hora* edição Nordeste em 21 de janeiro de 1963.

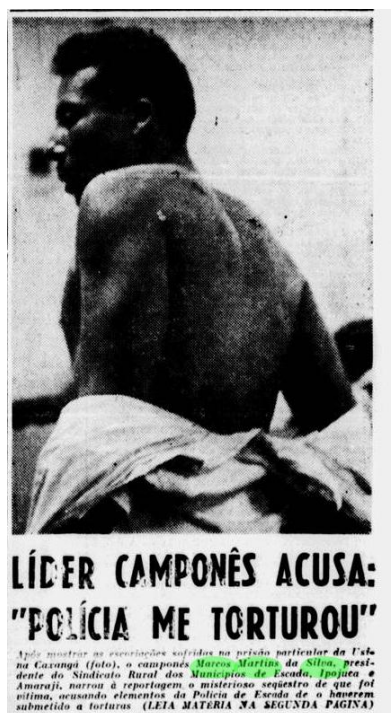


Figura 7 - Marcas da Tortura exibidas na primeira página do *Última Hora*.

O sequestro e a denúncia de tortura revelam as profundas marcas da violência e do medo presentes nas relações de trabalho na zona canavieira de Pernambuco. A situação tornava-se ainda mais complexa devido à repressão estatal perpetrada pelos policiais militares a serviço dos usineiros, destacando mais uma vez o envolvimento de funcionários públicos com o setor privado. A relação entre o latifúndio e a repressão do estado pode ser compreendida a partir das declarações do então secretário de segurança pública da administração Cid Sampaio, o general Salvador Batista do Rêgo. Segundo seu relato, a polícia de Pernambuco estava pronta para atender aos usineiros e donos de engenho que se sentissem ameaçados por trabalhadores, mesmo que essa “ameaça” representasse uma manifestação legítima dos trabalhadores em pleitear seus direitos assegurados por lei.²⁶⁰

Essa dinâmica sofreu uma alteração significativa com a eleição de Miguel Arraes como governador de Pernambuco em fevereiro de 1963 (poucos meses antes da formação do Grupo de Estudos do Açúcar). O governo Arraes empenhou-se em reduzir a repressão policial

²⁶⁰ PORFIRIO, Pablo Francisco de Andrade. **O tal de Natal: reivindicação por direito trabalhista e assassinatos de camponeses. Pernambuco, 1963.** Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 745-766, Dec. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862016000300745&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 24 Mar. 2021.

contra os trabalhadores, limitando o envolvimento da polícia nos conflitos. Em vez de depender da força policial, o governo Arraes priorizou a atuação da Secretaria Assistente na mediação desses conflitos, direcionando a atenção do Estado para as demandas dos trabalhadores.²⁶¹ Entretanto, apesar da tentativa de limitar a repressão policial, a escalada da violência no campo persistiu.

Em 5 de abril de 1963, os trabalhadores da Usina Caxangá dirigiram-se ao Gabinete do Secretário Assistente para reclamar do atraso no pagamento do acordo estabelecido em janeiro daquele ano.²⁶² Uma nova paralisação foi realizada em protesto contra os atrasos. Júlio Maranhão, insatisfeito com o movimento, afirmou ao jornal *Diário de Pernambuco* que a paralisação se tratava de um caso isolado e que, até aquele momento, alguns trabalhadores já haviam recebido parte do aumento e a primeira parcela do 13º salário.²⁶³ O usineiro foi notificado pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT), que o intimou a quitar, em até cinco dias, os débitos com seus empregados, observando os descontos e taxas ilegais que reduziam o valor final do salário.²⁶⁴ Para o delegado do trabalho, Enock Saraiva, o atraso não se justificava, uma vez que os usineiros haviam obtido, junto ao Banco do Brasil desde fevereiro, empréstimos para saldar as dívidas com os trabalhadores.²⁶⁵ Em resposta, Saraiva desmentiu as declarações do usineiro:

Acontece que o pagamento na Usina Caxangá não está sendo efetuado como manda a Lei nº 4090/62, e que mesmo alguns camponeses que receberam o seu salário, não receberam dentro da lei e nem foi respeitado o último acordo firmado na DRT com a assinatura dos representantes das organizações patronais, dos trabalhadores, de autoridade ministerial e do Governo do Estado. As normas do acordo não estão sendo respeitadas.²⁶⁶

Ao longo dos meses de abril a julho, os pagamentos não foram realizados, e uma greve foi deflagrada em 23 de julho. As reivindicações incluíam o pagamento dos atrasados e

²⁶¹ A Secretaria Assistente foi criada durante a administração Cid Sampaio (1959-1963). Era responsável pela mediação dos conflitos envolvendo os/as trabalhadores/as rurais e a classe proprietária. Durante o governo Arraes ela representou uma importante mudança no trato das questões de ordem política e social, uma vez que substituiu o uso da violência policial nessas questões. Cf. BARROS, J. C. P. De. Op.Cit. p.87.

²⁶² TERMO DE DECLARAÇÃO. Delegacia Auxiliar: ofícios recebidos de janeiro a abril de 1963. Fundo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/PE). Disponível no banco de dados do site Memórias Reveladas/SIAN: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso: 24 mar. 2021.

²⁶³ GREVE GERAL NA USINA APÓS VISITA DO ENVIADO DE ARRAES. *Diário de Pernambuco*. 11 abr. 1963. Ed. 67. P.24. Disponível no Acervo Digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Acesso em: 22 mar. 2021.

²⁶⁴ ENOCK SARAIVA INTIMA USINA CAXANGÁ: 5 DIAS PARA PAGAR O 13º MÊS. *Última Hora*. 18 abr. 1963. Ed. 276. p.02. Disponível no Acervo Digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Acesso em: 22 mar. 2021.

²⁶⁵ PAGAMENTO INICIADO. *Última Hora*. 02 fev. 1963. Ed. 224. P.02. Disponível no Acervo Digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Acesso em: 22 mar. 2021.

²⁶⁶ Ibidem.

o reajuste salarial: o valor de Cr\$ 410,00/diários deveria ser reajustado para Cr\$ 503,00/diários. No dia 25, um piquete foi organizado nos portões da Caxangá. A manifestação tentou paralisar as atividades industriais e logo resultou em uma tragédia. Um jipe conduzindo o chefe de vigilância, Osório Tenório Cavalcanti, parou em frente aos grevistas. Osório desceu do veículo e atirou contra a multidão, acertando fatalmente o trabalhador José Alves de Lima.²⁶⁷ O assassinato de Zé Preto, como era conhecido, é recordado por Gregório Bezerra em suas memórias:

Júlio Maranhão eliminou, fisicamente, um trabalhador, à queima-roupa. Depois doou um caixão barato ao morto e mandou enterrá-lo no cemitério particular. Os camponeses, revoltados, reexumaram o assassinado, compraram um caixão novo, mas decente e o expuseram, no ataúde, na sede do Sindicato Rural. O caixão velho foi posto na porta do escritório da Usina, com a guarda de trabalhadores rurais, noite e dia, para não ser retirado. E apodreceu ali. Decretou-se greve.²⁶⁸

O assassinato de José Alves por Osório Tenório provocou grande comoção entre os trabalhadores, e a ordem de paralisação total foi decretada. Conforme relatos dos trabalhadores, a presença da polícia não inibiu a manifestação, pelo contrário, a polícia “era para proteger a gente, os piquetes diante da Usina, o caixão de Zé Preto, os comícios no sindicato. Era a polícia militar que respeitava o governo de Arraes e respeitava o povo. Tudo em ordem”.²⁶⁹ No 14º dia de greve, o usineiro Júlio Maranhão procurou desmobilizar o movimento, deslocando uma comitiva de trabalhadores para a redação do jornal *Diário de Pernambuco*. Esses trabalhadores “reclamavam” a volta imediata ao trabalho, uma vez beneficiados com os pagamentos.²⁷⁰ Na denúncia, eles alegavam uma suposta ameaça dos grevistas de fazer “justiça com as próprias mãos” para vingar o assassinato de Zé Preto.²⁷¹ Essa narrativa pode ser interpretada como uma legitimação de um clima de instabilidade esperado pelo usineiro para justificar o uso da repressão contra os trabalhadores.

Tal pânico fomentado pelo usineiro foi registrado num comunicado enviado a diversas instâncias, incluindo o Tribunal de Justiça, Governo do Estado, Assembleia Legislativa

²⁶⁷ CONFLITO DURANTE GREVE NA USINA CAXANGÁ: MORREU UM CAMPONÊS. **Diário de Pernambuco**. 26 jul. 1963. Ed. 152. P.07. Disponível no Acervo Digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Acesso em: 22 mar. 2021.

²⁶⁸ **Eu, Gregório Bezerra, acuso!** Fundo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/PE). Disponível no banco de dados do site Memórias Reveladas/SIAN: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso: 24 mar. 2021.

²⁶⁹ **Camponeses falam.** Caderno de Estudos e Ação Social – CEAS. Março e abril de 1982. Nº 78. P.49. Fundo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/PE). Disponível no banco de dados do site Memórias Reveladas/SIAN: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso: 24 mar. 2021.

²⁷⁰ CAMPONESES DE “CAXANGÁ” QUEREM SOLUÇÃO PARA GREVE: NÃO FORAM OUVIDOS PELO GOVERNADOR. **Diário de Pernambuco**. 02 ago. 1963. Ed. 158. P.03. Disponível no Acervo Digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Acesso em: 22 mar. 2021.

²⁷¹ Ibidem.

de Pernambuco, ministérios da Justiça e do Trabalho.²⁷² Na nota, Maranhão citou um clima de instabilidade provocado pelo movimento grevista, agravado pela “omissão” do estado através da “cumplicidade da polícia, cuja missão no local tem sido a de impedir o trabalho, prestando mão forte ao comando dos agitadores”.²⁷³ O usineiro também reclamava da “responsabilidade do estado de Pernambuco”, representado pelo governador Miguel Arraes, sobre os danos causados pelos trabalhadores em greve.

Com o avanço da paralisação e nenhuma perspectiva de retorno das atividades na Usina Caxangá, as tensões aumentaram, expondo definitivamente as contradições envolvendo a noção de “jovem industrial”. Durante uma reunião entre o comando de greve e os trabalhadores, capangas cercaram o local e dispararam contra os presentes.²⁷⁴ Muitos se esconderam nos canaviais próximos e, ao tentarem se reagrupar, foram novamente alvejados.²⁷⁵ O clímax da situação ocorreu quando os grevistas invadiram a casa-grande. Durante a desocupação, uma batida policial encontrou um arsenal de guerra. Sob o comando do delegado de Vigilância Geral e Costumes da Capital, Miguel Dália da Silveira, e do comissário Cícero Albuquerque, os policiais militares apreenderam:

Uma metralhadora automática, marca MP-40; [...] dois mosquetões modelo 1908; [...] uma pistola calibre 22, automática, modelo 77, marca Winchester; Seis rifles calibre 44, modelo 92, marca Winchester; [...] três espingardas de cartuchos calibre 12; [...] um revolve marca Taurus, calibre 38; [...] um revólver marca Estrela, calibre 32 duplo; [...] uma pistola marca Rossi, calibre 22; uma faca-peixeira; mosquetões, noventa e dois cartuchos; rifles vinte e três calibre 44; metralhadora contendo dois pentes e cento e cinquenta seis cartuchos 9mm; e duzentos e sessenta e quatro cartuchos calibre 12²⁷⁶.

Há indícios de que essas armas não foram apreendidas em sua totalidade. Segundo informações publicadas no *Última Hora*, Osório Tenório Cavalcanti teria desaparecido com algumas delas.²⁷⁷ Grande parte dessas armas era de uso restrito das Forças Armadas e foi contrabandeada para a usina por meio do tenente Pedro Luiz Buarque, genro de Júlio Maranhão.

²⁷² AGRAVAM-SE AS VIOLÊNCIAS E ARRAES NÃO TOMA PROVIDÊNCIAS. **Diário de Pernambuco**. 03 ago. 1963. Ed. 159. P.03. Disponível no Acervo Digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Acesso em: 22 mar. 2021.

²⁷³ INDUSTRIAL EXPÕE O CLIMA DE AGITAÇÃO EM CAXANGÁ. **Diário de Pernambuco**. 06 ago. 1963. Ed. 161. P. 18. Disponível no Acervo Digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Acesso em: 22 mar. 2021.

²⁷⁴ ARSENAL DO USINEIRO ESTAVA ESCONDIDO NO TETO DA CASA GRANDE. **Última Hora**. 05 ago. 1963. Ed. 379. P.02. Disponível no Acervo Digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Acesso em: 22 mar. 2021.

²⁷⁵ Ibidem.

²⁷⁶ **Usina Caxangá: prontuário de Osório Tenório Cavalcanti**. Fundo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/PE). Disponível no banco de dados do site Memórias Reveladas/SIAN: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso: 24 mar. 2021.

²⁷⁷ **VOLANTE DA PMP APREENDEU ARMAS PRIVATIVAS DO EXÉRCITO NA CAXANGÁ**. *Última Hora*. 04 ago. 1963. Ed. 378. P.08. Disponível no Acervo Digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Acesso em: 22 mar. 2021.

O vigia Jasmelino Pedro da Silva relatou que Pedro Luiz Buarque, “chegou do Recife em um automóvel particular de propriedade do seu sogro, desembarcando dos mesmo duas metralhadoras que o depoente identificou como sendo da marca “INA”.²⁷⁸

O vigia Jasmelino confirmou a existência do arsenal, sendo Osório Tenório responsável pela guarda das armas.²⁷⁹ Mozart Buarque, chefe de pessoal da Usina Caxangá, afirmou que as armas pertenciam à propriedade, mas desconhecia suas utilidades.²⁸⁰ Contudo, um processo de investigação sumária produzido pelo IV Exército, em 1965, apresenta um indício: “perseguidos e ameaçados pelo governo deposto pela revolução de 31 de março de 1964, principalmente pelo ex-governador subversivo Miguel Arraes de Alencar”, o deputado federal Ney Maranhão, irmão de Júlio Maranhão, “adquiriu no Rio de Janeiro [...] seis metralhadoras, calibre 7.65”, ao preço de Cr\$ 350 mil, e as distribuiu entre “pessoas de sua família”.²⁸¹ Por intermédio do irmão, Júlio se preparou militarmente para enfrentar os trabalhadores de Caxangá.²⁸²

Os acontecimentos em Caxangá evidenciam que os “jovens líderes da agroindústria”, cuja imagem o Grupo de Estudos do Açúcar buscou associar ao progresso, também reprimiam os trabalhadores. Assim, a *modernização*, nesse contexto, se manifesta como uma imposição violenta em resposta às mobilizações da classe trabalhadora. Portanto, é plausível interpretar a organização do GEA como uma reação frente às mobilizações na cidade e no campo, onde a modernização buscada pelos empresários estava intimamente ligada à resistência patronal por meio do uso da violência contra os movimentos trabalhistas.

²⁷⁸ **Usina Caxangá: prontuário de Osório Tenório Cavalcanti.** Fundo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/PE). Disponível no banco de dados do site Memórias Reveladas/SIAN: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso: 24 mar. 2021.

²⁷⁹ Ibidem.

²⁸⁰ VOLANTE DA PMP APREENDEU ARMAS PRIVATIVAS DO EXÉRCITO NA CAXANGÁ. *Última Hora*. 04 ago. 1963. Ed. 378. P.08. Disponível no Acervo Digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Acesso em: 22 mar. 2021.

²⁸¹ **Processo de investigação interna.** Fundo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/PE). Disponível no banco de dados do site Memórias Reveladas/SIAN: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso: 24 mar. 2021.

²⁸² Sobre o desfecho da greve: os trabalhadores não aceitavam a contraproposta oferecida por Maranhão, que seria o pagamento dos dias de greve em 50% do valor, o reajuste de Cr\$ 503,00 e a quitação dos 13º atrasados. Em 08 de agosto, uma nova contraproposta foi apresentada pelo usineiro pondo fim à greve. Após 23 dias parados, os trabalhadores da Usina Caxangá conseguiram uma vitória expressiva sobre o poder do usineiro Júlio Maranhão. O acordo firmado indicava o pagamento dos dias parados em 75% do valor sobre o novo salário; o aumento das diárias para Cr\$ 503,00 retroativo a 22 de julho de 1963; o pagamento dos acordos anteriores; a regularização do 13º salário de 1962 aos atrasados; repouso semanal remunerado; o registro de todos os trabalhadores clandestinos da Usina e nos engenhos; e o pagamento de Cr\$ 1 milhão e 600 mil ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar referente às contribuições sindicais recolhidas e não pagas pelo usineiro. TERMINA “PAREDE” NA USINA CAXANGÁ: DIAS DE GREVE SERÃO PAGOS. *Última Hora*. 09 ago. 1963. Ed. 383. P.02. Disponível no Acervo Digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Acesso em: 22 mar. 2021.

Agora, mais do que nunca – quando a agroindústria do açúcar é criticada, atacada e até agredida por gregos e troianos, não se concebe que ela não tenha instituído, ainda, um organismo que trate de sua documentação, divulgue dados, esclarecimentos e mantenha informada a opinião pública. Na luta que se está travando, é urgente e indispensável usar a técnica moderna de esclarecimento, defesa e convencimento. Não se trata já de propaganda, mas ao menos de pura, simples, honesta defesa.²⁸³

Para os usineiros que se identificavam como “jovens industriais”, o Grupo de Estudos do Açúcar representava um organismo técnico ativo na defesa de seus interesses econômicos. Entretanto, o discurso centrado na reprodução de um conhecimento técnico “neutro” não consegue ocultar seus vícios, especialmente em um contexto de intensas mobilizações de trabalhadores e com um governador minimamente alinhado aos interesses destes últimos. Mesmo a construção de uma imagem “progressista” sobre o usineiro não consegue esconder as manchas de violência e pobreza que surgem como consequência da busca desenfreada pela modernização.

4.4 Os “intelectuais técnicos”

Ao término da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos, por meio de comitês especializados, intensificaram os recursos públicos destinados ao financiamento de pesquisas, especialmente aquelas voltadas para a indústria bélica. Essa inversão de foco é explicada pelo historiador Jose Antonio Ramírez Díaz ao descrever a política de investimentos realizada pelos estadunidenses, que buscava nas pesquisas científicas as bases para promover uma política nacional de desenvolvimento.²⁸⁴

Os investimentos no avanço científico podem, de fato, impulsionar o progresso tecnológico, mas, na nossa análise, fazem parte de uma orientação ideológica apresentada sob o critério da imparcialidade técnica, instituída nos centros do capitalismo e imposta como modelo aos países subalternos.²⁸⁵ Observando esse contexto e embasados na perspectiva da historiadora Sônia Mendonça sobre a organização de intelectuais agrônomos em torno de associações de classe, podemos identificar uma interface dessa narrativa “imparcial” sobre a ciência entre os intelectuais do Grupo de Estudos do Açúcar.

Num outro trecho da publicação *O GEA em 1963*, Jordão Emerenciano menciona que a história da zona canavieira de Pernambuco foi escrita com base no critério “de convenção

²⁸³ EMERENCIANO, Jordão. *O GEA em 1963*. Op. Cit. pp.46-47.

²⁸⁴ RAMÍREZ DÍAZ, José Antonio. *Bases de la institucionalización de la ciencia em América Latina em la Guerra Fría: entre la política y la cooperación internacional*. Humanidades: revista de la Universidad de Montevideo, nº7, 2020. p.68.

²⁸⁵ Ibidem. p.75.

histórica e não rigorosamente científico”; feito por “observadores amadoristas”, “muito opinativos”²⁸⁶ e incapazes de atuarem com “isenção, objetividade e independência”.²⁸⁷ Nesse sentido, as interpretações sobre o complexo açucareiro feitas por intelectuais “amadoristas” são consideradas eivadas de vícios ideológicos pelo coordenador-geral. Veja o exemplo da obra *A Terra e o Homem no Nordeste*, publicada em 1963, mesmo ano de fundação do GEA²⁸⁸.

No prefácio à sétima edição do livro, Manuel Correia de Andrade afirma que sua interpretação sobre a zona canavieira foi motivada pela observação das relações de trabalho no campo. Para o autor, este fator permitiu entender as estruturas político-sociais estabelecidas pelo latifúndio no Brasil.²⁸⁹ A análise crítica tem como lupa o materialismo-histórico, onde a agroindústria açucareira é observada como a responsável pelo latifúndio e pela violência que submetem os sujeitos à exploração. Sua interpretação, portanto, é baseada no questionamento sobre a formação do “sistema de relações existentes e o posicionamento individual e coletivo destes trabalhadores diante dos seus patrões e diante da sociedade”.²⁹⁰

Em oposição às interpretações de Manuel Correia de Andrade, Jordão Emerenciano acredita na imparcialidade dos membros do Grupo de Estudos do Açúcar, estes atuando na promoção de uma ciência neutra que busca apenas o desenvolvimento da agroindústria. Ele menciona que as pesquisas sobre a agroindústria deveriam ser feitas por técnicos especializados, “imparciais”, embora submetidos aos interesses dos usineiros. Diferente das abordagens críticas às relações de dominação estabelecidas na zona canavieira, comprometidas com determinadas ideologias “contrárias ao desenvolvimento da agroindústria”, as palavras do coordenador-geral expressadas num editorial classificam os intelectuais do Grupo de Estudos do Açúcar como os legítimos intérpretes do complexo açucareiro e de seus problemas.

Salientou que no GEA, todos quanto nele estão tem os melhores títulos profissionais e reconhecida competência. Nele não há improvisação ou principiantes. Todos tem

²⁸⁶ EMERENCIANO, Jordão. *O GEA em 1963*. *Op. Cit.* p.10.

²⁸⁷ EMERENCIANO, Jordão. *A conjuntura açucareira em Pernambuco (roteiro para um informe apresentado ao seminário de ICINFORM em 5-2-1965, no Recife)*. Fundação Açucareira de Pernambuco, Grupo de Estudos do Açúcar. Recife, 1965. p.02. Disponível na coleção de folhetos do extinto Museu do Açúcar, Biblioteca Blanche Knopf, Fundação Joaquim Nabuco.

²⁸⁸ Outro exemplo é o próprio Gilberto Freyre, um intelectual amigo da classe dominante. O sociólogo propôs um grupo de pesquisa semelhante aos objetivos do GEA, mas em 1935. A iniciativa foi rechaçada pelos usineiros, simpáticos, naquele momento, aos recursos do IAA e contrários as opiniões de “intrusos e agitadores”. Cf. INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS. *O problema agrário na zona canavieira de Pernambuco*. Recife, PE, 1965.p.08.

²⁸⁹ “Procuramos enfatizar o sistema de relações existentes no meio rural nordestino, mostrando a evolução histórica da ocupação do espaço, da produção do território e sua adaptação ao meio ambiente e às estruturas econômicas e sociais dominantes.”. ANDRADE, Manoel Correia. *A terra e o homem no Nordeste*. *Op. Cit.* p.27.

²⁹⁰ Ibidem. p.23.

demorada vivência nos problemas que em estudo. Isso, porém, não lhes dispensam do dever de receber e examinar os dados da experiência, das pesquisas e dos estudos de outros quadros e organismos. Mencionou-se que, a esse respeito, todos os relatores estão revestidos da melhor humildade intelectual, prontos a receber quaisquer sugestões. Concluiu lembrando que no GEA não há espírito de concorrência ou de emulação. Domina em tudo o objetivo comum de acertar e de encontrar soluções. Cada um é especialista no seu setor, mas já agora todos tem uma noção, uma abundante informação global do complexo agroindustrial canavieiro, o que evita limitações e deformações.²⁹¹

Observe que a fonte também reproduz uma classificação sobre o “técnico qualificado”, atribuída aos intelectuais que advogam pelos meios de produção e formulam o seu aperfeiçoamento. Esses técnicos estão subordinados ao campo econômico dos usineiros e são responsáveis pela produção de um capital cultural em torno de uma noção de desenvolvimento e progresso do complexo agroindustrial açucareiro. O usineiro detém o capital econômico, mas recorre ao capital cultural para reproduzir suas ideias. No Grupo de Estudos do Açúcar, havia os industriais que atuavam como intelectuais e os intelectuais desprovidos dos meios de produção, mas recrutados por serem produtores de capital cultural e por circularem no campo econômico dos usineiros.²⁹²

São práticas de um ou mais agentes que se identificam enquanto membros de um mesmo campo e, por conta disso, procuram se distinguir de outros campos.²⁹³ Uma relação que Pierre Bourdieu chamou de *habitus*, ou a capacidade de uma determinada classe gerar práticas “objetivamente classificáveis” ao mesmo tempo que é capaz de sistematizar e classificar tais práticas para se distinguir de outras classes.²⁹⁴ Ocupando espaços diferentes no mesmo campo, os intelectuais do GEA são os intérpretes dos padrões, produtores culturais e difusionistas de uma tradição.²⁹⁵

[...] Os artistas e os escritores, de modo mais geral os intelectuais, são uma fração dominada da classe dominante. Dominantes - enquanto detentores do poder e dos privilégios conferidos pela posse do capital cultural e mesmo, pelo menos no caso de alguns deles, pela posse de um volume de capital cultural suficiente para exercer um

²⁹¹ EMERENCIANO, Jordão. **O GEA em 1963**. *Op. Cit.* pp.69-70.

²⁹² Por campo entendemos um espaço social também compartilhado por experiências anteriores que permanecem atuais e capazes de mediar as relações entre os agentes nos contextos sociais, econômicos e culturais. THOMSON, Patrícia. Campo. In. GRENFELL, Michael (org.). **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2018.

²⁹³ BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. 2.ed. rev. 4. reimpr. Porto Alegre: Zouk, 2017. 163.

²⁹⁴ Ibidem. p.162.

²⁹⁵ Sobre o papel dos produtores culturais e a difusão da tradição dos dominadores: “os produtores culturais detêm um poder específico, o poder propriamente simbólico de fazer com que se veja e se acredite, de trazer à luz, ao estado explícito, objetivando, experiências mais ou menos confusas, fluidas, não formuladas, e até formuláveis, do mundo natural e do mundo social, e, por essa via, de fazê-las existir. Eles podem colocar esse poder a serviço dos dominantes.”. Cf. BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p.176.

poder sobre o capital cultural -, os escritores e os artistas são dominados nas suas relações com os detentores do poder político e econômico.²⁹⁶

Chamaremos o campo dos usineiros associados ao GEA como o campo dos *empresários do açúcar*. A escolha do nome toma como base a documentação *Empresariado Pernambucano Defende Diretrizes Básicas para uma Política Açucareira Nacional*, redigida em 1964.²⁹⁷ O documento destaca a participação do “jovem empresariado açucareiro” no protagonismo da reformulação da agroindústria, tomando como base “o aumento da produtividade e a formação de uma indústria forte e competitiva”. Essa “nova geração” procurou se desassociar das gerações anteriores utilizando os termos “empresário do açúcar”, “jovens industriais”, etc., adjetivos mais modernos, ao contrário de usineiros, já estigmatizado pela sociedade. Apesar da distinção, o elemento comum, serem usineiros e donos dos meios de produção, permanece. Abordamos no exemplo de Júlio Maranhão as contradições em torno da figura do jovem industrial. A partir deste ponto, direcionaremos nossa atenção para os intelectuais técnicos que produzem uma interpretação dos problemas na zona canavieira. Notamos que essas interpretações reproduzem uma narrativa que defende a necessidade histórica da agroindústria para a economia de Pernambuco, refletindo um difusionismo ideológico de um modo de produção colonial.

Em primeiro lugar, destaca-se Jordão Emerenciano ao nos referirmos ao Grupo de Estudos do Açúcar. Ele se enquadra na categoria de intelectual que transita da administração pública para coordenar uma associação de usineiros. No mesmo campo, encontramos Renato Bezerra de Melo, presidente do GEA, e Cid Feijó Sampaio, ex-governador de Pernambuco, ambos usineiros comprometidos com um discurso modernizante. A seguir, analisaremos esses exemplos como sujeitos detentores de capital cultural produzido a partir do Grupo de Estudos do Açúcar. Ressaltamos que nem sempre dispomos de fontes bibliográficas suficientes para explicar detalhadamente cada sujeito mencionado.

4.5 Jordão Emerenciano: um intelectual a serviço dos usineiros

²⁹⁶ BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. Op. Cit. pp.174-175.

²⁹⁷ **Empresariado pernambucano defende diretrizes básicas para uma política açucareira nacional**. Listagem Preliminar do Fundo GEA, Vol.15 (1966-1967). Disponível no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

Severino Jordão Emerenciano nasceu no município de Catende em 1919.²⁹⁸ Durante a infância, teve acesso à educação de qualidade, estudando nos colégios Jesuíta Manuel da Nóbrega²⁹⁹ e no Ginásio Pernambucano.³⁰⁰ Após concluir o curso de bacharel na Faculdade de Direito do Recife, em 1944, Jordão ocupou cargos de destaque na administração pública. Atuou como promotor de justiça (1945-1946), secretário-geral de governo na Ilha de Fernando de Noronha (1947-1949), secretário do Governo do Estado (1954-1955), juiz eleitoral (1958-1960) e chefe da Casa Civil durante o governo de Cid Sampaio (1959-1963). Durante seu mandato como coordenador-geral das atividades do GEA, Jordão também ocupava outras funções públicas, como professor da Universidade do Recife (Faculdade de Filosofia de Pernambuco), membro do Conselho Penitenciário do Estado, primeiro secretário da Ordem dos Advogados de Pernambuco, além de colaborador dos jornais Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio. Por fim, foi um dos responsáveis pela criação do Arquivo Público de Pernambuco, que leva o seu nome.³⁰¹

O breve comentário sobre o percurso acadêmico e funcional de Severino Jordão Emerenciano possibilita uma reflexão sobre as trajetórias e processos de formação dos intelectuais. No caso em questão, o jovem proveniente do engenho teve acesso a condições materiais que lhe permitiram alcançar sua formação intelectual.³⁰² Após ocupar cargos na administração pública, esse intelectual passou a advogar em nome de uma classe específica, tornando-se um sujeito orgânico ao campo dos empresários do açúcar. Ou, se preferirem, um

²⁹⁸ Catende é um município da Mata Sul de Pernambuco localizado a 142km de Recife. O município é formado por mais de 10 engenhos e pelos distritos de Roçadinho e Laje Grande. É nesse município que funcionou uma das maiores usinas do Brasil, a Usina Catende, falida em 1995. Apesar de encerrar suas atividades em 2012, a Usina ainda deve os encargos trabalhistas acerca de 9 mil trabalhadores. Cf. USINA CATENDE AINDA DEVE PARA MAIS DE 09 MIL TRABALHADORES. **Blog Ricardo Antunes**. Disponível em: [https://ricardoantunes.com.br/usina-catende-ainda-deve-para-mais-de-9-mil-trabalhadores/]. Acesso: 08 jul. 2023.

²⁹⁹ O Colégio Nóbrega é uma instituição de ensino tradicional localizada no bairro da Soledade, Recife. Seu nome era uma homenagem a Manuel da Nóbrega, padre jesuíta cujo protagonismo ocorreu com a difusão do catolicismo no Brasil. O colégio foi fundado em 18 de março de 1917 e durante muitos anos foi administrado por padres jesuítas, que ocuparam a posição de diretores em diferentes períodos. Cabe ressaltar ainda que o Colégio Nóbrega era exclusivamente masculino, só depois de alguns anos passou a aceitar alunas, tornando-se um colégio misto.

³⁰⁰ O Ginásio Pernambucano é uma instituição de ensino médio pública localizada no bairro de Santo Amaro, Recife. Foi fundado em 1825 e é o mais antigo colégio do país em atividade. Atualmente se localiza na Rua da Aurora, bairro de Santo Amaro, possuindo uma segunda unidade situada na Avenida Cruz Cabugá, também no bairro de Santo Amaro. Por ele passaram figuras como Clarice Lispector, Ariano Suassuna, Epitácio Pessoa, Celso Furtado e outros intelectuais.

³⁰¹ Parte das informações levantadas foram extraídas do currículo do intelectual disponível entre os documentos do acervo GEA. **Severino Jordão Emerenciano**: currículo vitae. Pasta GEA 05. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar/APEJE.

³⁰² CANDIDO, Antônio. **Prefácio**. In. MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.72

“advogado militante”, como o próprio se definia.³⁰³ Nas palavras de Sérgio Miceli, ele se tornou um herdeiro da “fração intelectual da classe dominante”, ocupando uma posição “rentável e gratificante no campo do poder”.

[...] os herdeiros da fração intelectual da classe dominante orientam-se para as modalidades de trabalho intelectual mais rentáveis e gratificantes no campo do poder (pensamento político, arrazoados e pareceres jurídicos etc.). A distribuição dos agentes propensos a uma carreira intelectual pelas diferentes carreiras possíveis nessa conjuntura vai depender, de um lado, da posição em que se encontram as famílias desses futuros intelectuais em relação ao polo dominante da classe dirigente e, de outro, do montante e dos tipos de capital escolar e cultural disponível conforme o setor da classe dirigente a que pertencem.³⁰⁴

Enquanto intelectual orgânico, é relevante considerar as interpretações do filósofo italiano Antonio Gramsci sobre o papel das classes na formação de seus intelectuais. Para manter uma consciência homogênea, compartilhando dos mesmos objetivos políticos, sociais e econômicos, a classe dominante produz a figura do empresário capitalista, um sujeito preocupado com a formação do “técnico da indústria, do cientista da economia política, do organizador da nova cultura”.³⁰⁵ No Grupo de Estudos do Açúcar, esse papel é desempenhado por Renato Bezerra de Melo, o empresário do açúcar dotado de certa capacidade dirigente. Essa imagem é sustentada pelos intelectuais técnicos, que são porta-vozes dos interesses patronais.

A sua função [dos intelectuais técnicos] pode ser comparada à dos oficiais subalternos no exército: não possuem nenhuma iniciativa autônoma na elaboração dos planos de construção; colocam em relação, articulando-a, a massa instrumental com o empresário, elaboram a execução imediata o plano de produção estabelecido pelo estado-maior da indústria, controlando suas fases executivas elementares.³⁰⁶

Jordão é o intelectual que advoga essa tradição, uma “defesa pura, simples e honesta” da monocultura secular que estabelece o açúcar como fonte privilegiada de capitais e fator decisivo para a história e economia de Pernambuco.³⁰⁷ Observa-se que os interesses patronais reproduzem uma defesa do passado colonial, reforçando uma narrativa sobre sua importância econômica e a necessidade de modernizá-la, aprofundando o monopólio sobre os meios de produção e estabelecendo distinções entre os próprios produtores de açúcar. Ao observar as relações que constituem o Grupo de Estudos do Açúcar, o papel de Jordão Emerenciano é aprimorar as bases do processo semelhante ocorrido com o surgimento das usinas, em meados do século XIX, mas de forma mais agressiva, acentuada após o Golpe Militar

³⁰³ Severino Jordão Emerenciano: currículo vitae. Pasta GEA 05. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar/APEJE.

³⁰⁴ MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.81.

³⁰⁵ GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p.03.

³⁰⁶ Ibidem. p.12.

³⁰⁷ EMERENCIANO, Jordão. *O GEA em 1963*. *Op. Cit.* p.46-47.

de 1964. Nesse sentido, recorremos à classificação de “pensadores autoritários” elaborada por Sérgio Miceli para categorizar não apenas Jordão Emerenciano, mas toda a classe intelectual porta-voz do latifúndio organizada no Grupo de Estudos do Açúcar.³⁰⁸

Por estarem muitas vezes ocupando postos de cúpula com os quais podiam fazer valer seus pontos de vista no encaminhamento das reformas em curso ou, então, operando na qualidade de porta-vozes oficiais nos espaços de negociação que lidavam com as principais questões em pendência com os demais grupos de interesses fora do âmbito do Estado, prestaram serviços relevantes à ordenação jurídico-institucional e à sustentação do pacto de forças então vigente.³⁰⁹

O contexto da citação é aplicado aos intelectuais que pensam e organizam o Estado autoritário. No entanto, será que podemos pensar os intelectuais do GEA a partir dessa classificação? Como será visto no capítulo seguinte, a instituição de um governo militar foi interessante para o Grupo de Estudos do Açúcar, pois suas proposições ganharam relevância graças à atuação de seus intelectuais. Embora o GEA tenha sido formado em um contexto em que a democracia liberal estava sob ameaça, isso não impede que seus intelectuais sejam classificados como *pensadores autoritários*. Para entender essa classificação, buscamos nas interpretações do historiador José Marcelo Marques sobre a *plantation* canavieira uma solução.

A leitura do historiador ao analisar a dimensão espacial da *plantation* demonstra que a *plantation* açucareira se organiza como um espaço de “liberdade contingente”, onde o secular domínio territorial dos engenhos arquitetou uma sociedade violenta e desigual.³¹⁰ Se considerarmos a dimensão da organização espacial e a relação de dominação não apenas como resultado da concentração fundiária, é possível compreender outros significados sobre a coerção e a violência. Ao estabelecer uma limitação espacial, a *arquitetura espacial da plantation* “favorece um maior controle pela classe patronal canavieira”, onde o poder exercido representa um espaço paralelo à ordem jurídica constitucional, mantido não apenas por milícias particulares, mas também “através da gestão dos recursos naturais, organização social, economia própria” e, principalmente, pela “repressão contra a classe trabalhadora, seja pela violência direta ou por ações que impediam ações dos sindicatos ou o acesso à Justiça do Trabalho”.³¹¹ O campo dos empresários do açúcar está economicamente estabelecido no

³⁰⁸ MICELI, Sergio. *Op. Cit.* p.220.

³⁰⁹ Ibidem. p.219.

³¹⁰ FILHO, José Marcelo Marques Ferreira. **Arquitetura espacial da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2020, p. 21.

³¹¹ Ibidem. pp.18-19.

latifúndio monocultor da *plantation*. Segundo José Marcelo, é um espaço de contingência controlado pelos usineiros e cercado pela vasta monotonia da cana.

Os intelectuais operam na manutenção de uma tradição sobre a importância econômica do açúcar, sendo produtores de uma narrativa oficial que reforça a permanência de um modo de produção. Eles atuam na defesa da *plantation* como meio de produção e fonte de capitais.³¹² Assim, acreditamos que podemos apresentar nossos intelectuais como pensadores autoritários mesmo num momento anterior ao Golpe Militar. No próximo tópico, procuramos explorar os usineiros que atuavam como intelectuais na defesa da agroindústria, explorando as indagações sobre o “problema açucareiro”.

4.6 Usineiros interpretam o problema do complexo agroindustrial açucareiro

A menção ao problema que afeta a produção de açúcar em Pernambuco é recorrente, e suas causas incluem a queda dos preços no mercado internacional, a concorrência interna com os produtores do Sudeste e fatores naturais, como a geografia da região. Vale ressaltar que os recursos estatais não foram suficientes para socorrer o setor. Em meio à crise, os intelectuais do Grupo de Estudos do Açúcar destacavam a importância do açúcar para a economia, formulando planos para o desenvolvimento do setor. O documento *Linhas Diretoras para um Plano de Reformulação da Agroindústria Açucareira* de 1964 defende essas ideias.

Argumentos como a aptidão do solo, o setor como principal empregador no estado e o potencial de aumento do coeficiente de rendimento dos canaviais justificam a necessidade de recursos estatais nos planos de modernização do GEA.³¹³ Entre as orientações, destacam-se levantamentos básicos, como o aerofotogramétrico, introdução de novas variedades genéticas de cana, melhoria nos processos de cultivo, prevenção contra doenças e pragas, políticas de reflorestamento, infraestrutura e transporte.³¹⁴ Apesar da menção à construção de escolas, habitações e postos de saúde pelas usinas, acredita-se que esses projetos sejam mais formalidades do que iniciativas reais.

³¹² GRAMSCI, Antonio. *Op. Cit.* p.05.

³¹³ LINHAS DIRETORAS PARA UM PLANO DE REFORMULAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA AÇUCAREIRA. Pasta GEA 28. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar/APEJE.

³¹⁴ Ibidem.

Outro documento relevante é uma carta escrita por Cid Sampaio em nome dos usineiros, entregue ao presidente-ditador Castelo Branco em 1965.³¹⁵ A carta reflete os interesses patronais, com solicitações sobre a política de reajustes dos preços do açúcar. Nela, Sampaio orienta seu capital político, baseado em sua experiência como governador de Pernambuco, ao mesmo tempo em que se apresenta como defensor do progresso, preocupado com a economia do estado. Sampaio destaca sua responsabilidade diante da ameaça ao futuro do estado. Na perspectiva do usineiro, a não alocação de recursos federais resultaria em um cenário catastrófico, com a maioria das plantações de cana sendo abandonada e centenas de milhares de trabalhadores desempregados.³¹⁶

Em busca de recursos financeiros, o Grupo de Estudos do Açúcar passou por uma reestruturação em 1965 ao ser incorporado à Fundação Açucareira de Pernambuco (FAP).³¹⁷ A FAP foi instituída sob os auspícios da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, sendo uma entidade jurídica de direito privado com a capacidade de captar recursos, tanto nacionais quanto internacionais. Esses recursos eram essenciais não apenas para as atividades do GEA, mas também para toda uma estrutura de apoio. O patrimônio da FAP foi expandido com a incorporação da Estação Experimental dos Produtores, localizada no município do Cabo de Santo Agostinho, do Serviço de Documentação e Divulgação do Açúcar³¹⁸ e da Assessoria Técnica aos Municípios do Açúcar. Para financiar suas operações, foi estabelecido um desconto de até 0,5% sobre o valor de cada saco de açúcar produzido pelas usinas associadas à FAP.³¹⁹

Na imprensa, a criação da Fundação Açucareira de Pernambuco não abalou a simpatia do *Diário de Pernambuco*. Pelo contrário, o jornal reforça seu compromisso com os interesses dos usineiros, retratando-os no editorial *A nova fundação* como cavaleiros travando uma “batalha decisiva e final” em defesa da agroindústria. O periódico destaca ainda o uso de recursos próprios pelos usineiros para buscar a redenção econômica do setor. É importante

³¹⁵ SAMPAIO, Cid. **O problema açucareiro em Pernambuco (Carta ao presidente da República)**. Fundação Açucareira de Pernambuco, Grupo de Estudos do Açúcar. Recife, 1965. Disponível em Fundo Grupo de Estudos 5do Açúcar, pasta 149, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). P.21.

³¹⁶ Ibidem. p.15.

³¹⁷ Os dados sobre a criação da Fundação Açucareira de Pernambuco foram extraídos de uma correspondência entre Renato Bezerra de Melo e o diretor da Estação Experimental de Pernambuco, Bento Dantas, em 22 de fevereiro de 1965. Disponível em Fundo Grupo de Estudos do Açúcar, pasta 28, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

³¹⁸ COOPERATIVA DOS USINEIROS DE PERNAMBUCO. **Plano de levantamentos básicos da agroindústria açucareira**. Fundação Açucareira de Pernambuco, Grupo de Estudos do Açúcar. Recife, 1964. p.05. Disponível em Fundo Grupo de Estudos do Açúcar, pasta 147, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

³¹⁹ Ibidem. p.05

observar que o editorial reforça as ideias apresentadas por Apolonio Sales sobre a organização dos usineiros em torno de uma associação de classe capaz de financiar, com recursos próprios, pesquisas lideradas por especialistas, alguns até mesmo provenientes da administração pública, e aplicá-las imediatamente na produção açucareira, sem depender do auxílio financeiro do estado.

Quais são os seus males e erros, dificuldades e deficiências, todos sabemos. O que resta agora, senão por virtude, ao menos pelo legítimo instinto de sobrevivência, é estabelecer com programa, ouvir a lição dos técnicos e dos experimentados, criar uma consciência reformista, fixar etapas e, com unhas e dentes, levar para a frente a execução do programa, nem que isto nos custe muito suor e muita pertinácia. [...] Para tanto é necessário que um organismo de alto nível – com um bom corpo de dirigentes esclarecidos e prestigiados, de técnicos capazes e dotados até de espírito público – seja instituído, financiado e apoiado pela unanimidade da agroindústria do açúcar. É preciso que os industriais do açúcar e os produtores de cana se lembrem de que, já agora, estão empenhados numa batalha final e que não pode ser ganha com frases ou medidas de superfície.³²⁰

Em outra parte, o editorial menciona uma “singular aliança que muito mal nos faz” para ilustrar uma das batalhas travadas pelos usineiros. O texto expressa a ideia de que grupos se uniram para enfrentar os interesses dos patrões, embora não mencione explicitamente quem formava tal aliança. Supomos que o termo foi empregado de forma sensacionalista para se referir ao período anterior ao Golpe Militar, quando figuras como Celso Furtado e Miguel Arraes adotavam políticas que contrariavam os interesses dos usineiros. A “batalha decisiva” também pode se referir à ausência do Estado na promoção de ações para socorrer a agroindústria, não necessariamente no aspecto financeiro.

A FAP também se coloca como uma instituição prestadora de assistência técnica aos municípios da Zona Canavieira, buscando suprir a “omissão do Estado” frente aos problemas que atingiam a área, “transcendendo sua ação, portanto, dos interesses estritamente privados para atingir objetivos de governo e de interesse geral”.³²¹ Por fim, mencionamos que o editorial procura associar os problemas a uma retórica militarista, buscando manter um certo alinhamento com a ditadura militar: um “combate pela sobrevivência” de uma monocultura envolvida numa “batalha final” cujo comando dessas manobras estava nas mãos de Renato

³²⁰ A NOVA FUNDAÇÃO. **Diário de Pernambuco**. Recife, 19 de janeiro de 1965, nº 15, p.04. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/33916]. Acesso em 04 jul. 2023.

³²¹ Ibidem.

Bezerra de Melo, saudado, em outro editorial, como um “jovem capitão” da indústria do açúcar.³²²

A incorporação do Grupo de Estudos do Açúcar à Fundação Açucareira de Pernambuco está relacionada a novas formas de captar recursos, pois poucas modificações ocorreram em sua estrutura, permanecendo, por exemplo, o mesmo quadro de diretores. Com a ampliação do seu estatuto jurídico, a FAP poderia pleitear outras fontes de financiamento, inclusive de organismos internacionais, como é o caso de uma solicitação de empréstimo feita ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que será debatida no próximo capítulo.³²³ Uma das novidades é a incorporação de alguns nomes influentes ao seu quadro, como o usineiro Cid Sampaio, que foi convidado para integrar a diretoria da fundação, mas preferiu recusar posteriormente o cargo.³²⁴

Cid Feijó Sampaio nasceu em Recife no ano de 1910. Filho de usineiros, foi matriculado em bons colégios durante a juventude e ainda teve a oportunidade de estudar durante dois anos na Alemanha, após concluir seus estudos no Ginásio do Recife. Ao retornar ao Brasil, formou-se em engenharia industrial pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e logo assumiu o cargo de diretor industrial na usina da família, no município de Catende. O capital político e econômico de Cid Sampaio possibilitou que ele ocupasse cargos de influência entre a classe dominante: em 1947, foi presidente da FIEPE e, em 1952, presidente do Centro das Indústrias, também assumindo a presidência da Cooperativa dos Usineiros. Em 1958, uma aliança formada por udenistas apoiados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) elegeu Cid Sampaio governador de Pernambuco.

No primeiro ano de sua administração, os trabalhadores rurais conseguiram uma importante vitória com a desapropriação do Engenho Galileia. Porém, o ato de Cid Sampaio não o transforma em um político progressista, mas potencializa as mobilizações das Ligas Camponesas em torno de uma reforma agrária “na lei ou na marra”. A liderança de Francisco Julião no movimento logo despertou atenções internacionais, e para conter o protagonismo

³²² UM DISCURSO DE CONTEÚDO. **Diário de Pernambuco**. Recife, 08 abr. 1965, nº 80, p.04. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/35340]. Acesso em 04 jul. 2023.

³²³ O Plano de Levantamentos Básicos da Agroindústria Açucareira será um documento basilar para as discussões do próximo capítulo. Cf. COOPERATIVA DOS USINEIROS DE PERNAMBUCO. **Plano de levantamentos básicos da agroindústria açucareira**. Fundação Açucareira de Pernambuco, Grupo de Estudos do Açúcar. Recife, 1964. Disponível em Fundo Grupo de Estudos do Açúcar, pasta 147, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). p.01.

³²⁴ CID RECUSA CARGO NA FUND. AÇUCAREIRA. **Diário de Pernambuco**. Recife, 09 fev. 1965, nº 33, p.03. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/34342]. Acesso: 04 jul. 2023.

desses sujeitos, os Estados Unidos, por meio dos recursos da Aliança para o Progresso, despejaram milhares de dólares para beneficiar a figura de Cid Sampaio e seu possível sucessor, o também usineiro João Cleofas. Mesmo assim, a interferência estrangeira não foi suficiente para impedir a ascensão de Miguel Arraes ao governo de Pernambuco.

Ao descrever os problemas do complexo agroindustrial açucareiro, Cid Sampaio comenta que Miguel Arraes acentuou os problemas da agroindústria ao se posicionar a favor da classe trabalhadora.³²⁵ No ano de 1963, os benefícios garantidos em leis federais, a publicação do Estatuto do Trabalhador Rural e a regulamentação do trabalho no corte de cana, através da Tabela de Tarefas³²⁶, contribuíram para que os usineiros reclamassem sobre uma situação de desajuste econômico e financeiro, fatores que “ameaçavam” a economia do açúcar.³²⁷ No entanto, os direitos não eram pagos de forma homogênea, sendo alcançados por meio de greves e enfrentando a violenta reação da classe patronal, como é o caso das chacinas ocorridas nas usinas Estreliana e Caxangá.³²⁸ Acreditamos, portanto, que a intenção de Cid Sampaio é parte de uma retórica que buscou associar as mobilizações dos trabalhadores, junto a um governo minimamente favorável, como algo extremamente prejudicial ao “progresso da agroindústria”.

Lamentavelmente, quando um progresso era feito, pondo termo a um processo altamente espoliativo, reabilitando o homem do campo, a luta de classes pregada, a desordem, a desarmonia, o envenenamento dos espíritos e a exaltação a pequena produção e o esforço mínimo, baixaram grandemente a produtividade elevando na estrutura dos custos a parcela e mão de obra, já cara em decorrência das condições de solo e topografia³²⁹.

Na visão dos usineiros, os trabalhadores mobilizados “atrapalhavam o desenvolvimento”, mas, ironicamente, são personagens úteis para a elaboração desses planos. A modernização dos meios de produção, através do seu aperfeiçoamento tecnológico, se apresenta, portanto, como uma interface do progresso cujo trabalhador é mencionado apenas como uma força de trabalho dependente. Veja o caso do documento *A propósito da carta de*

³²⁵ SAMPAIO, Cid. **O problema açucareiro em Pernambuco** (Carta ao presidente da República). Fundação Açucareira de Pernambuco, Grupo de Estudos do Açúcar. Recife, 1965. p.08. Disponível em Fundo Grupo de Estudos do Açúcar, pasta 149, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

³²⁶ “Foi a primeira vez que trabalhadores e seus representantes puderam negociar o preço do seu trabalho”. Cf. BARROS, J. C. P. De. **Conflitos e negociações no campo durante o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)**. Recife/PE: Universidade Federal de Pernambuco, 2013. Dissertação de mestrado. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11433]. Acesso em: 3 mar. 2021.

³²⁷ “Esses fatos determinaram gravíssimo exclusivamente para a agroindústria em Pernambuco, que fora a primeira, e em 1963 no Brasil quase a única, a pagar no campo os novos salários, o 13º mês e todos os direitos então conferidos ao trabalhador do campo pelo Estatuto do Trabalhador Rural.”. SAMPAIO, Cid. *Op. Cit.* p.10.

³²⁸ Para maiores informações sobre os trabalhadores assassinados em Estreliana cf. PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. **O tal de Natal: reivindicação por direito trabalhista e assassinatos de camponeses**. Pernambuco, 1963, Revista Estudos Históricos, v. 29, n. 59, p. 745–766, 2016.

³²⁹ SAMPAIO, Cid. *Op. Cit.* p.10.

intenções dos industriais de Pernambuco, escrito por Renato Bezerra de Melo.³³⁰ Num determinado trecho, o usineiro descreve uma estrutura de apoio social mantida pelos usineiros que se encontra ameaçada pelo problema financeiro. As usinas,

mantem um sistema de comunicações e de transportes que, em muitas localidades, é o único de que dispõem suas populações e sustenta uma quilometragem ferroviária e rodoviária da maior importância para a produção. Custeia e paga um extenso equipamento social em vilas residenciais, postos de saúde, maternidades, creches, hospitais e rede de ensino escolar que, sobremodo, onera seu orçamento, mas que substitui a ação ou a ausência do poder público.³³¹

A “benevolência” dos usineiros é mais uma contradição envolvendo os empresários do açúcar. Apesar de apresentar tal infraestrutura, não podemos afirmar que todas as usinas e engenhos possuíam instalações adequadas, ou mesmo ofereciam condições de vidas adequadas ao trabalhador e suas famílias. Num pronunciamento feito em maio de 1963, Miguel Arraes descreveu a zona canavieira de Pernambuco como uma região rica, mas ao mesmo tempo manchada pela pobreza.

Na verdade, a zona da mata, em Pernambuco, sendo a região mais rica do Nordeste é, entretanto, a região de maior pobreza, a região onde, hoje, a miséria atinge maior massa humana; onde os salários são mais baixos e de onde sai o maior número de pessoas, para aumentar o desajustamento nas zonas urbanas do Recife e de outras cidades.³³²

As palavras de Arraes acrescentam elementos que contradizem as narrativas dos usineiros, demonstrando que as estruturas sociais mantidas pela classe patronal eram algo que existia, em sua maioria, apenas na retórica da classe dominante. O usineiro contribuiu para aprofundar as relações de desigualdade no campo e, portanto, “desenvolvimento e progresso” encontravam seus limites nas reais condições de vida na zona canavieira, marcada pela pobreza, baixos salários e migração para as grandes cidades.

O que me leva a supor que outras razões devem existir para esse contraste imenso e para que o homem da zona da mata seja mais pobre do que o homem do agreste ou do sertão pernambucano ou de outros Estados. Contraste que deslumbra, pelo verde da mata e dos carnavais, o homem do sertão. Os fatores econômicos de exploração da terra são certamente predominantes, levando o homem à situação em que hoje se encontra. Em Pernambuco, em Alagoas e em Sergipe, cristalizou-se no usineiro, no

³³⁰ “Marginal e antieconômica essa atividade é, sem contestação, a maior engajadora de mão de obra da região, garantindo emprego e paz social a cerca de 170.000 mil famílias de trabalhadores e operários e responde, direta, ou indiretamente, pelos meios de subsistência de mais de um milhão de pessoas”. MELO, Renato Brito de. **A propósito da “carta de intenções” dos industriais do açúcar pernambucanos**. Fundação Açucareira de Pernambuco, Grupo de Estudos do Açúcar. Recife, 1965. p.05. Disponível em Fundo Grupo de Estudos do Açúcar, pasta 142, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

³³¹ Ibidem.

³³² INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS. **O problema agrário na zona canavieira de Pernambuco**. Recife: Imprensa Universitária, 1965. p.227.

que domina as terras e as usinas; cristalizou-se no combate de todos aqueles que repelem esse desajustamento.³³³

Por outro lado, Arraes ameniza a situação sinalizando um certo apoio aos usineiros. Em outra parte do pronunciamento, o governador destaca que muitos dos problemas são de ordem econômica e menciona a responsabilidade do estado no processo, o que de certa forma corrobora com as visões apresentadas pela classe patronal sobre os problemas do complexo açucareiro.

Creio que, no Nordeste e, aqui, em Pernambuco, há um impasse para a solução do problema. Durante longos anos, os produtores se endividaram. Dependem fundamentalmente de recursos oficiais para manter em funcionamento as suas empresas. Isso pode ter decorrido de vários fatores. Pode o preço do açúcar ter influído nisso, mas a falta de técnica, a falta de condições financeiras e de inversão, o desvio de recursos para outras atividades, tudo isso influiu para que a indústria canavieira do nosso estado perdesse o sentido e perdesse, sobretudo, a grandeza que já teve.³³⁴

Note que o governador recorre até mesmo tradição colonial para descrever a importância do açúcar para a economia de Pernambuco, não diferenciando, portanto, das versões oficiais. Nessa mesma linha, Arraes advoga pela intervenção do Estado por meio das transferências de recursos públicos:

creio que é necessária uma intervenção mais profunda do governo e dos poderes públicos no problema, porque os industriais não têm condições de modificar, com novas inversões, a baixa produtividade das suas industriais e essa situação não pode perdurar. A região açucareira é aquela onde os níveis de vida são mais baixos. [...] Sem essa tomada de posição e sem essa consciência de que é necessária a intervenção do governo, das autoridades federais, do órgão que regula a produção do açúcar em todo o país, sem o aprimoramento da técnica que exige novas inversões vindas também de fontes oficiais, - sem isso continuaremos no impasse em que estamos: os trabalhadores a perderem aquilo que a lei determina (salário mínimo e demais vantagens) e o usineiro ou o plantador de cana a alegar que a remuneração do seu capital não é bastante para atribuir tais pagamentos³³⁵.

Por um lado, Miguel Arraes reclamava o auxílio do poder público para pagar os salários e outros benefícios aos trabalhadores. Por outro, os usineiros precisavam do apoio do estado para garantir esses pagamentos. Os usineiros poderiam até reclamar do contexto para pleitear os recursos estatais, mas não havia garantias de que o dinheiro retornaria em benefícios para os trabalhadores, como previam os planos de modernização da agroindústria. Com o Golpe Militar, Arraes foi destituído e preso, enquanto Cid Sampaio agiu para garantir os interesses dos usineiros, utilizando o seu capital político e cultural a serviço da classe dominante.

³³³ Ibidem. p.228.

³³⁴ Ibidem. p.228.

³³⁵ INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS. **O problema agrário na zona canavieira de Pernambuco**. Recife: Imprensa Universitária, 1965. p.229.

Embora tenha recusado a participação como diretor da Fundação Açucareira de Pernambuco, nos primeiros anos da ditadura, o Cid Sampaio pleiteou recursos junto a um antigo aliado: antes do golpe, Castello Branco foi comandante do IV Exército, sediado no Recife, e entre setembro de 1962 e agosto de 1963, o militar participou de reuniões que debateram os problemas da agroindústria. Quem também atuava junto a Castello Branco era Renato Bezerra de Melo. Para os usineiros, os recursos públicos eram fundamentais para solucionar os problemas da agroindústria.³³⁶ A participação do Estado é, portanto, o elemento principal e fundamental para a concretização dos interesses dos usineiros. Se, por um lado, o Estado era responsável pela incapacidade de resolver “aqueles complexos problemas” e era ineficiente na formulação de um “planejamento global de soluções”, ele também seria a principal fonte de recursos:

é claro, todavia, que a solução de grandes e complexos problemas da agroindústria do açúcar [...] depende de uma política geral do Governo, especialmente de uma política governamental nos setores de câmbio, crédito, orientação econômica. A agroindústria do açúcar, além daquelas dificuldades específicas já referidas, está na íntima dependência, com toda a empresa privada, das repercussões da política econômica do governo. Impossível a solução de vários dos seus problemas sem atenção daquela política.³³⁷

Os mesmos usineiros que atribuem responsabilidade ao Estado por não atuar na defesa do complexo agroindustrial açucareiro escondem os benefícios que tiveram do Estado ao longo dos anos: concessões de crédito e empréstimos, perdão de dívidas, omissão nos casos de violência contra os trabalhadores, o processo de expropriação de terras e o aprofundamento das desigualdades sociais no campo, bem como qualquer omissão que caracteriza a ausência do Estado nessa relação. Eles se apresentam como porta-vozes de uma modernização capaz de apresentar estudos, elaborados por seus intelectuais, fundamentais para a “redenção da zona canavieira”, mas também operam para esconder outros interesses.

4.7 Considerações finais

Iniciamos o capítulo descrevendo a figura do intelectual funcionário da administração pública que disponibiliza seu capital cultural para o setor privado, como foi o caso de Apolônio Sales, Roberto Simonsen e Celso Furtado. Apesar de suas divergências, esses intelectuais assemelham-se ao formular planos orientados por convicções ideológicas e destinados à promoção do desenvolvimento econômico. No contexto da agroindústria

³³⁶ MELO, Renato Brito de. *Op. Cit.* p.06.

³³⁷ EMERENCIANO, Jordão. **O GEA em 1963.** *Op. Cit.* p.14.

açucareira, os planos de desenvolvimento se entrelaçam com a modernização dos canaviais concebida pelos intelectuais do Grupo de Estudos do Açúcar. As discussões, portanto, resultam em uma outra dimensão da modernização, fundamentada na noção de *desenvolvimento*.

O GEA buscou associar sua produção a essas noções construindo uma imagem moderna sobre os empresários do açúcar, homens de negócios preocupados com o progresso da agroindústria. Porém, os acontecimentos ocorridos na Usina Caxangá ajudaram na compreensão sobre as imperfeições da imagem. A resistência patronal ao avanço da legislação trabalhista expõe a contradição envolvendo a imagem do jovem industrial. Embora os usineiros discutissem os seus planos de desenvolvimento e classificasse essa iniciativa como a modernização do setor, a resistência às mobilizações da classe trabalhadora foram reprimidas com violência.

No próximo capítulo, será analisado a fonte *Plano de Levantamentos Básicos para a Agroindústria Açucareira*, documento que expõe os projetos do GEA para o incremento da produção agrícola nos canaviais de Pernambuco. O Plano é uma solicitação de empréstimo ao Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) para a realização de estudos técnicos pela zona canavieira do estado. Essas discussões sintonizam os interesses dos usineiros com a disponibilidade de recursos internacionais oferecidos pelo programa da Aliança para o Progresso. Por fim, exploramos um fragmento da modernização agrícola que expressa os interesses dos usineiros através da interpretação “técnica” sobre a importância da agroindústria. Uma interpretação baseada no critério da *imparcialidade* e *apolítica*, embora com interesses bem delineados.

5 O Plano de Levantamentos Básicos e a modernização da agroindústria açucareira

A modernização pode ser descrita como um fenômeno de múltiplas dimensões, cujas características variam de acordo com o contexto em que ocorre. Até o momento, foi delineada como o avanço tecnológico responsável pelo aprimoramento das máquinas no processo de fabricação de açúcar. As inovações nos engenhos aprofundaram o monopólio dos usineiros sobre os meios de produção, intensificando o latifúndio e ampliando os poderes políticos e econômicos dessa classe. A modernização também se manifesta através da violência patronal contra as mobilizações da classe trabalhadora. Contudo, sua defesa se baseia numa concepção de história amparada na tradição colonial, reiterando a importância histórica da *plantation* para a economia de Pernambuco. Nesse sentido, buscamos nos documentos técnicos elaborados por intelectuais que se consideravam *apolíticos* e *imparciais*, herdeiros de uma tradição cujo signo é a figura do bacharel, a reprodução do passado satisfatório que atende aos interesses financeiros da classe patronal. Defendem a *plantation* canavieira como a principal fonte de capitais para a economia de Pernambuco e por isso deveria receber recursos para aplicar sua modernização.

Neste capítulo, demonstramos o fenômeno por meio da análise do *Plano de Levantamento Básico da Agroindústria Açucareira*, um documento elaborado como solicitação de empréstimo, mas que serve como fonte de indícios alimentando as discussões sobre o fenômeno. Ao associar a leitura com as noções de *progresso* e *desenvolvimento* abordadas nos capítulos anteriores, conduzimos uma explicação sobre os projetos do levantamento aerofotogramétrico da zona canavieira e da missão estadunidense enviada ao estado de Pernambuco, cujo objetivo foi estudar a viabilidade do projeto de modernização preconizado pelo documento. É relevante observar que, apesar de mencionados, nossos debates não abrangem a discussão sobre os levantamentos hidrológico e pedológico realizados no mesmo período que o levantamento aerofotogramétrico.

Ressaltamos que essa discussão se desenrola num plano de fundo que compreende um intervalo turbulento na história do Brasil, ocorrendo entre o fim da democracia liberal e a instalação de uma ditadura militar. Essas relações serão exploradas seguindo como guia o plano e serão descritas a partir de dois momentos. O primeiro compreende o ano de 1963 e vai até abril de 1964, um momento politicamente agitado inclusive para o Grupo de Estudos do Açúcar. A ansiedade sobre os recursos ocorre num momento em que a Aliança para o Progresso e a

SUDENE travam uma disputa entre o planejamento econômico de longo prazo e a intervenção dos Estados Unidos na política brasileira por meio do programa. Nesse contexto, os usineiros iniciaram os projetos com recursos próprios, financiando os levantamentos aerofotogramétrico e hidrológico realizados, respectivamente, pelo Departamento de Geografia do Exército e pela empresa Hidrobrasileira S/A. Por fim, demonstraremos as relações dos usineiros com a SUDENE e a USAID no contexto imediatamente posterior ao golpe, enfatizando os bastidores sobre o envio de uma missão estadunidense composta por técnicos responsável pelo estudo de viabilidade sobre a aplicação de dólares da Aliança nos planos de modernização agrícola estabelecidos no *Plano de Levantamentos Básicos*.

5.1 O Plano de Levantamentos Básicos

Em maio de 1964, o Grupo de Estudos do Açúcar promoveu uma reunião com representantes consulares onde o coordenador-geral, Jordão Emerenciano, realizou a leitura dos planos para a modernização da agroindústria açucareira.³³⁸ Desde sua criação, o grupo possuía interesses nos recursos internacionais e sua transformação na Fundação Açucareira de Pernambuco, em 1965, ampliou as possibilidades sobre esses recursos.³³⁹ O documento *Planos de Levantamentos Básicos da Agroindústria Açucareira*³⁴⁰ foi o instrumento pelo qual os usineiros solicitaram ao Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID)³⁴¹ um empréstimo de Cr\$ 693.266,00 dos recursos disponibilizados pelo *Acordo sobre Produtos Agrícolas Brasil-Estados Unidos*.³⁴²

³³⁸ COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS PARA REFORMULAR AGROINDÚSTRIA AÇUCAREIRA. *Diário de Pernambuco*. Recife, 10 maio 1964, no 106. p.03. Essa referência está disponível no acervo eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 04 mar. 2021.

³³⁹ “Simultaneamente com a transformação do GEA em Fundação, os produtores encaminharão à SUDENE e a USAID-Nordeste um plano de levantamentos básicos interessado à agroindústria”. INFORMATIVO ECONÔMICO. *Diário de Pernambuco*. Recife, 28 maio 1964, n° 122, p.03. Essa referência está disponível no acervo eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 04 mar. 2021.

³⁴⁰ Uma cópia desse documento foi anexada aos apêndices desse trabalho.

³⁴¹ As solicitações dependiam da aprovação de projetos específicos, exceto quando eram operações financeiras de tipo compensatório. BRASIL. **Aliança para o Progresso**. Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica. Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso. 2ª ed. Outubro de 1964. p.50.

³⁴² COOPERATIVA DOS USINEIROS DE PERNAMBUCO. **Plano de levantamentos básicos da agroindústria açucareira**. Fundação Açucareira de Pernambuco, Grupo de Estudos do Açúcar. Recife, 1964. Disponível em Fundo Grupo de Estudos do Açúcar, pasta 147, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

O Acordo do Trigo, *Public Law* 480³⁴³, foi editado durante a primeira administração Dwight Eisenhower (1953-1957) e estabelecia como critério a venda de alimentos estadunidenses, como farinha de trigo, leite em pó, banha e sorgo, em moeda estrangeira.³⁴⁴ Durante a vigência da Aliança para o Progresso, programa estadunidense de desenvolvimento econômico, os excedentes eram comprados em cruzeiros, pagos através de depósitos no Banco do Brasil e posteriormente revertidos em empréstimos.³⁴⁵

Os recursos eram aplicados em obras de infraestrutura, no desenvolvimento agrícola e industrial, além de repasses aos bancos e agências de desenvolvimento, como o Banco Nacional para o Desenvolvimento do Nordeste (BNDE) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).³⁴⁶ Até dezembro de 1964, cerca de US\$ 277,8 milhões foram enviados ao Brasil através do acordo.³⁴⁷ Nos anos seguintes, os valores variaram entre Cr\$ 140 bilhões, em 1965, e Cr\$ 133 bilhões em 1966.³⁴⁸ Os recursos da Aliança para o Progresso, através dos cruzeiros disponibilizados pelo Acordo do Trigo, se apresentaram como oportunidade aos usineiros, interessados no financiamento internacional dos planos de modernização agrícola.

Recursos destinados ao Brasil entre 1962 e 1963 através do USA/PL 480			
Etapas	Realização do acordo	Valores em Dólar	Valores em Cruzeiro

³⁴³ O historiador Nick Cullather desenvolveu uma crítica ao acordo, fundamentando-a no seu uso como instrumento político durante a Guerra Fria. Segundo suas análises, o governo estadunidense minou o desenvolvimento agrícola de vários países por meio desse programa. Cf. CULLATHER, Nick. **The Hungry World: America's Cold War Battle Against Poverty in Asia**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2010.

³⁴⁴ “Em conformidade com essa política, o Presidente está autorizado a negociar e celebrar acordos com nações amigáveis ou organizações de nações amigáveis para fornecer a venda de commodities agrícolas excedentes em troca de moedas estrangeiras”. ESTADOS UNIDOS. **Agricultural Trade Development and Assistance Act of 1954**. Disponível em: <<https://goo.gl/hn7yqo>>. Acesso: 06 jan. 24.

³⁴⁵ Cerca de 60% dos recursos eram destinados a empréstimos. Outros valores eram destinados a doações (20%) e para gastos locais nas embaixadas dos Estados Unidos (20%). Cf. BRASIL. **Aliança para o Progresso**. Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica. Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso. 2ª ed. Outubro de 1964. pp. 51-52. Por outro lado, a exportação dos excedentes favoreceu os produtores estadunidenses, prejudicando os produtores locais. Durante a década de 1960, o programa Alimentos para a Paz, instituído com base na PL 480, foi um dos instrumentos utilizados politicamente pelos Estados Unidos para intervir em assuntos internos do Brasil. As principais denúncias sobre o programa foram publicadas no periódico *O Semanário*, do Rio de Janeiro. Uma discussão sobre o assunto pode ser encontrada em nossa dissertação de mestrado. Cf. BARROS, Arthur Victor G. Gomes. **“A pobreza como estopim da revolução”**: a Aliança para o Progresso em Pernambuco (1959-1964). 2017. Dissertação (mestrado em história) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017. pp.84-92. Disponível em: [<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/28092>].

³⁴⁶ BRASIL. **Aliança para o Progresso**. Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica. Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso. 2ª ed. Outubro de 1964. p.52.

³⁴⁷ BRASIL. **Aliança para o Progresso**. Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica. Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso. 3ª ed. Jan. de 1965. p. 55.

³⁴⁸ BRASIL. **Aliança para o Progresso**. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso. Ago. de 1966. p. 169.

4º Acordo	março de 1962	US\$ 102 milhões	Cr\$ 45 bilhões
5º Acordo	setembro de 1963	US\$ 187,5 milhões	Cr\$ 225 bilhões

Tabela 1 - Recursos do Acordo do Trigo destinado ao Brasil entre 1962 e 1963.³⁴⁹

Legalmente, o Grupo de Estudos do Açúcar precisou ser incorporado à FAP para pleitear os recursos. Não obstante, os estudos elaborados pelo grupo foram fundamentais na formulação dos planos de modernização de uma agroindústria cuja importância histórica é representada no *Plano de Levantamentos Básicos* como a principal economia de Pernambuco, responsável pelo emprego de grande contingente de trabalhadores, mantenedora de obras sociais e fonte de arrecadação de impostos para os municípios, o Estado e a União.³⁵⁰ Cerca de 46 usinas concentravam 52% da produção açucareira, enquanto o restante estava distribuído entre os fornecedores de cana.³⁵¹ Essa importância dada ao setor, portanto, a defesa da *plantation* açucareira, é reforçada nas palavras de Antônio Saldanha, técnico do grupo responsável pelos estudos das causas do desequilíbrio econômico enfrentado pela agroindústria:

a agroindústria canavieira representa a mais importante fonte de emprego produtivo do Estado de Pernambuco, ocupando diretamente mais de 180.000 trabalhadores rurais, nos setores agrícola e industrial. São, ao todo, 46 usinas em funcionamento efetivo, em torno das quais gravitam aproximadamente 3.000 fundos agrícolas aplicados à produção da matéria-prima. O capital investido no setor industrial é estimado em torno de 15 bilhões de cruzeiros, enquanto a produção de açúcar (safra 1960/61) foi avaliada de 17 bilhões de cruzeiros, sem contar a produção de álcool-anidro e potável. Pernambuco é o principal produtor de açúcar do Norte/Nordeste, sendo o segundo mais importante do país, superado somente por São Paulo.³⁵²

Para os usineiros, a importância histórica dada a produção de açúcar seria um motivo nobre para pleitear os empréstimos; pelo menos é esse o discurso repetido ao longo da documentação. Os recursos serviriam para alavancar os índices econômicos acirrando a concorrência interna com o Sudeste e ampliando a participação de Pernambuco no mercado internacional. Numa perspectiva de longo prazo, os usineiros procuravam estabelecer grandes centrais açucareiras por meio da incorporação de usinas pequenas e/ou obsoletas a outras

³⁴⁹ BRASIL. **Aliança para o Progresso**. Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica. Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso. 2ª ed. Outubro de 1964. pp. 51-52.

³⁵⁰ COOPERATIVA DOS USINEIROS DE PERNAMBUCO. **Plano de levantamentos básicos da agroindústria açucareira**. Fundação Açucareira de Pernambuco, Grupo de Estudos do Açúcar. Recife, 1964. p.02. Disponível em Fundo Grupo de Estudos do Açúcar, pasta 147, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

³⁵¹ Ibidem. p.16.

³⁵² Ibidem. p.10.

“maiores e mais bem aparelhadas, de modo a permitir um melhor rendimento econômico”.³⁵³ Em outras palavras, restringir o monopólio sobre o modo de produção eliminando uma concorrência estadual para poder competir com os mercados do Sudeste e quiçá internacionais. Vale ressaltar que os trabalhadores são mencionados no documento apenas como uma grande massa de sujeitos dependentes do complexo agroindustrial.

Conseguir um empréstimo junto ao BID estabeleceria as “condições necessárias para a reformulação do parque açucareiro de Pernambuco, nos setores agrícola e fabril” assim como permitiria “a aplicação das soluções técnicas a serem indicadas pelo GEA, através das usinas associadas à Cooperativa dos Usineiros”.³⁵⁴ O empréstimo impulsionaria a modernização agrícola e, conseqüentemente, o crescimento econômico forneceriam os recursos para o pagamento da dívida em dez anos.³⁵⁵ Uma carência de cinco anos permitiria a observação sobre a rentabilidade dos investimentos, visível apenas com a “conclusão dos estudos técnicos e da aplicação dos seus resultados em cada usina”. Para saldar o restante, as usinas deveriam aplicar um desconto compulsório sobre cada saco de açúcar produzido pelos associados da Fundação Açucareira de Pernambuco.³⁵⁶

Uma nota sobre a correção monetária e compensação de valores dos orçamentos descritos na fonte revela que a solicitação de empréstimo foi provavelmente elaborada entre janeiro e fevereiro de 1964.³⁵⁷ Mas, um outro indício aponta que o Grupo de Estudos do Açúcar já havia sido incorporado à Fundação Açucareira de Pernambuco, criada em janeiro de 1965.³⁵⁸ Há, portanto, duas versões sobre o mesmo documento cuja temporalidade compreende o fim da democracia liberal e a instituição da ditadura militar através de um golpe de estado.³⁵⁹ Ao tomar esse intervalo como um fragmento de análise que orientam as discussões deste capítulo,

³⁵³ A concentração dos meios de produção nas mãos de poucos produtores, segundo o documento, esperava atingir “índices de produtividade agrícola e industrial necessários e indispensáveis a uma produção econômica e socialmente orientada, em condições competitiva com o Sul e capaz de atender, também, a crescente demanda do mercado internacional do açúcar”. Ibidem. pp.09-10.

³⁵⁴ Ibidem. p.02.

³⁵⁵ Em geral, os empréstimos concedidos pelo Banco Interamericano do Desenvolvimento tinham como prazo para pagamento quarenta anos, 10 anos de carência (taxa de crédito de 0,75%) e 30 anos de amortização (2% de juros). Cf. BRASIL. **Aliança para o Progresso**. Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica. Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso. 2ª ed. Outubro de 1964. p.50.

³⁵⁶ COOPERATIVA DOS USINEIROS DE PERNAMBUCO. **Plano de levantamentos básicos da agroindústria açucareira**. Fundação Açucareira de Pernambuco, Grupo de Estudos do Açúcar. Recife, 1964. Disponível em Fundo Grupo de Estudos do Açúcar, pasta 147, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

³⁵⁷ Ibidem. p.II.

³⁵⁸ Ibidem. p.05.

³⁵⁹ Sobre a primeira versão do plano cf. GRUPO DE ESTUDOS DO AÇÚCAR. **Plano de Levantamentos Básicos para a Agroindústria do Açúcar**. Recife, 1964. Disponível em Fundo Grupo de Estudos do Açúcar, pasta 26, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

exploramos as relações do Grupo de Estudos do Açúcar, posteriormente Fundação Açucareira de Pernambuco, com duas agências estatais providas dos recursos úteis para a tal almejada modernização agrícola: a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

5.2 A Aliança para o Progresso em Pernambuco

A Aliança para o Progresso foi estabelecida dois anos antes do Grupo de Estudos do Açúcar, em março de 1961. Na ocasião, o presidente dos Estados Unidos, o democrata John F. Kennedy (1961-1963), apresentou um ambicioso programa econômico caracterizado por um “enorme esforço de cooperação, sem precedentes em sua magnitude e nobreza de propósitos, visando atender às necessidades fundamentais dos povos das Américas”.³⁶⁰ Ao longo de uma década, havia uma expectativa que a Aliança promovesse significativas mudanças na realidade socioeconômica da América Latina por meio de investimentos vinculados à implementação de reformas estruturais.

Essa diretriz foi estabelecida na *Carta de Punta del Este*, um acordo firmado em agosto de 1961 entre os Estados Unidos e os países da América Latina, excluindo Cuba.³⁶¹ O documento que normatizava o programa foi influenciado por diversas perspectivas, incluindo as orientações apresentadas por Juscelino Kubitschek no contexto da Operação

³⁶⁰ “A América Latina [...] está em ebulição no descontentamento e na intranquilidade. Devemos proceder no sentido de aliviar imediatamente a miséria em grande escala, caso se queira dar uma oportunidade às instituições livres para que elas solucionem seus problemas a longo prazo.”. 600 MILHÕES DE DÓLARES O PRIMEIRO PASSO PARA AJUDAR À AMÉRICA LATINA. Jornal do Commercio. Recife, 15 mar. 1961. p.05. Cf. Discurso sobre a Aliança para o Progresso. In. KENNEDY, John. F. **Pensamento e ação do Presidente Kennedy**. Editora Record. Rio de Janeiro, 1962. p. 48.

³⁶¹ Durante a conferência, Cuba foi representada pelo seu ministro da Indústria, o Comandante Che Guevara. As críticas de Che ao programa coincidem com as opiniões apresentadas por Fidel Castro já em março de 1961. Ambos acreditavam que a Aliança para o Progresso seria um instrumento da política intervencionista dos Estados Unidos, responsável pela manutenção do imperialismo econômico no continente, especialmente no contexto da Revolução Cubana. Poucas semanas após o anúncio do programa, John Kennedy testemunhou a invasão malsucedida patrocinada com os dólares das agências de espionagem contra o povo de Cuba, conhecida como a invasão de Playa Girón. Na mesma cidade de Punta del Este, mas em janeiro de 1962, Cuba foi expulsa da Organização dos Estados Americanos (OEA). Cf. BARROS, Arthur Victor. *Op. Cit.* p.135.

Panamericana.³⁶² Entre essas perspectivas, destacam-se as ideias de Max Millikan e Walt W. Rostow.³⁶³

De acordo com os economistas, os recursos prometidos pelo governo dos Estados Unidos, distribuídos a longo prazo, eram destinados aos países que planejavam suas economias, desde que alinhassem seus planos de desenvolvimento aos critérios estipulados na Carta.³⁶⁴ No contexto da modernização agrícola, o quinto e sexto objetivos elencados no documento descreve a importância do aumento da produtividade agrícola mediante a realização de reforma agrária.³⁶⁵ Para alcançar esse aumento, os economistas liberais recomendavam o planejamento estatal como meio de superação do subdesenvolvimento, desde que alinhado aos capitais estadunidenses e mediante a implementação de reformas estruturais. Um *manifesto não comunista*³⁶⁶, mas notavelmente uma orientação econômica adotada pelos países de orientação socialista.

Almejando os recursos da Aliança, o Grupo de Estudos do Açúcar elaborou o *Plano de Levantamentos Básicos*. No entanto, até abril de 1964, os recursos da Aliança em

³⁶² Em 1959, o clima de instabilidade política e o crescente antiamericanismo na América Latina impactaram significativamente as relações entre os Estados Unidos e seus vizinhos. Dois eventos destacam-se nesse período: a desastrosa visita de Richard Nixon, então vice-presidente da administração Eisenhower, a países da América do Sul em 1958 e o êxito da Revolução Cubana em janeiro de 1959. Diante da “ameaça comunista”, o presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, propôs um amplo esforço econômico por parte dos Estados Unidos para combater a pobreza e o subdesenvolvimento na América, questões que inflamavam o cenário político do continente. Cf. BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

³⁶³ “Em termos gerais, Millikan e Rostow argumentaram em seu relatório que Washington deveria mudar a ênfase dos programas de ajuda externa, diminuindo o peso de auxílios militares em favor de ajuda econômica de longo prazo, com o intuito de fomentar o desenvolvimento de países de Terceiro Mundo. Na realidade, defendeu-se que programas econômicos deveriam ser administrados separadamente de programas militares.”. LOUREIRO, Felipe Pereira. **A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964)**. São Paulo: Unesp, 2020. p.45. O pensamento econômico de Walt Whitman Rostow apresenta uma noção liberal do pensamento desenvolvimentista, um “manifesto não comunista” das etapas do desenvolvimento econômico. Sobre o pensamento de Rostow e a problemática do desenvolvimento, cf. RIBEIRO, Flavio Diniz. **Walt Whitman Rostow e a problemática do desenvolvimento: ideologia, política e ciência na Guerra Fria**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/T.8.2008.tde-04072008-160534. Acesso em: 2024-01-08. Cf. ROSTOW, Walt W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

³⁶⁴ LOUREIRO, Felipe Pereira. *Op. Cit.* p.45.

³⁶⁵ “5. Aumentar significativamente a produtividade e a produção agrícola, bem como melhorar os serviços de armazenamento, transporte e distribuição. 6. Promover, dentro das particularidades de cada país, programas abrangentes de reforma agrária que visem à efetiva transformação das estruturas e sistemas injustos de posse e exploração da terra, quando necessário, com vistas a substituir o regime de latifúndio e minifúndio por um sistema justo de propriedade, de modo que, Através do complemento de crédito oportuno e adequado, assistência técnica e comercialização e distribuição de produtos, a terra pode constituir para o homem que a trabalha a base de sua estabilidade econômica, o fundamento de seu bem-estar progressivo e a garantia de sua liberdade e dignidade OEA”. **Carta De Punta Del Este (1961)**. Disponível em: [https://www.dipublico.org/119066/carta-de-punta-del-este-1961/]. Acesso em: 09 jan. 24.

³⁶⁶ ROSTOW, Walt W. *Op. Cit.*

Pernambuco estavam mitigados. Esse período coincide com o momento que o programa se tornou instrumento de oposição ao presidente João Goulart. Através da política das Ilhas de Sanidade, o embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, distribuiu recursos da Aliança para fortalecer os opositores do presidente, em troca do compromisso político com as diretrizes estabelecidas pelo *Departamento de Estado*. Governadores como Carlos Lacerda (Guanabara), Magalhães Pinto (Minas Gerais) e Cid Sampaio (Pernambuco) foram alguns dos beneficiados com empréstimos do Banco Interamericano do Desenvolvimento. O caso de Pernambuco é particularmente intrigante.

É bastante conhecida a intervenção política financiada com recursos da Aliança para o Progresso durante o pleito eleitoral entre João Cleófas, apoiado por Cid Sampaio, e Miguel Arraes, político aclamado pelas esquerdas.³⁶⁷ Quando o programa foi criado, Pernambuco era governado por Cid Sampaio e experienciava a efervescência de mobilizações encampadas por sindicatos urbanos e rurais, estudantes e as Ligas Camponesas, categorias engajadas nas disputas por direitos e reformas estruturais. Para a classe dominante, o contexto social, político e econômico do estado apontava um cenário de crise, especialmente diante das conquistas de direitos pelos trabalhadores rurais no governo Miguel Arraes. Na imprensa, nacional e internacional, os trabalhadores rurais *queimavam canaviais* em nome da revolução socialista, o *terror jacobino* inspirado pelos revolucionários cubanos. De acordo com os historiadores Júlio Cesar Barros e Christine Dabat, esse também é um momento que marca os limites entre patrões e empregados, interpretado pelos usineiros como a manifestações do comunismo revolucionário.³⁶⁸

³⁶⁷ Essas são algumas das referências clássicas que discute o caráter intervencionista da Aliança para o Progresso e orientam nossas observações: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964.** 8ª Ed. rev. E ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2010; BLACK, Jan Knippers. **A Penetração dos Estados Unidos no Brasil.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009; DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado – ação política, poder e golpe de classes.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1981; PARKER, Phyllis R. 1964: **O Papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de março.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. Para uma discussão historiográfica recente cf. LARA, José Victor de. **Revolução às margens do capitalismo: a aliança para o progresso no nordeste do Brasil, 1961-1964.** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, 2019. Disponível em: [http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/5575]. BARBALHO, Hugo Gonçalves. **A área mais perigosa do hemisfério ocidental: o Nordeste do Brasil como problema político dos EUA (1961-1963).** Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/31736].

³⁶⁸ BARROS, J. C. P. De. **Conflitos e negociações no campo durante o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964).** Recife/PE: Universidade Federal de Pernambuco, 2013. Dissertação de mestrado. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11433]. Outras referências sobre mobilizações no campo e nas cidades consultadas foram: LACERDA, Diego Andrev de Aguiar. **A atuação dos comunistas no**

O cenário de mobilizações, alimentado por percepções de “agitadores comunistas” atuando no estado, foi utilizado para despejar os recursos da Aliança. Inicialmente, uma solicitação de empréstimo foi apresentada em nome da Companhia de Borracha Sintética de Pernambuco (COPERBO), mas acabou sendo negada. Contudo, nos últimos momentos da campanha política, os empréstimos foram liberados em uma tentativa de favorecimento a imagem do candidato João Cleófas.³⁶⁹ Um empréstimo de US\$ 33 mil foi concedido à COPERBO, embora não tenha sido o suficiente para impedir a vitória de Arraes.³⁷⁰

Ao assumir o Governo do Estado, Miguel Arraes, crítico da forma como o programa era executado, estabeleceu uma comissão para investigar a Aliança. Os trabalhos foram coordenados por Germano Coelho, secretário da educação e cultura, que buscou elucidar a constituição dos acordos firmados diretamente entre a USAID e o Executivo estadual. As impressões do governador com o programa foram reportadas no *airgram* de 20 de fevereiro de 1963. Na reunião com o diretor da USAID Nordeste, John C. Dieffenderfer, Arraes afirmou que toda assistência estrangeira a Pernambuco deveria ser repassada pelo Governo Federal, por intermédio da SUDENE, conforme estipulado no Acordo do Nordeste.³⁷¹

Em 3 de maio de 1963, o Governo de Pernambuco denunciou o programa da Aliança para o Progresso durante uma reunião na SUDENE, na qual Celso Furtado e Lincoln Gordon testemunharam a leitura do relatório por Arraes. O trabalho da comissão recomendou uma revisão abrangente de todos os convênios estabelecidos durante a administração Cid

movimento estudantil de Pernambuco: da Frente do Recife ao AI-5 (1956-1968). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31879]. Acesso em: 21 jan. 2024; SANTOS, Emanuel Moraes Lima dos. **A fábrica de tecidos da Macaxeira e a Vila dos Operários:** a luta de classes em torno do trabalho e da casa em uma fábrica urbana com vila operária (1930-1960). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/26365]. Acesso em: 21 jan. 2024; PORFIRIO, Francisco de Andrade. **Pernambuco em perigo:** pobreza, revolução e comunismo (1959-1964). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7415]. Acesso em: 21 jan. 2024.

³⁶⁹ LOUREIRO, Felipe Pereira. *Op. Cit.* p.115.

³⁷⁰ Outros recursos foram liberados através de convênios destinados a construção de escolas e conjuntos habitacionais, envio alimentos e medicamentos e para obras de saneamento básico. Os recursos, obviamente, eram aplicados a conta gotas, embora a propaganda sobre os investimentos do programa anunciasse grandes melhorias. SANTIAGO, Vandreck. **Pernambuco em chamas:** a intervenção dos EUA e o golpe de 1964. Recife: Editora Cepe Editora, 2016.

³⁷¹ Assinado em abril de 1962, o Acordo do Nordeste estabeleceu o compromisso de disponibilizar uma ajuda financeira substancial para enfrentar os desafios enfrentados pela região Nordeste. Este acordo foi desenvolvido com base nas ideias de Celso Furtado e nos princípios delineados no Relatório Bohan. Cf. BARROS, Arthur Victor. *Op. Cit.* pp.97-104.

Sampaio, embora sem interferir nos projetos em andamento e nos acordos já firmados. A denúncia fundamentou-se na séria violação das Constituições do Brasil e de Pernambuco:

A Constituição Federal [1946], no seu artigo 5º, seção I, informa que cabia apenas à União manter relações com os Estados estrangeiros e com eles celebrar tratados e convenções. Logo, a ausência de um órgão federal constituía uma grave violação da Constituição Federal. Da mesma forma ocorreu com a Constituição de Pernambuco cujo artigo 68, inciso XVI, limita a competência do governador de apenas celebrar acordos e convenções com a União e outros estados, mediante autorização da Assembleia, e representar o estado perante o governo da União ou de outros estados.³⁷²

A ausência do Governo Federal e as relações diretas entre o governador Cid Sampaio e o governo dos Estados Unidos fortalecem os aspectos políticos e intervencionistas da Aliança para o Progresso em Pernambuco. No entanto, o Plano de Levantamentos Básicos foi elaborado após a denúncia de Arraes, quando o contexto não favoreceu o GEA e minou a distribuição orientada dos recursos estadunidenses. Mesmo que o cenário fosse favorável aos usineiros, as relações entre o grupo e a SUDENE, responsável pela liberação dos recursos da Aliança, ainda eram complexas.

5.3 A “ditadura dos técnicos no vice-reinado do Nordeste”

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), fundada em 1959 durante a gestão de Juscelino Kubitschek, teve como seu primeiro superintendente o renomado economista Celso Furtado. A missão primordial da autarquia consiste em impulsionar o desenvolvimento econômico da região por meio de estratégias de planejamento e investimento de recursos públicos.

A SUDENE teria autoridade geral e seria diretamente subordinada ao presidente. Para seu orçamento, receberia dois por cento da receita fiscal de todo o Brasil. Os governadores dos estados do Nordeste seriam membros do Conselho Deliberativo, envolvendo interesses locais nas funções de estabelecer uma política para o órgão.³⁷³

No primeiro Plano Diretor da autarquia, também conhecido como Plano de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste, o setor açucareiro foi inicialmente considerado um “mercado sem grandes possibilidades de expansão, tanto nacional como mundial”; embora visto como promissor enquanto matéria-prima para outras formas de industrialização.³⁷⁴ Os

³⁷² Ibidem. pp.123-124.

³⁷³ PAGE, Joseph. **A Revolução que nunca houve**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972. p.86.

³⁷⁴ SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE). I Plano Diretor [PDF]. Disponível em: [http://antigo.sudene.gov.br/images/2017/arquivos/I_Plano_Diretor_pag_001_a_153.pdf]. Acesso em: 09 jan. 2024. pp.121-124. No editorial Informativo Econômico, publicado no *Diário de Pernambuco*, uma citação de Celso Furtado descreve o setor açucareiro como uma economia “condenadas ao fracasso”. INFORMATIVO ECONÔMICO. *Diário de Pernambuco*. Recife, 29 jan. 1964, nº 24, p.03. Essa referência está disponível no acervo eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 04 mar. 2021.

esforços da SUDENE estavam concentrados no planejamento a longo prazo, priorizando o setor açucareiro em um momento subsequente.

Há elementos mencionados por Joseph A. Page na obra *A Revolução que nunca houve*³⁷⁵ que merecem nossa atenção por envolver a SUDENE e sua relação com outras instituições. Enquanto a superintendência engrenava seus planos de ação, a política de Ilha de Sanidade era utilizada como um veículo de intervenção política valendo-se dos recursos da Aliança. Um dos instrumentos dessa estratégia foi o emprego do programa para minar os trabalhos da SUDENE. Considerando a exigência de participação da autarquia estabelecida no Acordo do Nordeste e o aumento do descontentamento na região, o *Departamento de Estado* negociou diretamente com os governadores, contrariando o acordo.³⁷⁶

Das informações apresentadas por Joseph Page, surge uma questão: seria o Grupo de Estudos do Açúcar uma instituição útil no esforço para minar os trabalhos da SUDENE? Essa associação da classe patronal detém capital político e cultural com interesses claramente delineados, se opondo aos governos de Miguel Arraes e João Goulart especialmente sobre as políticas econômicas do açúcar e no aceno desses políticos às classes trabalhadoras através da instituição de direitos.³⁷⁷ Buscando no complexo IPES/IBAD um modelo de organização da classe dominante em grupos de oposição política, não seria possível pensar que os planos de modernização agrícola serviriam para mascarar o envio de recursos estrangeiros aos usineiros através da Aliança para o Progresso?

Economicamente, os recursos estavam indisponíveis e as relações com a SUDENE eram escassas. As dificuldades para obter recursos financeiros expunham as divergências entre as instituições, conforme destacado no editorial *O GEA* publicado no *Diario de Pernambuco* em 12 de novembro de 1963.³⁷⁸ O editorial ressaltou a falta de atenção dada ao grupo em comparação com a autarquia, evidenciando um certo *fardo* sobre os usineiros no que diz respeito ao uso de recursos próprios para a modernização.³⁷⁹ As dificuldades em obter recursos se entrelaçam com o descontentamento em relação aos técnicos da autarquia.

³⁷⁵ PAGE, Joseph. *Op. Cit.*

³⁷⁶ Ibidem. p.91.

³⁷⁷ Dentre esses direitos podemos citar a Lei nº 4.090 de 1962 que instituiu a Gratificação Natalina (13º salário); a publicação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963; o Acordo do Campo e a instituição da Tabela de Tarefas em agosto de 1963.

³⁷⁸ O GEA. *Diario de Pernambuco*. Recife, 12 nov. 1963, nº 241, p.04. Essa referência está disponível no acervo eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 04 mar. 2021.

³⁷⁹ “Sabemos, já, por experiência velha, que devemos nos coser com as nossas próprias linhas”. Ibidem.

Joseph Page aponta esses conflitos ao descrever a atmosfera de hostilidade que envolvia os técnicos da SUDENE, considerados arrogantes, e os da USAID, anticomunistas “horrorizados ao menor vislumbre de comunismo” e eficientes em “tirar conclusões nefastas sobre a onipresença e onipotência” do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e suas supostas relações com o órgão.³⁸⁰

Os brasileiros que tinham se unido à equipe de Celso Furtado eram jovens e entusiasmados, fortes em idealismo, porém com pouca experiência nos aspectos técnicos de planejamento e desenvolvimento econômico. Acreditavam no plano de Celso Furtado e no que estava nele subentendido. Alguns eram arrogantes e talvez abertamente agressivos. Os técnicos da USAID eram homens de mais idade. Tinham tendência para tratar seus congêneres da SUDENE de forma paternalista. Também tendiam a que as coisas fossem feitas à “maneira americana”. Os brasileiros resistiam a isso³⁸¹.

O descontentamento mencionado nas observações de Joseph Page é um dos poucos relatos que abordam as interações dos técnicos da SUDENE com outras instituições. Temos a oportunidade de ampliar essa discussão graças à descoberta de um documento classificado “pessoal” e intitulado “SUDENE”, com escassas informações sobre sua autoria.³⁸² Uma anotação na margem sugere que o documento circulou pela Assessoria Técnica da FIEPE e do GEA em um momento imediatamente posterior aos Golpe de 1964, louvado nas considerações finais como uma “revolução nacional redentora da democracia brasileira”.³⁸³

O documento estabelece uma distinção entre os intelectuais imparciais e apolíticos do GEA, herdeiros da tradição histórica colonial, e o tecnocrata — seja economista ou cientista social — funcionário da administração pública responsável pela elaboração de planos de combate aos problemas sociais. Ao analisar os técnicos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), a historiadora Eve Buckley categoriza os tecnocratas como agentes de mudanças sociais por elaborarem planos destinados ao combate de problemas climáticos causados pela seca.³⁸⁴ No entanto, eles enfrentavam a resistência do latifúndio diante da aplicação de novas tecnologias e formas de exploração do trabalho. Conforme apontado pela

³⁸⁰ PAGE, Joseph. *Op. Cit.* p.162-163.

³⁸¹ Ibidem. p.162.

³⁸² “SUDENE”. Disponível em Fundo Grupo de Estudos do Açúcar, pasta GEA 22, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Uma cópia desse documento pode ser consultada nos apêndices desse trabalho.

³⁸³ Um outro indício é fato de Castello Branco ser mencionado no documento como presidente do Brasil. Ibidem. p.13.

³⁸⁴ BUCKLEY, Eve. **Technocrats and the Politics of Drought and Development in Twentieth-Century Brazil**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2017. p.04.

fonte, a distinção entre esses intelectuais tem suas raízes em uma tradição colonial que considera o bacharel em direito como o legítimo intérprete do pensamento brasileiro.

Os tecnocratas esquecem – e os da SUDENE não podiam fugir disso – que os bacharéis em direito, com toda a sua *bacharelise*, foram, por muito tempo, pelo seu *humanismo*, pela sua capacidade de aceitar novos conhecimentos, novas incorporações, a única aristocracia mental, neste país, ao lado daquela outra representada pelo clero. Foram esses malsinados bacharéis que possibilitaram, inclusive e em parte, a criação de clima psicológico para a nova classe dos economistas e dos sociólogos.³⁸⁵

A “aristocracia mental” mencionada pelo documento apresenta a imagem sobre uma intelectualidade formada pela Universidade de Coimbra e reproduzida nas faculdades de direito de Recife e São Paulo.³⁸⁶ O bacharel, homem branco e de posses, é a imagem do intelectual tradicional que contrasta com o tecnocrata, portador de um “soberano desprezo por todos aqueles que não são dos seus quadros nem fiéis de sua filosofia”.³⁸⁷ Quem reforça essa imagem é Renato Bezerra de Melo quando classifica os intelectuais do grupo como herdeiros de uma tradição com “mais de quatro séculos duma atividade econômica que criou Pernambuco e o fez sobreviver até os nossos dias”.³⁸⁸ Da distinção entre o tecnocrata e o bacharel surge um conflito entre dois modelos de intelectuais.

A sua origem se enraíza no conflito, já antigo, entre técnicos, economistas e juristas. Entre os tecnocratas e os humanistas. Esses tecnocratas podem ser profundos e muitos objetivos, mas são como um poço, dizia Calógeras, à medida que ganha profundidade, verticalidade, perdem horizonte e a capacidade de relacionar. Não têm humanismo. Quase sempre secam o coração, esterelizam [sic] a sensibilidade, perdem a humanidade. Falam uma língua própria – um jargão especial – têm umas fórmulas, uns modismos e uns processos mentais, um hermetismo que deixa os outros mortais à margem de qualquer entendimento.³⁸⁹

Um código moral *humanista*, embora com critérios de raça e classe bem definidos, classifica os bacharéis como intelectuais legítimos, em oposição ao tecnocrata, insensíveis por acreditar demais nas suas ideias e portar uma “soberba ostensiva”.

Sente-se em todo o processo da SUDENE e no contato com os seus principais técnicos e dirigentes uma invencível soberba ostensiva e que nem sequer é amenizada. Eles,

³⁸⁵ Ibidem. p.03.

³⁸⁶ Cf. CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. KIRKENDALL, Andrew J. **Class Mates**: Male Student Culture and the Making of a Political Class in Nineteenth-Century Brazil. Lincoln: University of Nebraska Press, 2002.

³⁸⁷ “SUDENE”. *Op. Cit.* p.02.

³⁸⁸ LANÇADO O PROJETO GILBERTO OSÓRIO: APROVEITAMENTO DOS “RIOS DO AÇÚCAR”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 23 fev. 1964. nº 44, p.11. Essa referência está disponível no site da Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 04 mar. 2021.

³⁸⁹ “SUDENE”. Pasta GEA 22. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar. Disponível no Arquivo Público Jordão Emerenciano. p.02.

os técnicos, detém toda a ciência, e somente eles sabem tudo. E o é que não consentem em descer do Olimpo para discutir com os outros mortais o que sabem. Criaram em torno de si uma quase sacralidade. São intocáveis.³⁹⁰

Chama atenção o uso do termo *intocáveis* para se referir aos técnicos da SUDENE. Possivelmente, o redator do documento procurou associar Celso Furtado ao agente federal Eliot Ness, conhecido por sua atuação no combate ao crime organizado e ao contrabando nos Estados Unidos durante o período da Lei Seca. Sua equipe ficou conhecida por uma moralidade resistente à corrupção de policiais envolvidos com o dinheiro do contrabando de bebidas alcoólicas. Um dos sucessos notáveis do grupo foi a prisão de Al Capone, famoso *gangster* condenado por sonegação de impostos.³⁹¹ A expressão *intocáveis* soa como impenetráveis, incorruptíveis; uma expressão utilizada para figurar o distanciamento da autarquia dos interesses políticos locais cuja imagem se projeta em Celso Furtado e reflete nos funcionários da autarquia. Um depoimento atribuído ao economista reproduzido por Joseph Page ilustra essa relação:

através de toda a sua carreira na Sudene, ele [Celso Furtado] demonstraria o nexo inevitável entre o desenvolvimento econômico e o processo político. Sua norma central de conduta era permanecer afastado do jogo da política partidária. “Deve-se evitar uma ligação com a política”, disse ele numa entrevista no Recife, em 1963, “pois esta é a única maneira de sobreviver aqui”. Sua estratégia: “eu me dou com todos os grupos. É assim que conserva o meu poder”.³⁹²

Para alcançar as metas estipuladas nos planos diretores, os investimentos públicos deveriam ser orientados, sem a participação da iniciativa privada, contrariando os interesses dos usineiros: “para a SUDENE a iniciativa privada, via de regra, não tem nenhum espírito público e é incapaz”.³⁹³ Em pouco tempo, a SUDENE lutava para se manter afastada dos interesses econômicos e políticos dos usineiros que classificavam a autarquia, na figura do superintendente, como uma “ditadura de técnicos”.

Até certo ponto compreende-se um controle razoável para impedir o desperdício de verbas, a malbaratação de dinheiros públicos, o “eleitoralismo” financiado pelo governo, e para manter a organicidade, a disciplina, o bom nível teórico dos programas e dos planos. Mas isso não pode ser levado ao exagero de uma intervenção disfarçada, de uma ditadura de técnicos.³⁹⁴

³⁹⁰ Ibidem.

³⁹¹ Sobre a atuação dos agentes federais no combate ao crime organizado nos Estado Unidos recomendamos a leitura de WEINER, Tim. **Inimigos**: uma história do FBI. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

³⁹² PAGE, Joseph. *Op. Cit.* p.91.

³⁹³ “SUDENE”. Pasta GEA 22. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar. Disponível no Arquivo Público Jordão Emerenciano.p.07.

³⁹⁴ Ibidem. p.06.

Pelo menos até o Golpe Militar de 1964, uma “filosofia sudenizada” orientava a autarquia, “afastando pessoas e qualidades locais”. Na visão do Grupo de Estudos do Açúcar, Celso Furtado concentrava poderes autoritários aprovando e distribuindo os recursos conforme sua vontade. Nesse primeiro momento, portanto, a ausência de investimento público implicava que a modernização das usinas deveria ser realizada com recursos próprios.

5.4 “Carta, ferramenta de ordem e progresso”

No *Plano de Levantamentos Básicos da Agroindústria Canavieira*, o levantamento aerofotogramétrico desempenhou um papel fundamental no projeto de modernização agrícola da zona canavieira de Pernambuco. Parcialmente financiado com recursos dos usineiros, o serviço de cartografia aérea forneceu dados detalhados da topografia e dos recursos hídricos da região. Essas informações subsidiaram os estudos hidrológico e pedológico, considerados essenciais para o planejamento e modernização da agroindústria açucareira. Esses estudos foram realizados entre maio e agosto de 1964 pela empresa Hidrobrasileira S/A.³⁹⁵ Neste contexto, nossa prioridade é destacar o levantamento aerofotogramétrico, estudo que orientou os demais. Os documentos orientadores desses levantamentos foram produzidos no Setor Geográfico do Grupo de Estudos do Açúcar, coordenado pelo professor da Universidade do Recife, Gilberto Osório de Andrade.

Gilberto Osório nasceu na cidade do Recife em 23 de julho de 1912. Na Faculdade do Recife, onde se formou bacharel em direito, Osório foi membro do diretório acadêmico da instituição³⁹⁶ e integrante do núcleo integralista da faculdade.³⁹⁷ Posteriormente, ministrou na instituição a disciplina de direito constitucional, embora sua carreira como docente fosse consagrada com os estudos sobre geografia física. No Grupo de Estudos do Açúcar, o geógrafo coordenou a elaboração do *Plano Agreste-Mata*, elemento base dos levantamentos encomendados pelo grupo.

Para explicar o serviço de cartografia aérea, buscamos algumas informações na matéria *Falemos de aerofotogrametria*, publicada em abril de 1950 na revista *O Cruzeiro* pelos

³⁹⁵ Cf. Correspondências – Hidrobrasileira. Pasta GEA 26. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar. Disponível no Arquivo Público Jordão Emerenciano.

³⁹⁶ A MOCIDADE ACADÊMICA DE PERNAMBUCO E OS ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS POLÍTICOS DO PAÍS. *Jornal do Recife*. 29 maio 1932. Ed. 118. p.02. Essa referência está disponível no acervo eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 17 jan. 2024.

³⁹⁷ INTEGRALISMO E COMUNISMO. *Jornal do Recife*. 08 ago. 1933. nº 177. Essa referência está disponível no acervo eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 17 jan. 2024.

repórteres Luciano Carneiro e José Medeiros.³⁹⁸ A reportagem foi feita em parceria com a Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S.A, uma referência na atividade por prestar seus serviços aos órgãos da administração pública, como nos levantamentos do Rio São Francisco encomendado pela CODEVASF³⁹⁹, nos estudos sobre as formações geológicas petrolíferas encomendados pelo Conselho Nacional de Petróleo (CNP), e nos serviços de planejamento e desenvolvimento urbano encomendados pelos municípios.

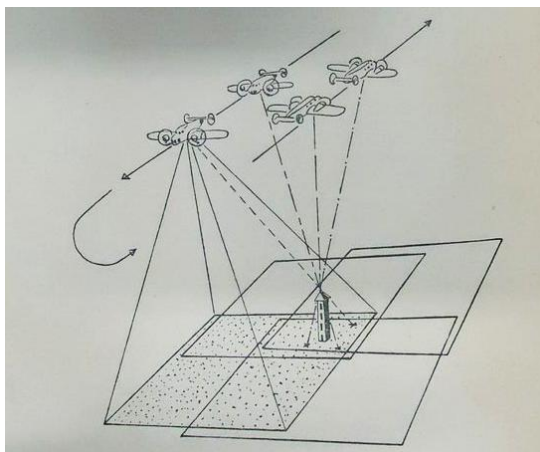


Figura 8 - Ilustração da fotografia aérea de um terreno. As fotografias eram utilizadas na construção dos mosaicos e desenho dos mapas.⁴⁰⁰

Em poucas palavras, o levantamento aerofotogramétrico consiste em uma técnica utilizada no mapeamento da superfície terrestre obtido por meio da fotografia aérea, transformadas em cartas topográficas que auxiliam na prospecção de riquezas minerais, na agricultura, na orientação de obras de infraestrutura e contribuem para o planejamento urbano.⁴⁰¹ No Brasil, o primeiro levantamento aerofotogramétrico foi realizado na cidade de São Paulo entre 1928 e 1930 pela SARA Brasil S/A, uma empresa formada por técnicos

³⁹⁸ FALEMOS DE AEROFOTOGRAFIA. Revista O Cruzeiro, Rio de Janeiro. 01 de abril de 1950. Ed. 24. p.15. Essa referência está disponível no acervo eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 14 nov. 2023.

³⁹⁹ A COTA CONSTITUCIONAL DO SÃO FRANCISCO. Diário de Pernambuco. Recife, 10 maio 1949, nº 108, p.10. Essa referência está disponível no acervo eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 14 nov. 2023.

⁴⁰⁰ MINISTÉRIO DA GUERRA. **Organização e atividades do Serviço Geográfico do Exército**. Comunicação apresentada ao 1º Congresso Brasileiro de Cartografia. Salvador: Estado-maior do Exército, Diretoria do Serviço Geográfico, 1963. p.04.

⁴⁰¹ A FAB FOTOGRAVA O BRASIL. Revista O Cruzeiro, Rio de Janeiro. 12 de agosto de 1967. Ed. 46. Essa referência está disponível no acervo eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 14 nov. 2023.

brasileiros e italianos.⁴⁰² Nesse contexto, surge a figura de Nestor Henrique Moraes Natividade, pioneiro da aerofotogrametria e proprietário da Aeromapa Brasil Ltda.⁴⁰³

Em Pernambuco, Recife foi a primeira cidade mapeada por meio da aerofotogrametria. A administração do prefeito Manuel César de Moraes Rego⁴⁰⁴, no ano de 1950, reservou Cr\$ 7 milhões de cruzeiros para a realização do serviço.⁴⁰⁵ A inconsistência nos pagamentos prolongou o tempo do levantamento que só foi concluído na administração seguinte, na gestão do prefeito José do Rêgo Maciel.⁴⁰⁶ Em uma manifestação pública, José do Rêgo Maciel mencionou que o levantamento aerofotogramétrico contribuiu para o aumento da arrecadação fiscal sobre os imóveis do Recife, demonstrando o crescimento do perímetro urbano da cidade.⁴⁰⁷ Sobre o uso da aerofotogrametria no controle do desenvolvimento urbano, a reportagem da *O Cruzeiro* apresenta o relato de Edson Cabral, operador de restituidores *Multiplex*⁴⁰⁸, enfatizando os benefícios da aerofotogrametria sobre a arrecadação de impostos das propriedades não taxadas.⁴⁰⁹ Até o final da década, em Pernambuco, cidades como Recife, Olinda, Caruaru e algumas regiões do sertão cortadas pelo Rio São Francisco foram mapeadas através da cartografia aérea.⁴¹⁰

No Grupo de Estudos do Açúcar, a discussão sobre os serviços aerofotogramétricos antecedeu a elaboração do documento *Plano de Levantamentos Básicos* e remonta às primeiras

⁴⁰² Esses documentos podem ser acessados através da Plataforma Pauliceia 2.0: Mapeamento Colaborativo da História de São Paulo (1870-1940). Disponível em: [http://www.pauliceia.dpi.inpe.br.] Acesso em: 31 jan. 2024.

⁴⁰³ “Fui o primeiro fotógrafo lambe-lambe da aerofotogrametria nacional. Não entendia patavina de faixas de voo, de inclinação do eixo da aeronave, derivação lateral, intervalos de recobrimento e essas coisas todas que hoje em dia ninguém mais precisa saber por que as aeronaves agora são plataformas de voo e o sistema tem compensação automática”. Entrevista de Henrique Natividade para a Revista ASAS. REVISTA ASAS - REVISTA DE CULTURA E HISTÓRIA DA AVIAÇÃO. Ano II, Número 11, fevereiro/março 2003.

⁴⁰⁴ Prefeito do Recife pelo PSD entre os anos de 1948 e 1952.

⁴⁰⁵ REALIZAÇÃO DO GOVERNO DA CIDADE. Diário de Pernambuco. Recife, 01 jul. 1950, nº 147, p.02. Essa referência está disponível no acervo eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 14 nov. 2023.

⁴⁰⁶ Prefeito do Recife entre os anos de 1952 e 1955.

⁴⁰⁷ “Isso feito, iniciamos a tarefa de atender às necessidades mais urgentes da cidade. Dotamos o município de uma planta Aerofotogramétrica, serviço que custou ao erário cerca de nove milhões de cruzeiros e indispensável ao planejamento da cidade. O levantamento aerofotogramétrico revelou ainda que a área real do Recife é 73 km² mais que a calculada.”. REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DA PREFEITURA. Prestação de contas do prefeito José do Rêgo Maciel. Diário de Pernambuco. Recife, 13 fev. 1953, nº 37, p.09. Essa referência está disponível no site da Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 14 nov. 2023.

⁴⁰⁸ Os restituidores foram instrumentos utilizados na reprodução rigorosa do modelo geométrico do terreno.

⁴⁰⁹ FALEMOS DE AEROFOTOGRAFIA. Revista O Cruzeiro, Rio de Janeiro. 01 de abril de 1950. Ed. 24. p.23. Essa referência está disponível no acervo eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 14 nov. 2023.

⁴¹⁰ SERÁ FEITO O LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFÉTRICO DE PERNAMBUCO. *Diário de Pernambuco*. Recife, 11 out. 1956. nº 234, capa; DE OLINDA. *Diário de Pernambuco*. Recife, 11 MAIO. 1957. nº 106, p.05; LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFÉTRICO REVELA A GRANDE ÁREA DA CAPITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 20 abr. 1958. nº 89, p.28. Essas referências estão disponíveis no site da Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 14 nov. 2023.

reuniões do grupo, noticiada pelo *Diario de Pernambuco* em julho de 1963. O usineiro Júlio Maranhão, proprietário da Usina Caxangá, conhecido pela violência desferida contra os trabalhadores retratada no capítulo anterior, apresentou as cartas e mosaicos fotográficos da usina, um levantamento realizado no seu interesse, mas que serviu de modelo ao GEA.⁴¹¹ Para cobrir uma área de 28 mil km², cerca de Cr\$ 250 milhões de cruzeiros foram solicitados para o mapeamento detalhado da zona da mata através do levantamento aerofotogramétrico.⁴¹²

A primeira proposta orçamentaria foi enviada em novembro de 1963 pela Comissão Especial de Levantamento do Nordeste (CELNE), uma divisão sediada no município de Olinda integrante do Serviço de Geografia do Exército Brasileiro.⁴¹³ Foi apresentado o valor de Cr\$ 97 milhões de cruzeiros no serviço de mapeamento, embora não incluísse os levantamentos hidrológicos e pedológicos. Outra empresa concorrente foi a Cruzeiro do Sul; no entanto, a oferta dos serviços se limitou à disponibilização de cartas cujas áreas já estavam mapeadas.⁴¹⁴

A zona canavieira era considerada pela CELNE uma área de importância estratégica. Logo, o interesse mútuo dos militares e do GEA construiu as pontes de um convênio envolvendo as instituições. Em fevereiro de 1964, a equipe do coronel José Luiz Pereira de Vasconcelos Filho, chefe da comissão, apresentou no plenário do GEA os “pormenores técnicos sobre o levantamento aerofotogramétrico da área pernambucana (incluindo bacias hidrográficas do açúcar) de interesse da agroindústria açucareira”.⁴¹⁵ A apresentação foi seguida de uma demonstração de equipamentos nas instalações da CELNE, ao mesmo tempo que Renato

⁴¹¹ REUNIUI-SE GRUPO DE ESTUDO DO AÇÚCAR. *Diario de Pernambuco*. Recife, 10 jul. 1963, nº 139, p.03. Essa referência está disponível no acervo eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 04 mar. 2021.

⁴¹² Outros Cr\$ 266 mil cruzeiros financiariam os levantamentos hidrológico e pedológico. COOPERATIVA DOS USINEIROS DE PERNAMBUCO. **Plano de levantamentos básicos da agroindústria açucareira**. *Op. Cit.* p.23. Sobre a área escolhida para o levantamento, cerca de 10.470 km² já havia sido mapeado em outros projetos. Cf. GEA INICIA NOVO PLANO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA ÀS USINAS E FAZ LEVANTAMENTOS. *Diario de Pernambuco*. Recife, 16 fev. 1964, nº 38. Essa referência está disponível no acervo eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 04 mar. 2021.

⁴¹³ O Serviço de Geografia do Exército é um órgão técnico do Exército responsável pelas “atividades referentes ao levantamento topográfico, a impressão e reprodução de documentos cartográficos que interessam à segurança nacional e ao próprio exército”. MINISTÉRIO DA GUERRA. **Organização e atividades do Serviço Geográfico do Exército**. Comunicação apresentada ao 1º Congresso Brasileiro de Cartografia. Salvador: Estado-maior do Exército, Diretoria do Serviço Geográfico, 1963. p.01.

⁴¹⁴ CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA PELO GEA. Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S.A. Rio de Janeiro, 07 abr. 1964. Pasta GEA 04. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar. Disponível no Arquivo Público Jordão Emerenciano. Consultar também: GEA PREPARA SEGUNDA FASE DO SEU PROGRAMA DE AÇÃO. *Diario de Pernambuco*. Recife, 19 abr. 1964. nº 90. p.05. Essa referência está disponível no acervo eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 04 mar. 2021.

⁴¹⁵ GEA INICIA NOVO PLANO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA ÀS USINAS E FAZ LEVANTAMENTOS. *Diario de Pernambuco*. Recife, 16 fev. 1964, nº 38. Essa referência está disponível no acervo eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 20 abr. 2023.

Bezerra de Melo e Gilberto Osório acertavam os termos do acordo.⁴¹⁶ Uma versão final do texto foi lida em abril no plenário do GEA pelo vice-presidente Marcelo Cabral da Costa e em junho, o Grupo de Estudos do Açúcar, representado por Renato Bezerra de Melo, e o Serviço de Geografia do Exército, representado na figura do general de brigada Carlos Moreia, ratificaram os termos sobre o levantamento aerofotogramétrico da zona canavieira de Pernambuco.⁴¹⁷

A cerimônia foi registrada pelo *Diário de Pernambuco* em 02 de junho. Na matéria, foram reproduzidas as falas de Gilberto Osório, que exaltou a iniciativa dos usineiros, industriais do açúcar, “empenhados numa perspectiva de autêntico planejamento econômico” e “comprometidos com a necessidade de promover [...] o impulso desenvolvimentista do parque agroindustrial açucareiro”.⁴¹⁸ Outros elogios foram feitos aos militares, cortejados após o golpe como “garantidores da paz social” e “molas do progresso econômico”.⁴¹⁹

Pelo acordo, a execução do serviço foi dividida em duas regiões, com a previsão de conclusão em cerca de 400 dias.⁴²⁰ Na Região I, o levantamento progrediria do Agreste em direção à zona da mata, mapeando o território em escalas de 1:50.000 e 1:30.000, ao custo de Cr\$ 60 milhões de cruzeiros. Nessa primeira etapa, os levantamentos realizados pela Cruzeiro do Sul, a serviço da Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) e do Departamento de Estradas e Rodagens de Pernambuco (DER/PE), ofereciam croquis que, juntamente com os mapas da Região I, seriam utilizados na seleção das áreas de interesse da Região II, incluída no levantamento somente com a formalização de um termo aditivo.⁴²¹

⁴¹⁶ Ibidem.

⁴¹⁷ LEVANTAMENTO DA ZONA DO AÇÚCAR COMEÇA: GEA, CELNE E SGE FIRMARAM CONVÊNIO. *Diário de Pernambuco*. Recife, 02 jun. 1964, nº 125. Essa referência está disponível no acervo eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 04 mar. 2021.

⁴¹⁸ Ibidem.

⁴¹⁹ Ibidem.

⁴²⁰ TERMO DE AJUSTE QUE, ENTRE SI, FAZEM A DIRETORIA DO SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO E O GRUPO DE ESTUDOS DO AÇÚCAR, PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CARTOGRÁFICOS NA REGIÃO DE PERNAMBUCO. Rio de Janeiro, 01 jun. 1964. Pasta GEA 04. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar. Disponível no Arquivo Público Jordão Emerenciano.

⁴²¹ Ibidem.

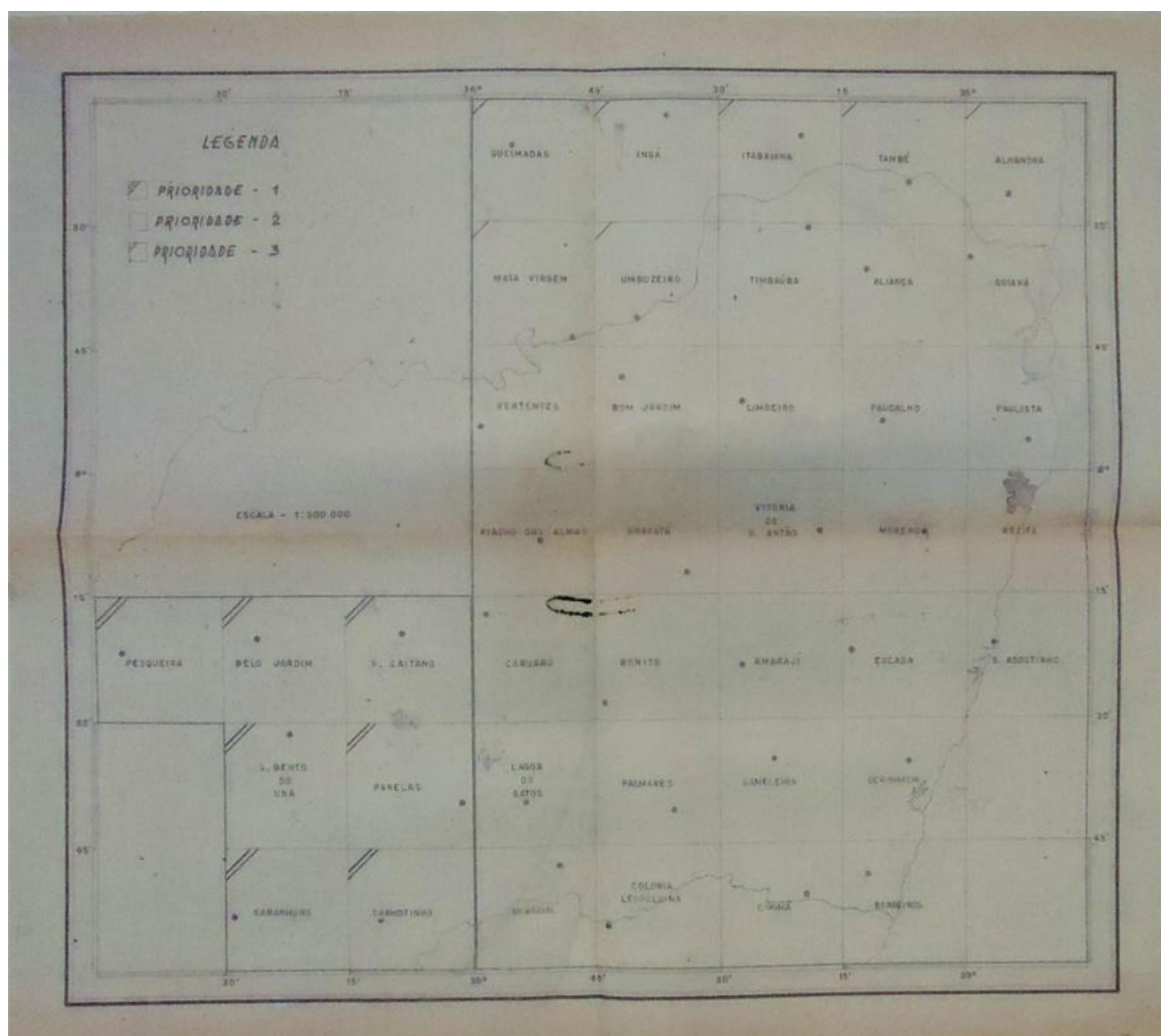


Figura 9 - áreas de interesses destacadas por suas prioridades.⁴²²

O levantamento foi conduzido pelo grupamento militar da CELNE e com o suporte da Força Aérea Brasileira (FAB).⁴²³ O Grupo de Estudos do Açúcar foi obrigado a prestar assistência financeira à equipe de campo através do pagamento de prolabores e auxílio alimentação tabelados conforme a hierarquia militar.⁴²⁴ Foram destinados Cr\$ 30 milhões de cruzeiros para a manutenção da equipe de campo auxiliar à equipe de voo.⁴²⁵ Por fim, outras responsabilidades atribuídas ao GEA incluíam a prerrogativa de solicitar, por escrito e a

⁴²² LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFÉTICO NO INTERESSE DO GEA. Pasta GEA 04. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar. Disponível no Arquivo Público Jordão Emerenciano.

⁴²³ Entre os militares estavam oficiais engenheiros geógrafos, oficiais e sargentos topógrafos formados nas academias militares, a exemplo do Instituto Militar de Engenharia. Já os civis eram recrutados pelo DASP e assumiam funções de desenhistas, cartógrafos, restituidor, fotogrametrista, fotolitógrafo, fotografo, tipografo, impressor, mecânico de instrumento ótico e outros auxiliares. Ibidem. p.01-06.

⁴²⁴ ACORDO ENTRE O DESTACAMENTO ESPECIAL DA CELNE E O GEA, PARA ESTABELECIMENTO DE CONDIÇÕES DE ASSISTÊNCIA A QUE O GEA OBRIGA-SE A PRESTAR ÀS TURMAS DE CAMPO, MENCIONADAS NA CLÁUSULA QUARTA DO CONVÊNIO DSG/GEA. Recife, sem data. Pasta GEA 04. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar. Disponível no Arquivo Público Jordão Emerenciano.

⁴²⁵ Ibidem.

qualquer momento, documentos de seu interesse e sobre o desenrolar das atividades do levantamento.

As considerações sobre a aerofotogrametria e o acordo sobre o levantamento da zona canavieira apresentadas até agora reproduzem a observação sobre uma importância histórica da tecnologia para o progresso de uma agroindústria. As discussões apresentam a atividade de natureza técnica como uma ferramenta útil aos planos de modernização da agroindústria açucareira. Esse olhar sobre a natureza puramente técnica da atividade busca uma associação com o progresso econômico, pelo menos essa é a interpretação reproduzida no *Diário de Pernambuco* em 27 de setembro de 1964.⁴²⁶

Uma discussão realizada no plenário do GEA classificou como *técnico* o investimento rentável aplicado na melhoria econômica e racional da produção açucareira. Seguindo essa orientação, os investimentos proporcionariam um “planejamento racional e orgânico”, contrapondo-se ao “empirismo” e ao “aventureirismo das soluções improvisadas” aplicadas na zona canavieira de Pernambuco há pelo menos cinco séculos.⁴²⁷ Em outras palavras, o levantamento aerofotogramétrico representa o progresso tecnológico da cartografia aplicado na modernização agrícola e responsável pela criação de “condições que garantam o bom emprego das recomendações técnicas e a racionalidade dos investimentos para uma reformulação da agroindústria açucareira”.⁴²⁸ Por outro lado, a aerofotogrametria, enquanto uma técnica moderna da cartografia, apresenta indícios que revelam sua associação com a tradição histórica que exalta os feitos do progresso.

Entre as correspondências recebidas pelo Grupo de Estudos do Açúcar, há um envelope remetido pelo Serviço de Geografia do Exército contendo folhetos produzidos pela instituição militar e pela Sociedade Brasileira de Cartografia.⁴²⁹ Em uma saudação ao VI Congresso Nacional de Municípios, realizado em Curitiba entre 19 e 23 de março de 1963, a Sociedade Brasileira de Cartografia considera a cartografia como um “instrumento de progresso, de paz e justiça social”, “arma de guerra” de “transcendental importância” para o

⁴²⁶ GEA: TÉCNICA É INVESTIMENTO RENTÁVEL. *Diário de Pernambuco*. Recife 27 set. 1964. p.05. nº 221. Essa referência está disponível no acervo eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 04 mar. 2021.

⁴²⁷ Ibidem. p.02. Essa visão também é reproduzida no editorial *A Técnica e o Custo*, publicado no *Diário de Pernambuco* em 18 set. 1964.

⁴²⁸ Ibidem.

⁴²⁹ CORRESPONDÊNCIAS. Pasta GEA 04. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar. Disponível no Arquivo Público Jordão Emerenciano.

mapeamento.⁴³⁰ A classificação como “transcendental” descreve uma herança dos “longínquos cadastros babilônico e egípcio” aperfeiçoada ao longo dos séculos e exaltada nos “modernos tempos do mapeamento sistemático e intensivo e da administração racional, da aerofotogrametria e da eletrônica aplicada aos levantamentos”.⁴³¹ Outro documento produzido pela mesma instituição, um folder da exposição *Cartografia Brasileira: mapeamento nacional* promovida com recursos do Conselho Nacional de Cultura no Rio de Janeiro em agosto de 1962, descreve a cartografia aérea como uma ferramenta de ponta capaz de servir como “índice avaliador do grau de civilização” de uma determinada sociedade.⁴³²

Nas entrelinhas desses documentos, a natureza técnica provoca uma desconfiança e revela detalhes. O avanço tecnológico aperfeiçoa os meios de produção e reproduz a concepção de história encantada pelos feitos do progresso atribuídos aos colonizadores europeus. Veja o exemplo da reportagem *A FAB fotografa o Brasil*, publicada pela revista *O Cruzeiro*. A cartografia aérea é descrita como uma ferramenta de “descoberta” e a aeronave é associada à figura do bandeirante alado, “herdeiro dos 451 anos da tarefa de desbravar o território nacional”.⁴³³ Graças aos colonizadores portugueses e ao desenvolvimento tecnológico restrito ao aperfeiçoamento do capitalismo, a cartografia aérea é uma herança das técnicas trazidas pelas próprias caravelas:

mapas precisos [...] são pré-requisito para o adequado desenvolvimento dos recursos mundiais. O programa de uma Nação também se fundamenta nos mapas! Esta verdade, que eclodiu em Sagres, que dali irradiou-se como luz intensa, iluminando costas, rasgando as hinterlândias, abrindo rotas luminosas nas trevas do Atlântico, projetando-as todas em bem traçadas cartas de marear, foi a refulgente herança-mensagem que recebemos em Porto Seguro.⁴³⁴

Os indícios encontrados na documentação descrevem a atividade técnica como uma forma de legitimar a modernização dos meios de produção com base na importância histórica atribuída à agroindústria. Por outro lado, a noção sobre o passado compartilhada pelos intelectuais do GEA, pela Sociedade Brasileira de Cartografia e pela revista *O Cruzeiro*

⁴³⁰ **Homenagem da Sociedade Brasileira de Cartografia ao VI Congresso Nacional de Municípios** - Curitiba, 19 a 23 de março de 1962. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Cartografia, 1963. Pasta GEA 04. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar. Disponível no Arquivo Público Jordão Emerenciano.

⁴³¹ Ibidem. p.02

⁴³² FOLDER DA EXPOSIÇÃO CARTOGRAFIA BRASILEIRA: MAPEAMENTO NACIONAL. Rio de Janeiro, agosto de 1962. Pasta GEA 04. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar. Disponível no Arquivo Público Jordão Emerenciano.

⁴³³ A FAB FOTOGRAVA O BRASIL. Revista O Cruzeiro, Rio de Janeiro. 12 de agosto de 1967. Ed. 46. p.35. Essa referência está disponível no acervo eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 14 nov. 2023.

⁴³⁴ FOLDER DA EXPOSIÇÃO CARTOGRAFIA BRASILEIRA: MAPEAMENTO NACIONAL. Rio de Janeiro, agosto de 1962. Pasta GEA 04. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar. Disponível no Arquivo Público Jordão Emerenciano.

reproduz a história colonial onde a cartografia, mais que um instrumento de progresso social, foi utilizada para a imposição do colonialismo europeu sobre o Outro. Invasões de terras, demarcação de sesmarias, rotas marítimas para o comércio de escravizados e outras formas de exploração foram possíveis graças ao desenvolvimento da cartografia. Mais uma vez, o progresso tecnológico ocorre sobre a ruína dos povos subalternos.

O levantamento aerofotogramétrico da zona canavieira de Pernambuco só teria início com o depósito inicial de 40% do valor do serviço e condicionado ao recebimento de um termo de recebimento. A autorização dos trabalhos foi emitida pelo Ministério da Guerra em 15 de setembro de 1964, conforme informado pelo chefe da Comissão Especial de Levantamento, o coronel José Luiz Pereira de Vasconcelos Filho.⁴³⁵ No entanto, pouco tempo depois, um outro telegrama emitido pelo mesmo coronel informava que até aquele momento, em 28 de setembro de 1964, a Diretoria do Serviço Geográfico do Exército não havia recebido a primeira parcela do convênio, recomendando, provisoriamente, a suspensão dos trabalhos da CELNE.

5.5 “Acertando os ponteiros”

No *Plano de Levantamentos Básicos* estava previsto o envio de missões técnicas para a consultoria e formação de pessoal assim como a promoção de intercâmbios para estudos em outros países. A assistência técnica foi um meio pelo qual o Grupo de Estudos do Açúcar utilizou para conseguir recursos da Aliança, mas após a denúncia do programa toda solicitação dos recursos deveria ocorrer por intermédio da SUDENE. Em 28 de outubro de 1963, o presidente Renato Bezerra de Melo enviou ao superintendente da SUDENE, Celso Furtado, um ofício solicitando recurso da Aliança para financiar a viagem de uma comissão aos Estados Unidos, durante dois meses e formada por técnicos do GEA, para estudar o processo de mecanização e o seu emprego na exploração do trabalho agrícola.

Uma das maneiras pelas quais pode o industrial pernambucano tomar conhecimento de inovações no campo de suas atividades ou da possibilidade de novos produtos é o de visitas a países com nível de desenvolvimento maior e que dedicam a pesquisas substancial parcela de suas poupanças.⁴³⁶

⁴³⁵ TELEGRAMA ENTRE O CHEFE DA CELNE E JORDÃO EMERENCIANO. Ofício n. 126. Olinda, 15 set. 1964. Pasta GEA 04. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar. Disponível no Arquivo Público Jordão Emerenciano.

⁴³⁶ OFÍCIO N° 339/63. Recife, 28 out. 1963. Pasta GEA 22. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar. Disponível no Arquivo Público Jordão Emerenciano.

Pelo menos até abril de 1964, os usineiros não contavam com esses dólares, afetando a execução dos planos de modernização agrícola.⁴³⁷ Porém, após o golpe militar, as relações entre a autarquia e o grupo demonstram mais cordialidade. O ofício enviado ao diretor na USAID Nordeste, John Dieffenderfer, solicitando a cooperação da agência quanto ao intercâmbio de técnicos para os Estados Unidos, contém uma cópia anexa do ofício encaminhado ao novo superintendente da SUDENE, o general Manuel Expedito Sampaio. No documento, os usineiros ressaltam que desde outubro de 1963 não houve “qualquer decisão a respeito do memorial”, e esperavam uma “oportuna iniciativa” do superintendente que os aproximasse da autarquia.⁴³⁸ Se durante o período Celso Furtado os recursos estatais eram restritos, os usineiros esperavam que o governo militar abrisse a SUDENE para a iniciativa privada, “adoçando” as relações do órgão com os produtores.

Os empresários confiam que o Presidente Castelo Branco será particularmente sensível à reestruturação do órgão planejador, preservando-lhe, entretanto, os objetivos e a legislação de incentivos ajustando-o ao esquema de sua política nacional de desenvolvimento econômico e social, no quadro de uma economia de livre empresa, em que o governo venha a disciplinar as forças do mercado no interesse público mais amplo sem se tornar concorrente, competidor ou suplente da iniciativa privada responsável e capaz.⁴³⁹

A resposta ocorreu em junho, quando os usineiros e intelectuais do Grupo de Estudos do Açúcar se reuniram com Castelo Branco no Palácio do Governo durante uma recepção ao militar.⁴⁴⁰ Na oportunidade, os usineiros reiteraram seus compromissos com os golpistas e ainda entregaram o documento *O problema açucareiro em Pernambuco (Carta ao presidente da República)*, carta escrita por Cid Sampaio, mencionada no capítulo anterior, contendo o apelo patronal ao novo governo sobre as políticas de reajustes dos preços do açúcar. Durante a visita, o marechal reafirmou o compromisso da ditadura com os produtores assim como garantiu os recursos estadunidenses aplicados através da Aliança para o Progresso.⁴⁴¹

⁴³⁷ “Tendo em vista que até a presente data não houve, da parte da SUDENE, qualquer despacho sobre o memorial em apreço, esta presidência acaba de dirigir ao senhor superintendente daquele organismo um novo expediente, encarecendo solução”. OFÍCIO REMETIDO AO DIRETOR DA USAID/NORDESTE, JOHN DIEFFENDERFER. Recife, 05 maio 1964. Pasta GEA 22. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar. Disponível no Arquivo Público Jordão Emerenciano.

⁴³⁸ OFÍCIO AO GEN. MANUEL EXPEDITO SAMPAIO. Recife, 05 maio 1964. Pasta GEA 22. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar. Disponível no Arquivo Público Jordão Emerenciano.

⁴³⁹ SUDENE”. Pasta GEA 22. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar/APEJE.

⁴⁴⁰ GEA DIALOGOU COM CASTELO: REFORMULAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07 jun. 1964, nº 130, p.05. Essa referência está disponível no acervo eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 04 mar. 2021.

⁴⁴¹ CASTELO: NORDESTE É PRIORITÁRIO E SUDENE TERÁ TODO APOIO FINANCEIRO. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07 jun. 1964, nº 130, capa. Essa referência está disponível no acervo eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 04 mar. 2021.

Desse encontro também foram estabelecidas as pontes entre o Grupo de Estudos do Açúcar e a SUDENE.

Um novo pedido sobre a revisão do ofício enviado em outubro passado foi remetido à SUDENE. Diferente do pedido original, o GEA, já “em via de (dentro de algumas semanas) transformar-se na Fundação Açucareira de Pernambuco”, solicitou os recursos da USAID para o financiamento do *Plano de Levantamentos Básicos*. Mas, antes da liberação desses recursos, uma comissão formada por técnicos da USAID estudaria a viabilidade do projeto. O evento foi noticiado pelos usineiros como o envio de uma missão de cooperação técnica formada por “especialistas que possam realizar estudos e projetos nos departamentos de agricultura, transportes, tecnologia açucareira, organização e produtividade”.⁴⁴²

Uma missão técnica, de alto nível, que estude no local esses problemas e formule as sugestões, será colaboração da maior importância e que reiterará objetivamente a eficácia dos ideais da Aliança para o Progresso e confirmará, o propósito dos seus organismos executivos de cooperar substancialmente para o melhoramento das condições de vida no Nordeste e o seu crescente desenvolvimento.⁴⁴³

Na imprensa, as notícias alimentavam um clima amistoso envolvendo o grupo e a autarquia. Já não há uma relação de “ciúme”⁴⁴⁴, mas uma “integração de esforços, essa soma de grupos técnicos como o GEA e a SUDENE”⁴⁴⁵. Era o momento de “acertar os ponteiros”, “mudar o espírito que preside todo o funcionamento”⁴⁴⁶, “adoçar, quebrar arestas”, “corrigir a soberba”; em outras palavras, abrir a SUDENE para a iniciativa privada a partir da aprovação de “um plano, da maior envergadura, de levantamentos básicos indispensáveis para o conhecimento detalhado da região”.⁴⁴⁷

Considerada a importância, a seriedade e as implicações desse plano de interesse não somente de uma atividade econômica, mas de praticamente metade da comunidade pernambucana, considerada divergências técnicas, espera-se, em diversas áreas econômicas e políticas do Estado, que o Grupo de Estudos do Açúcar e a SUDENE

⁴⁴² OFÍCIO À SUDENE. Recife, 11 junho 1964. Pasta GEA 22. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar. Disponível no Arquivo Público Jordão Emerenciano.

⁴⁴³ OFÍCIO REMETIDO AO DIRETOR DA USAID/NORDESTE, JOHN DIEFFENDERFER. Recife, 30 jun. 1964. Pasta GEA 22. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar. Disponível no Arquivo Público Jordão Emerenciano.

⁴⁴⁴ PERISCÓPIO. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07 jan. 1964, n° 05. Essa referência está disponível no acervo eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 04 mar. 2021.

⁴⁴⁵ ACERTANDO O PASSO. *Diário de Pernambuco*. Recife, 01 set. 1964, no 199, p.03. Essa referência está disponível no acervo eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 04 mar. 2021.

⁴⁴⁶ SUDENE”. Pasta GEA 22. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar/APEJE.

⁴⁴⁷ ACERTANDO O PASSO. *Diário de Pernambuco*. Recife, 01 set. 1964, no 199, p.03. Essa referência está disponível no acervo eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 04 mar. 2021.

superem dificuldades e acertem os ponteiros de modo que o pedido de empréstimo para financiar parte desse vasto programa.⁴⁴⁸

Quase um ano depois do Ofício nº 339/63 ser protocolado, as relações entre essas instituições mudaram consideravelmente. Técnicos das duas instituições participavam de reuniões no plenário do GEA discutindo o *Plano de Levantamentos Básicos*. Em pouco tempo, a SUDENE encaminharia ao grupo o parecer favorável à reformulação do plano, solicitando a revisão sobre alguns pontos e detalhamento de outras informações.⁴⁴⁹ Coube a Gilberto Osório elaborar uma contraproposta ao parecer.⁴⁵⁰ Atuando junto aos interesses do GEA, a USAID cobrava celeridade da autarquia quanto ao “pronunciamento e encaminhamento das medidas que se fizerem necessárias” para a tecitura do acordo de cooperação envolvendo US\$ 140 mil, empregados no custeio do deslocamento de oito técnicos da comissão USAID responsáveis pelo estudo de viabilidade sobre os projetos do GEA.

Consideramos que, o referido estudo a ser procedido sob a forma de assistência técnica, deveria abranger toda a faixa úmida do Brasil Oriental, analisando não somente os problemas de interesse imediato para a produção eficiente de açúcar, como os referentes à diversificação de sua agricultura visando perfeita integração da faixa no ambiente econômico e social do Nordeste.⁴⁵¹

Entre os personagens estadunidenses que compunham as relações entre o Grupo de Estudos do Açúcar e a SUDENE na construção desse acordo, a figura de Donor Lion chama a nossa atenção. Lion nasceu em Nova York em 03 de maio de 1924. Das ruas do Brooklyn, Donor se formou na *Erasmus Hall High Scholl* ingressando na Universidade Harvard, onde obteve o bacharelado e o doutorado em economia. Sua carreira como funcionário público inclui uma passagem por Oslo, Noruega, onde trabalhou na implementação do Plano Marshall, mas logo foi para a iniciativa privada como consultor econômico. Seu retorno ao serviço público ocorre em 1962, quando ocupou cargos da USAID no Rio de Janeiro e, posteriormente, foi diretor da Missão USAID Nordeste e cônsul-geral da Embaixada dos Estados Unidos.⁴⁵²

⁴⁴⁸ GEA E SUDENE VÃO ACERTAR OS PONTEIROS: LIVRE TRÂNSITO PARA O FINANCIAMENTO. *Diário de Pernambuco*. Recife, 30 ago. 1964, no 198. p. 05. Essa referência está disponível no acervo eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 04 mar. 2021.

⁴⁴⁹ Ibidem.

⁴⁵⁰ CONTRA-PROPOSTA DA REFORMULAÇÃO DO PLANO DE LEVANTAMENTOS BÁSICOS DA AGROINDÚSTRIA AÇÚCAREIRA. Recife, 28 nov. 1964. Pasta GEA 22. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar. Disponível no Arquivo Público Jordão Emerenciano.

⁴⁵¹ MEMORANDO ILMO SR. MENEZES COLI. Recife, 03 dez. 1964. Convênio GEA-SUDENE-USAID. Essa referência foi encontrada no acervo documental da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste durante as pesquisas do mestrado. No momento que esta tese foi escrita, não tínhamos informações sobre o acervo da SUDENE. Para fins de consulta, a documentação pode ser lida pelo link: [https://1drv.ms/f/s!Aj--G1IQgPSzjuBdk33r14nzDftdng?e=shiQg4].

⁴⁵² DONOR LION. Disponível em: [https://usaidalumni.org/donor-lion/]. Acesso: 20 jan. 2024.

Sobre os bastidores do acordo, um relatório da reunião realizada em 17 de dezembro de 1964 descreve o desenrolar dos entendimentos.⁴⁵³ Os diretores da SUDENE foram unânimes na recomendação sobre a vinda dos técnicos, embora divergissem sobre a responsabilidade de estabelecer as normas de realização do estudo. A USAID poderia até estabelecer essas normas, porém a missão técnica estaria subordinada à autarquia. Nos últimos dias de 1964, os usineiros tiveram a notícia que a comissão técnica viria a Pernambuco e que um acordo seria estabelecido muito em breve pelas instituições.

Por todas essas razões e pela importância e a urgência que este assunto apresenta no contexto da problemática econômico-social da região, é que entendi oportuno que técnicos internacionais em missão de assessoramento à SUDENE e por esta orientados, fossem chamados à realização deste trabalho em colaboração com técnicos da SUDENE.⁴⁵⁴

As normas que regem o convênio foram elaboradas pela Assessoria de Cooperação Internacional (ACI) da autarquia. Tal documento foi transformado em um ofício remetido ao chefe da Divisão de Desenvolvimento Rural solicitando a postura da USAID sobre os termos do acordo.⁴⁵⁵ Em resumo, o acordo estabelecia que os trabalhos da comissão fossem regulamentados por um convênio, envolvendo a autarquia e a agência estadunidense, cujo objetivo era a contratação “de uma empresa qualificada para a elaboração de um estudo de viabilidade de um empréstimo para levantamento básico e investimento em projetos específicos”.⁴⁵⁶ As propostas também definiam a SUDENE como coordenadora do convênio, disponibilizando funcionários do seu quadro para auxiliar os trabalhos da comissão. Em resposta, um ofício propunha algumas modificações, como a ampliação do prazo de serviço de 06 para 08 meses, com a condição do envio preliminar de dois técnicos, “membros superiores do quadro de funcionários, [...] o perito em açúcar e o especialista em diversificação” ao Recife para estipular um roteiro da missão com a participação da SUDENE, GEA e outros órgãos interessados.⁴⁵⁷

⁴⁵³ DOCUMENTO AVULSO. Sem data. Documento disponível no Convênio 4062/64 que trata dos Levantamentos básicos da zona canavieira e das bacias hidrográficas do Agreste a serem feitos por técnicos USAID por solicitação do GEA.

⁴⁵⁴ DOCUMENTO AVULSO ASSINADO PELO SUPERINTENDENTE DA SUDENE. Rio de Janeiro, 23 dez 1964. Documento disponível no Convênio 4062/64 que trata dos Levantamentos básicos da zona canavieira e das bacias hidrográficas do Agreste a serem feitos por técnicos USAID por solicitação do GEA.

⁴⁵⁵ ILMO, SR. W. ALAN LAFLIN. Recife, 18 janeiro de 1965. Documento disponível no Convênio 4062/64 que trata dos Levantamentos básicos da zona canavieira e das bacias hidrográficas do Agreste a serem feitos por técnicos USAID por solicitação do GEA.

⁴⁵⁶ Ibidem.

⁴⁵⁷ OFÍCIO DA USAID NORDESTE. Recife, 29 jan. 1965. Documento disponível no Convênio 4062/64 que trata dos Levantamentos básicos da zona canavieira e das bacias hidrográficas do Agreste a serem feitos por técnicos USAID por solicitação do GEA.

Em paralelo às discussões sobre o convênio, um ofício do Grupo de Estudos do Açúcar, enviado por Renato Bezerra de Melo, solicitou à SUDENE a inclusão do GEA na elaboração das minutas e como parte do acordo, pois o grupo, “falando em nome da livre empresa, financiou os primeiros estudos relativos ao problema, organizou sua própria equipe técnica e coordenou junto à SUDENE as negociações para obtenção da ajuda externa”.⁴⁵⁸

Com isso poderá o GEA opinar sobre o tipo de assistência técnica mais conveniente aos interesses da agroindústria de Pernambuco e do Nordeste; poderá, de comum acordo com a SUDENE, conduzir as conversações com vistas ao desdobramento do convênio em perspectiva noutros a mais longo prazo; poderá opinar na escolha da organização a ser contratada e ter acesso a toda documentação produzida, em inglês, português ou qualquer outro idioma, sobre o assunto, como consequência de estudos, pesquisas, levantamentos que venha a ser produzida por qualquer das partes e principalmente pelo grupo de que venha adquirir esses serviços.⁴⁵⁹

As pretensões do GEA sobre a participação no acordo foram atendidas, conforme o ofício-convite enviado ao grupo para debater, junto aos técnicos da SUDENE e USAID, os termos finais do acordo.⁴⁶⁰ Ressalte que a transformação do GEA na Fundação Açucareira de Pernambuco foi vista com desconfiança pelos técnicos da autarquia por não constar qualquer prova da existência jurídica da fundação e da sua regularidade.⁴⁶¹ Restava escolher a empresa responsável pelo estudo.

O nome da empresa *Hawaiian Agronomics Company* foi apresentado pela USAID como uma das concorrentes em maio 1965 e logo foi agraciada pelos técnicos da SUDENE e GEA. Nesse sentido, a pretensão da Fundação Açucareira de Pernambuco sobre a escolha da empresa era apenas que a entidade realizasse os trabalhos com base na idoneidade técnica.⁴⁶²

⁴⁵⁸ OFÍCIO AO SUPERINTENDENTE DA SUDENE ENVIADO PELO GEA. Recife, 04 março de 1965. Documento disponível no Convênio 4062/64 que trata dos Levantamentos básicos da zona canavieira e das bacias hidrográficas do Agreste a serem feitos por técnicos USAID por solicitação do GEA.

⁴⁵⁹ Ibidem.

⁴⁶⁰ ILMO. SR. WILLIAN TRIGG III. OFÍCIO. Recife, 31 mar. 1965. Documento disponível no Convênio 4062/64 que trata dos Levantamentos básicos da zona canavieira e das bacias hidrográficas do Agreste a serem feitos por técnicos USAID por solicitação do GEA. ILMO. SR. RENATO BEZERRA DE MELO. OFÍCIO. Recife, 31 mar. 1965. Documento disponível no Convênio 4062/64 que trata dos Levantamentos básicos da zona canavieira e das bacias hidrográficas do Agreste a serem feitos por técnicos USAID por solicitação do GEA.

⁴⁶¹ AO SR. DR. PROCURADOR CHEFE DA DCC. OFÍCIO. Recife, 29 abr. 1965. Documento disponível no Convênio 4062/64 que trata dos Levantamentos básicos da zona canavieira e das bacias hidrográficas do Agreste a serem feitos por técnicos USAID por solicitação do GEA.

⁴⁶² OFÍCIO DA USAID NORDESTE. Recife, 21 maio. 1965. Documento disponível no Convênio 4062/64 que trata dos Levantamentos básicos da zona canavieira e das bacias hidrográficas do Agreste a serem feitos por técnicos USAID por solicitação do GEA. OFÍCIO DA SUDENE PARA A FAP. Recife, 28 maio. 1965. Documento disponível no Convênio 4062/64 que trata dos Levantamentos básicos da zona canavieira e das bacias hidrográficas do Agreste a serem feitos por técnicos USAID por solicitação do GEA. OFÍCIO DA FAP PARA A SUDENE. Recife, 28 maio. 1965. Documento disponível no Convênio 4062/64 que trata dos Levantamentos básicos da zona canavieira e das bacias hidrográficas do Agreste a serem feitos por técnicos USAID por solicitação do GEA.

Finalmente, em 30 de abril de 1965 o acordo de cooperação técnica foi assinado entre a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e a Fundação Açucareira de Pernambuco.⁴⁶³ O documento foi celebrado considerando os princípios da Aliança para o Progresso, descritos na *Carta de Punta del Este*, a respeito da modernização agrícola e reforma agrária.

O estudo envolveria duas fases: a) análise de potencial agrícola sobre determinadas áreas em produção de açúcar e outros alimentos; b) análise da produção e processamento da cana-de-açúcar. Mas o próprio documento estipulou que nenhum avanço seria possível se não ocorresse uma diversificação da economia e realização de reforma agrária:

Especial atenção será dada para as possibilidades de alargar a base da economia agrícola da área, através da conversão de terras retiradas do cultivo da cana-de-açúcar para a produção de alimentos e para a recolonização e emprego dos trabalhadores de açúcar descolados, assim como parar os meios de modernizar a indústria açucareira, principal usuária dos recursos humanos e principal fonte de renda da zona úmida.⁴⁶⁴

Entre as obrigações estipuladas, a SUDENE coordenaria o projeto, inclusive disponibilizando seus técnicos para fiscalizar a missão. Quanto às responsabilidades atribuídas à Fundação Açucareira do Nordeste, o acordo estipulou sua participação por meio de fornecimento de dados, assistência técnica e de pessoal, com a alocação da equipe em escritório, despesas com transportes e viagens.⁴⁶⁵ Por fim, os recursos para bancar a missão foram doados pela USAID; cerca de US\$ 140 mil dólares foram destinados para a execução do serviço.

Comentando a assinatura do acordo, Donor Lion concedeu uma entrevista ao *Diário de Pernambuco* onde se mostrou satisfeito ao descrever o momento como uma iniciativa voltada para a melhoria da produtividade agrícola sobre o açúcar. Ressaltou a participação do Grupo de Estudos do Açúcar, agora Fundação Açucareira de Pernambuco, como fonte dos estudos que guiariam os técnicos estrangeiros. Por fim, sua fala reproduz não só o *espírito do*

⁴⁶³ PROJECT AGREEMENT BETWEEN THE AGENCY FOR INTERNACIONAL DEVELOPMENT (AID) NA AGENCY OF THE GOVERNMENT OF THE UNITED STATES OF AMERICA, THE SUGAR FOUNDATION OF PERNAMBUCO (FAP) ANT THE SUPERINTENDENCY FOR THE DEVELOPMENT OF THE NORTHEAST (SUDENE). Recife, 30 abril 1965. Documento disponível no Convênio 4062/64 que trata dos Levantamentos básicos da zona canavieira e das bacias hidrográficas do Agreste a serem feitos por técnicos USAID por solicitação do GEA.

⁴⁶⁴ Ibidem.

⁴⁶⁵ OFÍCIO AO SUPERINTENDENTE DA SUDENE ENVIADO PELO GEA. Recife, 04 março de 1965. Documento disponível no Convênio 4062/64 que trata dos Levantamentos básicos da zona canavieira e das bacias hidrográficas do Agreste a serem feitos por técnicos USAID por solicitação do GEA.

progresso que orientava esses acordos, mas a própria defesa da *plantation* enquanto um modo de produção colonial importante para a economia de Pernambuco.

Nós que trabalhamos para o progresso do Nordeste sabemos bem a importância econômica e social da zona úmida ou Zona da Mata. Sabemos que é a mais importante área agrícola desta região na qual a maior parte da população retira seu sustento da agricultura e que esta zona produz a principal fonte de divisas e riqueza da região.⁴⁶⁶

O pronunciamento de Donor Lion reproduz a imagem do passado que exalta a importância do açúcar para a economia de Pernambuco. Uma reprodução repetida muitas vezes pelos usineiros. Resta saber, o diplomata sabia mesmo dessa importância ou só estava reproduzindo o passado satisfatório construído sobre os interesses dos usineiros organizados no Grupo de Estudos do Açúcar?

Quem também reproduz essa noção é o próprio acordo, documento fundamentado numa concepção histórica que descreve a *plantation* canavieira como a atividade “mais importante da zona agrícola do Nordeste, especializada secularmente na produção de açúcar”.⁴⁶⁷ Movimentando essa economia por séculos, os trabalhadores são descritos como uma massa “formada por moradores” dependentes do complexo agroindustrial.⁴⁶⁸ Contraditoriamente, a crise da produção do açúcar também é mencionada, mas como um problema fomentado pela organização e exploração dos meios de produção; um problema causado pelos usineiros que pregavam a modernização. Diante do cenário de crise e, ao mesmo tempo, favorável aos usineiros, esperava-se que a comissão técnica aprovasse a viabilidade sobre o financiamento do *Plano de Levantamentos Básicos*.⁴⁶⁹

5.6 Considerações finais

As discussões sobre o *Plano de Levantamentos Básicos* foram importantes para compreender o fenômeno da modernização por meio dos estudos elaborados pelo Grupo de Estudos do Açúcar. O documento elaborado como uma solicitação de empréstimo descreve os projetos essenciais à modernização. Diante da possibilidade do financiamento estrangeiro, uma comissão estadunidense foi enviada pela USAID a Pernambuco para estudar a sua viabilidade.

⁴⁶⁶ ACORDO PRETENDE CRIAR ESTRUTURA ECONÔMICA DA ZONA ÚMIDA, DIZ LION. *Diário de Pernambuco*. Recife, Recife, 02 maio 1965, nº 98. p.11. Essa referência está disponível no acervo eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 04 mar. 2021.

⁴⁶⁷ Ibidem.

⁴⁶⁸ Ibidem.

⁴⁶⁹ A empresa contratante estudará e avaliará o presente uso ineficiente dos recursos humanos, naturais e institucionais do Nordeste e fará recomendações específicas para um programa exequível de ajustamento que minimizará os descolamentos de mão-de-obra. Ibidem.

Dentre os projetos, privilegiamos uma análise sobre o levantamento aerofotogramétrico por acreditar na sua importância como o alicerce dos planos de desenvolvimento agrícola. Na prática, os usineiros buscavam aprofundar as mudanças ocorridas no século XIX, aumentando a concentração de poder e renda com a expropriação de terras dos engenhos e dos produtores de cana, classificando esse processo como modernização.

Sobre a distinção entre os intelectuais do GEA e os funcionários da SUDENE, os tecnocratas, as discussões apresentam o conflito entre dois modelos de intelectuais. De um lado, os tecnocratas, representado pela figura de Celso Furtado, lutavam para aplicar seus planos de desenvolvimento; por outro, intelectuais da classe dominante se declaravam representantes legítimos dos interesses da agroindústria açucareira, herdeiros de uma tradição histórica que exalta o passado colonial.

Nesse sentido, vimos que o documento não se limita as diretrizes técnicas, reproduzindo a importância histórica inerente à economia canavieira. Essa dimensão histórica reforça os argumentos sobre a reprodução de um passado satisfatório moldado de acordo com os interesses dos usineiros, contrariando as interpretações sobre uma produção técnica *imparcial* e *apolítica*. Os debates sobre o avanço tecnológico apresentados nas discussões sobre a cartografia aérea, portanto, descrevem o progresso como o acúmulo de experiências exitosas que atravessa séculos perpetuando os feitos dos colonizadores, demonstrando a amplitude do impacto ideológico e cultural na narrativa da modernização canavieira.

6 Considerações finais

Demonstramos ao longo desta pesquisa que o fenômeno da modernização na zona canavieira de Pernambuco foi um processo que se desdobrou em diferentes fases, cada uma apresentando características distintas. Inicialmente, procuramos descrever o modo de produção plantation, delineando suas características por meio de uma construção histórica sobre sua implementação no Brasil. Analisamos o papel dos engenhos como grandes centros econômicos, responsáveis pela estruturação de um complexo agroindustrial voltado para a produção e comercialização de açúcar. Ao longo de três séculos, observou-se escassa inovação nos engenhos e canaviais, com a predominância de métodos de exploração que se baseavam na utilização de extensos contingentes de trabalhadores, persistência nas espécies de cana cultivadas, e uma limitada aplicação de fertilizantes e irrigação nos canaviais. As flutuações nos preços do açúcar no mercado internacional e o aumento da concorrência com os produtores do Sudeste demandaram uma reação do setor.

Na segunda metade do século XIX, os produtores de açúcar que possuíam capitais significativos investiram em melhorias substanciais, transformando os engenhos em poderosas usinas, com a capacidade de moer cana consideravelmente ampliada. Esse período marca o início da primeira etapa da modernização, caracterizada pela aplicação inicial de inovações tecnológicas que contribuíram para o aumento da produção açucareira. É importante ressaltar que essas medidas foram, de certa forma, incipientes, resultando em alterações limitadas no setor, especialmente em relação à estrutura agrária predominantemente baseada no latifúndio. Conforme observado, a *modernização sem mudanças* significativas conduziu a poucas inovações, mas intensificou a concentração de poder e terras nas mãos dos usineiros.

Outra faceta crucial da modernização que buscamos descrever é sua conexão com o *progresso* e o *desenvolvimento* econômico, delineando as interações entre as inovações nos canaviais, a expansão do latifúndio monocultor e as dinâmicas econômicas em Pernambuco. Nesse contexto, as discussões sobre o progresso e as contradições intrínsecas ao processo revelaram que a modernização esteve associada à violência patronal, evidenciada na resistência ao avanço da legislação trabalhista e nas mobilizações da classe trabalhadora. Ressaltamos que ao longo da documentação analisa, os trabalhadores são abordados como uma grande massa útil para a subsistência da agroindústria, evidenciando a invisibilidade de suas condições e a utilização oportuna de suas narrativas para mobilizar recursos estatais.

Uma das surpresas durante a análise da documentação foi a oportunidade de contribuir para as discussões sobre a SUDENE e o período de Celso Furtado. A descoberta de um dossiê detalhando as atividades da autarquia e recomendando a sua abertura ao capital privado proporciona uma nova perspectiva sobre as discussões apresentadas por Joseph Page. Esta contribuição historiográfica oferece insights sobre as relações entre o incipiente órgão e os protagonistas experientes da política nacional e internacional. No contexto imediatamente posterior ao golpe militar de 1964, identificamos indícios que não foram totalmente destacados, como as relações entre Castelo Branco e os usineiros, além do Encontro Açucareiro Convocado pela SUDENE, realizado entre março e abril de 1965 e que contou com a participação do GEA.

Talvez a discussão mais relevante apresentada ao longo destes capítulos tenha sido a construção de um passado satisfatório para legitimar as ambições dos produtores de açúcar em Pernambuco. A defesa da *plantation* açucareira como fonte de capitais, promovida pelos intelectuais do Grupo de Estudos do Açúcar, evoca uma imagem do passado que retrata esse modo de produção como responsável pelo progresso econômico do Brasil. À margem desse progresso, indígenas foram assassinados, africanos foram escravizados, e florestas e matas foram destruídas. Tudo em nome de um progresso no qual poucos puderam verdadeiramente desfrutar de suas benesses.

A reprodução desse passado era promovida por intelectuais que atuavam em nome dos usineiros, autodenominando-se *imparciais* e *apolíticos*. Nossas discussões indicam a presença de um perfil de intelectual técnico, caracterizado por sua afinidade com os interesses dos usineiros. Esses intelectuais não apenas contribuíram para a elaboração de planos de desenvolvimento do setor, mas também foram responsáveis pela perpetuação de uma concepção histórica que enaltece as conquistas do colonizador português. Ao considerar o conjunto das discussões apresentadas ao longo deste trabalho, fica evidente que a zona canavieira é uma fonte inesgotável de pesquisas. A seguir, apontamos alguns caminhos que o acervo do Grupo de Estudos do Açúcar pode trilhar por meio de outras pesquisas.

Inicialmente, utilizamos as publicações do GEA e os comentários na imprensa como referências, considerando-os como mapas que orientam nossa incursão pelo acervo. À medida que avançamos na leitura da documentação, surgem outros indícios que enriquecem as discussões sobre a produção intelectual do grupo. Além das publicações externas, encontramos expedientes internos, relatórios das comissões de trabalho e outras fontes que oferecem informações valiosas sobre as atividades internas do grupo, incluindo relatórios que precedem

a publicação dos estudos realizados pelo GEA. Um exemplo notável são os documentos da diretoria de Legislação, coordenada pelos advogados Murilo Guimarães, Paulo Cabral e Paulo Rangel Moreira, este último autor do boletim *Comentários ao Estatuto do Trabalhador Rural*.

Documentos relacionados à Fundação Açucareira de Pernambuco ampliam as discussões sobre sua constituição, frequentemente encarada com desconfiança pelos técnicos da SUDENE. Essas fontes se estendem até a formação de outra entidade, a Fundação Açucareira do Nordeste (FAN). Optamos, por ora, não explorar os aspectos relativos à FAN e outras instituições encontradas no acervo do GEA. Acreditamos que esses documentos oferecem um terreno fértil para futuras pesquisas, orientadas para a investigação das possíveis medidas modernizantes implementadas durante a vigência do Programa Nacional do Alcool.

Embora nossa pesquisa tenha priorizado as relações com a SUDENE, outros documentos revelam as conexões do GEA com o Instituto do Açúcar e do Alcool. Esses registros incluem planos de defesa da safra, correspondências sobre cooperação em estudos técnicos, levantamentos sobre usinas e produção de açúcar, entre outros temas. Uma informação de destaque relacionada ao GEA e ao IAA que não foi devidamente abordada nessa pesquisa é a escolha do economista Paulo Maciel, relator do Departamento Socioeconômico do Grupo de Estudos do Açúcar, para ocupar a presidência do órgão após o golpe militar.

Realizados simultaneamente ao levantamento aerofotogramétrico, os estudos pedológicos e hidrográficos foram mencionados, mas não foram explorados em profundidade. Uma abordagem subsequente, centrada nos documentos da Hidrobrasileira S.A e nos relatórios dos agrônomos, pode servir como base para compreender aspectos da geografia e botânica da zona canavieira. Esses estudos abrangem temas como irrigação, compensação pelo uso do solo, aplicação de fertilizantes, controle de pragas e doenças da cana, fornecendo orientações para o aproveitamento racional dos recursos e o aprimoramento do rendimento agrícola.

Devido às complexidades apresentadas pela documentação dispersa e pelos desafios de tradução das fontes, nossas discussões foram interrompidas com a assinatura do convênio entre o Grupo de Estudos do Açúcar, SUDENE e USAID. Sem dúvida, dedicaremos esforços futuros para analisar o corpo documental relacionado aos trabalhos da comissão *Hawaiian Agronomics Company*. Pretendemos aprofundar esse tema em um momento posterior, uma vez que essas documentações são ricas em informações sobre as atividades dos técnicos estrangeiros. O corpo documental inclui os currículos dos técnicos, relatórios com as

impressões pessoais de cada setor analisado (alguns disponíveis apenas em inglês), correspondências entre os técnicos da SUDENE, GEA/FAP e USAID, apreciações individuais e coletivas dos intelectuais da FAP sobre o relatório produzido pela comissão, e, por fim, o próprio relatório intitulado *Modernização e Diversificação da Zona Canavieira do Brasil*.

Dentre outros pontos observados na documentação que chamaram nossa atenção, mas que servem de subsídios para outras pesquisas estão os projetos do grupo para a execução de um plano de educação profissional e técnica voltado para a construção de escolas e alfabetização dos moradores da zona canavieira. Há também o *Levantamento Agreste-Mata* produzido pelo geógrafo Gilberto Osório e base para os outros levantamentos realizados pelo grupo. Cabe mencionar que figura do intelectual carece de uma pesquisa sobre sua trajetória política e acadêmica.

Outra figura de destaque e que emerge como uma *carta de as* nos estudos sobre trajetórias é Jordão Emerenciano. Estamos nos referindo ao intelectual que circulou por cargos da administração pública e privada, representante da classe patronal e um dos responsáveis pela organização do Arquivo Público que leva o seu nome. Os historiadores interessados nos estudos sobre trajetórias encontram um rico acervo sobre o intelectual, o Fundo Jordão Emerenciano. São documentos que grande parte de sua produção intelectual, notas pessoais, estudos acadêmicos sobre a língua portuguesa, recortes de jornais, telegramas, catálogos de exposições, diários de viagens, enfim, a produção de um sujeito responsável pela organização e preservação de grande parte da memória de Pernambuco e do Brasil.

Por fim, relembramos que o acervo do Grupo de Estudos do Açúcar foi parcialmente fotografado e está disponível *online* para os pesquisadores interessados no tema⁴⁷⁰. Acreditamos que a publicação desses documentos valida nossos argumentos, demonstrando a autenticidade das reflexões aqui apresentadas. Pensamos que uma possibilidade de ampliar o acesso aos documentos seja através da submissão do projeto de conservação e digitalização aos editais de financiamento público. Os recursos podem ser utilizados para a criação do banco de dados digital, alocados em um servidor próprio e disponíveis para a consulta gratuita. Essa pesquisa não esgota as discussões sobre o Grupo de Estudos do Açúcar, mas abre possibilidades que alargam nossa compreensão sobre a história de uma mercadoria produzida no Brasil há pelo menos cinco séculos.

⁴⁷⁰ O acervo pode ser acessado no link: [https://1drv.ms/f/s!Aj--G1IQgPSzibx7YY3DZL1HylHk_g?e=KeJT8T].

7 Referências

Hemeroteca Digital Brasileira

Jornal Pequeno
Diário da Manhã
Diário de Pernambuco
Última Hora (PE)
Revista O Cruzeiro

Fontes consultadas:

A FAB FOTOGRAVA O BRASIL. Revista O Cruzeiro, Rio de Janeiro. 12 de agosto de 1967. Ed. 46. Essa referência está disponível no acervo eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 14 nov. 2023.

ACERTANDO O PASSO. *Diário de Pernambuco*. Recife, 01 set. 1964, no 199, p.03. Essa referência está disponível no acervo eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira.

ACORDO ENTRE O DESTACAMENTO ESPECIAL DA CELNE E O GEA, PARA ESTABELECIMENTO DE CONDIÇÕES DE ASSISTÊNCIA A QUE O GEA OBRIGA-SE A PRESTAR ÀS TURMAS DE CAMPO, MENCIONADAS NA CLÁUSULA QUARTA DO CONVÊNIO DSG/GEA. Recife, sem data. Pasta GEA 04. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar. Disponível no Arquivo Público Jordão Emerenciano.

AO SR. DR. PROCURADOR CHEFE DA DCC. OFÍCIO. Recife, 29 abr. 1965. Documento disponível no Convênio 4062/64 que trata dos Levantamentos básicos da zona canavieira e das bacias hidrográficas do Agreste a serem feitos por técnicos USAID por solicitação do GEA.

BRASIL. **Aliança para o Progresso**. Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica. Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso. 2ª ed. Outubro de 1964. p.50.

BRASIL. **Aliança para o Progresso**. Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica. Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso. 3ª ed. Jan. de 1965.

BRASIL. **Aliança para o Progresso**. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso. Ago. de 1966.

CASTELO: NORDESTE É PRIORITÁRIO E SUDENE TERÁ TODO APOIO FINANCEIRO. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07 jun. 1964, nº 130, capa. Essa referência está disponível no acervo eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira.

CONTRA-PROPOSTA DA REFORMULAÇÃO DO PLANO DE LEVANTAMENTOS BÁSICOS DA AGROINDÚSTRIA AÇÚCAREIRA. Recife, 28 nov. 1964. Pasta GEA 22. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar. Disponível no Arquivo Público Jordão Emerenciano.

COOPERATIVA DOS USINEIROS DE PERNAMBUCO. **Plano de levantamentos básicos da agroindústria açucareira**. Fundação Açucareira de Pernambuco, Grupo de Estudos do Açúcar. Recife, 1964.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA PELO GEA. Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S.A. Rio de Janeiro, 07 abr. 1964. Pasta GEA 04. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar. Disponível no Arquivo Público Jordão Emerenciano.

DE OLINDA. *Diario de Pernambuco*. Recife, 11 MAIO. 1957. nº 106, p.05.

DOCUMENTO AVULSO ASSINADO PELO SUPERINTENDENTE DA SUDENE. Rio de Janeiro, 23 dez 1964. Documento disponível no Convênio 4062/64 que trata dos Levantamentos básicos da zona canavieira e das bacias hidrográficas do Agreste a serem feitos por técnicos USAID por solicitação do GEA.

DOCUMENTO AVULSO. Sem data. Documento disponível no Convênio 4062/64 que trata dos Levantamentos básicos da zona canavieira e das bacias hidrográficas do Agreste a serem feitos por técnicos USAID por solicitação do GEA.

ESTADOS UNIDOS. Agricultural Trade Development and Assistance Act of 1954. Disponível em: <<https://goo.gl/hn7yqo>>. Acesso: 06 jan. 24.

FALEMOS DE AEROFOTOGRAMETRIA. Revista O Cruzeiro, Rio de Janeiro. 01 de abril de 1950. Ed. 24.

FOLDER DA EXPOSIÇÃO CARTOGRAFIA BRASILEIRA: MAPEAMENTO NACIONAL. Rio de Janeiro, agosto de 1962. Pasta GEA 04. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar. Disponível no Arquivo Público Jordão Emerenciano.

GEA DIALOGOU COM CASTELO: REFORMULAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA. *Diario de Pernambuco*. Recife, 07 jun. 1964, nº 130, p.05. Essa referência está disponível no acervo eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira.

GEA E SUDENE VÃO ACERTAR OS PONTEIROS: LIVRE TRÂNSITO PARA O FINANCIAMENTO. *Diario de Pernambuco*. Recife, 30 ago. 1964, no 198. p. 05.

GEA INICIA NOVO PLANO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA ÀS USINAS E FAZ LEVANTAMENTOS. *Diario de Pernambuco*. Recife, 16 fev. 1964, nº 38.

GEA PREPARA SEGUNDA FASE DO SEU PROGRAMA DE AÇÃO. *Diario de Pernambuco*. Recife, 19 abr. 1964. nº 90. p.05.

GEA: TÉCNICA É INVESTIMENTO RENTÁVEL. *Diario de Pernambuco*. Recife 27 set. 1964. p.05. nº 221.

GRUPO DE ESTUDOS DO AÇÚCAR. **Plano de Levantamentos Básicos para a Agroindústria do Açúcar.** Recife, 1964.

Homenagem da Sociedade Brasileira de Cartografia ao VI Congresso Nacional de Municípios - Curitiba, 19 a 23 de março de 1962. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Cartografia, 1963.

ILMO, SR. W. ALAN LAFLIN. Recife, 18 janeiro de 1965. Documento disponível no Convênio 4062/64 que trata dos Levantamentos básicos da zona canavieira e das bacias hidrográficas do Agreste a serem feitos por técnicos USAID por solicitação do GEA.

ILMO. SR. RENATO BEZERRA DE MELO. OFÍCIO. Recife, 31 mar. 1965. Documento disponível no Convênio 4062/64 que trata dos Levantamentos básicos da zona canavieira e das bacias hidrográficas do Agreste a serem feitos por técnicos USAID por solicitação do GEA.

ILMO. SR. WILLIAN TRIGG III. OFÍCIO. Recife, 31 mar. 1965. Documento disponível no Convênio 4062/64 que trata dos Levantamentos básicos da zona canavieira e das bacias hidrográficas do Agreste a serem feitos por técnicos USAID por solicitação do GEA.

LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFAMÉTRICO NO INTERESSE DO GEA. Pasta GEA 04. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar. Disponível no Arquivo Público Jordão Emerenciano.

LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFAMÉTRICO REVELA A GRANDE ÁREA DA CAPITAL. *Diario de Pernambuco*. Recife, 20 abr. 1958. nº 89, p.28.

LEVANTAMENTO DA ZONA DO AÇÚCAR COMEÇA: GEA, CELNE E SGE FIRMARAM CONVÊNIO. *Diario de Pernambuco*. Recife, 02 jun. 1964, nº 125.

MEMORANDO DA USAID PARA A SUDENE. Recife, 03 dez. 1964. Documento disponível no Convênio 4062/64 que trata dos Levantamentos básicos da zona canavieira e das bacias hidrográficas do Agreste a serem feitos por técnicos USAID por solicitação do GEA.

MEMORANDO ILMO SR. MENEZES COLI. Recife, 03 dez. 1964. Convênio GEA-SUDENE-USAID. Documento disponível no Convênio 4062/64 que trata dos Levantamentos básicos da zona canavieira e das bacias hidrográficas do Agreste a serem feitos por técnicos USAID por solicitação do GEA.

MINISTÉRIO DA GUERRA. **Organização e atividades do Serviço Geográfico do Exército.** Comunicação apresentada ao 1º Congresso Brasileiro de Cartografia. Salvador: Estado-maior do Exército, Diretoria do Serviço Geográfico, 1963.

MINISTÉRIO DA GUERRA. **Organização e atividades do Serviço Geográfico do Exército.** Comunicação apresentada ao 1º Congresso Brasileiro de Cartografia. Salvador: Estado-maior do Exército, Diretoria do Serviço Geográfico, 1963.

MINUTA AO SR. DIRETOR DONOR LION. Sem data. Documento disponível no Convênio 4062/64 que trata dos Levantamentos básicos da zona canavieira e das bacias hidrográficas do Agreste a serem feitos por técnicos USAID por solicitação do GEA.

O GEA. *Diario de Pernambuco*. Recife, 12 nov. 1963, nº 241, p.04. Essa referência está disponível no acervo eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 04 mar. 2021.

OFÍCIO À SUDENE. Recife, 11 junho 1964. Pasta GEA 22. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar. Disponível no Arquivo Público Jordão Emerenciano.

OFÍCIO AO GEN. MANUEL EXPEDITO SAMPAIO. Recife, 05 maio 1964. Pasta GEA 22. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar. Disponível no Arquivo Público Jordão Emerenciano.

OFÍCIO AO SUPERINTENDENTE DA SUDENE ENVIADO PELO GEA. Recife, 04 março de 1965. Documento disponível no Convênio 4062/64 que trata dos Levantamentos básicos da zona canavieira e das bacias hidrográficas do Agreste a serem feitos por técnicos USAID por solicitação do GEA.

OFÍCIO DA FAP PARA A SUDENE. Recife, 28 maio. 1965. Documento disponível no Convênio 4062/64 que trata dos Levantamentos básicos da zona canavieira e das bacias hidrográficas do Agreste a serem feitos por técnicos USAID por solicitação do GEA.

OFÍCIO DA SUDENE PARA A FAP. Recife, 28 maio. 1965. Documento disponível no Convênio 4062/64 que trata dos Levantamentos básicos da zona canavieira e das bacias hidrográficas do Agreste a serem feitos por técnicos USAID por solicitação do GEA.

OFÍCIO DA USAID NORDESTE. Recife, 21 maio. 1965. Documento disponível no Convênio 4062/64 que trata dos Levantamentos básicos da zona canavieira e das bacias hidrográficas do Agreste a serem feitos por técnicos USAID por solicitação do GEA.

OFÍCIO DA USAID NORDESTE. Recife, 29 jan. 1965. Documento disponível no Convênio 4062/64 que trata dos Levantamentos básicos da zona canavieira e das bacias hidrográficas do Agreste a serem feitos por técnicos USAID por solicitação do GEA.

OFÍCIO Nº 339/63. Recife, 28 out. 1963. Pasta GEA 22. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar. Disponível no Arquivo Público Jordão Emerenciano.

OFÍCIO REMETIDO AO DIRETOR DA USAID/NORDESTE, JOHN DIEFFENDERFER. Recife, 05 maio 1964. Pasta GEA 22. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar. Disponível no Arquivo Público Jordão Emerenciano.

OFÍCIO REMETIDO AO DIRETOR DA USAID/NORDESTE, JOHN DIEFFENDERFER. Recife, 30 jun. 1964. Pasta GEA 22. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar.

PERISCÓPIO. *Diario de Pernambuco*. Recife, 07 jan. 1964, nº 05. Essa referência está disponível no acervo eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira.

PROJECT AGREEMENT BETWEEN THE AGENCY FOR INTERNACIONAL DEVELOPMENT (AID) NA AGENCY OF THE GOVERNMENT OF THE UNITED STATES OF AMERICA, THE SUGAR FOUNDATION OF PERNAMBUCO (FAP) ANT THE SUPERINTENDENCY FOR THE DEVELOPMENT OF THE NORTHEAST (SUDENE). Recife, 30 abril 1965. Documento disponível no Convênio 4062/64 que trata dos Levantamentos básicos da zona canavieira e das bacias hidrográficas do Agreste a serem feitos por técnicos USAID por solicitação do GEA.

REALIZAÇÃO DO GOVERNO DA CIDADE. *Diário de Pernambuco*. Recife, 01 jul. 1950, nº 147, p.02.

REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DA PREFEITURA. Prestação de contas do prefeito José do Rêgo Maciel. *Diário de Pernambuco*. Recife, 13 fev. 1953, nº 37, p.09.

REUNIU-SE GRUPO DE ESTUDO DO AÇÚCAR. *Diario de Pernambuco*. Recife, 10 jul. 1963, nº 139, p.03.

REVISTA ASAS - REVISTA DE CULTURA E HISTÓRIA DA AVIAÇÃO. Ano II, Número 11, fevereiro/março 2003.

SERÁ FEITO O LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO DE PERNAMBUCO. *Diario de Pernambuco*. Recife, 11 out. 1956. nº 234, capa.

SUDENE. Disponível em Fundo Grupo de Estudos do Açúcar, pasta GEA 22, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

TELEGRAMA ENTRE O CHEFE DA CELNE E JORDÃO EMERENCIANO. Ofício n. 126. Olinda, 15 set. 1964. Pasta GEA 04. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar. Disponível no Arquivo Público Jordão Emerenciano.

TERMO DE AJUSTE QUE, ENTRE SI, FAZEM A DIRETORIA DO SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO E O GRUPO DE ESTUDOS DO AÇÚCAR, PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CARTOGRÁFICOS NA REGIÃO DE PERNAMBUCO. Rio de Janeiro, 01 jun. 1964. Pasta GEA 04. Fundo do Grupo de Estudos do Açúcar. Disponível no Arquivo Público Jordão Emerenciano.

Obras e outras referências consultadas:

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Construindo o Sindicalismo Rural:** lutas, partidos, projetos. 2ª Ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

ALBERT, Carlos Antônio. **Doenças e pragas da cana de açúcar.** Recife: Fundação Açucareira de Pernambuco (Grupo de Estudos do Açúcar), 1964.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes:** formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, José Américo. **A Bagaceira.** 37ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004. Edição Kindle.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste:** contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **História das usinas de açúcar de Pernambuco.** Recife: Editora Massangana (FUNDAJ), 1989.

ANDRADE, Oswald de. **Manifesto Antropófago e outros textos.** São Paulo: Penguin Classic Companhia das Letras, 2017.

ARAÚJO, Tania Bacelar. **La Division Interrégionale du Travail au Brésil et l'exemple du Nord-Est.** Paris : Université Paris I Panthéon Sobronne, 1979.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina:** a construção da hegemonia. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BALDWIN, James. **Terra Estranha.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel:** a Revolução Cubana e a América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

_____. **Formação do Império americano:** da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964.** 8ª Ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BARNET, Miguel. **Memórias de um Cimarron: testemunhos.** São Paulo: Editora Marco Zero, 1986.

BARROS, Arthur Victor G. Gomes. **“A pobreza como estopim da revolução”:** a Aliança para o Progresso em Pernambuco (1959-1964). 2017. Dissertação (mestrado em história) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p.145, 2017. Disponível em: [<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/28092>]. Acesso em 04 jul. 2023

BARROS, J. C. P. De. **Conflitos e negociações no campo durante o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964).** Recife/PE: Universidade Federal de Pernambuco, 2013. Dissertação de mestrado. Disponível em: [<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11433>]. Acesso em: 3 mar. 2021.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história.** 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de História.** In. BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter; BARBOSA, José Carlos Martins. **Rua de Mão única: obras escolhidas volume II.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BETFUER, Leonardo Laguna. **Pernambuco e a aliança para o progresso: ajuda econômica regional no Brasil de João Goulart.** 2019. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: [<https://doi.org/10.11606/D.8.2019.tde-07112019-171552>]. Acesso em: 04 jul. 2023.

BLAUT, James M., **The colonizer’s model of the world: geographical diffusionism and Eurocentric history.** New York: Guilford Press, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento do Nordeste.** Recife, PE, 1960.

BUCKLEY, Eve. **Technocrats and the Politics of Drought and Development in Twentieth-Century Brazil.** Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2017.

BURAWOY, Michael. **O Marxismo encontra Bourdieu.** Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2010.

CALLADO, Antônio. **Os Industriais da Seca e os “Galileus” de Pernambuco.** Aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

CANABRAVA, Alice. A grande propriedade rural. In. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: A época colonial**. Tomo I. Vol. 2. 11a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CANABRAVA, Alice Piffer. **O açúcar nas Antilhas (1697-1755)**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

CANDIDO, Antônio. **Prefácio**. In. MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CASTRO, Josué. **Sete palmos de terra e um caixão**. Lisboa: Editora Seara Nova, 1975.

CAVALCANTI, Paulo. **O Caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes: memórias políticas**. 4. ed. revista e ampliada. Recife: CEPE, 2008.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o Colonialismo**. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 2020.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado: pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

COOPERATIVA DOS USINEIROS DE PERNAMBUCO. **Plano de levantamentos básicos da agroindústria açucareira**. Fundação Açucareira de Pernambuco, Grupo de Estudos do Açúcar. Recife, 1964. p.05. Disponível em Fundo Grupo de Estudos do Açúcar, pasta 147, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

CROSSELY, Nick. Classe social. In. GRENFELL, Michael (org.). **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2018.

CULLATHER, Nick. **The Hungry World: America's Cold War Battle Against Poverty in Asia**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2010.

DABAT, Christine Rufino. **A produção de açúcar nas fronteiras da modernidade: o percurso de Henrique Augusto Milet (Pernambuco, século XIX)**. CLIO-Revista De Pesquisa Histórica, v. 2, n. 30, 2012.

_____. **Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco**. 2ª Ed. rev. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

DANTAS, Bento. **A agroindústria canavieira de Pernambuco as raízes históricas dos seus problemas, sua situação atual e suas perspectivas**. Recife: MINTER, GERAN, 1971.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DÉ CARLI, Gileno. **História do Instituto do Açúcar e do Alcool**. Vol. 01. Recife: Ed. do autor, 1996.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Cascas**. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2017.

DONOR LION. Disponível em: [<https://usaidalumni.org/donor-lion/>]. Acesso: 20 jan. 2024.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do estado – ação política, poder e golpe de classes. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

DUSSEL, Enrique. **1492 - O encobrimento do outro**: a origem do “mito da Modernidade”. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1993.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudanças**: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910). Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977.

EMERENCIANO, Jordão. **A conjuntura açucareira em Pernambuco** (roteiro para um informe apresentado ao seminário de ICINFORM em 5-2-1965, no Recife). Fundação Açucareira de Pernambuco, Grupo de Estudos do Açúcar. Recife, 1965. Disponível na coleção de folhetos do extinto Museu do Açúcar, Biblioteca Blanche Knopf, Fundação Joaquim Nabuco. p.20.

_____. **O GEA em 1963**. Fundação Açucareira de Pernambuco, Grupo de Estudos do Açúcar. Recife, 1963. Disponível em Fundo Grupo de Estudos do Açúcar, pasta 147, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo**: construcción y deconstrucción del desarrollo. [S.l.]: Editorial Norma, 1998.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. 1a. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 5.ed. Porto Alegre: Globo, 1979.

FERLINI, Vera. **Terra, trabalho e poder**: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.

FERLINI, Vera. **Terra, trabalho e poder**: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil**. Recife: Ed. UFPE, 2020.

FILHO, Michel Zaidan. **Razão e História**. Brasília: Editora Pindorama/Universidade de Brasília, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FRANCIS, M. J. **La ayuda económica de Estados Unidos a América Latina como instrumento de control político**. Foro Internacional, 1972. v. 12, n. 4 (48), p. 433–452.

FREYRE, Gilberto. **A presença do açúcar na formação brasileira**. Rio de Janeiro: IAA, Serviço de Documentação, 1975.

_____. **Casa-grande e senzala:** introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 36.ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. **Nordeste:** aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7. ed. rev. São Paulo: Global, 2004.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 34.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GARCÍA, Antonio Santamaría. **La industria azucareira y la economía cubana durante los años veinte y treinta.** Tese - Universidad Complutense de Madrid, Instituto Universitario Ortega y Gasset. Madrid, 1995.

GARCIA, J. A. **América Latina durante la Guerra Fría (1947-1989):** una introducción. 2016. v. 17, n. 35.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais:** morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Relações de força: história, retórica, prova.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOODY, Jack. **O roubo da história.** São Paulo: Contexto, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Filosofia da história.** 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

HOBBSBAWN, Eric. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IDOETA, Irineu; IDOETA, Ivan Valeije; CINTRA, Jorge Pimentel. **São Paulo vista do alto:** 75 anos de aerofotogrametria. São Paulo: Editora Érica, 2004.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL (Brasil). **Congressos açucareiros no Brasil.** Rio de Janeiro: IAA, 1949.

INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS. O problema agrário na zona canavieira de Pernambuco. Recife, PE, 1965.

JAMES, C. R. L. **Os Jacobinos Negros.** Toussaint L'ouverture e a revolução de São Domingo. São Paulo: Boitempo, 2000.

JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

JÚNIOR, Manuel Diégues. **População e açúcar no Nordeste do Brasil.** Comissão Nacional de Alimentação: Rio de Janeiro, 1954.

KENNEDY, John. F. **Pensamento e ação do Presidente Kennedy**. Editora Record. Rio de Janeiro, 1962.

KIRKENDALL, Andrew J. **Class Mates: Male Student Culture and the Making of a Political Class in Nineteenth-Century Brazil**. Lincoln: University of Nebraska Press, 2002.

LACERDA, Diego Andrev de Aguiar. **A atuação dos comunistas no movimento estudantil de Pernambuco: da Frente do Recife ao AI-5 (1956-1968)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31879]. Acesso em: 21 jan. 2024.

LEITE LOPES, José Sérgio. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LOUREIRO, Felipe Pereira. **A Aliança Para o Progresso e o Governo João Goulart (1961-1964): Ajuda Econômica Norte-americana a Estados Brasileiros e a Desestabilização da Democracia no Brasil Pós-guerra**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

LOSURDO, Domenico. **Colonialismo e luta anticolonial: Desafios da revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. **Contra-História do Liberalismo**. 2a ed. Aparecida, São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2015.

MAGIS, M. E. R. DE. **Una interpretación de la guerra fría en latinoamérica**. Foro Internacional, 1964. v. 4, n. 4 (16), p. 517–531.

MARANHÃO, João de Albuquerque. **História da indústria açucareira no Nordeste: o papel social de Catende**. Rio de Janeiro: Briguiet, 1949.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. [s.l.]: Vozes, 2000.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4a ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MEIRA, Roberta Barros. **A quimera da modernização: do terceiro distrito de engenhos centrais ao complexo agroindustrial sucroalcooleiro paulista, mineiro e fluminense, 1875-1926**. 2012. Tese (doutorado em história) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. **Banguês, engenhos centrais e usinas: o desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e a sua correlação com as políticas estatais (1875-1941)**. Dissertação (mestrado em história – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. p. 307. 2007.

MELO, Mario Lacerda de. **O Açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos do nordeste canavieiro**. Recife: IJNPS, 1975.

MELO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império (1871-1889)**. 2ª Ed. Revista. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MELO, Renato Brito de. **A propósito da “carta de intenções” dos industriais do açúcar pernambucanos.** Fundação Açucareira de Pernambuco, Grupo de Estudos do Açúcar. Recife, 1965. p.05. Disponível em Fundo Grupo de Estudos do Açúcar, pasta 142, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

MENDONÇA, Sonia. **A industrialização brasileira.** São Paulo: Moderna, 1995.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MILET, Henrique Augusto. **A lavoura da cana-de-açúcar.** Recife: Editora Massangana, 1989.

MINTZ, Sidney. **Dulzura y poder:** el lugar del azúcar em la historia moderna. México: Siglo Veintiuno Editores, 1996.

MINTZ, Sidney. WOLF, Eric. **Fazendas e plantações na Mesoamérica e nas Antilhas.** In. MINTZ, Sidney. **O poder amargo do açúcar:** produtores escravizados, consumidores proletarizados. 2ª Ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

MONTE, Camilla Aryana da Silva. As diversas faces de um subúrbio: o bairro da Várzea no século XX. In: ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de; GOMES, Edvânia Torres Aguiar (org.). **Fragmentos do Recife no século XX:** paradoxos de uma cidade que queria ser moderna. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2024.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória.** São Paulo: Editora Contexto, 2010.

O ASSUCAR E O ALGODÃO EM PERNAMBUCO, 1929. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/354813/1]. Acesso em 12 dez. 2022.

PAGE, Joseph. **A revolução que nunca houve:** o Nordeste do Brasil (1955-1964). Rio de Janeiro: Editora Record, 1972.

PERRUCCI, Gadiel. **A República das usinas:** um estudo de história social e econômica do Nordeste, 1889-1930. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

PORFÍRIO, Pablo. **Medo, Comunismo e Revolução.** Pernambuco (1959-1964). Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. **O tal de Natal:** reivindicação por direito trabalhista e assassinatos de camponeses. Pernambuco, 1963, Revista Estudos Históricos, v. 29, n. 59, p. 745–766, 2016.

PUNTEL, Luiz. **Açúcar amargo.** 10.ed. São Paulo: Ática, 1996.

RAMOS, Pedro. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1999.

REGO, José Lins. **Banguê.** 11ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

_____. **Menino de engenho.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2012. Formato Kindle.

_____. **Doidinho**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012. Formato Kindle.

_____. **Usina**. 14^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

RIBEIRO, Flavio Diniz. **Walt Whitman Rostow e a problemática do desenvolvimento: ideologia, política e ciência na Guerra Fria**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ROGERS, Thomas D. **As Feridas mais Profundas: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil**. 1^a ed. São Paulo; Editora Unesp, 2017.

ROSTOW, Walt W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

SAMPAIO, Cid. **O problema açucareiro em Pernambuco** (Carta ao presidente da República). Fundação Açucareira de Pernambuco, Grupo de Estudos do Açúcar. Recife, 1965. Disponível em Fundo Grupo de Estudos do Açúcar, pasta 149, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

SAMPAIO, Cid. **O problema açucareiro em Pernambuco** (Carta ao presidente da República). Fundação Açucareira de Pernambuco, Grupo de Estudos do Açúcar. Recife, 1965. p.10. Disponível em Fundo Grupo de Estudos do Açúcar, pasta 149, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

SANTIAGO, Vandeck. **Pernambuco em chamas: a intervenção dos EUA e o golpe de 1964**. Recife: Cepe Editoria, 2016.

SANTOS, Emanuel Moraes Lima dos. **A fábrica de tecidos da Macaxeira e a Vila dos Operários: a luta de classes em torno do trabalho e da casa em uma fábrica urbana com vila operária (1930-1960)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/26365>. Acesso em: 21 jan. 2024.

SARLO, Beatriz. **Modernidade periférica: Buenos Aires 1920 e 1930**. São Paulo: Cosacnaify, 2010.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

SILVA, Edson Hely.; SILVA, Maria da Penha da. **A temática indígena em sala de aula: reflexões sobre o ensino a partir da Lei 11.645/2008**. 3^a ed. Recife: Ed. UFPE, 2020.

SILVA, Edson. **Xucuru: memória e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988**. Recife: Editora UFPE, 2014.

SILVA, Elizete da. **Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: evangélicos progressistas em Feira de Santana**. Feira de Santana: Editora da UEFS, 2010.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, L.; BONALD, L.; CHAGAS, J. N.; LIBERATO, D.; FERREIRA, C.; MUTZENBERG, D. **Análise espacial no sítio Engenho do Meio**: uma abordagem com base na cartografia histórica do bairro da Várzea, Recife-PE1. *Revista Noctua – Arqueologia e Patrimônio*, v. 2, n. 4, p. 123-1392. Disponível em: [<https://doi.org/10.26892/noctua.v2i4p123-139>].

SZMRECSÁNYI, Tamás. **O planejamento da agroindústria canavieira no Brasil (1930-1975)**. São Paulo: HUCITEC, Universidade Estadual de Campinas, 1979.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história. Curitiba: huya, 2016.

VERGÈS, Françoise. **Decolonizar o museu**: programa de desordem absoluta. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

WALVIN, James. **Sugar**: The World Corrupted, from Slavery to Obesity. [s.l.]: Robinson, 2017.

WASSERMAN, C. **A teoria da dependência**: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

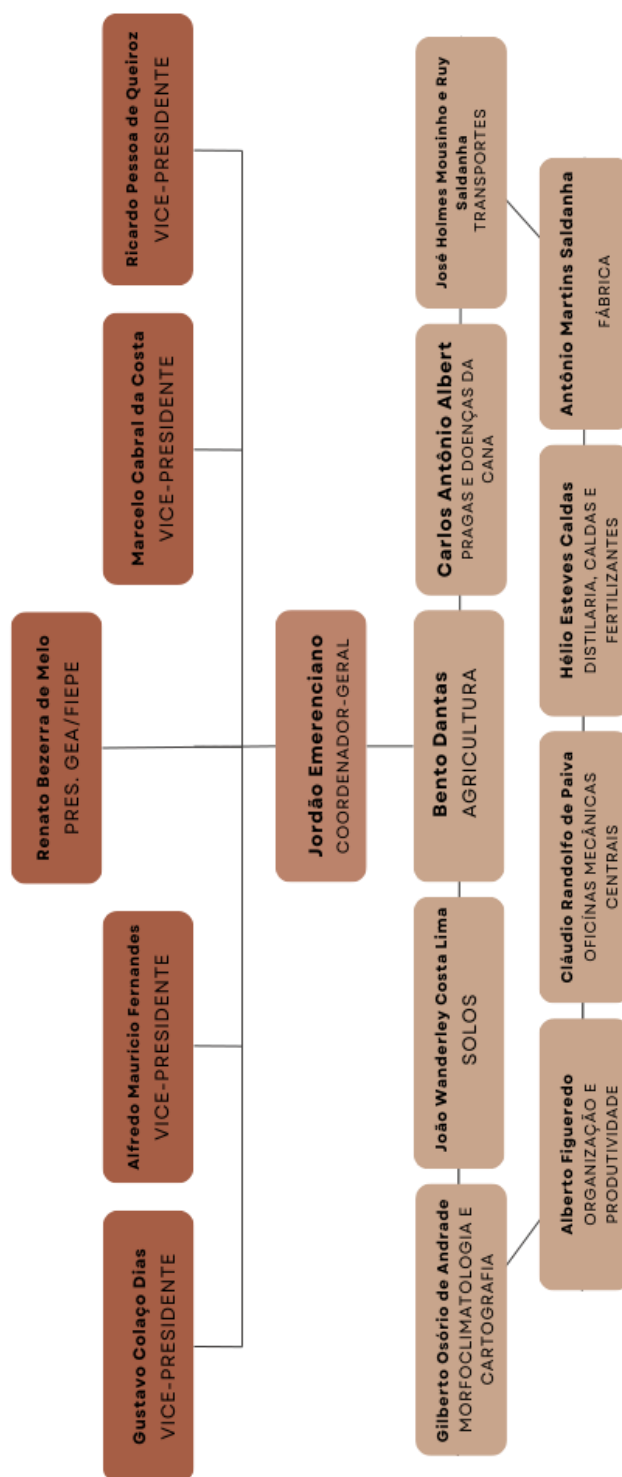
WEINER, Tim. **Inimigos**: uma história do FBI. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

WEINSTEIN, Flávio. **O Movimento e a linha**: presença do Teatro do Estudante e do Gráfico Amador no Recife (1946-1964). Recife: Ed. Universitária, 2007.

WOLF, Eric R. **A Europa e os povos sem história**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

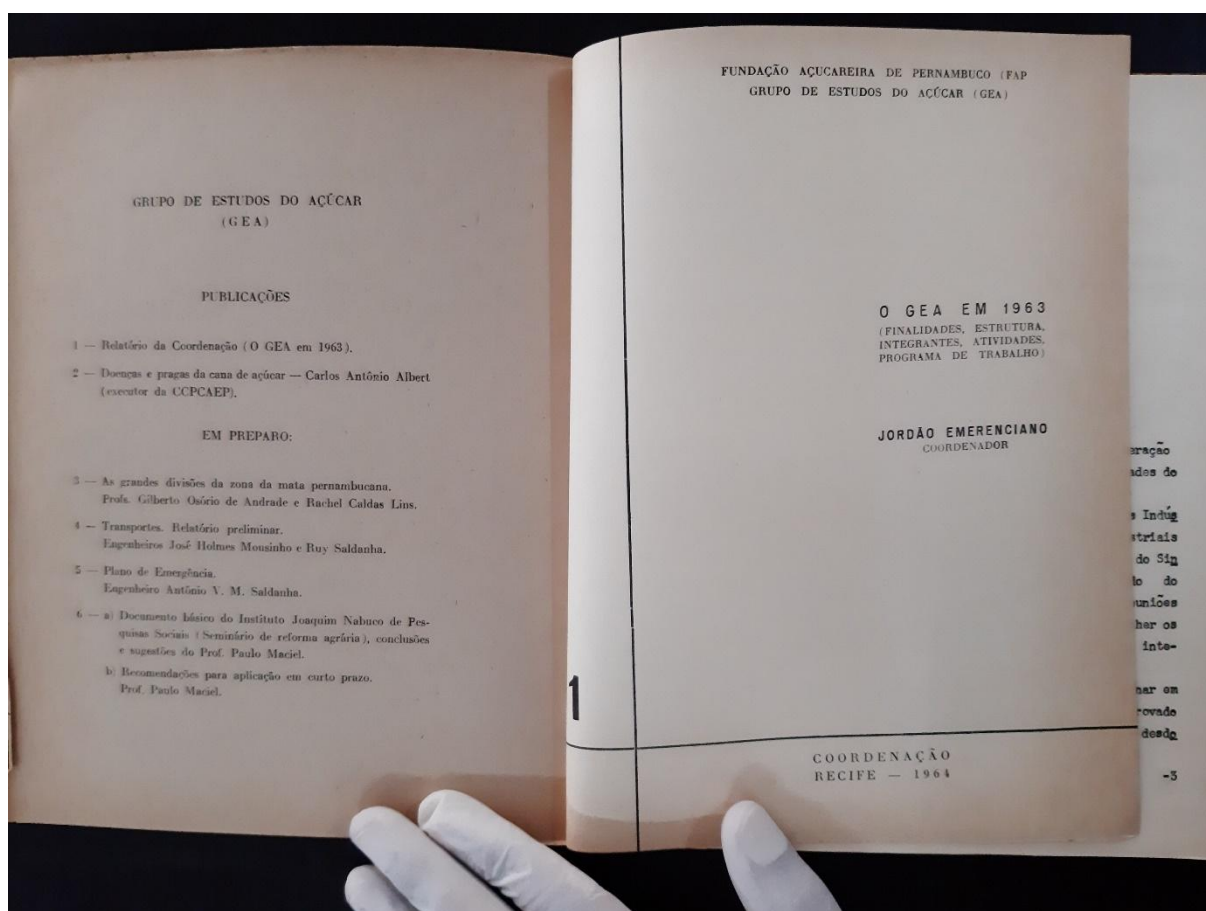
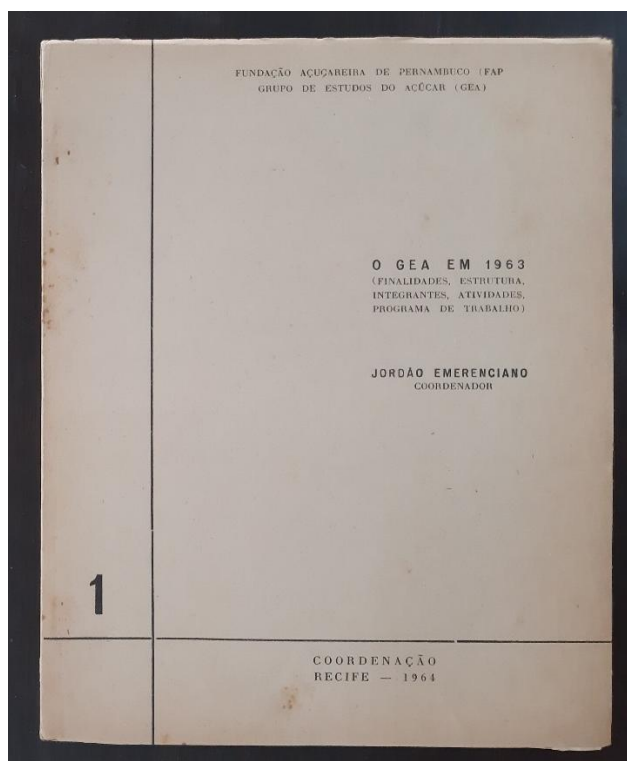
ZEА, Leopoldo. **Filosofía de la historia americana**. México: Fondo de Cultura Económica, 1978.

8 Apêndice A – Estrutura do Grupo de Estudos do Açúcar/Fundação Açucareira



9. Anexos

a) O GEA em 1963



Senhor Presidente:
Senhores Diretores:

Tenho a satisfação de encaminhar à alta consideração de Vossas Senhorias algumas breves notas sobre as atividades do Grupo de Estudo do Açúcar, de maio a dezembro de 1963.

Em março de 1963, o Presidente da Federação das Indústrias decidiu, depois de ouvir várias correntes dos industriais do açúcar e das Diretorias da Federação das Indústrias e do Sindicato da Indústria do Açúcar, instituir o Grupo de Estudo do Açúcar (GEA). Em abril e maio, realizaram-se diversas reuniões preparatórias para elaborar um programa de trabalho, escolher os relatores e constituir os diferentes setores técnicos que integram o GEA.

A partir de junho, o organismo começou a funcionar em sessões ordinárias, executando um programa previamente aprovado embora com uma margem de flexibilidade que lhe permitisse desde

-3

brar os setores e contratar estudos de técnicos não integrantes do seu quadro.

Em as notas que se seguem estão sumariadas as origens, a oportunidade, a estrutura e as atividades do GEA.

Aproveito a oportunidade para agradecer a Vossas Senhorias a confiança que depositaram nesta Coordenação e lhes retribuir os protestos de muita consideração e de grande apreço.

Atenciosamente
JORDÃO EMERENCIANO

INTRODUÇÃO

De há muito que a agro-indústria açucareira de Pernambuco cuja importância para a economia do Estado e para a vida da comunidade pernambucana, vem se ressentindo da necessidade de instituir um organismo técnico, de iniciativa privada, para estudar os seus complexos e difíceis problemas e, pela primeira vez, formular um planejamento global de soluções, sério, objetivo e orgânico, a curto e a longo prazo.

Através de longos e sofridos anos de experiência, chegou-se à evidência de que não bastavam já as soluções de um imediatismo sem planejamento nem, tão pouco, as que se limitavam a levantamento de custos e reajustamento de preços. Chegaram-se também, penosamente, à evidência de que os órgãos públicos e a própria política governamental não tinham demonstrado, pelo menos até agora, condições de resolver aqueles complexos problemas nem estavam, substancialmente, empenhados num planejamento global de soluções.

Criaram-se em torno da agro-indústria do açúcar na região, uma espécie de legenda dourada com lucros fabulosos e recursos inesgotáveis. Estabeleceu-se o fantástico conserto de que os problemas do açúcar resolviam-se par az, tal era a riqueza e a pujança de sua economia. Ao mesmo tempo e paradoxalmente, ia se infiltrando, solerte e pertinaz, a fama da incapacidade e da irresponsabilidade do industrial do açúcar.

-7

Chegou-se até a criar, em torno do usineiro um clima, misto de irresponsabilidade, ódio e levandade, ao ponto de converter aquele vocábulo em qualquer coisa de odioso, ignominioso e detestável. A palavra passou a ser, quase, sinônimo de réprobo, e ainda hoje é pronunciada, em várias áreas, como ofensiva e hostil.

Ao usineiro - salvo de todas as contradições e catalítico de todos os ódios - foi atribuída a condição nada invejável, de agente causal dos males que afligem as populações da zona da mata, de todos os erros de uma economia subordinada a uma política de preços orientada por critérios políticos, todos os arcaísmos de uma estrutura social que está na dependência, não apenas de determinada atividade econômica, mas de uma resultante de fatores extremamente numerosos e complexos.

Dentro desse clima de deformação e distorção, o usineiro passou a ser olhado como um incapaz que esgota a sua indústria até o limite máximo, sem preocupar-se com solucionar os seus problemas básicos.

Enquanto isso acumulavam-se os problemas da agro-indústria do açúcar acrescidos com a descapitalização das empresas - desse modo e cada dia menos aptas a quaisquer soluções sem ajuda de financiamentos estranhos aos seus próprios recursos. A descapitalização agravava-se dia a dia com a agressividade do meio físico e de todos aqueles fatores ecológicos que, para serem superados, exigem a mobilização de grandes recursos em dinheiro, técnica e mão de obra especializada.

À medida que crescia a distorção em torno da figura do usineiro, toda gente, involuntária ou preconcebidamente, esque-

8-

cia que os graves problemas da agro-indústria canavieira decorrentes da pobreza do solo, degenerescência de variedades, devastação de canaviais por pragas e doenças, baixos índices de produtividade agrícola, de rendimento industrial, de transporte efetivo e de tempo útil de moagem, não se desenvolveriam jamais à custa dessas deformações ou dessa propaganda negativa, mas sim somente com um trabalho pertinaz de anos e vultosa inversão de capitais.

Os baixos índices de produtividade agrícola e de rendimento industrial estavam a reclamar uma complexa série de estudos sobre a agricultura da cana (com as implicações de solo, variedades, fertilizantes, irrigação, mecanização), sobre os transportes (que estão, por vários motivos, estrangulando a economia das empresas açucareiras) e sobre o reequipamento do setor fabril. É claro que soluções para esses problemas não podem surgir por meio de golpes de improvisação, mais ou menos brilhante, ou por passes de mágica. Resultam de aturados e dispendiosos estudos que exigem, previamente, o levantamento aerofotogramétrico, hidroológico e pedológico de toda uma região, e o das bacias hidrográficas que interessam ao açúcar. Tudo isso implica em uma grande mobilização de recursos materiais e de técnica, e um planejamento global e orgânico a longo prazo - o que não se logrará com distorções, preconceitos e deformações.

Não é com uma campanha dessa natureza que, por exemplo, se podem aumentar a produtividade agrícola e o rendimento fabril; nem reduzir o custo da produção permitindo uma maior margem de lucros a serem reaplicados em fertilizantes, irrigação, mecanização, reequipamento das fábricas e em melhores salários pa-

-9

ra mão de obra especializada.

O aumento dos níveis de salário exige uma política prósua e intensa de elevação dos índices de produtividade agrícola e rendimento industrial e a formação de mão de obra especializada como é necessário, por exemplo, para irrigação e mecanização.

Em Pernambuco, cada um se sente credenciado a opinar sobre os complexos problemas da agro-indústria açucareira e a fazer comparações entre as nossas usinas e as de S. Paulo e do Estado do Rio, com uma ligeireza e uma leviandade que estarrecem.

Quando são feitas essas apreciações ninguém se detém em comparar a agressividade do nosso meio físico, o acidentado de sua topografia, a pobreza do nosso solo. Ninguém se preocupa em saber quais as áreas realmente irrigáveis e mecanizáveis, quais as reservas hídricas de que realmente dispomos.

Para sentir quanto há de leviano e ligeiro nesses observadores amadoristas - embora muito opinativos - basta referir que nunca se preocuparam em investigar, por exemplo, qual a área ocupada pela agro-indústria açucareira na Zona da Mata. Por outro lado, ignoram que nem toda essa decantada zona litoral-mata é o paraíso que se pinta, fértil e com abundantes reservas d'água. Esquecem que ela é muito diversificada e apresenta várias manchas agrestadas. Quanto às reservas d'água - que serão realmente apuradas num levantamento hidroológico de envergadura - não se tem uma idéia objetiva do regime dos rios, o que é de importância capital para qualquer programa de irrigação.

A zona litoral-mata (critério quase de convenção histórica e não rigorosamente científico) ocupa uma área de doze mil km². Nessa área total estão incluídas manchas sub-úmidas, aciden-

10-

tes geográficos hostis, cursos d'água de vazão irregular, terras excessivamente pedregosas, terras inaproveitáveis. Descontadas essas áreas inaptas, reduz-se para muito menos aquela total. O complexo agro-industrial canavieiro ocupa na Zona aproximadamente, 4.000 km², ou sejam 400.000 hectares, incluindo estradas, instalações fabris e instalações urbanas, campos de pousio, pastagens, campos para rotação de cultura, etc. Nesse total, não mais de 214/250 mil hectares são ocupados por canaviais.

A própria agro-indústria açucareira, talvez atordada por aquela campanha sistemática de distorção, não se apercebia da urgência em instituir um organismo técnico para elaborar um planejamento global e orgânico de soluções a curto e a longo prazo. Insistia-se muito nessa locução "planejamento global e orgânico", dada a sua enorme importância, pois já não se trata de soluções imediatistas e desordenadas, sem plano e sem organicidade. Nesse planejamento ter-se-ão de definir uma hierarquia não somente de importância como de prioridades e um disciplinamento de unidade.

O acúmulo e a gravidade dos problemas da agro-indústria açucareira, a urgência em buscar soluções técnicas, dentro de um planejamento orgânico e objetivo, vinham sendo lembradas desde várias décadas. Leia-se, por exemplo, o que, já em 1924, escrevia A. Menezes Sobrinho, em sua monografia "A indústria açucareira em Pernambuco".

É claro que os dirigentes da agro-indústria açucareira não estavam inteiramente desapercebidos da gravidade desses problemas e da urgência de solucioná-los. Várias tentativas foram feitas, inclusive quando das Conferências açucareiras da Bahia e

-11

do Recife (1905). Leia-se o que a propósito escreve Bento Dantas, baseado em Dias Filho:

"Desde o início do século atual foi sentida a necessidade de se imprimir à cultura da cana de açúcar no Brasil, especialmente à de Pernambuco, um caráter mais técnico e racional. A 1ª Conferência Açucareira do Brasil, reunida na Bahia, votou entre outras conclusões, a seguinte:

ART. 6º - Ficam delegados poderes à Sociedade Nacional da Agricultura para solicitar do Governo Federal e dos Estados a nomeação de uma comissão de agricultores para estudar em Java, Cuba, e nas Antilhas Francesas e Inglesas:

- o mais adiantado processo de cultura da cana, da fabricação do açúcar e do álcool;
- o melhor sistema econômico de suas usinas açucareiras;
- as mais perfeitas organizações de estações agrônomicas e do ensino prático agrícola;
- a cultura dos diversos produtos agrícolas, apropriados às zonas, tropicais, explorados e a explorar-se em nosso País.

Parágrafo único: para o desempenho de tal missão serão reclamados da União e dos Estados os recursos necessários.

Não tendo sido posta em execução a sugestão referida, foi proposta, na 11ª Conferência, reunida no

12-

Recife, em 1905, uma indicação no sentido de sua imediata execução, tendo sido logo nomeada uma Comissão constituída de representantes de produtores de Pernambuco, Bahia, Alagoas e Sergipe. Ao terminar a excursão, iniciada em janeiro de 1906, foi preparado um relatório, dentre cujas medidas sugeridas destacava-se a da criação de instituições de trabalhos experimentais, nos moldes das que foram encontradas nas regiões percorridas.

"Surgiu daí, continua Dantas, a Estação Experimental da Cana de Açúcar de Escada (1910), que mais tarde, por motivos não bem esclarecidos e a despeito dos bons serviços prestados até a data (grifo nosso), foi a mesma transferida para o Município de Barreiros, onde esteve por quase um decênio. Em 1933, por Decreto nº 22.973, de 20 de julho, do governo provisório, foi criada a Estação Experimental da Cana de Açúcar do Curado, que recebeu os bens da anterior e a responsabilidade de prosseguir com os seus trabalhos experimentais." (Cf. Carlos Antônio Albert - Relatório do setor de Pragas e Doenças. GEA, Recife, 1963).

Dessa ordem de considerações há a concluir que, para conduzir os experimentos, dar continuidade às pesquisas e realizar os estudos de que tanto carece a agro-indústria do açúcar não devem os produtores depender estritamente de recursos governamentais. E não devem porque a sua inclusão em orçamento quase sempre está na dependência de circunstâncias políticas partidárias. A liberação das verbas equivale a uma batalha. Depois de tudo,

-13

uma burocracia emperrada e difícil entrava a aplicação das verbas que, via de regra, chegam - quando chegam - nos últimos dias do exercício financeiro.

É claro, todavia, que a solução de grandes e complexos problemas da agro-indústria do açúcar - maquinaria para irrigação e mecanização, reequipamento da fábrica, importação de drogas, taxas de fretes e transportes, material rodante - depende de uma política geral do Governo, especialmente de uma política governamental nos setores de câmbio, crédito, orientação econômica. A agro-indústria do açúcar, além daquelas dificuldades específicas já referidas, está na íntima dependência, como toda a empresa privada, das repercussões da política econômica do governo. Impossível a solução de vários dos seus problemas sem atenção daquela política.

- * -

14-

CONSTITUIÇÃO DO GEA

Agora, mais do que nunca, estava evidenciada a necessidade de criar um organismo técnico, de iniciativa privada. Para isso mesmo é que o industrial Renato Brito Bezerra de Melo, na dupla qualidade de Presidente da Federação das Indústrias e do Sindicato da Indústria do Açúcar instituiu o Grupo de Estudo do Açúcar (GEA), integrado por técnicos e estudiosos da melhor categoria, para um planejamento global, orgânico e objetivo de soluções, a curto e a longo prazo, dos intrincados problemas do complexo agro-industrial do açúcar.

Desde a primeira hora ficou esclarecido que um planejamento dessa natureza não poderia ser feito de imediato, nem dispensar operações preliminares de interesse fundamental, tais como levantamentos aerofotogramétricos, hidroológicos e pedológicos de toda a área abrangida pelas bacias hidrográficas costeiras na parte que delas corresponde à zona açucareira. Tão pouco se permitiu o GEA improvisar uma estrutura definitiva, desde logo, que temerariamente se antecipasse à plena consciência da extrema complexidade dos problemas com que terá de lidar. De sorte que, em caráter experimental e ressalvadas as perspectivas das reformulações que se façam necessárias, as atividades do GEA foram esboçadas assim.

1 - Levantamentos básicos.

a) aerofotogramétrico de toda zona litorânea, a

crecida da região de interesse para o levantamento das bacias hidrográficas do açúcar, num total de áreas de 28.000 Km².

- b) hidrologia da zona litoral-mata com a instalação de uma rede de pluviômetros, pluviógrafos, termômetros de máxima e mínima, régua, limnigrafos, estações de medição de descarga líquida, etc.
- c) pedologia, com o mapeamento e classificação de todos os solos da zona.
- d) geografia física (morfoclimatologia, hidrologia, hidrografia, reservas florestais).
- 2 - Campo (Agricultura de cana, tratamento de solos, variedades, fertilizantes, irrigação, mecanização, etc.)
- 3 - Pragas e doenças
- 4 - Transportes
- 5 - Fábricas
- 6 - Oficinas mecânicas centrais
- 7 - Organização e Produtividade
- 8 - Distilaria, Caldas e Fertilizantes
- 9 - Problemas sociais
- 10 - Legislação
- 11 - Planejamento e análise econômica. Crédito e Financiamento. Comercialização do açúcar e sub-produtos
- 12 - Estatísticas. Orçamentos. Atualização de preços
- 13 - Documentação. Divulgação. Informação
- 14 - Coordenação.

16.

Estão em organização os setores 6, 11, 12 e 13. Os demais, exceto o 8º recém instalado, vêm funcionando normalmente desde junho último.

O prof. Gilberto Osório de Andrade acaba de propor para o GEA uma esquematização orgânica entendendo que tais atividades podem ser estruturadas em cinco grandes áreas e que se poderá dar o título de divisões:

1. Divisão de Estudos Fundamentais (DEF), que abranja:
 - a) - Geografia Física (Morfoclimatologia, Hidrologia e Hidrografia, Reservas Florestais);
 - b) - Geologia e Pedologia.
2. Divisão de Estudos Tecnológicos (DET), compreendendo:
 - a) - Comunicações e Transportes;
 - b) - Regularização Fluvial, Irrigação e Drenagem;
 - c) - Produção e Distribuição de Energia;
 - d) - Produção agrícola (cana de açúcar e outras culturas; pragas; fertilizantes);
 - e) - Implantação Industrial (fábricas e oficinas).
3. Divisão de Estudos Demográficos e Profissionais (DEDP), que entre outras coisas promoverá estudos sobre:
 - a) - Estrutura e Dinâmica da População;
 - b) - Estrutura da Emprego;
 - c) - Estruturas Agrárias;
 - d) - Rêdes Urbanas;
 - e) - Implantação Residencial e Habitat Rural.

-19

4. Divisão de Organização e Produtividade (DOP).
5. Divisão de Problemas Jurídicos (DPJ).

Completando sua proposta, o prof. Gilberto Osório de Andrade acrescenta:

"Essa prévia esquematização das atividades do GEA, que funciona sob uma Coordenação Geral, poderá, como já ficou dito, ser modificada com a experiência, inclusive quando as exigências de caracterização de outras atividades venham porventura a exigir uma reformulação desses domínios, ou mesmo um desdobramento das áreas que lhes correspondem. Assim os problemas relativos a:

- a) - planejamento e análise econômica;
- b) - comercialização do açúcar e de sub-produtos;
- c) - estatísticas;
- d) - orçamentos;
- e) - atualização de preços;
- f) - documentação, informação e divulgação, etc., os quais se vão desde logo propondo à discussão e reclamando, portanto, o seu domínio próprio.

A proposta do prof. Gilberto Osório de Andrade está em estudo tendo já merecido de vários relatores do GEA a melhor acolhida.

A Coordenação recebeu ainda uma outra proposta assim estruturada:

- 1º - Secretaria executiva (compreendendo seções de Comunicações - Arquivo - Biblioteca - Tesouraria - Depósito e Expedição).
- 2º - Departamento de Geografia (compreendendo Divisões de morfoclimatologia - hidrografia - hidrologia -

20.

Reservas florestais).

- 3º - Agricultura (compreendendo Divisões de Solo, Genética, Patologia, Química Agrícola, Fitopatologia, Engenharia Agrícola, Campos de Demonstração).
- 4º - Departamento de Tecnologia Açucareira (compreendendo Divisões de Fábrica - Sub produtos - Mecânica açucareira).
- 5º - Departamento de Planejamento Sócio Econômico.
- 6º - Departamento de Legislação.
- 7º - Departamento de Documentação e Divulgação (Seções de Imprensa - Pesquisa - Mecanografia - Laboratório fotográfico).

- * -

-21

QUEM FAZ O GEA

Dentro das referidas áreas de conhecimento, de pesquisa e de tecnologia, atuam já estudiosos e técnicos de diferentes especializações: os Diretores, os Relatores e o Coordenador Geral.

A) Diretores:

Renato Brito Bezerra de Mello (Usinas Central Barreiros, Santo André, Rio Una, Santana)
 Alfredo Maurício Fernandes (Usina Mussurepe)
 Gustavo Colago Dias (Usina N.S. do Carmo)
 Dr. Marcelo Cabral da Costa (Usina Pumaty)
 Dr. Ricardo Passos de Queiroz (Usina Stª Teresinha)

B) Relatores:

- 1- Geografia Física (Cartografia inclusive): Prof. Gilberto Osório de Andrade, chefe do Departamento de Geografia da Universidade do Recife. Autor de vários e especializadas monografias geográficas, inclusive sobre a zona canavieira do Nordeste. É considerado hoje um dos melhores morfoclimatologistas do Brasil. Professor de Climatologia e Geomorfologia na Faculdade de Filosofia da Pernambuco da UR e na Escola de Geologia de Pernambuco.
- 2- Pedologia: Prof. João Wanderlei Costa Lima, membro da Comissão Nacional de Solos do Ministério da Agricultura.

cultura. Ex-diretor do IPEANE. Considerado um dos melhores técnicos brasileiros em pedologia.

- 3 - Agricultura da cana: Bento Dantas, diretor da Estação Experimental dos Produtores, autor de monografias especializadas. Considerado técnico de alto nível.
- 4 - Pragas e Doenças: Fitopatologista Carlos Antônio Albert, técnico jovem, dotado de grande dose de idealismo e muito dinâmico. Como executor de combate às pragas, vem prestando grandes serviços através de uma campanha de esclarecimento e educação de administradores de engenho e camponeses.
- 5 - Transportes: Engenheiros José Holmes Mousinho (agrônomo de alto nível, com uma grande experiência na sua especialidade; há 20 anos que dá assistência a usinas de açúcar) e Rui Saldanha (especialista em rodovias e transportes; técnico de alto nível e muito capacitado).
- 6 - Fábrica: Engenheiro Químico Antônio Vitor Martins Saldanha, considerado como um dos melhores técnicos brasileiros em problemas da indústria açucareira. Experiência em centros estrangeiros e nacionais. Técnico do mais alto nível.
- 7 - Officinas Mecânicas Centrais: Engenheiro Cláudio Ruy do Fátima Lima, professor de Economia Política e de Introdução à análise econômica; Assessor Técnico da Federação das Indústrias e do Sindicato do Açúcar em Pernambuco. Secretário executivo do

26.

Centro das Indústrias.

- 8 - Organização e Produtividade: Prof. Alberto Figueiredo; professor universitário especialista em organização e produtividade. Fez cursos na Europa; Diretor do Centro de Produtividade da Indústria.
- 9 - Destilaria, Caldas e Fertilizantes: Engenheiro Hélio Esteves Caldas, o técnico pernambucano mais versado no problema. Vem realizando pesquisas científicas há cerca de 10 anos, sobre o problema das caldas.
- 10 - Problemas sociais: Prof. Paulo Maciel; professor universitário, economista, ex-secretário da Fazenda. Especialista em problemas sociais e um estudioso do mais alto nível. Marco Aurélio de Alcântara, jornalista, sociólogo, especialista em habitação popular rural e urbana. Técnico de boa formação universitária europeia.
- 11 - Legislação: Prof. Murilo de Barros Guimarães, diretor da Faculdade de Direito, jurista especialista em legislação açucareira. Paulo Rangel Moreira, parlamentar, professor universitário, especializado em legislação canavieira e estatuto do trabalhador rural e com experiência em problemas sociais. Paulo Cabral, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho, com muita experiência em legislação trabalhista e legislação do açúcar.
- 12 - Prof. Jordão Emerejiano. Professor universitário.

-27

Advogado. Antigo secretário geral do Governo de Fernando de Noronha. Ex-secretário de Estado e ex-chefe do gabinete civil do Governo de Pernambuco. Estudioso de problemas açucareiros.

- * -

28.

COMO FUNCIONA O CEA

Além de pesquisas, estudos e experimentos em gabinetes, laboratórios, campo e estação experimental, os relatores do GEA participam de reuniões que se realizam ordinariamente todas as 3as e 4as feiras, de 10 às 12,30 horas, na sala do Conselho da Federação das Indústrias e, extraordinariamente, no auditório do SESI, para conferências e debates abertos a uma assistência maior. Isso sem mencionar reuniões especiais em instituições científicas e usinas.

O mecanismo do funcionamento do GEA é simples ao extremo. Quando o relator informa que o seu estudo está pronto, a Cq ordenação providencia uma edição mimeografada, provisória, para debate. Isto posto, a matéria é incluída na Ordem do Dia, quando então, em um ou mais plenários, é lida e sustentada pelo relator. A seguir, o relatório é distribuído para debate e crítica. Nessa segunda etapa o relator tem um prazo para defender a sua orientação e responder às críticas. Finalmente, o relatório lido, debatido, criticado e, às vezes emendado, é encaminhado ao Conselho dos Diretores, que se prepara para levar as sugestões práticas e as conclusões a toda a classe dos industriais do açúcar e aos organismos interessados nesse gênero de estudos. Todas as sessões, ordinárias e extraordinárias, são sempre presididas por um ou mais Diretores. Além dessas reuniões plenárias, realizam-se, outras do Conselho de Diretores para elaboração de orga-

-31-

mentos, levantamento de fundos, convites a técnicos estrangeiros aos quadros do GEA, fixação da política executiva do Grupo de Estudos. Algumas reuniões têm sido promovidas também entre o Conselho de Diretores e industriais do açúcar para conhecimento dos resultados e das recomendações já formuladas pelo GEA.

- * -

QUE FEZ O GEA

Pode-se dividir em duas ordens de atividades o que já foi feito pelo GEA:

- A - Criação de um clima de interesse para os estudos e guareiros. Resposta da livre empresa à opinião pública e à campanha de distorção. Pela primeira vez está sendo tentado, em Pernambuco, um planejamento global, orgânico, objetivo, sério, com o propósito de servir não somente a uma classe mas a toda uma comunidade que tem no açúcar a sua principal produção e riqueza.
- B - Projetos.
- C - Relatórios dos diferentes setores e estudos práticos.

- - -

A respeito do item A o assunto poderá ser julgado e afetado pelos Senhores Diretores. Basta acrescentar que as atividades do GEA estão hoje em grande evidência e vem despertando não somente a maior curiosidade como se constituindo centro de atenção e de interesse de várias áreas da opinião pública.

Em relação ao item B, o GEA está promovendo a execução

-55

dos seguintes Projetos preliminares:

Projeto nº 1
Levantamento Aerofotogramétrico de toda a zona costeira pernambucana ("Zona da Mata"), acrescida, no interior, da faixa do Agreste vizinho. (Início de execução em perspectiva).

Projeto nº 2
Levantamento Hidrológico da mesma zona costeira, com vistas à instalação de postos meteorológicos (pluviometria, termometria, evaporimetria) e registros hidrométricos (régua, limnigrafos, estações de medição de descarga fluvial). (Orçamento em estudos).

Projeto nº 3
Levantamento Pedológico da mesma área, com classificação dos solos e mapeamento. (Em andamento).

Projeto nº 4
Bacias Hidrográficas costeiras; levantamento cartográfico preliminar. (Em vias de conclusão).

Projeto nº 5
Morfologia Costeira; caracterização dos grandes elementos morfológicos da costa úmida, para consideração do alcance das influências costeiras e dos efeitos de exposição e sub-exposição, com vistas, inclusive, à distribuição da rede de pluviômetros e evaporímetros. (Em andamento).

Projeto nº 6
Regimes de Chuvas na Zona da Mata; caracterização dos regimes de chuvas segundo a origem e as estações do ano, mediante faixas de registros pluviométricos das usinas de açúcar e de registros outros. (Em andamento).

56-

Projeto nº 7

Glossário Morfológico da zona úmida costeira pernambucana; para efeitos de uniformização terminológica dos termos topográficos. (Em andamento).

Quanto ao item 2, foram elaborados os seguintes Relatórios e Memórias:

1. FAGUNDES, Álvaro Barcelos (relator)
DANTAS, Bento
SOUSA LEÃO, Antônio
Produção agrícola. Diversificação da agricultura na zona canavieira do Nordeste (por solicitação do IAA, na presidência de Barbosa da Silva).
32 p. mimeografado.
2. CALDAS LIMA, Rachel
OSÓRIO DE ANDRADE, Gilberto
Geografia Física. Diferentes combinações do meio natural na Zona da Mata nordestina. Introdução ao estudo da variação dos fatores naturais na agro-indústria do açúcar. 2ª ed. Recife, GEA, 1963.
22 p. ilustr. (mimeografado)
3. MACIEL, Paulo
Sector social. Documento básico do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (Seminário de reforma agrária). Conclusões e sugestões do Prof. Paulo Maciel coordenador do Seminário. Recife, GEA, 1963 (Recomendações a longo prazo).
19 p. (mimeografado)
3. A. MACIEL, Paulo

-57

Sector social. Relatório do Prof. Paulo Maciel, coordenador do Seminário de Reforma Agrária. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (recomendações a curto prazo). Recife, GEA, 1963.

6 p. (mimeografado)

4. AMORIM, Luís de Melo (veterinário) (Relator)
ANDRADE COELHO, Antônio de (Agrônomo)

Produção agrícola. Contribuição à integração da pecuária na agro-indústria canavieira de Pernambuco (Seminário sobre problemas agrários na zona canavieira de Pernambuco, realizado em junho de 1963, sob os auspícios do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais). Recife, GEA, 1963.

17 p. (mimeografado) (contém, no fim, a bibliografia).

5. DANTAS, Bento

Produção agrícola. A recuperação da lavoura canavieira com base no aumento da produtividade e na intensificação da policultura. Recife, GEA, 1963.

41 p. (mimeografado)

6. MOUTINHO, José Holmes (Relator)

SALDANHA, Ruy (Revisor)

Comunicações e transportes. Relatório preliminar (edição provisória para debate). Recife, GEA, 1963.

7 p. (mimeografado)

7. SALDANHA, Antônio V. Martins

Relatório. Plano de Emergência. Educação provisória para debate.

38.

23 p. (mimeografado)

8. OSÓRIO DE ANDRADE, Gilberto

Morfologia. (Trabalhos cartográficos em andamento).

9. ALBERT, Carlos Antônio

Pragas da cana de açúcar. (Relator...) (Executor da CQPCAP), Recife, GEA, 1963.

43 p. (mimeografado)

10. FIGUEROA, Alberto Cavalcanti

Organização e produtividade. Aspectos do problema da produtividade na agro-indústria do açúcar (Setor de organização e produtividade). Ilustrado com análise dos questionários das Usinas Amargal, Bulhões, Serro Azul, Petribi, N.S. do Carmo, Pedrosa, Mussurepe, Matary, Stª Terezinha, Recife, GEA, 1963.

15 p. (mimeografado)

11. COSTA LIMA, J. W.

Patologia. Memórias, notas preliminares e organização para levantamento patológico. Recife, GEA, 1963.

Além desses relatórios e das reuniões plenárias ordinárias, o GEA promoveu ou participou das seguintes iniciativas:

- 1ª - Reunião Canavieira na Usina N.S. do Carmo, iniciativa da Comissão de Combate às Pragas da Cana que tem merecido todo o apoio do GEA pela sua finalidade e pelos resultados práticos já obtidos. O executor da Comissão, fitopatologista Carlos Antônio Albert é nosso relator do setor de pragas e doen-

-39

gas.

- 2ª - Visita ao Departamento de Geografia da Universidade de Recife, dirigido pelo Prof. Gilberto Osório de Andrade, coordenador do setor geográfico do GEA. No ensejo da nossa visita àquele Departamento, foi montada uma interessante exposição sobre cartografia e levantamento das bacias hidrográficas que interessam ao açúcar e outros pormenores de trabalhos que, sob a direção daquele ilustre professor, estão sendo executados para o GEA.

- 3ª - Conferência do Prof. Paulo Campos Torres de Carvalho, da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo, que fez uma excelente exposição sobre a importância da fitopatologia na lavoura canavieira, ilustrada com "slides" e diversas amostras de canas doentes.

- 4ª - Exposição do técnico holandês Versteg (instalação de uma moderna usina de açúcar no Iran).

- 5ª - Exposição do dr. Franz O. Brigger (Diretor do Departamento Técnico da Cooperativa dos Usineiros do Oeste de S. Paulo e Diretor da Estação Experimental daquela Cooperativa, em Ribeirão Preto) a respeito de dados de experiência da cultura da cana de açúcar em São Paulo e em Pernambuco.

- 6ª - Conferência do economista Omer Mont'Alegre, do IAA.

VISITAS

Em diversas oportunidades, o plenário do GEA recebeu a

40.

visita de técnicos, estudiosos, industriais do açúcar, fornecedores de cana, podendo-se mencionar Prof. Paulo Campos, Prof. Guilherme Albuquerque Martins, Industriais Gustavo Barros, Jorge Brito, Eugênio Bandeira, Gilvan Moraes, dr. Emery (técnico aquecimento austríaco).

COMISSÃO DO IAA

O GEA foi procurado por técnicos do IAA, para colaborar no trabalho de levantamento de dados necessários ao cálculo de preços. A colaboração foi prestada, em cinco dias de trabalho intensivo, no Centro de Produtividade da Indústria, sob a direção do Prof. Alberto Figueredo. Inestimável contribuição deu a esse levantamento o Engenheiro Cláudio Randolfo de Paiva Lima.

Registre-se o que disseram aqueles técnicos de IAA não fora a colaboração do GEA teria sido impossível preparar o levantamento em tão curto espaço. Pela primeira vez, acrescentaram eles, encontraram em Pernambuco, um organismo técnico já montado e capaz de colaborar naquele objetivo.

SESSÕES PLENÁRIAS

De junho a dezembro foram realizadas as seguintes sessões plenárias:

Junho	- 6, 10, 14, 18, 21, 25, 28	7
Julho	- 2, 5, 9, 12, 17, 19, 23, 26	8
Agosto	- 2, 6, 9, 17, 20, 23, 27, 29	8
Setembro	- 3, 4, 10, 11, 17, 18, 24, 25	8
Outubro	- 1, 2, 8, 9, 15, 16, 22, 23, 24, 28, 29	10+1 ext.
Novembro	- 4, 5, 12, 13, 19, 20, 26, 27	8
Dezembro	- 3, 4, 10, 11, 17, 18, 23, 24	8

TOTAL 57 sessões

-41

DESPESAS

1 - Subsídios aos relatores.....	2.018.500,00
2 - Gratificação ao Coordenador (7 meses).....	700.000,00
3 - Subsídios aos autores de relatórios.....	450.000,00
4 - Contínuo, servente, datilógrafo (7 meses).....	100.000,00
5 - Levantamento pedológico (set.º dezembro).....	1.440.000,00
6 - Material de expediente, telegramas, taxas postais.....	200.000,00
7 - Despesas diversas.....	220.210,00
	<u>5.128.710,00</u>

(Cinco milhões, cento e vinte e oito mil e setecentos e dez cruzeiros)

Colaboração com outros organismos

O GEA, como organismo sensível e aberto à experiência de outros estudiosos interessados no problema açucareiro, tem mantido colaboração com diversas instituições técnicas, como por exemplo: Departamento de Geografia da Universidade do Recife, Divisão de Solos do Ministério da Agricultura, IPEANE, Estação Experimental dos Produtores, Comissão de Combate às Pragas e Doenças da Cana de Açúcar, escritórios da USAID, etc.

No decurso do próximo ano, esses contactos e esse intercâmbio deverão ser intensificados mais estreitamente.

- * -

42-

NOVOS SETORES E PROJETOS EM ANDAMENTO

Os senhores Diretores e a Coordenação têm manifestado o maior empenho na instalação de novos setores e o aprofundamento de estudos sobre:

- 1 - Oficinas Mecânicas Centrais, uma na zona norte e outra na zona sul, não somente para servir de núcleo a uma futura organização tipo DEDINI, como de centro para formação e treinamento de mão de obra especializada e centro de complementação de ensino profissional (V. relatório do Prof. Paulo Maciel). Por outro lado, essa iniciativa tem consideráveis implicações de ordem econômica. Convém não esquecer o vultoso capital invertido em oficinas mecânicas, diques, serrarias e carpintarias, peças em bresalentes e almoxarifado em todas as usinas existentes no Estado. Com as duas oficinas mecânicas centrais, passaria a haver nas usinas apenas instalações sumárias para soldas e pequenos reparos, evitando assim aquela inútil e dispendiosa imobilização de capitais.
- 2 - Destilarias. Caudas. Fertilizantes. Setor que acaba de ser montado e que deverá contar com a dire-

ção técnica do dr. Hélio Caldas que é um especialista do melhor crédito. O GEA irá empenhar-se na pronta execução de um plano, sob a orientação daquele técnico, para aproveitamento industrial das caldas como fertilizante e para irrigação. Tudo leva a crer que é perfeitamente econômico e viável o aproveitamento das caldas naquelas finalidades.

5 - Planejamento e análise econômica. Comercialização do açúcar e sub-produtos.

Esse é um setor da maior importância e que deverá ser montado quanto antes.

4 - Estatística. Crescimento. Atualização de preços.

Pela sua importância, influência de sua economia na economia da região, volume dos seus negócios, necessidade de manter em dia dados estatísticos e elementos para elaboração de custos e de preços, não se compreende que a agro-indústria do açúcar ainda não tenha em funcionamento um serviço dessa natureza.

5 - Documentação. Divulgação. Informação.

O que foi dito no item anterior se aplica a este. Agora mais do que nunca - quando a agro-indústria do açúcar é criticada, atacada e até agredida por gregos e troianos, não se concebe que ela não tenha instituído, ainda, um organismo que trate de sua documentação, divulgue dados, esclarecimentos e mantenha informada a opinião pública. Na luta que se está travando, é urgente e indispensável usar a

46-

técnica moderna de esclarecimento, defesa e convencimento. Não se trata já de propaganda, mas ao menos de pura, simples, honesta defesa. Dir-se-á mesmo que é a hipótese da legítima defesa. É claro que uma campanha de esclarecimento pressupõe antes inquéritos, sondagens, pesquisas de opinião pública para sentir as zonas de atrito e quais os pontos que devam de ser esclarecidos. Isso, aliás, já está em linha de cogitação e de ação do Conselho de Diretores do GEA. É claro que uma iniciativa desse gênero implica em despesas não pequenas. Trata-se, porém, de despesa que não somente dá rendimento, sob vários aspectos, como é exigida pela necessidade de defesa e de sobrevivência.

Os estudos a serem aprofundados versarão sobre:

- a) pastagens; integração da pecuária na agro-indústria
- b) irrigação e mecanização
- c) caldas, fertilizantes, sub-produtos
- d) comercialização
- e) análise das verbas do plano Diretor da SUDENE para aplicação na Zona da Mata
- f) análise do relatório M. Boham no que diz respeito à Zona da Mata
- g) crédito e financiamento. Contratos com o Banco do Brasil
- h) contactos com organismos estrangeiros.

-47-

Projetos em andamento

A fim de pleitear fundos para execução dos levantamentos preliminares (aerofotogramétrico, hidroológico e pedológico), reaparelhamento de laboratórios, assistência técnica, estudos (irrigação, mecanização, pestes e doenças) está em via de conclusão, elaborado pelo sociólogo Marco Aurélio de Alcântara, um projeto a ser apresentado ao IAA (Fundo de Consolidação e Fomento da agro-indústria) e aos escritórios da USAID.

De modo geral, o projeto conterá as seguintes rubricas:

Levantamento aerofotogramétrico.....	02
Levantamento hidroológico.....	02
Levantamento pedológico.....	02
Morfologia costeira.....	02
Regimes de chuvas na Zona da Mata.....	02
Glossário Morfológico.....	02
Implantação de barragens fluviais (levantamentos preliminares).....	02
Assistência técnica.....	02
Reaparelhamento de laboratórios.....	02
Estudos e projetos para irrigação, mecanização, combate as pragas e doenças	02
TOTAL.....	02

Concluídos os estudos referidos no capítulo anterior, deverão ser formulados projetos sobre:

- 1 - pastagens
- 2 - aproveitamento da mandioca

48-

- 3 - diversificação de culturas e agricultura de subsistência
- 4 - colonização
- 5 - ensino profissional e formação de mão de obra especializada
- 6 - habitação popular rural e urbana
- 7 - comercialização de adubos e inseticidas
- 8 - caldas, fertilizantes e sub-produtos
- 9 - irrigação e mecanização
- 10 - reequipamento da mecânica das usinas
- 11 - transportes e vias de comunicação.

- * -

-49-

CONSELHO DIRETOR

O Conselho Diretor, integrado pelos 5 Diretores do GEA, secretariado pela Coordenação, esteve reunido, em caráter ordinário, quatro vezes, para elaborar a pauta dos trabalhos, aprovar orçamento, analisar relatórios de setores, contratar novos estudos. Em caráter extraordinário, o Conselho Diretor reuniu-se três vezes, com representantes e dirigentes da agro-indústria açucareira para transmitir-lhes as recomendações e sugestões técnicas do GEA.

Órgão máximo de direção e orientação do GEA, o Conselho Diretor acompanha muito de perto os seus trabalhos, está sempre presente, através dos Diretores, nos plenários, debate os relatórios e fixa a política de ação do Grupo de Estudo. Salienta-se a cordialidade das relações entre o Conselho e o plenário e a alta compreensão e sabedoria com que toma as suas decisões e fixa as diretrizes de ação.

Está nos planos do Conselho intensificar as reuniões com os dirigentes e os representantes da agro-indústria açucareira para que sejam postos em prática efetiva e objetivamente, os resultados dos estudos, as recomendações e sugestões do GEA. Essa é uma tarefa nada fácil que exige dos Senhores Diretores, persistência, constância e uma grande dedicação aos interesses daquela atividade de tanta importância para a economia do Estado.

Dentro de breve, será necessário que os membros do Conselho Diretor concedam entrevistas à imprensa e ao rádio, participem de programas de TV, se integrem num plano de divulgação das conclusões do GEA para estabelecer um diálogo mais constante, um contacto mais íntimo com todos os dirigentes da agro-indústria do açúcar.

- * -

PLANO DE TRABALHO PARA 1964

54-

Da programação de trabalhos para 1964, podem ser referidos:

- 1º - aprofundar os estudos e pesquisas referidos nos itens anteriores
- 2º - instalar novos setores de serviço
- 3º - Formalizar os projetos em andamento
- 4º - Envidar todos os esforços no sentido do bom êxito do projeto a ser apresentado ao IAA e USAID.
- 5º - pôr em execução o cronograma dos levantamentos básicos.

No devido tempo, toda a classe da agro-indústria açucareira deverá unir-se ao Conselho Diretor do GEA no propósito comum de somar esforços para que o IAA defina aquele pleito que tem importância capital para os levantamentos preliminares. Nessa oportunidade, deverá ser dito ao IAA que as empresas açucareiras pernambucanas ao invés de pequenos projetos individuais preferem, preliminarmente, fazer aqueles levantamentos (aerofotogramétrico, hidroológico e pedológico) que são básicos para um planejamento global, sério e de profundidade. Com isso, essas empresas não somente demonstrarão um apreciável espírito de unidade que mo a sabedoria, a sensatez, a visão com que pretende enfrentar

-57

e solucionar os problemas da nossa agro-indústria. Deverão tornar claro mesmo que sem esses levantamentos básicos não é possível deter-se em projetos particulares. É preciso ficar esclarecido de que, desta vez, a classe deseja um planejamento global, total, orgânico e não simples soluções de emergência.

Na linha de ação do GEA em 1964, deverá ocupar posição prioritária:

- a) plano para aproveitamento industrial de caldas e resíduos
- b) efetivação dos experimentos nos campos de prova em Sta Teresa e N.S. do Carmo, postos à nossa disposição pelos dirigentes daquelas empresas.
O GEA tem de por todo empenho em que esses campos de provas sejam paradigmas e exemplares.
- c) oficinas mecânicas centrais
- d) projetos de habitação popular rural e urbana
- e) Colonização. Diversificação de culturas. Agricultura de subsistência.
- f) Integração da pecuária na agro-indústria açucareira.

- * -

AGRADECIMENTOS

e solucionar os problemas da nossa agro-indústria. Deverão tornar claro mesmo que sem esses levantamentos básicos não é possível deter-se em projetos particulares. É preciso ficar esclarecido de que, desta vez, a classe deseja um planejamento global, total, orgânico e não simples soluções de emergência.

Na linha de ação do GEA em 1964, deverá ocupar posição prioritária:

- a) plano para aproveitamento industrial de caldas e resíduos
- b) efetivação dos experimentos nos campos de prova em Sta Teresa e N.S. do Carmo, postos à nossa disposição pelos dirigentes daquelas empresas.
O GEA tem de por todo empenho em que esses campos de provas sejam paradigmas e exemplares.
- c) oficinas mecânicas centrais
- d) projetos de habitação popular rural e urbana
- e) Colonização. Diversificação de culturas. Agricultura de subsistência.
- f) Integração da pecuária na agro-indústria açucareira.

- * -

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos sinceros e calorosos devem ser dirigidos:

- 1º - Ao Sindicato da Indústria do Açúcar e à Federação das Indústrias por terem tido a corajosa iniciativa de romper com a rotina e o pessimismo instituindo um grupo técnico de estudo para um planejamento global de soluções aos problemas da agro-indústria açucareira. O Sindicato tem contribuído sozinho para o orçamento do GEA. À Federação devem-se instalações, serviços auxiliares e boa compreensão.
- 2º - Ao Ministério da Agricultura pela excelente colaboração que tem dado ao GEA através da sua Divisão de Solos e do IPEANE. Basta lembrar que o atual Ministro, Deputado Osvaldo Lima Filho, permitindo que aqui permanecessem os técnicos da Comissão Nacional de Solos, contribuiu sobremaneira para que se pudessem processar os trabalhos de levantamento pedológico, iniciados em setembro último.
- 3º - Ao Departamento de Geografia da Universidade do Recife, dirigido pelo Prof. Gilberto Osório de Andrade, pela inestimável colaboração que vem pres-

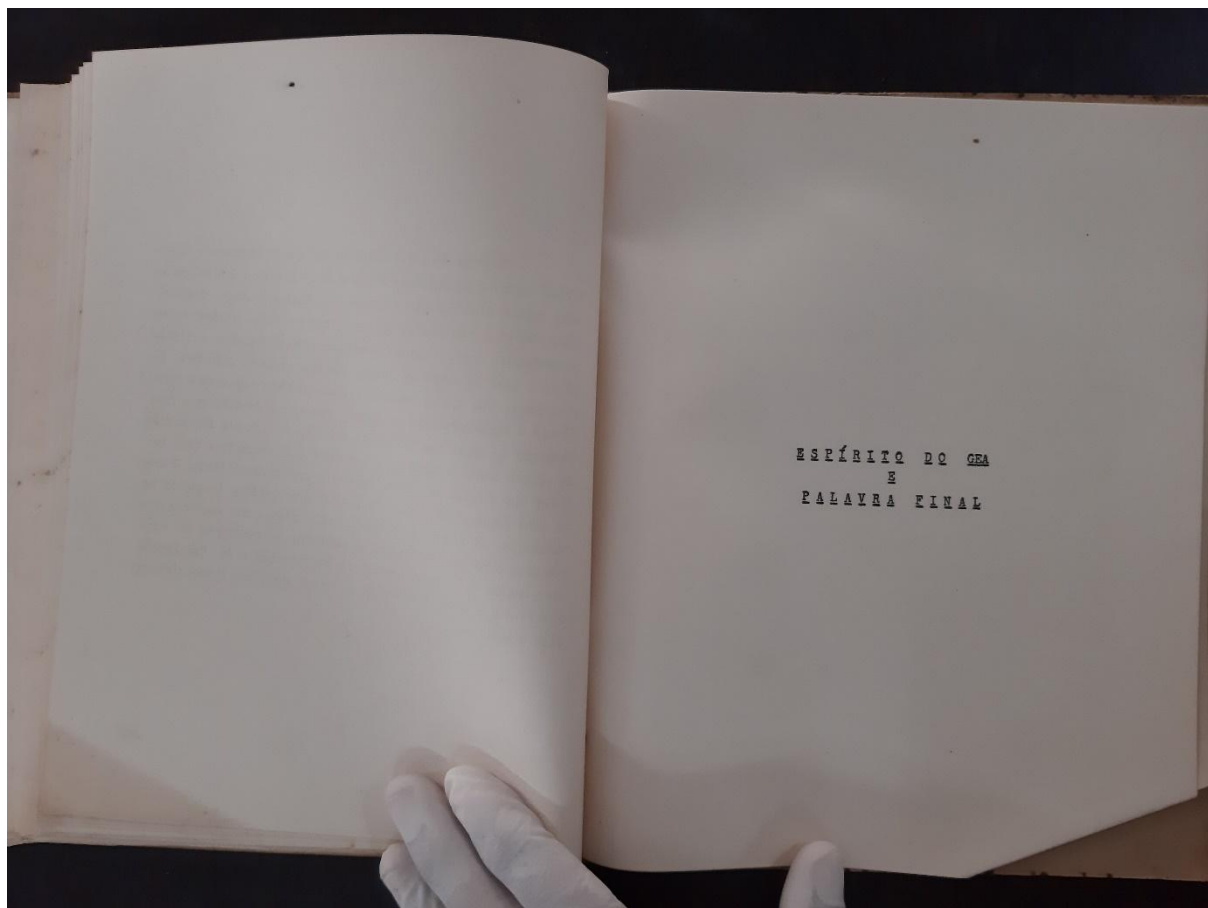
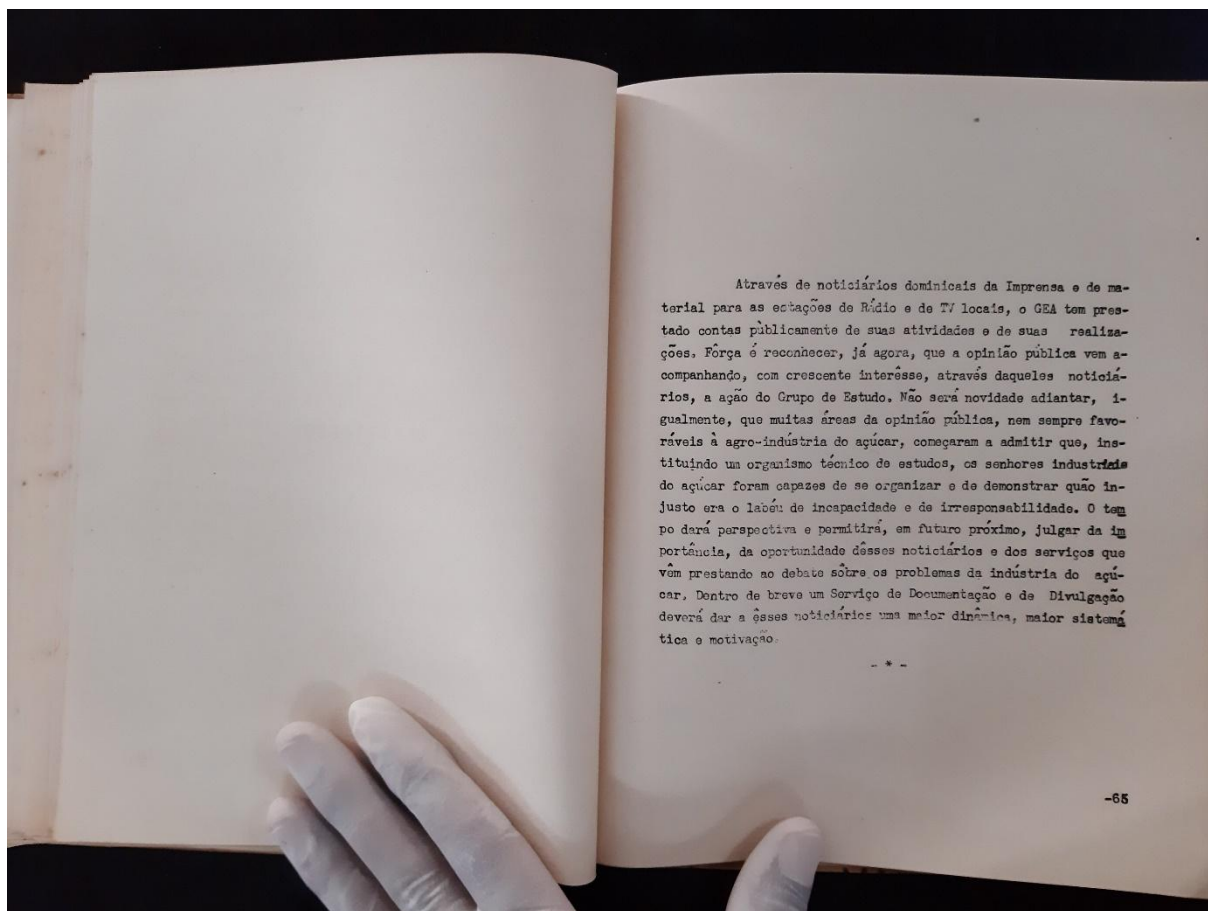
-61-

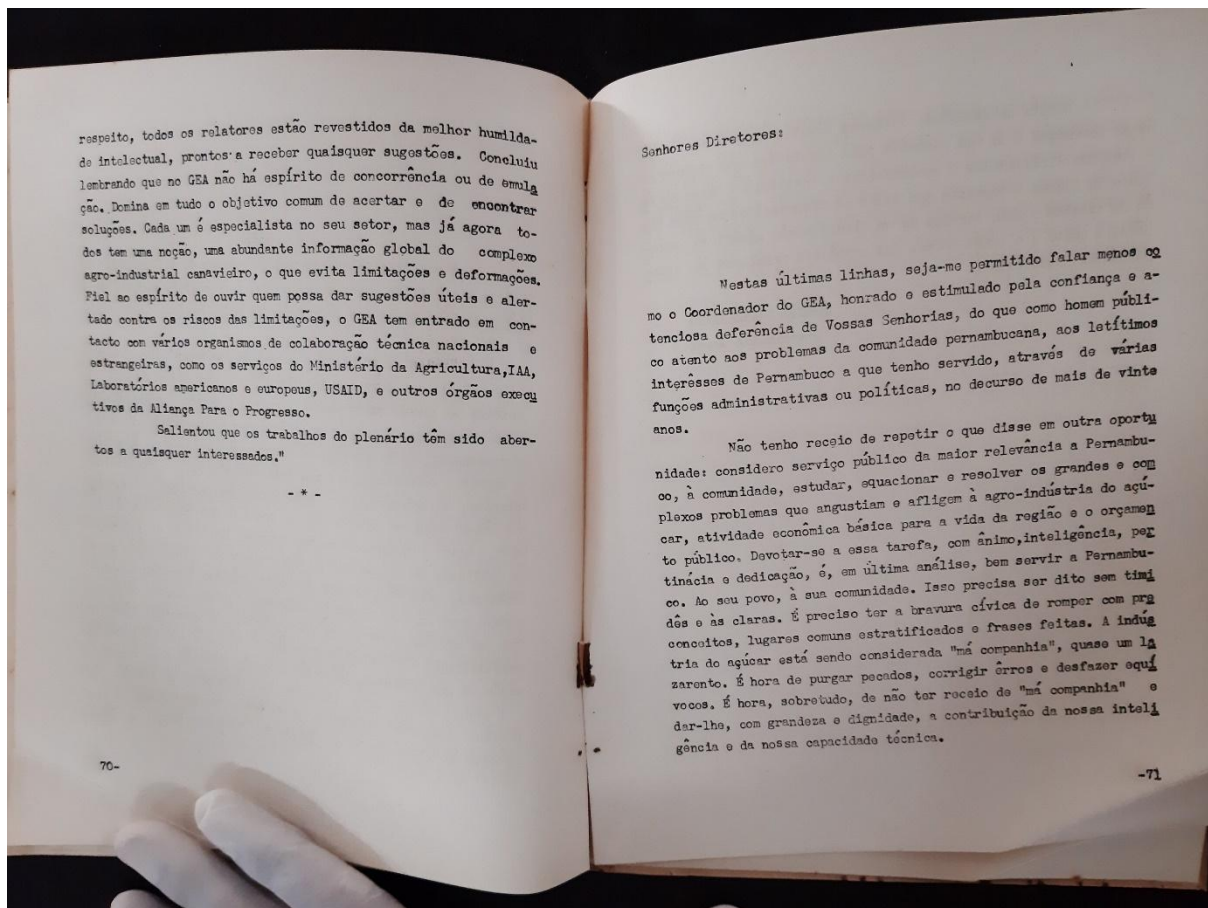
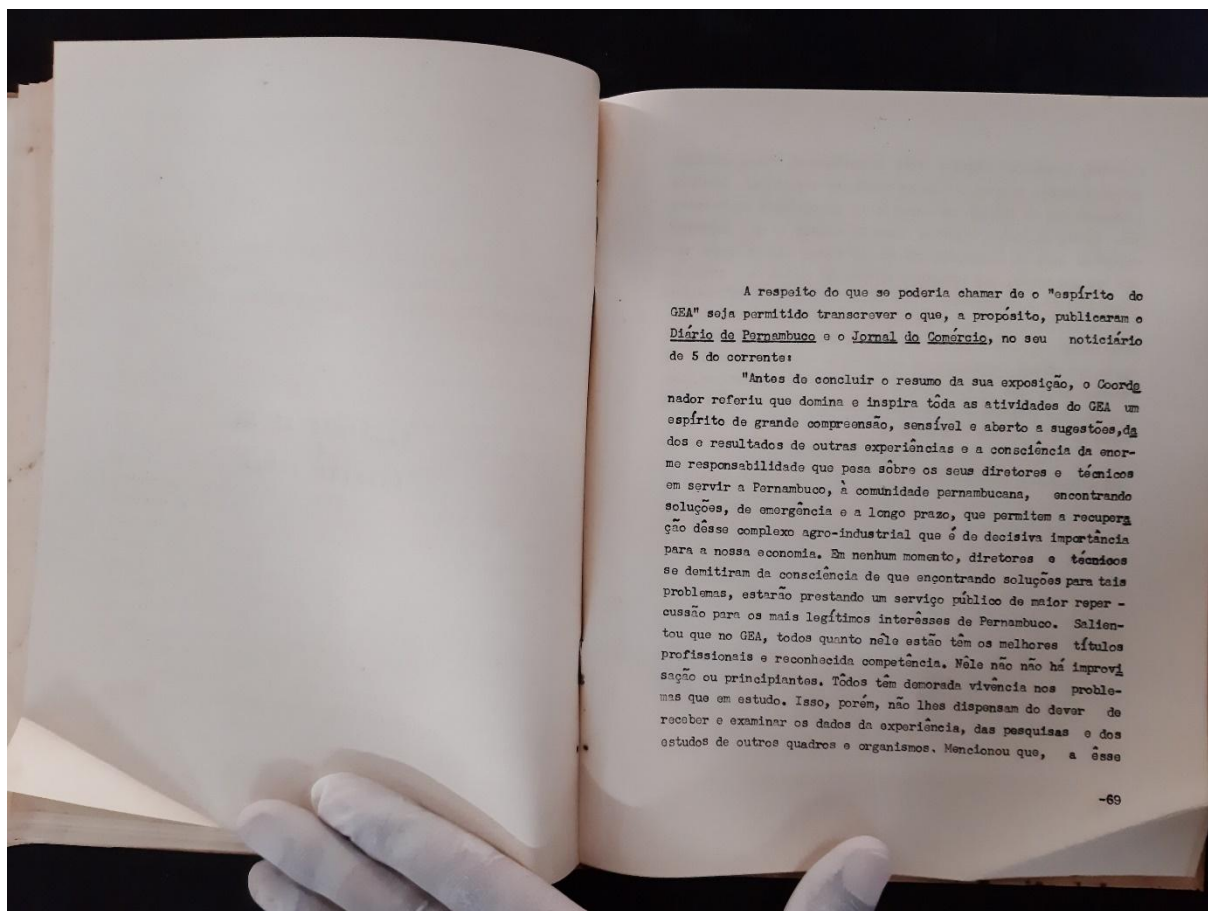
tando ao GEA inclusive com o excelente trabalho de levantamento das bacias hidrográficas dos rios do açúcar.

- 4º - À Comissão de Combate às Pragas e Doenças pela excelente colaboração que tem dado ao GEA e à agro-indústria açucareira, através do seu executor, fitopatologista Carlos Antônio Albert e de seus dedicados auxiliares.
- 5º - À Imprensa, ao Rádio e a TV locais, pela excelente, magnífica e gratuita divulgação que vem dando, com tanto destaque e boa vontade, aos trabalhos e às decisões do GEA.
- 6º - Aos técnicos e estudiosos do GEA pelo exemplar interesse e extraordinária dedicação com que têm realizado os seus estudos e pesquisas sem exigência de qualquer retribuição especial. Saliente-se o admirável desprendimento com que cederam ao GEA os direitos autorais sobre os relatórios para distribuição entre estudiosos, órgãos técnicos e dirigentes da classe. Nunca será demasiado ressaltar o alto nível técnico, intelectual e moral dos senhores relatores.

- * -

D I V U L G A Ç Ã O





Desejo presta-lhes, Senhores Diretores, o tributo da minha homenagem e do meu respeito pela iniciativa que tiveram em - vencendo dificuldades e preconceitos - instituir o Grupo de Estudos do Açúcar e arrostar com todos os preconceitos no ânimo firme de prestar o alto serviço de um planejamento global de soluções, a curto e a longo prazo, aos complexos problemas da agro-indústria açucareira.

JORDÃO EMERENCIANO
Coordenador Geral

72-

Desejo
minha homenagem
- vencendo difi-
culdades do Açúcar
me de prestar
soluções, a curto
- indústria açu-

72-



CONSELHO DIRETOR

Renato Brito Bezerra de Mello (presidente)
Marcelo Cabral da Costa, Maurício Fernandes, Gustavo
Colaço e Ricardo Pessoa de Queiroz (vices presidentes).

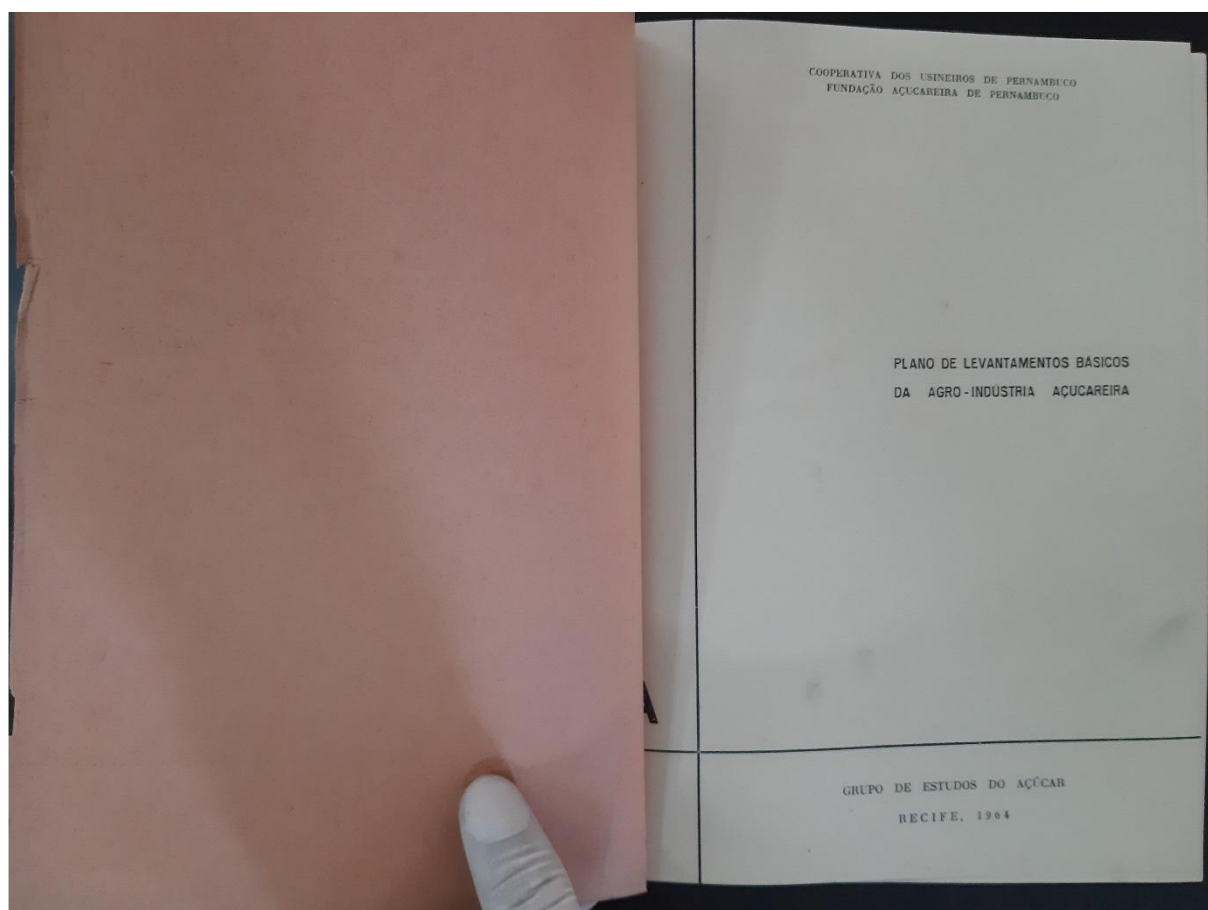
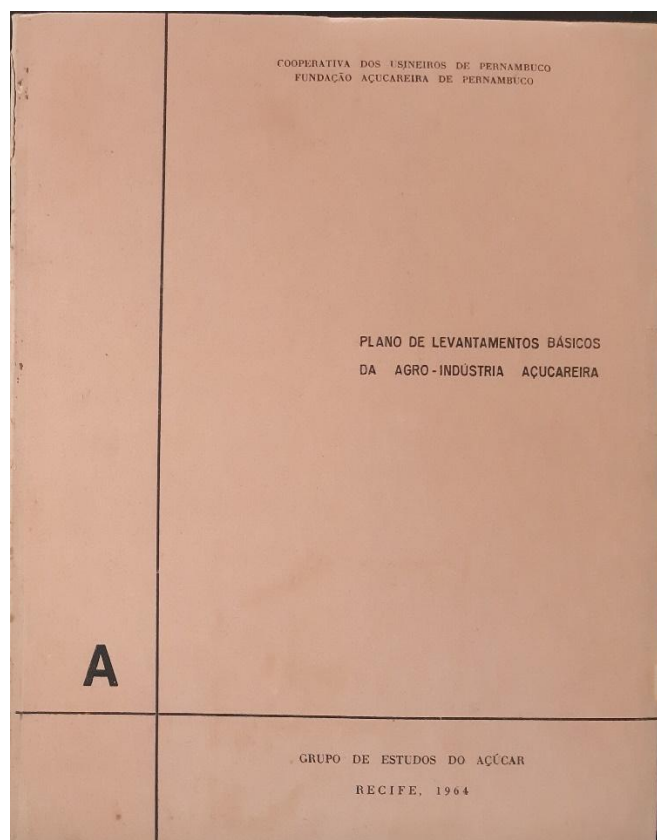
PLENÁRIO DE RELATORES

Prof. Gilberto Osório (levantamentos básicos), J. W. Costa Lima (pedologia), Bento Dantas (agricultura), Carlos Antonio Albert (pragas e doenças da cana), Romildo Carvalho (campos de demonstração), J. Holmes Mousinho e Ruy Saldanha (departamento de transportes), A. V. M. Saldanha (departamento de tecnologia açucareira), Cláudio Randolfo de Paiva Lima (oficinas mecânicas centrais), Prof. Alberto Figueiredo (organização e produtividade), Hílito Esteves Caldas (destilarias, caçás e resíduos), Prof. Paulo Maciel e Marco Aurélio de Alcântara (departamento sócio-econômico), Prof. Murilo Guimarães, Paulo Rangel, Paulo Cabral (departamento de legislação), Fernando da Cruz Gouveia (Museu do Açúcar).

COORDENAÇÃO

Prof. Jordão Emerenciano

b) Plano de Levantamentos Básicos da Agroindústria Açucareira



SOLICITAÇÃO DE EMPRÉSTIMO

SOLICITAÇÃO DO EMPRÉSTIMO

1. A Fundação Açucareira de Pernambuco, entidade civil, fundada com o objetivo de manter o Grupo de Estudos do Açúcar, solicita à Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e à Agência para o Desenvolvimento Internacional, dos Estados Unidos (Agency for International Development (USAID/VE - Brazil) um empréstimo em moeda nacional no valor de Cr\$ 693.266.000,00 à conta de recursos do Acordo sobre Produtos Agrícolas Brasil-Estados Unidos (Fundo do Trigo, USA-PL 480), pelo prazo de 10 anos, com 5 anos de carência e juros de 2% a.a. sobre o saldo devedor.
2. O empréstimo destinar-se-á ao financiamento parcial de um plano de levantamentos básicos e assistência técnica para a agro-indústria do açúcar, conforme se descreve a seguir, e que se insere no quadro de ação executiva do "Grupo de Estudos do Açúcar", criado inicialmente pela Federação das Indústrias - Sindicato do Açúcar de Pernambuco e Cooperativa dos Usineiros.

<u>a) Custos em moeda nacional</u>	<u>em milhões de Cr\$</u>
1. levantamentos aerofotogramétricos,	250,0
2. levantamentos hidroclógico e pedológico	213,266
3. aquisição de viaturas para o GEA	10,0
4. Pesquisas sobre irrigação, fertilizantes, pragas de canaviais e aproveitamento a calda	60,0
5. assistência técnica e formação de pessoal	60,0
6. equipamento de Laboratórios da Estação Experimental dos Produtores	56,0
7. levantamentos das bacias hidrográficas interessando à Zona da Mata	65,0
	<u>693,266</u>

NOTA: Os custos aqui denominados foram levantados em função das condições do mercado prevalentes em Janeiro de 1964, estando diretamente sujeitos à atualização, na época de formalização do empréstimo, pelos índices de correção monetária.

3. Pretende-se que o plano de levantamentos básicos crie as condições necessárias para a reformulação do parque açucareiro do Pernambuco, nos setores agrícola e fabril, e permita a aplicação das soluções técnicas a serem indicadas pelo GEA, através das usinas associadas à Cooperativa dos Usineiros.
4. A rentabilidade dos investimentos alistada para a cobertura financeira do plano somente ocorrerá depois da conclusão dos estudos técnicos e da aplicação dos seus resultados em cada usina, em particular - razão por que se solicita o período de carência de 5 anos para o início do pagamento das amortizações.
5. O repagamento do empréstimo será realizado pelas empresas açucareiras, instituidoras da Fundação, através de desconto compulsório que a Cooperativa dos Usineiros fará sobre cada saco de açúcar entregue. O cálculo do desconto dependerá do volume da safra em relação à dívida do principal mais juro vencido. A obrigatoriedade do desconto será assumida pelas empresas instituidoras da Fundação no ato de formalizar o contrato de empréstimo aqui referido.

11-

- ÍNDICE -

	Pág.
Cap. 1.00 . GEA: Criação, funcionamento e objetivos	1
Cap. 2.00 . O complexo agro-industrial do açúcar	7
Cap. 3.00 . Levantamentos básicos para reformulação da agro-indústria do açúcar	23
Cap. 4.00 . Assistência técnica e formação da pessoal	29
Cap. 5.00 . Investimentos de infraestrutura - Reaparelhamento de laboratório e pesquisas experimentais	35
Cap. 6.00 . Esquema de custos e financiamentos	37

1.00 . GEA: CRIAÇÃO, FUNCIONAMENTO E OBJETIVOS.

1.00 . GEA: CRIAÇÃO, FUNCIONAMENTO E OBJETIVOS

- 1.01 . O "Grupo de Estudos do Açúcar" foi instituído pela Federação das Indústrias de Pernambuco, em colaboração com o Sindicato da Indústria do Açúcar, para realizar um levantamento global do problema açucareiro em Pernambuco e indicar as soluções possíveis a curto e a longo prazo. É portanto, um grupo de trabalho da Federação das Indústrias de Pernambuco. Com a criação da Fundação Açucareira de Pernambuco, o GEA foi absorvido na sua estrutura.
- 1.02 . Incumbes ao GEA fundamentalmente:
- a) realizar e promover pesquisas e estudos básicos tecnológicos, demográficos e profissionais em todas as áreas implicadas no complexo agro-industrial açucareiro;
 - b) propor diretrizes para o desenvolvimento coordenado do mesmo complexo agro-industrial;
 - c) formular, de maneira flexível, para execução a curto, médio e longo prazos, um planejamento econômico-social global desse desenvolvimento coordenado.
- 1.03 . É a seguinte a estrutura de funcionamento do Grupo: Coordenação geral (prof. Jordão Eberenciano) e setores, assim discriminados):
- a) Morfoclimatologia e cartografia - geógrafo Gilberto Osório de Andrade;
 - b) Solos - geólogo João Wanderley Costa Lima;
 - c) Agricultura - agrônomo Bento Dantas;
 - d) Pragas e Doenças da Cana - fitopatologista Carlos Antônio Albert;
 - e) Transportes - engenheiros José Holmes Mousinho e Ray Saldanha;
 - f) Fábrica - engenheiro químico Antônio V. Martins Saldanha;
 - g) Destilaria, Caldas e Fertilizantes - químico Nélcio Esteves Caldas;

-3

- a) Crições Mecânicas Centrais - engenheiro Cláudio Randolfo de Paula Lima;
 - j) Organização e Produtividade - prof. Alberto Figueiredo;
 - k) Planejamento econômico: comercialização - em organização;
 - l) Planejamento social: sociólogo Marco Aurélio de Alcântara;
 - m) Estatística e Crescimento - em organização;
 - n) Legislação - advogados Murilo Guimarães, Paulo Rangel Moreira e Paulo Cabral;
 - n) Documentação, Informação e Divulgação - em organização.
- 1.04 . O "Grupo de Estudos do Açúcar" já concluiu os seguintes trabalhos básicos, que incluem a análise detalhada dos problemas da agro-indústria, em diferentes setores:
- a) Plano de emergência para o setor "Fábrica" da Agro-indústria canavieira. Autor: Antônio V.M. Saldanha;
 - b) "Recuperação da lavoura canavieira de Pernambuco, com base no aumento da produtividade e na intensificação da policultura". Autor: Bento Dantas, Diretor da Estação Experimental dos Produtores do Açúcar de Pernambuco;
 - c) "Melhoria do sistema de transporte na agro-indústria açucareira". Autor: Engenheiros José Holmes Mousinho e Ray Saldanha;
 - d) "Diversificação da Agricultura na zona canavieira do Nordeste". Autores: Álvaro Barcelos Fagundes, Bento Dantas e Antônio Augusto de Souza Leão;
 - e) "Diferentes combinações do meio natural na Zona da Mata Nordeste". Autores: Geógrafos Rachel Caldas Lima e Gilberto Osório de Andrade;
 - f) "Contribuição à integração da pecuária na agro-indústria canavieira". Autores: Veterinários Luiz de Melo Amorim e Antônio de Andrade Coelho;
 - g) "Investimentos sociais na agro-indústria canavieira". Autor: prof. Paulo Maciel;
 - h) "Doenças e Pragas da Cana de Açúcar". Autor: Agrônomo Carlos Antônio Albert;

4-

- i) "Organização e Produtividade". Autor: prof. Alberto Figueiredo.
- 1.05 . Está em andamento o trabalho de mapeamento e classificação dos solos pela equipe do geólogo Costa Lima.
- 1.06 . Fundação Açucareira - A Fundação Açucareira de Pernambuco, é uma entidade jurídica de direito privado, com sede na cidade do Recife e tem por objetivo manter e desenvolver o Grupo de Estudos do Açúcar (GEA), a Estação Experimental dos Produtores (EEP), o Serviço de Documentação e Divulgação do Açúcar (SDDA) e a Assessoria Técnica aos Municípios do Açúcar (ATMA).
- 1.07 . A Fundação terá duração indeterminada. São órgãos de administração da Fundação: Assembleia geral, Conselho Diretor, Presidente e Secretário Executivo.
- 1.08 . O Conselho Diretor é constituído pelo Presidente e mais 4 (quatro) membros, que serão renovados cada 4 (quatro) anos pela metade. Os mandatos terão a duração de 4 anos, podendo os seus titulares ser reconduzidos. A renovação do Conselho far-se-á por eleição da Assembleia Geral entre os nomes de uma lista tripartite apresentada, para cada vaga, pelo Conselho Diretor. Os membros do primeiro Conselho Diretor serão eleitos pela Assembleia dos instituidores da Fundação, sendo a metade para o período de 4 (quatro) anos e a outra metade para o período de 2 (dois) anos.
- 1.09 . O patrimônio inicial da Fundação compreende os seguintes bens, rendas e direitos:
- I - Engenho onde está situada a Estação Experimental dos Produtores;
 - II - instalações da Estação;
 - III - renda representada por um desconto de até 0,5% sobre o valor de cada saca de açúcar fabricado pelas empresas filiadas à Fundação.
- 1.10 . Os recursos para a manutenção e desenvolvimento da Fundação Açucareira de Pernambuco advirão das seguintes fontes:

-5

- a) juros, fundos e rendimentos dos seus bens patrimoniais;
- b) rendimentos provenientes de seus títulos da dívida pública;
- c) fideicomissos em seu favor instituídos como fiduciária ou fidei-comissária;
- d) usufruto a ela conferido;
- e) rendas em seu favor instituídas por terceiros;
- f) rendas próprias dos imóveis que possua ou de que for senhora;
- g) subvenções e auxílios dos poderes públicos;
- h) doações e legados;
- i) retribuição de atividades remuneradas de seus serviços;
- j) receita eventual;
- k) produto de operações de crédito.

- * -

2.00 . O COMPLEXO AGRO-INDUSTRIAL DO AÇÚCAR

2.00 . O COMPLEXO AGRO-INDUSTRIAL DO AÇÚCAR

2.01 . O complexo da agro-indústria açucareira é ainda básico na economia pernambucana. Em primeiro lugar, a indústria do açúcar é a maior fonte de absorção de mão-de-obra da região. Cerca de 180 mil operários e trabalhadores rurais (incluindo uma média de seis dependentes e familiares, esse número atinge o total de 1.000.000 de pessoas) vivem do açúcar. Em segundo lugar, as comarcas, cidades e vilas da zona da mata (cerca de 50 Municípios) dependem estreitamente dessa indústria. Vários serviços públicos dessas comunas, inclusive, estão na dependência da ajuda das usinas (luz, água, educação, assistência médica e social).

Convém salientar que a agro-indústria do açúcar mantém, à sua custa (o que principalmente onera as empresas e concorre para a sua desorganização), uma extensa e variada obra social (hospitais, maternidades, postos médicos, creches, escolas, centros diversificadas) de interesse público para a vida daquelas comunas. Em terceiro lugar, o açúcar contribui, substancialmente, para os orçamentos dos Municípios, do Estado e da União Federal sob mais de uma rubrica da receita pública.

2.02 . Pernambuco tem hoje 44 usinas em funcionamento efetivo e mais 2 usinas em potencial de operação, no total, portanto, de 46 (*). Admite-se que várias usinas pequenas ou obsoletas terão de ser incorporadas a outras maiores e mais bem aparelhadas, de modo a permitir um melhor rendimento econômico. O projeto de estabelecimento de grandes centrais açucareiras é, sem dúvida, uma etapa a ser alcançada a longo prazo.

2.03 . A agro-indústria do açúcar está consciente de que o processo de mudança social no campo é uma necessidade do desenvolvimento e está pronta a colaborar para que as relações de produção decorram, nor-

(*)-Estas usinas estão indicadas no Quadro 1, deste Capítulo.

malmente, e possam ser atingidos os índices de produtividade agrícola e industrial necessários e indispensáveis a uma produção econômica e socialmente orientada, em condições competitivas com o Sul e capaz de atender, também, a crescente demanda do mercado internacional do açúcar.

2.04. Em seu relatório sobre a modificação estrutural das fábricas de açúcar do Pernambuco, o técnico Antônio V.M. Saldanha estuda as causas do desequilíbrio econômico e financeiro das empresas e faz uma análise da agro-indústria, que é transcrita, seguidamente.

2.05. "A agro-indústria canavieira representa a mais importante fonte de emprego produtivo do Estado de Pernambuco, ocupando diretamente mais de 150.000 trabalhadores rurais, nos setores agrícola e industrial. São, ao todo, 46 usinas em operação ou funcionamento efetivo no Estado, de diverso porte, se distribuem por três sub-zonas - Norte, Centro e Sul - que se distinguem pelas condições naturais. Tomando como referência a produção realizada, individualmente, na safra de 1960/61, as usinas estão distribuídas, a seguir (Quadro 1), segundo Zonas e Municípios, e ainda agrupadas segundo o volume produzido, até 200 mil, de 200 001 a 500 000 e de mais de 500 mil sacos de produção.

2.06. "De uma produção média de ordem de 13,0 milhões de sacos, somente pouco mais de 2,0 milhões são consumidos no próprio Estado. Nas últimas safras, a maior parte da produção do Estado tem sido realizada em "demora" e destinada à exportação para os mercados externos, sendo outra grande parte absorvida pelo mercado brasileiro".

2.07. "Por estas razões, reveste-se de singular importância, para a economia geral do Estado e com reflexos na própria economia nacional, a situação existente na agro-indústria canavieira de Pernambuco. As condições de operação da indústria revelam, entretanto, um processo de progressivo agravamento, merecedor de atenta análise".

10-

2.08. "Localização do Parque - O Parque açucareiro do Pernambuco está localizado na faixa litoral-mata, a uma distância relativamente curta do Recife, principal ponto de comercialização e escoamento da produção. A usina mais distante - Graúta - está no Município de Cameti, a 220 quilômetros da capital pela rodovia e a 210 quilômetros pela ferrovia. As 46 usinas em operação ou funcionamento efetivo no Estado, de diverso porte, se distribuem por três sub-zonas - Norte, Centro e Sul - que se distinguem pelas condições naturais. Tomando como referência a produção realizada, individualmente, na safra de 1960/61, as usinas estão distribuídas, a seguir (Quadro 1), segundo Zonas e Municípios, e ainda agrupadas segundo o volume produzido, até 200 mil, de 200 001 a 500 000 e de mais de 500 mil sacos de produção.

QUADRO 1

DISTRIBUIÇÃO DAS USINAS DE PERNAMBUCO
SEGUNDO ZONAS, MUNICÍPIOS E PRODUÇÃO.

USINAS	ZONAS E MUNICÍPIOS	Produção da safra 1960/61 em sacos		
		Até 200 mil	De 201 mil a 500 mil	De mais 500 mil
NORTE				
Aliança	Aliança			414 669
N.S. das Maravilhas	Golana			225 115
Santa Igreja	Golana			365 247
São José	Igarassu			245 281
Cent. N.S. de Lourdes	Macaçara	37 300		
Matarí	Mazare da Mata			337 017
Mussuripe	Paudalho	164 920		
Patribu	Paudalho	150 860		
Capibaribe (*)	S. Lourenço da Mata	47 213		
Tiama	S. Lourenço da Mata		419 487	
Brasil	Tambo	23 070		
Cent. Olho d'Água	Tambo		246 870	
Crangá	Tinhabuca		337 820	
Barra	Vicência		220 990	
Laranjeiras	Vicência	70 782		

-11

USINAS	ZONAS E MUNICÍPIOS	Produção da safra 1960/61 em sacos		
		Até 200 mil	De 200 mil a 500 mil	De mais de 500 mil
CENTRO				
Dom Jesus	Cabo		318 900	
José Rufino (*)	Cabo	91 920		
Maria das Mercês	Cabo	132 750		
Santo Inácio	Cabo	145 656		
Sibéria	Cabo	28 539		
Barão de Suassuna	Bacanga	165 660		
Macaçaus	Bacanga		309 302	
Timbassu (*)	Bacanga	93 064		
União e Indústria	Bacanga		252 750	
Ipojuca	Ipojuca		232 035	
Salgado	Ipojuca		268 631	
Pulhosa	Jaboatão		320 660	
Jaboatão	Jaboatão		267 538	
Muriboca	Jaboatão	83 025		
N.S. Auxiliadora	Norão	41 253		
N.S. do Carmo	Vitoria de StºAntão	145 170		
SUL				
Santa Teresinha	Água Preta			717 041
Central Barreiros	Barreiros			866 880
Rio Una (*)	Barreiros		349 775	
Graúta	Cametá	24 550		
Catende	Catende			957 508
Rocafinho	Catende		264 560	
Fedrosa	Cortês	185 323		
Chachoeira Lisa	Gemeleira	179 854		
Pumati	Jaquei Nabuco		316 362	
Frii Canas	Marial	189 002		
Pirangi (**)	Palmares	62 801		
Serra Azul	Palmares		203 550	
Treze de Maio	Palmares		227 510	
Água Preta	Quipapá		187 000	
Parí-Parí (*)	Quipapá	22 032		
Aripitá	Ribeirão	131 658		
Garanha	Ribeirão	173 234		
Estrellana	Ribeirão	162 890		
Suara	Rio Formoso			
Santo André	Rio Formoso	198 246		552 467
Trapiço	Sorinham			516 615
(*) Extinta				
	(**) Atividades paralisadas			

12-

2.09. Como se observa do Quadro 1, das 52 usinas do Estado (*) 15 estão localizadas no Norte, 16 no Centro e 21 no Sul, sempre em relação à Zona Litoral-Mata. Do total, 12 realizam safras inferiores a 100 mil sacos, 14 produzem entre 100 e 200 mil, 21 estão entre 201 e 500 mil e apenas 5 produzem mais de 500 mil sacos numa safra, embora na porém atingindo ao milhão. O grupo de usinas que produzem até 200 mil sacos, representa 48% do parque e, na safra de 1960/61, respondeu por 23% da produção total do Estado. O segundo grupo, entre 201 mil e 500 mil sacos, corresponde a 42% do número de usinas, tendo contribuído com 49% da produção para a safra em apreço. Enquanto isto, as usinas que produzem mais de 500 mil sacos representam apenas 10% do parque e, em 1960/61, contribuíram com 28% para a produção total.

2.10. A área selecionada pela indústria açucareira é estimada em 10 797 km². Sua topografia é de características acentuadamente acidentadas. Visto do alto, o relevo se apresenta "como um verdadeiro mar de montes sendo difícil encontrar qualquer orientação na disposição das colinas". Por isso, é relativamente baixo o aproveitamento das zonas de várzea, como se deduz do quadro abaixo, elaborado pelos agrônomos Bento Dantas e José Lacerda de Melo, na publicação n.º. 10 e 11 de abril de 1959, da Comissão do Combate às Pragas da Cana de Açúcar no Estado de Pernambuco:

Aproveitamento das áreas baixas da zona canavieira

Áreas:	1
Nordeste	30
Noroeste	16
Centro	27
Sudeste	28
Sudoeste	16
Média geral	25

-13

2.11. O clima é quente e úmido, assinalando-se médias anuais superiores a 24°C, sujeitas a pequenas flutuações. Os totais pluviométricos variam de área para área, desde menos de 1.000 até mais de 2.000 mm, apresentando-se, porém, de melhor distribuição. Os cursos d'água são, em sua maioria, perenes e volumosos. Amplas faixas de solos férteis completam o quadro de condições que fizeram, da Zona da Mata de Pernambuco, um "habitat" favorável à agro-indústria canavieira.

2.12. "Condições agrícolas. Das três sub-zonas em que se distribui o país que açucareiro, a Norte é a que acusa condições ecológicas mais difíceis. Os rios, em função do regime de chuvas, possuem descarga fraca e irregular, nem sempre apresentando volume d'água suficiente ao atendimento das necessidades das lavouras e das fábricas. As lavouras esbarram nos tabuleiros sub-litorâneos, pouco favoráveis à cana. Por isso mesmo, a evolução da indústria tem sido mais lenta. Destaca-se, aí, o vale do Serigí, considerado como dos mais próprios à expansão da lavoura."

2.13. "O Sul desenvolveu-se mais rapidamente, com fábricas e lavouras que se qualificam entre as maiores do Estado. Nota-se, aí, a preferência dos canaviais pelas várzeas aluviais dos vales dos rios Ana, Serinhaém, Jacupe, Pirangi, Pirapora, Jabotão, Capibaribe, Tapacurá. As colinas, morros, córregos, ladeiras vão tendo seu revestimento vegetal natural substituído pela cana. Esta é a faixa mais larga da Zona da Mata pernambucana e a que desfruta de chuvas mais regulares."

2.14. "Ao centro, corresponde uma faixa estreita que corre entre as duas áreas anteriores, oferecendo características muito semelhantes às observadas no Sul, destacando-se os vales inferiores dos rios Trauaçu e do Capibaribe-Mirim".

(*) Os dados de análises referem-se à safra 60/61. Hoje, como foi assinalado, há apenas 46 usinas em operação.

14-

2.15. "A área ocupada pela cana de açúcar é estimada entre 214 e 250 mil hectares, dos quais apenas uma parte está efetivamente cultivada. Os rendimentos agrícolas são esbarrados baixos, mesmo quando confrontados com os índices verificados em outras regiões canavieiras do país, situando-se entre 36 e 40 toneladas por hectare, quando, em São Paulo e no Rio de Janeiro, flutuam entre 50 e 60 toneladas por hectare."

2.16. "O Homem e o Meio. A produção canavieira, nas condições em que é praticada, tornou-se exigente de mão-de-obra numerosa e de grandes áreas de lavouras contínuas. Estas são, talvez, as razões mais poderáveis da formação do latifúndio, bem assim de sua exploração mercantil, onde a usina, como grande unidade e centro de um sistema misto agro-industrial, sucedeu ao bangalê, transformando-se esta numa unidade de produção agrícola, subsidiária daquela. Este complexo de causas responde pela criação de um dos grandes problemas da zona canavieira, que é o da ausência da classe média. Com o desaparecimento dos pequenos engenhos, teve lugar um processo de proletarianização, que se acentua face ao baixo nível de vida que predomina na zona rural. Com o crescimento e o predomínio da lavoura de cana, de forma exclusivista, o abastecimento de produtos essenciais à subsistência tornou-se dependente da importação de outras áreas."

2.17. "Percebe-se que a grande concentração demográfica, suplementada pelas migrações sazonais oriundas do agreste e do sertão e, dada a ausência de outras atividades, fontes de emprego que não sejam aquelas decorrentes do complexo agro-industrial canavieiro, tem contribuído para a depressão dos níveis salariais, sobretudo para a mão-de-obra não qualificada, ao contrário do que se observa em Alagoas e Sergipe, onde a cana de açúcar disputa a mão-de-obra, para a lavoura e a indústria, a outras explorações, em clima competitivo".

-15

2.18. "Os baixos salários se refletem em consequências que vinham marcando uma situação generalizada, nas deficientes condições de vida dos trabalhadores, condicionando os padrões alimentar e sanitário, que, aliados ao inferior padrão cultural, influem na baixa produtividade do trabalho. Nessas condições, a vantagem aparente do baixo salário que ainda resulta do excesso de oferta de mão-de-obra, é anulada pelo rendimento inferior do trabalho."

2.19. "A evolução do sistema do uso da terra, pela usina, deu forma a um quadro fundiário, que, se não rompido a médio prazo, terminará por constituir fator de estrangulamento da economia urbana do litoral. Há visto que as 46 usinas do Estado concentram 52% da produção canavieira. Como vários são os casos de uma só empresa controlar mais de uma usina, e como existe certa correspondência entre a porção de produção e a das terras possuídas, o fato exprime que mais da metade das terras canavieiras, que formam a melhor parte do território do Estado, pertence a menos de meia centena de proprietários, inibindo em função de um único tipo de cultura."

2.20. "A outra parte das lavouras e das terras é usada pelos sucessores dos antigos engenhos, que passaram à categoria de fornecedores de cana, consequência de um estágio revisionista da estrutura agrária. Enquanto alguns continuam com sua área íntegra, grande parte se subdividiu. São, aproximadamente, três mil fundos agrícolas, nestas condições, detentores de quotas de fornecimento que, em alguns casos, vão até mais de 15.000 toneladas por safra. Os fundos agrícolas, muito variáveis tanto na sua área quanto na sua ocupação, variam via de regra entre 300 e mais de 1.000 hectares. Processa-se, dessa forma, uma super-concentração de terras, com o nítido sentido de planejamento do sistema sob o qual se realiza a exploração das terras."

2.21. "Considerando as condições locais, tais como a proximidade em que essas glebas se encontram do Recife - mercado consumidor com apro-

16-

ximadamente um milhão de habitantes - é lógico que elas estão sofrendo um processo de valorização natural, especialmente na medida em que são servidas por meios de transporte fácil e regular: grande parte da região é cortada pelos trilhos da Rede Ferroviária do Nordeste e pela pista de cimento da BR-11. Cortes Municipais, até então predominantemente açucareiros, estão sendo incluídos na faixa de outras indústrias de transformação, como é o caso daqueles já cobertos pela rede distribuidora de energia da Companhia Hidroelétrica do São Francisco. Novas fábricas, de outros tipos de indústria e com elas novas concentrações operárias, desfrutando de melhores condições de vida, dentro em breve estarão competindo, seriamente, com a agro-indústria canavieira, seja em termos de terras, seja na captação da mão-de-obra mais qualificada, tal como acontece no Recôncavo da Bahia, entre a Petrobrás e a indústria do açúcar. O fenômeno pode ser observado, já em São Lourenço da Mata, Cabo, Paulista, Jabotão e Moreno, praticamente compreendidos no "Grande Recife."

2.22. "Mas a cana de açúcar, quando em confronto com as pequenas lavouras, tem necessidade de maior espaço vital. Dentro de cada propriedade, as necessidades de produção levaram os proprietários a ocupar terras antes exploradas pelos pequenos agricultores, que constituíam categorias sociais de posição sub-média, os lavradores e moradores. Este é o processo de proletarianização que vem sendo imposto pela estrutura canavieira da Zona da Mata. Somente em parte, é atenuado pelos arrendamentos de propriedades das usinas aos lavradores para produção de média parte."

2.23. "Deterioração da situação agrícola. A deterioração da situação agrícola reflete-se e corre paralela ao que acontece no setor industrial. O decréscimo de rendimento açúcar/cana, desde 1951/52, mais acentuado a partir de 1958/59, gerou até 1960/61, perdas estimadas, a grosso modo, em 12 065 888 sacos de 60 kg de açúcar, considerando o índice de 105,96 kg/tonelada de cana registrado na safra 1950/

-17

/Sl, correspondendo a um prejuízo (receita bruta não realizada), em todo o período, de Cr\$ 6,5 bilhões - valor calculado em função dos preços de liquidação vigentes em cada um dos anos safras compreendidas no período".

2.24 - "A análise dos dados disponíveis revela que, somente na safra 1960/61, quando o rendimento industrial do Estado foi em média de 86,80 kg de açúcar por tonelada de cana esmagada, contra o de 103,96 kg da safra de 1950/51, deixaram de ser aproveitados 17,86 kg de açúcar por tonelada de cana, representando uma perda de fabricação de 2 540 946 sacos de açúcar que, ao preço de liquidação então vigente de Cr\$ 918,00 por saco, importou numa redução da receita, para o industrial, de Cr\$ 2,5 bilhões."

2.25 - "Se considerarmos que a matéria prima utilizada na safra, num total de 8 766 220 toneladas, foi paga ao preço médio de Cr\$ 654,17 por tonelada, preço este correspondente ao rendimento médio padrão de 101 kg/ton., verificamos que foram pagos e não utilizados açúcares contidos no valor de 875,5 milhões de cruzeiros, com o que as perdas efetivas do setor industrial, somente naquela safra, montaram a cerca de Cr\$ 2,8 bilhões."

2.26 - "É óbvio que, se a matéria prima foi utilizada e os rendimentos baixaram, houve uma queda nos índices de produtividade, implicando na elevação dos custos médios unitários da produção efetivamente realizada. Isto vem acontecendo em safras sucessivas, com a agregação de perdas, levando a crescentes responsabilidades passivas para as empresas, desbordando em esquemas de consolidação, que, sem a revisão da infraestrutura agro-industrial, também não poderão ser satisfeitos nos prazos devidos, implicando no maior comprometimento das empresas."

2.27 - "Com tudo isso, tomaram-se comum o atraso das liquidações do pagamento devido aos fornecedores pelas canas recebidas, a postergação da manutenção e da reparação regular das fábricas e dos meios de

transporte, dando uso à formação de pontos de estrangulamento no processo de produção, descompassando a relação campo-fábrica, levando ao excessivo prolongamento das safras. Os recursos ao crédito pessoal, importando em alívio imediato, acabam gerando verdadeiros cogumelos, pelo impacto dos juros crescentes."

2.28 - Conclui o relatório do técnico Antônio V.M. Saldanha:

"Tudo isso, no conjunto, tem atuado como fator de desesapitalização das empresas e provocado a necessidade aparente de reajustamento de preços para atender às implicações do marginalismo, mas que, no fundo, apenas alimenta o problema sem resolvê-lo. O apelo às soluções de emergência já não proporcionam os resultados estimados."

- * -

3.00 . LEVANTAMENTOS BÁSICOS PARA A REFORMULAÇÃO DA AGRO-INDÚSTRIA DO AÇÚCAR.

3.00 . LEVANTAMENTOS BÁSICOS PARA REFORMULAÇÃO DA AGRO-INDÚSTRIA DO AÇÚCAR.

3.01 . Para a reformulação da agro-indústria do açúcar fazem-se necessários levantamentos básicos, nos 4 (quatro) setores seguintes: aerofoto - gramétrico e topográfico, pedológico e hidroológico e das bacias hidrográficas, na zona ocupada pela cana-de-açúcar.

3.02 . a) Levantamento aerofotogramétrico. O levantamento aerofotogramétrico objetiva o conhecimento detalhado de toda a região da Zona da Mata, numa extensão de 12.000 Km² e das bacias vertentes dos rios que interessam à indústria do açúcar, que abrangem 16.000 Km². A área total prevista do levantamento será de 28.000 Km². O mapeamento topográfico da região deverá ser feito de acordo às seguintes especificações:

- 1) produção de mosaicos, na escala de 1:50.000, cópias fotográficas e foto-índices da área fotografada até julho de 1944;
 - 2) produção de mapas topográficos em escala 1:50.000, equidistância de 20 m. da mesma área, até dezembro de 1964;
 - 3) cobertura fotográfica e produção do mesmo material dos itens (1) e (2) acima da área não fotografada, até dezembro de 1965.
- O levantamento aerofotogramétrico complementar de toda a zona unida do Estado, penetrando um pouco no Agreste, deverá ser executado em escala de 1 x 10.000, com as equidistâncias de 3,80 x 7,20. O "dossiê" do levantamento deve de compreender cartas, coleções de fotografias na escala de voo, mosaico não controlado, fotos índices, relações de coordenadas e referências de níveis e cadernetas.

Custos - Estima-se que os custos do levantamento aerofotogramétrico e topográfico atinjam 250 milhões de cruzeiros ao nível atual de preços.

Execução - Pretende-se aproveitar a experiência técnica e pedagógica

-23

seu habilitado da "Comissão Especial de Levantamento do "Nordeste" (CELNE), do Exército Nacional, sediada em Olinda. Com o apoio da CELNE e na dependência de sua colaboração, os custos do levantamento integrado aerofotogramétrico-topográfico, seriam reduzidos em 50% (v. anexo 1).

3.04 . b) Levantamento hidroológico e levantamento pedológico.

O levantamento hidroológico da região aquícola é essencial para o aproveitamento das reservas d'água que interessam à agricultura, irrigação de canaviais e saneamento de comunidades localizadas na zona unida. O levantamento pedológico permitirá o conhecimento dos tipos de solos da Zona da Mata, seu mapeamento apropriado e classificação de modo a permitir a introdução de práticas que melhorem o rendimento agrícola, bem como tornar possível o conhecimento das condições ecológicas para a desejada diversificação de culturas.

3.05 . Custos. De acordo com os termos da proposta encaminhada pela empresa especializada Hidrobrasileira S/A (que segue, como anexo nº 2), os levantamentos hidroológico e pedológico custarão, a níveis atuais, a proximadamente 212 milhões e 266 mil cruzeiros.

Execução. A Hidrobrasileira S/A, nos termos da sua proposta, executaria para o primeiro levantamento (hidroclimológico) a instalação de 18 pluviômetros, 8 pluviógrafos e 10 termômetros, com operação sob responsabilidade própria; e 9 postos pluviométricos, cada um dotado de: 1 régua liminétrica; 1 limnógrafo com autonomia semanal; 1 estação de medição de descarga líquida. Os 9 postos seriam operados durante período não inferior a 24 meses.

O levantamento agro-pedológico será efetuado em toda área de 12.000 Km², correspondendo à zona de plantação de cana-de-açúcar em Pernambuco, para os seguintes objetivos:

- a) elaboração de mapa pedológico na escala 1:50.000;
- b) tipos de aproveitamento e irrigabilidade dos solos mapeados;
- c) delimitação preliminar de áreas irrigáveis, em função dos seguintes

24-

os fatores: potencial hídrico; relevo; irrigabilidade dos solos.

3.06 . Um trabalho preliminar - mas, tanto quanto possível, completo de mapeamento e classificação dos solos da zona canavieira do Pernambuco vem sendo feito pelo setor do GEA, sob a responsabilidade técnica do pedologista João Wanderley da Costa Lima.

3.07 . Esse trabalho divide-se em duas fases:

- I - Preliminar, que custará Cr\$ 2.390.000,00 (dois milhões e trezentos e noventa mil cruzeiros);
- II - mapeamento e reconhecimento dos solos, com detalhe, que custará Cr\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de cruzeiros).

3.08 . Fase preliminar: Duração prevista de 5 meses. Tive início em setembro próximo passado, devendo estar concluída em fins de janeiro. Nessa fase, o objetivo é a elaboração da legenda preliminar para o levantamento de reconhecimento com detalhe a ser executado na segunda fase do projeto. Após a conclusão das análises dos perfis representativos de cada unidade do mapeamento e a classificação das rochas colhidas para estudo do material originário dos solos da região, será elaborado um relatório com as observações obtidas. Será, também, apresentado um mapa esquemático dos solos da área, na escala de 1:250.000.

Custos discriminados.

- a) Gratificação a 4 técnicos especializados nos trabalhos de campo e de interpretação dos dados para a elaboração da legenda preliminar do levantamento semi-detalhado 5x4x90.000... (R\$ 1.800.000,00)
- b) Despesa com a manutenção do veículo usado nos trabalhos de campo - 4x1x120.000 (R\$ 480.000,00)
- c) Trabalhos datilográficos, cartográficos e de desenho dos mapas (R\$ 110.000,00)

3.09 . Fase de execução do mapeamento e de reconhecimento dos solos com detalhe - Duração prevista de 20 (vinte) meses. Deverá ser iniciada

-25

em fevereiro de 1964, isto é, logo após a conclusão da fase preliminar. Enquanto não for concluído o levantamento aerofotogramétrico da área, serão usados nos trabalhos de mapeamento dos solos, os mapas do Serviço Geográfico do Exército. Já foi providenciada a equiparação das escalas das folhas disponíveis para 1:50.000.

O objetivo fundamental do trabalho nessa fase é a obtenção de informações básicas sobre os solos da região. Será apresentado um relatório circunstanciado, fornecendo informações e descrição de cada solo que ocorre na área e interpretação agrônômica para seu melhor aproveitamento na agricultura. Será elaborado um mapa na escala de 1:50.000, apresentando a distribuição geográfica de cada unidade de solo que ocorre na área.

Custos discriminados:

- a) Gratificação a 4 técnicos que irão compor as 3 equipes de campo e de interpretação.

20x4x90.000	Cr\$ 7.200.000,00
-------------------	-------------------
- b) Despesa com a manutenção de 3 veículos permanentes nos serviços de campo durante a fase de execução dos trabalhos.

20x3x150.00	Cr\$ 7.800.000,00
-------------------	-------------------
- c) Gratificações ao pessoal de Laboratório e desenhistas.

Será intensificada a coleta de amostras de solos para necessária interpretação dos trabalhos de campo, não devendo sofrer atraso a entrega dos resultados analíticos.

20x400.00	Cr\$ 8.000.000,00
-----------------	-------------------
- d) Diversas despesas
 Cr\$ 3.000.000,00 |

- 5.10. Levantamento das bacias hidrográficas interessando à Zona da Mata de Pernambuco - Descrição: Topograficamente, a Zona da Mata pernambucana corresponde a um grande aplanamento costeiro, que se eleva ligeiramente do litoral para o interior, onde vai morrer no sopé das encostas do planalto da Borborema. Embora consideravelmente entalhada e dissecada pela erosão durante o Quaternário, essa faixa costeira

ra aplanada continua muito bem representada por um plano levemente inclinado, que se eleva desde os 50/60m dos mais altos outeiros li- torâneos até cotas de 200m na base das encostas da serra da Borborema. É nela que o parque agro-industrial açucareiro pernambucano encontra-se implantado em quase sua totalidade.

- 5.11. Galgadas, a partir da Zona da Mata, as encostas do planalto, atingem-se, rapidamente, cotas da ordem dos 500 m. De modo que o planalto forma, sobre o aplanamento costeiro, um degrau de cotas de 300 m de desnível. Esse desnível representa, quando bem definido topograficamente, a transição da zona úmida da Mata, para as áreas sub-úmidas, e mesmo às vezes semi-áridas já, da Zona do Agreste.
- 5.12. Os principais rios pernambucanos da vertente atlântica descem numa superfície da ordem dos 500 m para as cotas inferiores sempre a 200 m do aplanamento costeiro. E como os seus vales entalham mais ou menos profundamente a frente das encostas do planalto, seus leitos também se rebaixam com declives ora mais ora menos acentuados até atingirem, nos cursos terminais, valores altimétricos vizinhos do nível do base oceânico.
- 5.13. São todas essas rios, em princípio, suscetíveis de ser interceptados por barragens, as quais poderiam preliminarmente funcionar para efeitos de irrigação e posteriormente talvez para a produção de energia hidroelétrica. No que diz respeito à irrigação, esta beneficiaria não só, por gravidade, as áreas canavieiras e lavandarias como também a faixa do Agreste agrícola, que em geral se define precisamente a partir do rebordo do planalto.
- 5.14. Quando se considera que um planejamento global de soluções para os problemas econômicos, sociais e tecnológicos da agro-indústria do açúcar em Pernambuco não teria chances de sucesso total quanto se limitasse à escala da "unidade de base", que é a zona canavieira, e sim quando projetasse esses problemas em perspectivas regionais mais amplas, quando, em outras palavras, se tenha em vista a solidariedade

-27

de natural que vincula faixas de ocupação humana tão contíguas e interatuantes como a Zona da Mata e a Zona do Agreste, um projeto topográfico em vista a barragem desses rios do planalto pareceria imediata - mente merecedor de prioridade.

- 5.15. Execução - O reconhecimento e o levantamento das bacias hidrográficas compreendidas entre a serra da Borborema e o aplanamento costeiro, interessando à agro-indústria do açúcar - serão executados pelo Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, da Universidade do Recife, em colaboração com o Grupo de Estudos do Açúcar. A identificação das bacias será fixada em mapas na escala 1:250.000.

- 5.16. Custos discriminados: São os seguintes os custos discriminados, ao nível atual:

1 - Pessoal

- a) 3 equipes de 4 pessoas cada (2 geógrafos e 2 topógrafos) - Cr\$150.000,00 cada técnico por mês, durante seis meses..... Cr\$ 10.800.000,00
- b) Relatórios geográficos (das bacias)..... " 1.000.000,00
- c) Relatório geral..... " 500.000,00
- d) Cartógrafos..... " 1.200.000,00

Cr\$ 13.500.000,00

2 - Material

a) Permanente

- I - aquisição de 3 jeeps (um para cada equipe)..... Cr\$ 10.000.000,00
- II - aquisição e aluguel de material científico..... " 1.200.000,00

b) Consumo

- Aquisição de material de desenho e de expediente
 " 300.000,00 |

Cr\$ 11.500.000,00

3 - Indiscriminado

- Estudos de engenharia hidrográfica..... Cr\$ 40.000.000,00

TOTAL GERAL... Cr\$ 65.000.000,00

4.00. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FORMAÇÃO DE PESSOAL

4.00 . ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FORMAÇÃO DE PESSOAL

4.01 . Para o desenvolvimento dos seus trabalhos, o Grupo de Estudos do Açúcar necessitará de assistência técnica, que inclui a formação de pessoal especializado localmente, nos seguintes setores:

- a) Sector Meteorológico - Um (1) especialista em meteorologia dinâmica e climatologia tropical, aplicadas às práticas agrícolas, para:
 - a) Ministar curso de iniciação e formação de pessoal especializado;
 - b) Ministar cursos de adiestramento no uso do equipamento à meteorologia agrícola e na elaboração e interpretação de cartas sinóticas;
 - c) Determinação de modelos:
 - I - de postos de meteorologia (equipamento mínimo) destinados à zona agrícola do Estado;
 - II - de uma ou mais estações, ou laboratórios centrais de meteorologia agrícola.
- b) Sector Fitosanitário - Fitosanitaristas a serem contratados pelo GEA para equacionar os problemas fitossanitários da cultura da cana de açúcar; Fitopatologistas:
 - 1) Dr. Paulo Campos Torres de Carvalho, atualmente prestando serviços à Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo. Período: 1 ano;
 - 2) Dr. Spencer Corrêa de Arruda, atualmente aposentado, residindo na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo; Período: 1 ano; Entomologistas:
 - 1) Dr. L. Saramusa, atualmente aposentado, residindo em Nova York, U.S.A.;
 - 2) Dr. W.H. Long, atualmente trabalhando na "Louisiana Agricultural Experiment Station", Baton Rouge, Louisiana, U.S.A.;
 - 3) Dr. L.O. Newson, atualmente servindo na "Louisiana Agricultural Experiment Station", Baton Rouge, Louisiana, U.S.A.
- c) Sector Fábica - Sctor de Açúcar (Cursos ou palestras a serem

-31

realizados nas seguintes especializações):

- 1 - Sugar engineering (Engenharia açucareira)
Pessoa a ser convidada: Mr. Allen B. Chirgwin Manager, sugar machinery - Parrel-Birmingham, Ausonia, Connecticut, USA - ou outro por ele indicado;
- 2 - Sugar Technology (Tecnologia açucareira)
Convidar o eminente tecnologista açucareiro e engenheiro Alfred L. Moore (Consultor técnico da Jackson Indústria, Birmingham - Alabama, USA, ou outro indicado pelo referido técnico.
- d) Organização de empresas a produtividade -
 - 1 - Especialista em "Organização dos sistemas de transportes de cana de açúcar e de manutenção de veículos nos transportes" (entendimentos iniciais já foram mantidos com a American Factors Associates);
 - 2 - Especialista em "aproveitamento industrial de sub-produtos da cana de açúcar de maior expressão econômica para o Nordeste";
 - 3 - Especialista em "Organização e gestão de empresas açucareiras".

4.02 . Admite-se que US\$100.000 serão necessárias para cobrir as despesas com assistência técnica e formação de pessoal, incluindo: passagem e ajuda de custo; estadia, transporte próprio; assistência médica e dentária individual e/ou familiar; alocação para aluguel de residências, etc. O programa de atuação de cada técnico seria organizado, especificamente, sob a coordenação do Grupo de Estudos do Açúcar e no interesse do programa de recuperação da agro-indústria canavieira.

4.03 . Parte da verba de assistência técnica será destinada à formação e treinamento de pessoal brasileiro no exterior, através do programa a ser elaborado conjuntamente pelo Grupo de Estudos do Açúcar e o(s) órgão(s) financiador(es) do plano básico.

5.00 . INVESTIMENTOS DE INFRA-ESTRUTURA - REPARTEAMENTO DE LABORATÓRIO E PESQUISAS EXPERIMENTAIS.

5.00 . INVESTIMENTOS DE INFRAESTRUTURA - REAPARELHAMENTO DE LABORATÓRIO E PESQUISAS EXPERIMENTAIS.

- 5.01 . Já existe em funcionamento desde 1962, no Estado, a Estação Experimental dos Produtores de Açúcar, de Pernambuco, situada no Município do Cabo, a 33 Km do Recife e dispoñdo de uma área de 487 ha.
- 5.02 . A Estação Experimental é mantida pela Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, que lhe destina uma subvenção de 130 milhões de cruzeiros/ano, resultante de contribuição compulsória sobre o açúcar produzido pelos seus associados.
- 5.03 . A Estação Experimental tem a seguinte estrutura: Departamento de Fitoparasitologia (seções de Genética, Patologia, Entomologia e controle químico), Departamento de Agronomia (seções de Solos, Irrigação e Mecanização), Seção de Estatística e Biblioteca.
- 5.04 . Até agora, através da Estação, foram realizados os seguintes trabalhos: pesquisas sobre irrigação e controle de aplicação da água; técnica de aplicação do potássio e do fósforo; seleção de variedades de cana, maturação e produção; resistência às pragas e às doenças; novas técnicas culturais; campos de multiplicação de novas variedades para entrega aos produtores.
- O reequipamento dos laboratórios da "Estação Experimental dos Produtores de Açúcar de Pernambuco", segundo a relação que figura no anexo 3 a este Plano, exigirá inversão da ordem de U\$ 59.631.52 (cinquante e nove milhões, seiscentos e trinta e um mil e trinta e dois dólares, dos Estados Unidos). A indicação do material complementar está feita segundo as especificações dos catálogos técnicos - especializados Traves catálogos, Solistas catálogos, Irrigator catálogos e Nacional greenhouse catálogos.
- 5.05 . O laboratório será operado com pessoal técnico local e poderá servir, também, eventualmente, a estagiários, professores, visitantes

-35

o estrangeiros, que necessitam do equipamento de análise e experimentação existente.

- 5.06 . Pesquisa - A necessidade de equacionar os problemas da agro-indústria, em termos de soluções técnicas, exigirá que o "Grupo de Estudos do Açúcar", em cooperação com o "Instituto de Pesquisas Agronômicas do Nordeste" (IPEANE) e a "Comissão de Combate às Pragas", do Ministério da Agricultura, intensifique as suas pesquisas, cujos resultados servirão aos empresários para a reformulação das práticas agrícolas e do setor fabril da agro-indústria canavieira.
- 5.07 . Prevê-se que, nos dois primeiros anos, será necessário intensificar estudos e pesquisas nos seguintes setores: com vistas a soluções experimentais que possam ser aplicadas, a curto e a médio prazo:
- irrigação;
 - fertilizantes;
 - combate às pragas;
 - aproveitamento de caldas.

- 5.08 . Para financiamento dessas pesquisas, alistem-se Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros), com a seguinte aplicação:

	em milhões de Cr\$
a) irrigação.....	15,0
b) fertilizantes.....	10,0
c) pragas e doenças de canaviais.....	15,0
d) aproveitamento de caldas.....	20,0
	<u>60,0</u>

- 5.09 . A aplicação desses recursos será feita através de projetos específicos para cada setor.

- * -

56-

6.00 . ESQUEMA DE CUSTOS E FINANCIAMENTOS

FONTES DE FUNDOS FINANÇAS			Em milhões de dólares	
DISCRIMINAÇÃO	VALOR DO EMPRÉSTIMO		\$	
I - INVESTIMENTO DA UNIAO	1 119		75,1	
	313		21,9	
II - CONTRIBUIÇÃO LOCAL	1 432		100,0	

NOTA: A taxa do câmbio foi calculada à base de U\$1 = Cr\$ 650,00

USO DOS FUNDOS FINANÇAS			Em milhões de dólares	
DISCRIMINAÇÃO	CRISTO	\$		
I - INVESTIMENTO UNIAO				
A - Investimento em infraestrutura	403	29,2		
B - Investimento em tecnologia e pesquisa	342	23,9		
C - Assistência técnica e fornecimento de pessoal	97	6,8		
D - Desenvolvimento de indústrias e parafarmas	53	4,0		
E - Qualidade de vida urbana	16	1,1		
F - Estudos e pesquisas do solo (terroir, fertilizantes, condições de produção e colheita)	97	6,8		
G - Investimento em bases hidrográficas	105	7,3		
H - Investimento em zona de livre comércio				
A - Estabelecimento de zonas de livre comércio	45	3,2		
B - Despesas de administração do porto	9	0,6		
C - Despesas de administração do porto	39	2,7		
D - Despesas de administração do porto	16	1,1		
E - Despesas de administração do porto	73	5,0		
F - Despesas de administração do porto	35	2,5		
G - Despesas de administração do porto	1.432	100,0		

NOTA: A taxa do câmbio foi calculada à base de U\$1 = Cr\$ 650,00

c) Documento “SUDENE”

PESSOAL

SUDENEA - Objecções1- Filosofia

Quem tem observado a ação, o processo da SUDENE, ao longo desses quatro anos, nota e sente que toda a sua estrutura humana pensa, age e procede em função de uma filosofia. Filosofia que inspira toda a sua linha de ação e é muito comprometida por preconceitos, idéias feitas e prejuízos. Antes de qualquer contacto com as pessoas e as qualidades locais (de cada estado que integra o Nordeste), já os técnicos da SUDENE possuem idéias feitas sobre essas pessoas e essas realidades - as quais têm de, consequentemente, se ajustarem a um esquema preestabelecido. Não raro, porém, contrariam esquemas e prejuízos. Falta à filosofia e à estrutura humana da SUDENE plasticidade para aceitar os fatos e reajustar os seus esquemas. Quase nunca a SUDENE é capaz de abrir mão dos seus processos e posições preestabelecidas para admitir que os fatos não se enquadram na rigidez de sua filosofia.

Arquim Aronson - Técnica GEP

P E S S O A L

2.

2- Soberba

Sente-se em todo o processo da SUDENE e no contacto com os seus principais técnicos e dirigentes uma invencível soberba (fruto da filosofia de que se fala no parágrafo anterior?) ostensiva e que nem sequer é amenizada. Eles, os técnicos, detêm toda a ciência e somente eles sabem tudo. E é que não consentem em descer do Olimpo para discutir com os outros mortais, o que sabem. Criaram em torno de si uma quase sacralidade. São intocáveis. Quando se permitem discutir com alguém, o fazem sempre com muita ironia e uma irritante soberba. A palavra da SUDENE é final e dogmática. Ela é mais dogmática que qualquer doutor da Igreja. Os seus técnicos têm um soberano desprezo por todos aqueles que não são dos seus quadros nem fiéis de sua filosofia.

A razão dessa soberba, a origem desse desprezo talvez seja mais profunda que a simples vaidade individual. A sua origem se enraiza no conflito, já antigo, entre técnicos, economistas e juristas. Entre os tecnocratas e os humanistas. Esses tecnocratas podem ser profundos e muito objectivos, mas são como um poço, dizia Calógeras, à medida que ganham profundidade, verticalidade, perdem horizonte e a capacidade de relacionar. Não têm humanismo. Quase sempre secam o coração, esterelizam a sensibilidade, perdem a "humanidade". Falam uma língua própria - um jargão especial - têm umas fórmulas, uns modismos e uns processos mentais, um hermetismo que deixa os outros mortais à margem de qualquer entendimento.

No Brasil, esse desprezo dos tecnicistas - especialmente economicistas - pelos humanistas se orientou de modo particular contra os juristas, acusados de formalistas que sacrificavam tudo à letra, não lembravam nada o espírito da lei e

PESSOAL

3.

se apegavam apenas ao formal. Eram tidos como incapazes de aprender as realidades sociais dos tempos novos e de proceder de outro modo que não academicamente.

Os tecnocratas esquecem - e os da SUDENE não podiam fugir disso - que os bacharéis em direito, com toda a sua bacharelise, foram, por muito tempo, pelo seu humanismo, pela sua capacidade de aceitar novos conhecimentos, novas incorporações, a única aristocracia mental, neste país, ao lado daquela outra representada pelo clero. Foram êsses malsinados bacharéis que possibilitaram, inclusive e em parte, a criação de clima psicológico para a nova classe dos economistas e dos sociólogos.

Mas, os técnicos da SUDENE esquecem tudo isto e se converteram numa casta soberba que despreza, soberanamente, os que a ela não foram chamados. Observa-se, inclusive, que pessoas de feitio simples e tratável, virtuosamente modestas, quando entram para os quadros da SUDENE em breve estão "sudenizadas" e falando já o mesmo jargão e pensando do mesmo modo.

PESSOAL
3.3- Tabula rasa

Em função de sua filosofia, de sua soberba, ou de dados que todos desconhecemos, a SUDENE partiu do princípio de que devia ignorar quanto organismo e serviço existisse na região. Partiu do princípio de que era necessário montar tudo novo, criar toda uma estrutura nova. Ao que parece, não se permitiu, nunca, verificar se uma enorme série de dados, informações, estudos regionais era aproveitável ou, ao menos, suscetível de ser ampliada, corrigida, complementada, atualizada. Simplesmente pôz de lado e quis começar tudo de novo. Quanto de tempo e de dinheiro terá perdido em função dessa desconfiança e dessa soberba?

Os técnicos da SUDENE só confiam nos seus próprios estudos e na sua ciência. Daí terem perdido um tempo imenso montando uma complicada e dispendiosa estrutura nova e levantando dados que, em parte, já existiam ao alcance da mão e com muito menos trabalho.

P E S S O A L

4.

4- Segredo e Reserva

É fato notório, verificável por qualquer observador isento e sereno que uma aura de mistério, um clima de segredo e de reserva envolve a SUDENE. Ninguém sabe o que ela fez, está fazendo e fará. Suas publicações são distribuídas com muita parcimônia e suas informações dadas com relutância e dificuldade. Quase nunca consente em responder um pedido de esclarecimento e, via de regra, era muito difícil chegar até os dirigentes máximos. Argumenta-se que essa reserva é necessária para evitar as injunções políticas, notadamente da chamada "política dos governadores", e o oportunismo dos "profiteurs" eleitorais. Até certo ponto isso se justifica como defesa e preservação da independência do órgão e intocabilidade dos seus planos. A SUDENE, porém, como todo órgão da administração pública, tem de fazer as coisas às claras e dar testemunho à opinião pública. Doutro modo, corre o risco da suspeita de que todo esse mistério, todo esse segredo é para encobrir uma realidade dolorosa: está fazendo muito menos do que diz fazer, ou, o que é pior, não está fazendo nada e não é capaz de nada. É claro que as pessoas de bom senso não vão a esse exagero. Mas, quem pode evitar da opinião pública tal juízo temerário? Está na hora de a SUDENE fazer uma ampla prestação de contas dos serviços realizados. Prestação de contas não significa exibição de recibos, demonstração de despesas. Ninguém põe em dúvida a honorabilidade do Dr. Celso Furtado nem da sua equipe. Prestação de contas no sentido de dizer à opinião pública o que foi feito e o que pretende fazer,

PESSOAL

5.

5- Planos GeraisDesinteresse pelo particular

Nos contactos com os técnicos da SUDENE verifica-se, salvo melhor juízo, que todos os seus planos e levantamentos são de ordem geral. Exemplo: levantamento aerofotogramétrico de milhares de quilômetros quadrados, idem hidrológico de toda a região nordestina, idem pedológico do Nordeste etc. Isso exige um prazo enorme. É claro que levantamentos básicos dessa natureza constituem problemas de governo e não da iniciativa privada. Ocorre, porém, que há projetos menores, locais, específicos, particularizados, exequíveis que não podem ou não devem esperar que a SUDENE conclua os seus, de ordem geral. Mas aí, o carro pega e os seus técnicos, isto é, da SUDENE, batem o pé e não liberam nada. Difícilmente, por exemplo, a SUDENE libera esses projetos para transitar pela USAID. Além disso, em recente encontro, os técnicos da SUDENE, aliás de alto nível, declararam que ela fazia os levantamentos gerais mas que os detalhes, a particularização, a especificidade, eram da iniciativa privada. Mas, até onde pode-se esperar que a SUDENE acabe os levantamentos gerais? Aliás, sem querer incidir em juízo temerário, sente-se em toda a SUDENE uma invencível, desdenhosa, ostensiva repugnância e suspeita por tudo que é particular, privado. Ela não é capaz de admitir que, às vêzes, certos interesses privados são respeitáveis e podem dizer respeito à própria comunidade. Não percebe que a soma de muitos desses interesses privados interessam ao bem comum da sociedade.

PESSOAL

6.

6- Controle absoluto

A SUDENE pretende exercer um controle sem limites sobre todos os serviços, projetos e programas que caem na sua órbita. Até certo ponto compreende-se um controle razoável para impedir o desperdício de verbas, a malbaratação de dinheiros públicos, o "eleitoralismo" financiado pelo governo, e para manter a organicidade, a disciplina, o bom nível teórico dos programas e dos planos. Mas isso não pode ser levado ao exagero de uma intervenção disfarçada, de uma ditadura de técnicos. Afinal de contas ninguém conhece os seus códigos, as suas normas técnicas, os seus critérios, a sua processualística. Suspeita-se até que essa disciplina, essas normas não existem. Quando, porém, vão analisar os projetos de particulares ou a prestação de contas de serviços delegados, então desaba sobre a vítima indefesa e surpreendida um mundo de preceitos de auditoria, de viabilidade econômica, de projetos e toda uma esmagadora processualística que confunde e aterra.

O exagero desse controle férreo e indiscutível chegou ao ponto de converter a SUDENE numa espécie de super ministério regional, um quase vice-reinado do Nordeste. Ora isso compromete o federalismo e atenta contra a autonomia dos governos estaduais, o que é intolerável da nossa sistemática constitucional. Houve uma hora em que os governadores do Nordeste, em muita coisa e em projetos de enorme interesse localista, estavam, praticamente, subordinados ao Superintendente da SUDENE. Basta lembrar que nenhum projeto ou programa dos governos estaduais do Nordeste podia transitar pela USAID - Aliança para o Progresso, sem a chancela da SUDENE. O controle estava sendo levado ao exagero tal que a SUDENE quase se arrogava a si a prerrogativa de Senado Federal de examinar e aprovar, ou não, os empréstimos estrangeiros a governos estaduais. Isso criou uma aguda zona de atrito e provocou coceiras no nosso federalismo.

PESSOAL

7.

7- Estatização

Na filosofia, nos processos, no comportamento da SUDENE sente-se, clara e inequívoca, uma tendência para uma estatização exagerada e alarmante - que é documentada, inclusive, pela sua desdenhosa e sistemática desconfiança pela iniciativa privada. Para a SUDENE a iniciativa privada, via de regra, não tem nenhum espírito público e é incapaz. Todos conhecem os pecados do privatismo e sabem que certos programas só - mente podem ser realizados por órgãos públicos e que muitos problemas do Nordeste são, sem dúvida, problemas de governo. Mas consagrar a estatização em princípio geral, universal, constante e absoluto - sacrificando qualquer iniciativa da empresa privada - é um mal tão grande ou pior que os pecados do privatismo. Essa concentração de poderes, controles e iniciativas em um órgão estatal é anti-democrático e absorvente.

PESSOAL

8.

B - Sugestões para melhorar1- Ponto fundamental

Parta-se do princípio fundamental de que a idéia da criação da SUDENE foi e é boa. Ninguém quer cometer o crime de acabar com ela. Todos querem salvá-la, prestigiando-a, reformulando-a.

Todos estão entendidos em que é necessário "promover" o Nordeste, "vender" a idéia do Nordeste ao Rio e a S. Paulo, centros produtores, apresentando-o, inclusive, como um grande mercado consumidor. O problema do Nordeste não é de ajuda ou de favoritismo discriminatório. Trata-se de uma região com características próprias e problemas específicos que exige uma legislação própria. A esse respeito vale a pena lembrar o trecho do discurso do industrial Renato Bezerra de Melo, presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco, em saudação ao Presidente Castelo Branco (Papel da empresa privada no desenvolvimento do Nordeste):

"Sob o pretexto de que a livre iniciativa era incapaz na região, os governos -central, estadual e municipal - favoreciam a implantação de uma máquina socializante dos meios de produção, desorganizando as empresas para tentar o êxito de suas experiências administrativas em setores econômicos antes reservados à iniciativa privada.

Distorceu-se o ideal informador e criador da SUDENE, como agência de planejamento, disciplina e coordenação dos investimentos públicos e privados para transformá-la numa complicada máquina burocrática, incipiente e imatura, tropeçando no emaranhado de sua

PESSOAL

9.

próx

própria engrenagem.

A SUDENE, na concepção original, foi o fruto de uma campanha de revalorização da região, que os bispos do Brasil e as classes empresariais haviam promovido e patrocinado, para despertar a consciência nacional e reorientar os investimentos da União antes dirigidos para o chamado auxílio "contra as sêcas".

Os bispos e os empresários, solidários e conscientes dos problemas regionais e da necessidade de soluções de planejamento integrado, conseguiram que a administração federal revisse os seus critérios de ação política e obtiveram do Congresso uma legislação específica para o Nordeste, em favor da integração nacional e da unidade brasileira.

Mas, são os homens que fazem e aplicam as leis. E sobre as leis sucedem-se decretos; e, seguindo os decretos, as resoluções e portarias. Pouco a pouco, todo um corpo burocrático foi cristalizado e os incentivos que o legislador havia criado sofreram limitações no seu alcance mais largo à empresa privada.

Os empresários confiam que o Presidente Castelo Branco será particularmente sensível à reestruturação do órgão planejador, preservando-lhe, entretanto, os objectivos e a legislação de incentivos ajustando-o ao esquema de sua política nacional de desenvolvimento econômico e social, no quadro de uma economia de livre empresa, em que o Governo venha a disciplinar as forças do mercado no in

PESSOAL 10.

terêsse público mais amplo sem se tornar concorrente, competidor ou suplente da iniciativa privada responsável e capaz. Está claro que uma região sem capitais e sem poupanças, com baixos níveis de renda, distante dos centros de comando nacional e dos grandes mercados de consumo, exige para o seu desenvolvimento um tratamento de exceção, pois, viver tem sido, aqui, um libertar-se diário da urgência de sobreviver.

A legislação do Nordeste, consubstanciada nas duas leis que aprovaram os dois Planos Diretores da SUDENE, não é uma discriminação regional nem tampouco uma simples ajuda de região a região, porém o instrumento de incorporação ao país de um vasto mercado de consumo, cliente da produção industrial do Sul. A legislação de incentivos beneficia, na sua forma original, não somente o Nordeste mas também o Sul industrializado na medida em que a criação de empregos e o consequente aumento de renda eleva à categoria de consumidores os habitantes desta região".

PESSOAL 11.

2- Modificações

O pessoal continúa sendo praticamente o mesmo. Não é possível substituí-lo inteiramente. Não haveria técnicos bastantes para ocupar as vagas. Não é necessária uma substituição total. É claro que vários postos chaves, inclusive direção de departamentos, precisam de ser renovados. O importante, o fundamental não é mudar apenas as pessoas. É mudar a filosofia. Mudar o espírito que preside todo o funcionamento da SUDENE.

A legislação da SUDENE no estado em que se encontra atende a todos os interesses e satisfaz aos problemas da região se for aplicada com outro espírito e interpretada por outra filosofia. O espírito que preside a essa interpretação será decisivo. É claro que, aqui e ali, o jurista descobre que na hora de fazer os regulamentos e os regimentos, a SUDENE estrapalou do texto da lei, invadiu a esfera legislativa e foi além da lei substantiva. Mas não vale a pena levantar agora esse problema. Uma boa e honesta interpretação corrigirá esses excessos, o importante, repita-se, é a filosofia, a orientação.

Isto pôsto, convém uma operação discreta e indolor para desburocratizar e dessensibilizar a SUDENE - o que não é fácil nem rápido.

P E S S O A L

3- Sugestões práticas

- a) a grande tarefa da SUDENE não é fazer mas ensinar a fazer. Sua grande finalidade é quase pedagógica. Tem de realizar um grande serviço de esclarecimento, convencimento, quase de "civilização". "Conscientização"? Passe lá a palavra. Trabalho pedagógico e "civilizador" junto a governos estaduais, órgãos públicos e privados. Junto inclusive a estudantes. Tem de aproveitar os técnicos existentes em áreas fora de sua órbita e formar novas equipes. É da maior importância essa tarefa de formar novas equipes. Formar, não deformar, como vinha acontecendo.
- b) A SUDENE precisa divulgar amplamente seus estudos e programas. Prestar contas à opinião pública. Dizer o que fez, está fazendo e pretende fazer. Isso é onus do sistema democrático. Onus que não pode ser ignorado ou esquecido. A SUDENE precisa descer do Olimpo e tornar-se simpática, sem, é claro, vulgarizar-se ou cair no "populachero". É hora de dar um amplo, sincero e honesto balanço. E de saber, honestamente, objetivamente, o que foi feito, o que não foi feito, o que falta fazer, o que é preciso fazer.
- c) Dar maior ênfase aos programas de saúde e educação e facilitar a sua execução, ao máximo. Isso não somente dá um clima de simpatia e de crédito a SUDENE como é perfeitamente legítimo. Como pensar em grandes levantamentos aerofotogramétricos, pedológicos, hidrológicos etc. se o homem está doente, não pode sequer andar, está comido de vermes, amarelão, roído de pragas e pestes? Como fazer, sequer, escolas se o homem não pode ir às aulas? E, ao mesmo tempo que melhora a saúde do irmão corpo, se dê prioridade ao programa de educação. Não se está falando em alfabetização em massa para fazer eleitores. Esta-se falando em educação, que é outra coisa.

PESSOAL
13.

- d) Rápida aprovação dos projetos a serem beneficiados pelos incentivos do art. 34. Reduzir a burocracia, acabar com as prevenções, limitar a desconfiança.
- e) Reduzir a ditadura do controle, limitando-se ao justo e necessário. Toda ditadura é incômoda. Mesmo a dos técnicos e dos auditores.
- f) Conversar em Washington com os verdadeiros dirigentes da USAID-ALIANÇA - BID etc. Com a alta cúpula e não com o 2º "team" que tem vindo para cá. Também eles precisam abrir os olhos e as burras e se convencerem de que chega de tanto papelório, conferência e debate. Ou farão agora ou não farão mais. A democracia brasileira, ressurgida da Revolução Nacional de Março, tem um curtíssimo prazo para provar que é capaz de operar as reformas reclamadas pela consciência brasileira e necessárias ao bem do povo. Há uma grande pressa e todos tem a cabeça a prêmio.
- g) "Adoçar" a SUDENE, "humanizá-la", quebrar arestas, flexionar a sua rigidez e corrigir sua soberba.

Palavra final

Ninguém de bom senso quer acabar com a SUDENE. Há um grupo apolítico, superpartidário, responsável, que deseja colaborar e salvá-la. Não quer exercer influência nem dirigir nada, nem ninguém. Simplesmente ajudar, porque o Nordeste precisa disso e precisa somar todos os esforços e recursos.

d) Acordo entre a SUDENE, USAID E GEA/FAP

PROJECT AGREEMENT
BETWEEN THE AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (AID)
AN AGENCY OF THE GOVERNMENT OF THE UNITED STATES OF AMERICA, ~~XXXX~~
THE SUGAR FOUNDATION OF PERNAMBUCO (F.A.P.) AND THE SUPERINTENDENCY
FOR THE DEVELOPMENT OF THE NORTHEAST (SUDENE)
AN AGENCY OF THE GOVERNMENT OF ~~BRAZIL~~

The above-named parties hereby mutually agree to carry out a project in accordance with the terms set forth herein and the terms set forth in the Standard Provisions annex and in any additional annexes attached hereto.

This Project Agreement is further subject to the terms of the following agreement between the two governments, as modified and supplemented.

☒ **GENERAL AGREEMENT FOR TECHNICAL COOPERATION**
DATE Dec. 19, 1950

☒ **ECONOMIC COOPERATION AGREEMENT**
DATE May 30, 1953

☒ **OTHER: Northeast Agreement,**
DATE 4/13/62

1. PROJECT NO. 512-15-120-249	2. ORIGINAL ☒
2. AGREEMENT NO. NE-249-1-65-12	REVISION NO.
3. PROJECT TITLE AGRARIAN REFORM (Study of Agricultural Development and Adjustment in the Humid Zone)	
4. PROJECT DESCRIPTION AND EXPLANATION <i>(See Annex A attached)</i>	
5. AID APPROPRIATION SYMBOL 72-1151010	7. AID ALLOTMENT SYMBOL 595-50-512-32-69-51

A. AID DOLLAR FINANCING	PREVIOUS TOTAL (A)	INCREASE (B)	DECREASE (C)	TOTAL TO DATE (D)
(a) Total	= 0 =	\$140,000	= 0 =	\$140,000
(b) Contract Services	= 0 =	\$140,000	= 0 =	\$140,000
(c) Commodities				
(d) Other Costs				
C. COOPERATING AGENCY FINANCING - DOLLAR EQUIVALENT				
\$1.00 =				
(a) Total				
(b) Technical and Other Services				
(c) Commodities				
(d) Other Costs				

10. SPECIAL PROVISIONS

DATE OF ORIGINAL AGREEMENT
April 30, 1965

DATE OF THIS REVISION

FINAL CONFIRMATION DATE
April 30, 1966

FOR THE COOPERATING AGENCY: As assinaturas dos representantes das partes contratantes deste Acordo acham-se na ultima pagina de Anexo A.

FOR THE DIRECTOR, AID: Signatures of the parties to this agreement appear on the last page of Annex A.

PROJECT AGREEMENT BETWEEN AID, SUGAR F.A.P. AND SUDENE		1. PROJECT NO. 512-15-120-249		3. ORIGINAL ☒	
AN AGENCY OF THE GOVERNMENT OF BRAZIL		2. AGREEMENT NO. NE-249-1-65-12		REVISION NO.	
		ANNEX A		SHEET 1 OF 9	

<u>CONVÊNIO - ESTUDO DE DESENVOLVIMENTO E AJUSTAMENTO AGRÍCOLA NAS ZONAS ÚRDAS</u> São partes deste Convênio a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Fundação Açucareira de Pernambuco (F.A.P.) e a Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID/Brasil). Este Convênio é celebrado conforme os princípios da Aliança para o Progresso expressos na "Carta de Punta del Este" e segundo o "Acordo entre os Governos dos Estados Unidos da América do Norte e dos Estados Unidos do Brasil sobre a cooperação do Governo dos Estados Unidos da América do Norte para a Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste Brasileiro", assinado em Washington, DC, no dia 13 de abril de 1962. <u>I - SITUAÇÃO ATUAL</u> A mais importante zona agrícola do Nordeste, especializada secularmente na produção de açúcar, situa-se em estreita faixa litorânea, que se estende do Estado de Sergipe ao do Rio Grande do Norte, com uma largura máxima de cerca de 120 km., ao sul de Pernambuco. Trata-se de faixa quente e úmida, com precipitação pluviométrica anual superior a 1.000 mm. alcançando, em alguns pontos, 2.400 mm. O antigo revestimento de floresta tropical valeu-lhe a denominação de Zona da Mata, que ainda hoje conserva.	<u>STUDY OF THE AGRICULTURAL DEVELOPMENT AND ADJUSTMENT IN THE HUMID ZONE</u> The parties to this Agreement are the Superintendency for the Development of the Northeast (SUDENE), the Sugar Foundation of Pernambuco (F.A.P.) and the Agency for International Development (USAID/Brazil). This agreement is entered into in accordance with the principles of the Alliance for Progress as expressed in the Charter of Punta del Este and in accordance with the "Agreement between the Government of the United States of America and the Government of the United States of Brazil on the cooperation of the Government of the United States of America for the Promotion of Economic and Social Development in the Brazilian Northeast", signed in Washington, D.C. on April 13, 1962. <u>I - CURRENT SITUATION</u> The most important agricultural area of the Northeast, traditionally engaged in the production of sugar, is located on a narrow strip of land along the coast, which extends from the State of Sergipe into the State of Rio Grande do Norte with a maximum width of about 120 km., south of Pernambuco. The area is hot and humid with an annual rainfall rate of more than 1,000 mm which in certain points averages as much as 2,400 mm per annum. The former tropical forest vegetation accounts for the denomination "Zona da Mata", as the area is known at the present time.
--	---

FOR THE COOPERATING AGENCY	FOR THE DIRECTOR, AID
----------------------------	-----------------------

PROJECT AGREEMENT BETWEEN AID, AID
F.A.P. AND SUDENE,

AN AGENCY OF THE GOVERNMENT OF
BRAZIL.

1. PROJECT NO.

512-15-120-249

2. ORIGINAL ☒

2. AGREEMENT NO.

ME-249-1-65-12

REVISION NO.

ANNEX A

PAGES

2

SHEET

OF 9

Dos 46 mil quilômetros quadra-
dos dessa zona agrícola, cuja den-
sidade populacional é superior a
130 habitantes por km², cerca de
4 mil estão ocupados com lavouras
de cana-de-açúcar organizadas em
grandes propriedades. A mão-de-obra
que trabalha na cana está, princi-
palmente, formada por "moredores",
ou seja, trabalhadores residentes
nas propriedades. Tanto o rendi-
mento da terra como a produtivi-
dade da mão de obra, nessas grandes
propriedades açucareiras do Nordeste,
são extremamente baixos. Por
hectare, colhe-se, em média, cerca
de 40 toneladas, o que representa
quase 32 toneladas por hectare
cultivado. Mas, o que é realmente
impressionante, é a baixa produtivi-
dade da mão-de-obra, trinta vezes
menor do que se obtém no Havai.

No ponto de vista das possibi-
lidades de desenvolvimento do Nor-
deste, a economia açucareira, na
forma como está estruturada atual-
mente sua base agrícola, passa a
constituir um problema cada vez
mais grave. Por essa razão, o es-
tudo da economia canavieira do
Nordeste, em todos os seus aspectos
básicos, é de fundamental importan-
cia para o programa de desenvolvi-
mento da região.

II - FINALIDADE

A finalidade deste Convênio é
a contratação de uma firma de con-
sultoria americana para realizar
estudos de viabilidade econômica
da indústria açucareira do Nordeste.

Out of the 46 thousand square
kilometers, which is the size of
this agricultural area, with a
population density of above 130
people per square kilometer, 4
thousand square kilometers are
utilized for sugar-cane plantations
organized into large properties of
land. The manpower utilized in sugar
cane plantations is constituted mainly
of "residents", that is, workers who
live on the land. Not only the yield
of the land but also the productivity
of the manpower in these large sugar
plantations of the Northeast is
extremely low. The average yield is
about 40 tons per hectare, which
represents almost 32 tons per cultivated
hectare. What is really significant,
however, is the low productivity of the
manpower, thirty times lower than the
productivity of the workers in the
Hawaiian sugar fields.

In terms of possibilities for
development of the Northeast, the sugar
economy in the way its agricultural
base is presently structured is becoming
a problem of growing importance. Thus,
the study of the sugar economy in the
Northeast in all its basic aspects is
of primary significance in a program
for the development of the region.

III - PURPOSE

The purpose of this Agreement is
the contracting of a U.S. consulting
firm to execute economic feasibility
studies of the sugar industry of
the Northeast. The contractor will

FOR THE GOVERNING AGENCY

FOR THE DIRECTOR AID

PROJECT AGREEMENT BETWEEN AID, 1966
P.A.P. AND SUZENE

AN AGENCY OF THE GOVERNMENT OF
BRAZIL

1. PROJECT NO.	512-15-120-249	2. FUNDING NO.	512-15-120-249
3. AGREEMENT NO.	NE-249-1-65-12	4. REVISION NO.	
5. ANNEX A	3	6. SHEET	9

A empresa contratante estudará o avaliar o presente uso ineficiente dos recursos humanos, naturais e institucionais do Nordeste e fará recomendações específicas para um programa exequível de ajustamento que minimizará os deslocamentos da mão-de-obra.

O estudo envolverá duas fases distintas:

a) análise da área para determinar o potencial agrícola para a produção de alimentos e outras culturas;

b) análise da produção e processamento da cana de açúcar. Especial atenção será dada para as possibilidades de alargar a base da economia agrícola da área, através da conversão de terras retiradas do cultivo da cana de açúcar para a produção de alimentos e para a recolocação e emprego dos trabalhadores de açúcar deslocados, assim como para os meios de modernizar a indústria açucareira, principal usuário dos recursos humanos e principal fonte de renda na zona rural.

O Contratante executará o seguinte:

(1) resumir e detalhar as fases necessárias para melhorar as partes econômicas da indústria açucareira do Nordeste, incluindo produção, montagem, processamento e transporte. Deverá ainda proporcionar informação detalhada sobre exigências trabalhistas, e, inclusive, necessidade de treinamento.

study and evaluate the present ineffective utilization of the human, natural and institutional resources of the Northeast and will make specific recommendations for a feasible program of adjustment which will minimize the displacement of manpower.

The study will involve two separate stages:

a) analysis of the area to determine its agricultural potential for the production of food and other crops;

b) analysis of production and processing of sugar cane. Special attention will be given to the possibilities of expanding the basis of the agricultural economy of the area through the conversion of land withdrawn from the cultivation of sugar cane for the production of food, and to the resettlement and utilization of displaced sugar cane workers. Special attention will be also given to ways of modernizing the sugar industry, the main labor market of the area and the most important source of income in the rural zone.

The Contractor would execute the following:

(1) summarize and particularize the phases necessary to improve the economic components of the sugar industry in the Northeast, including production, assembly, processing and transportation. He should also arrange detailed information on labor needs including training needs.

PROJECT AGREEMENT BETWEEN AID, ANOR
F.A.P. AND SUDENE

AN AGENCY OF THE GOVERNMENT OF
BRAZIL

1. PROJECT NO.

512-15-120-249

2. AGREEMENT NO.

NE-249-J-65-12

3. ORIGINAL ☒

REVISION NO.

ANNEX A

SHEET

4

PAGE

OF 9

(2) resumir os usos ótimos de capital, trabalho, e terra de vários tipos, no momento presente; padrões específicos de mudanças deveriam ser indicados e feitas recomendações detalhadas, para alcançar a transição recomendada.

Todos os resultados devem ser apoiados por informações completas, incluindo fontes, detalhada exposição da análise econômica, agrônoma e administrativa realizada, que poderão ser prontamente entendidas pelo economista ou agrônomo.

As recomendações com respeito às linhas de ação a serem adotadas devem ser especificadas com suficiente detalhe para que possam ser iniciadas e seguidas por agências brasileiras. Fases operacionais relativas a melhoramentos na produção, montagem e operações de processamento nas usinas devem ser detalhadas e tão claras que possam ser usadas pelos economistas brasileiros e gerentes de usinas.

III - PLAN

Na execução deste contrato, o contratante deve estar preparado para fazer as seguintes recomendações:

(1) padrões de uso, para terra de várias características, para colheitas alternadas, pecuária, florestas, etc.;

(2) fases para melhorar o conhecimento das safras e criação de animais, incluindo o uso de fertilizantes;

(2) summarize the optimum utilization of capital, labor and land of various kinds at the present moment; specific patterns of changes should be indicated and detailed & recommendations should be made in order to achieve the transition recommended.

All the results must be supported by complete information, including sources, detailed explanation of the economic-agronomic and administrative analysis made, which may be readily understood by the economist or agronomist.

The recommendations regarding the guidelines to be followed must be specified with sufficient details, so they can be initiated and followed by the Brazilian agencies. Operational phases relating to improvements in the production, assembly and operations of processing in the sugar mills must be detailed and clear enough to be useful by Brazilian economists and sugar mill managers.

III - PLAN

In the execution of this contract, the contractor must be prepared to make the following recommendations:

(1) standards of utilization for lands of various characteristics, for rotating crops, livestock production, forests, etc.;

(2) steps needed to improve the knowledge of harvests and livestock production, including the use of fertilizers;

FOR THE SUPERVISING AGENCY

FOR THE DIRECTOR, AID

50

PROJECT AGREEMENT BETWEEN AID, ANPR
F.A.P. AND SULEN

AN AGENCY OF THE GOVERNMENT OF
BRAZIL

PROJECT NO. 512-15-120-249	ORIGINAL ☒
AGREEMENT NO. ME-2,9-1-65-12	REVISION NO.
ANNEX A	SHEET 5 OF 9

(3) métodos mais econômicos de colheitas, transporte e processamento de açúcar;

(4) ótima operação das fábricas para alcançar retornos máximos, inclusive fabrico de açúcar e vários sub-produtos. Utilização da relação custo/benefício deve ser dada, assim como informações no processamento dos sub-produtos e informações correlatas para atender as necessidades dos estudos de viabilidade;

(5) similarmente, quando forem feitas recomendações para mercadorias que requiriram o desenvolvimento de usinas industrializadas (tais como, fábricas de conservas), devem ser providenciadas informações suficientes para vir de encontro as exigências de viabilidade de tais usinas;

(6) deveriam ser incluídas recomendações para melhoramento necessárias na infra-estrutura (tais como estradas).

Estima-se que o estudo necessitará cobrir cerca de 60 maiores usinas de produção de cana e as áreas produtoras adjacentes. Isto representará, aproximadamente, três quartos da área de açúcar no Nordeste, quase 400,000 hectares. O trabalho será concentrado nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Paraíba, e, possivelmente, uma pequena parte da Bahia.

(3) more economical methods for harvesting, transporting and processing of sugar;

(4) optimum operation of the mills in order to achieve maximum returns, including manufacturing of sugar and various by-products. Utilization of the cost/benefit ratio must be given as well as information on the processing of by-products and related information to satisfy the requirements of the feasibility studies;

(5) similarly, when recommendations are made for commodities which require the development of industrialized mills (such as, food processing plants), sufficient information must be supplied to meet the feasibility requirements of such mills;

(6) recommendations for necessary infrastructural improvements should be included (such as roads).

It is estimated that the study will have to cover about 60 sugar mills and the adjoining producing areas. This will represent, approximately, three quarters of the sugar area in the Northeast, almost 400,000 hectares. The work will be concentrated in the States of Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Paraíba and, possibly, a small part of Bahia.

FOR THE COOPERATING AGENCY

FOR THE DONOR AID

PROJECT AGREEMENT BETWEEN AIR FORCE F.A.P. and SUDENE		PROJECT NO. 12-15-120-249		2. ORIGINAL ☒	
AN AGENCY OF THE GOVERNMENT OF BRAZIL		AGREEMENT NO. 12-249-1-65-12		REVISION NO.	
		ANNEX A		6	OF 9

O trabalho realizado nos termos deste Convênio não exige, entretanto, qualquer preparação de projetos ou supervisão de qualquer programa de trabalho.

The work executed under the terms of this Agreement does not require, however, any preparation of projects or supervision of any program resulting thereof.

IV - RESPONSABILIDADES

A. A SUDENE se compromete a:

(1) Atuar como órgão coordenador da execução deste projeto.

(2) Designar pessoal do seu quadro, em igual número ao de técnicos americanos, para observar e acompanhar a execução do projeto.

(3) Fiscalizar, principalmente através do seu Departamento de Agricultura e Abastecimento, o andamento do estudo, e a execução deste convênio, nos termos das leis nºs 3692, de 14.12.59; 3.995, de 14.12.61 e 4.239, de 27.05.63.

B. A Fundação Agropareira de Pernambuco se compromete a:

(1) Fornecer, quando solicitado, instalações e material de escritório a firma de consultoria.

(2) Por à disposição da firma consultora, sem ônus para esta, todos os dados técnicos e econômicos que lhe sejam disponíveis, necessários à execução do estudo.

(3) Designar técnicos, em igual número ao de técnicos americanos, para observar e colaborar na execução do estudo.

(4) Fornecer à SUDENE, mensalmente, relatório contendo suas observações e recomendações quanto à execução do estudo. Uma cópia deste relatório será também enviada à USAID/Brasil.

A. SUDENE agrees to:

(1) Act as the coordinating agency in the execution of this project.

(2) Designate personnel from its staff, in number equal to the U.S. technicians, to observe and accompany the execution of the project.

(3) Fiscalize, especially through its Department of Agriculture and Agricultural Supply, the progress of the study and the execution of this agreement, under the terms of laws nºs 3692 of 12.14.59; 3995 of 12.14.61 and 4239 of 6.27.63.

B. The Sugar Foundation of Pernambuco agrees to:

(1) Provide, when requested, office facilities and material to the consulting firm.

(2) Make available, without any charges, to the consulting firm, all technical and economic data it may have and which are necessary for the execution of the study.

(3) Designate technicians, in number equal to the U.S. technicians, to observe and cooperate in the execution of the study.

(4) Furnish a monthly report to SUDENE, which will contain its observations and recommendations on the execution of the study. A copy of this report will also be sent to USAID/Brasil.

PROJECT AGREEMENT BETWEEN AID-MAN F.A.P. and SUDENE		1. PROJECT NO. 512-15-120-249		2. ORIGINAL ☒	
AN AGENCY OF THE GOVERNMENT OF BRAZIL		3. AGREEMENT NO. SE-249-1-65-12		REVISION NO.	
		ANNEX A		SHEET 7 OF 9	

6. A AID se compromete a:

(1) Utilizar soma não superior a US\$140.000 (cento e quarenta mil dólares) para contratação dos serviços de uma firma qualificada de consultoria, aprovada pela SUDENE, F.A.P. e AID, para preparo e apresentação de um relatório, contendo a análise de viabilidade técnica e econômica do açúcar.

(2) Logo após a assinatura do contrato com a firma consultora, enviar cópias do mesmo a SUDENE e F.A.P. para conhecimento. O Contrato deverá conter cláusula pela qual os nomes dos técnicos e suas qualificações devam ser submetidos a aprovação da SUDENE pela firma.

(3) Fornecer tanto à SUDENE quanto a F.A.P. quando concluído o contrato, dez (10) cópias do relatório referido no item (1) acima.

(4) Providenciar que a firma consultora submeta (5) cinco cópias de um relatório mensal em português, tanto à SUDENE como a F.A.P., informando-os sobre a situação corrente e o progresso que se houver alcançado nos trabalhos objetos deste convênio.

V - GENERALITIES

A. As partes contratantes levarão em consideração estudos,

6. AID agrees to:

(1) Utilize an amount not to exceed US\$140,000 (one hundred and forty thousand dollars) to contract the services of a qualified consulting firm, approved by SUDENE, F.A.P. and AID, to prepare and present a report containing the study of the technical and economic feasibility of the sugar industry.

(2) Immediately after the signature of the contract with the consulting firm, send copies of said document to SUDENE and F.A.P. for their information. The Contract shall contain a clause by which the names of the technicians and their qualifications must be submitted by the consulting firm to SUDENE for its approval.

(3) Furnish to SUDENE and F.A.P., after conclusion of the contract, ten copies of the report described in item (1) above.

(4) Ensure that the consulting firm submit five copies of a monthly report in Portuguese, both to SUDENE and F.A.P., informing them on the current situation and on the progress made in the work under this agreement.

V - GENERAL

A. The contracting parties will take into consideration the studies,

PROJECT AGREEMENT BETWEEN AID, SAE F.A.P. AND SUDENE AN AGENCY OF THE GOVERNMENT OF BRAZIL	1. PROJECT NO. 512-15-120-249	2. ORIGINAL ☒
	3. AGREEMENT NO. ME 249-1-65-12	REVISION NO.
	ANNEX A	SHEET 8 OF 9

levantamentos, diretrizes e recomendações formulados por órgãos brasileiros em relação a agro-indústria do açúcar.	surveys, guidelines and recommendations made by Brazilian agencies with regard to the sugar industry.
B. As partes contratantes levarão em consideração os resultados dos estudos objeto deste convênio no planejamento e execução de projetos na zona açucareira.	B. The contracting parties will take into consideration the results of the studies made under this agreement in the planning and execution of projects in the sugar zone.
C. Os custos de transporte, dentro e fora dos Estados, inclusive viagens internacionais, despesas administrativas e materiais e pagamento do pessoal auxiliar, inclusive interpretes, estarão a cargo da firma de consultoria.	C. The costs of transportation, within and out of the States including international travel, administrative and material expenses, payment of clerical staff, including interpreters, will be the responsibility of the consulting firm.
D. As partes deste Convênio determinarão as devidas providências para a divulgação do andamento dos estudos e dos objetivos atingidos como resultados deste convênio, identificando-o claramente, com a Aliança para o Progresso.	D. The parties to this Agreement will make the necessary arrangements to publicize the progress of the studies and the accomplishments made as a result of this agreement, identifying them clearly with the Alliance for Progress.
E. Este convênio entrará em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em vigor por um ano, a menos que seja modificado por acordo mútuo ou cancelado, no prazo de 30 dias após notificação por escrito, por qualquer dos seus signatários.	E. This agreement will enter into force on the day of its signature and will remain in force for one year, unless it is modified by mutual agreement or cancelled by any of the signatories upon 30 days written notice.

PROJECT AGREEMENT BETWEEN AID, F.A.P. AND SUDENE		1. PROJECT NO. 512-15-120-249		2. ORIGINAL ☒	
AN AGENCY OF THE GOVERNMENT OF BRAZIL		2. AGREEMENT NO. ME 249-1-65-12		REVISION NO.	
		ANNEX A		SHEET 9	SHEET OF 9

Este acordo será submetido ao Conselho Deliberativo da SUDENE dentro de 60 (sessenta) dias a contar da data em que for obtida a última assinatura abaixo. No caso deste acordo ser rejeitado pelo Conselho Deliberativo todas as obrigações incorridas acima tornar-se-ão nulas a partir da data da referida rejeição.

This agreement will be submitted to the Deliberative Counsel of SUDENE within sixty days after the last signature obtained below. Should this agreement be disapproved by the Deliberative Counsel all obligations entered into above will be nullified as of the date of such disapproval.

Recife,

30

Recife, 30 de abril de 65

João Sebastião de Sousa
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)
Superintendency for the Development of the Northeast (SUDENE)

[Signature]
Fundação Açucareira de Pernambuco (F.A.P.)
Sugar Foundation of Pernambuco (F.A.P.)

Donor W. Linn
Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID/Brasil)
Agency for International Development (USAID/Brazil)

FOR THE COOPERATING AGENCY

FOR THE DIRECTOR, AID

